

Gil Vicente

---

— PROPRIEDADE E EDIÇÃO DE —  
**MANUEL ALVES DE OLIVEIRA**  
RUA DE EGAS MONIZ, 87 — GUIMARÃES

---

— COMPOSTO E IMPRESSO NA —  
**TIPOGRAFIA MARQUES**  
PORTO - R. DE CAMÕES, 75 - TELEF. 2673

SOCIEDAD  
MARTINS SARMENTO  
~~~~~  
BIBLIOTECA



# Gil Vicente

VI VOLUME

Directores: { D. José Ferrão  
                  { Manuel Alves de Oliveira

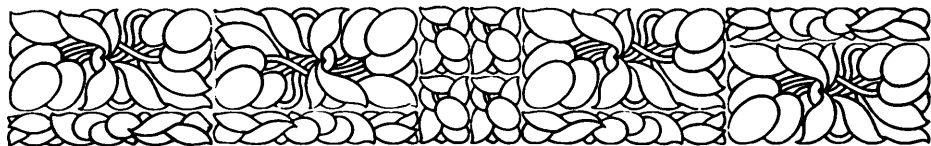
GUIMARÃES  
1930

revista de cultura  
literária: nacionalista



“Sêr reaccionario é defender a integridade da minha conformação hereditaria pelo acatamento do Passado que me determinou e sem o respeito do qual as minhas razões de existir se esvaiem depressa em menos que poeira”.

António Sardinha.



## O ÚLTIMO LIVRO DE ANTONIO SARDINHA

---

Por PEDRO TEOTÓNIO PEREIRA

“**P**ois virá tempo em que os homens não respeitarão a sã doutrina, mas, indo ao sabôr dos seus desejos, procurarão para si muitos mestres que lhes preguem o que os ouvidos gostam de escutar, fechando os ouvidos à verdade para os abrirem às fabulas. Tu, porém, vigia, trabalha constantemente, cumpre o teu cargo de evangelista, desempenha a tua missão». Escreve S. Paulo na sua epistola a Timoteo, a epistola que se lê naquela missa de S. Silvestre do ultimo dia de cada ano, cuja meditação dava sempre a António Sardinha a emoção profunda dum ajuste de contas com a eternidade.

E seguindo o conselho do grande apóstolo, foi êle como nenhum outro do nosso tempo, o lutador heroico que declarou guerra de morte a todas as fábulas, a palavra de fôgo que afirmou o triunfo glorioso do Espírito, transmitindo a todos que a liam ou escutavam a vibração irresistível que ainda se não apagou.

Cinco anos decorridos sobre a sua morte — uma tão bela morte de perfeito cristão — a grandeza da sua obra só tem por igual o vasio enorme que o ultimo pulsar do seu coração abriu sem remédio no pensamento português.

Os livros de António Sardinha são os reservatórios inesgotáveis daquela máscula fé de que a sua alma trasbordava. São como o facho ardente do seu ex-libris, a exaltação generosa e criadora duma vida que se consumiu no próprio fôgo de apostolado que fazia dêle o chefe incomparavel.

Pela virtude dos seus escritos se não apagará a nossa inquietação, e o ansioso apêlo que nêles clama, obriga-nos a velar por entre êste tumulto da matéria que é a vida moderna. Verdadeiro profeta dos nossos dias, António Sardinha viu com uma clareza de iluminado como são

incertos os destinos da civilização, ligada por fios cada vez mais ténues às verdadeiras fontes do Verbo, precursôr e criador de todas as coisas.

Sem o alicerce duma mentalidade afirmativa e consciente, António Sardinha não concebia os movimentos humanos senão como um trágico derruir de castelos de cartas entre nuvens de poeira de muita ilusão criminosa.

Um pensamento mesmo restrito a um circulo isolado, o quadro duma elite possuidora dum corpo de doutrina séguido com tenacidade, eram para êle as forças potenciais capazes de avassalar o mundo, a scentelha que comunica a todo o espaço a chama dum novo incendio.

Por isso êle combateu com uma coragem invencível e um impeto de gigante, tôdos os redutos onde se entricheira o êrro e queimou o melhor da sua alma na batalha sem tréguas de reconduzir o pensamento português ao terrêno firme que as novas gerações vem pisando.

E foi porque uma profundissima reforma se operou entre nós, que se tornou possível o esforço que ha três anos dura. Ainda em plena feira da ladra do regime parlamentar, quando o país exercia a burla afrontosa do sufragio universal e a sua morte era jogada aos dados pelas alcateias partidárias, António Sardinha nunca cessou de crêr no futuro de Portugal. Sentia que as gerações novas eram diferentes, que uma profunda modificação se ia operando nos espíritos e que um dia seria viável uma política de verdade. Adivinhava a reacção inteligente que ia derrubando nos melhores valores o prestigio de mentiras espectaculosas. Pesava o futuro na messe de esperanças que a sua sementeira dura fizera germinar. E quando afirmava aos seus amigos que o nosso país seria dos primeiros a sacudir dum dia para o outro o jugo do regime parlamentar, António Sardinha fazia um acto de fé na virtude heroica da nova geração. Que esta não falhou, afirma-o a Ditadura que vai para quatro anos governa em Portugal. E se nem tudo são motivos de glória, creia-se ao menos que é pela fé da nova geração que se pôde tornar uma realidade o prodigio da nossa reconstituição financeira levado a efeito por um destes homens que aparecem de longe em longe na vida das nações.

A mesma confiança que depositava na transformação profunda por que passara a consciência nacional, fazia-o olhar com tristeza infinita certos países onde um grande peso morto de velhas ficções dum liberalismo fóssil impediria tôdo o esforço duma reforma séria. E que António Sardinha têve largo fundamento nos seus receios, parecem dizer-nos telegramas que nos chegam de para lá das fronteiras.

Devorado por uma sêde de absoluto, depois de longa e laboriosa peregrinação, tinha chegado à verdade histórica nacional. Levado depois



DR. ANTÓNIO SARDINHA

REVISTA «GIL VICENTE»  
(VI VOLUME)

a concluir na verdade política, a sua alma de cristão deu-lhe nos últimos anos da vida (e bem na flôr da idade a morte o arrebatou) uma nobre e luminosa concepção do nosso nacionalismo.

Horizontes imensos se lhe deparavam que, sem quebrar a linha formosa do seu espírito, o faziam caminhar já para a glória serena das obras definitivas. E ao considerar estes vinte livros de ideias que nos deixou, materiais de assombro que nos restam dum belo sônho môrto, sobe dentro de mim uma melancolia sem nome, a angustia reprimida e indizível que nos desperta a visão duma cidade desmantelada.

O ultimo volume publicado: — «Purgatório das Ideias», — e belo titulo êsse dum feixe de estudos de revisão mental, — abre com o admiravel ensaio «O espólio de Fradique» escrito por António Sardinha ha justamente dez anos, quando exilado em Espanha, e que se destinou ao in-memoriã de Eça de Queiroz.

Reli-o agora com redobrado encanto, adivinhando a cada passo, sob a fórmula desenfadada em que está escrito, o esforço comovido duma reabilitação que nos enobrece.

O simples titulo dêste estudo evocará aos leitores que não tenham esquecido as paginas mais belas da «Correspondencia», aquêles misteriosos manuscritos do recatado poeta das Lapidarias, atirados para dentro dum cofre espanhol do seculo xv, e que depois da sua morte seguiram sem ruído nem indiscrições, para os dominios de Starobelsk no longinquo govêrno de Karkoff, entregues à guarda fiel de Madame Lobinska, a erudita e bela colaboradora de Fradique no estudo da velha literatura eslava.

Perdida a esperança de profundar a essência dêsses preciosos textos, certamente desaparecidos, durante a pilhagem e o incendio a que a tragédia canibalesca do bolchevismo não teria verosimilmente poupado tão nobres dominios, o formosissimo estudo de António Sardinha procura destrinçar o fio do pensamento de Fradique, o requintado amavel e desconcertante que Eça encontrou pela primeira vez no seu quarto do velho Hotel Central olhando sorridente um ramo de rosas que o calôr desfolhava sobre volumes de Darwin e do Padre Manuel Bernardes.

Ao percorrermos essas dezenas de paginas em que António Sardinha analisa a gentil personalidade de Fradique, uma emoção indizível nos vai a pouco e pouco dominando. Atrás de Fradique, medalha de duas faces que recorta com tanta nitidez o perfil inconfundível do seu criador, perpassa todo um cortejo de figuras caras à nossa sensibilidade, simbolos talvez incompletos, marcados a largos traços de imperfeição, mas que vivêram tão intimamente e tão intensamente na nossa imaginação que alguma coisa em nós resta que dêles veio.



A influência de Eça de Queiroz foi na verdade enorme. Dessa geração triste e por vezes magnífica dos Vencidos da Vida, Eça foi o que deixou um sulco mais profundo e mais extenso na mentalidade das que se lhe seguiram até àquela que com mais coragem e mais vontade de concluir, resgatou o pecado confessado na carta de Antero a Wilhelm Storck, regressando desassombradamente ao caminho perdido das verdades tradicionais.

Não compreendido primeiro, julgado levemente com a mesma pobreza de vistas daquêlê critico de Fradique que o seu biografo cita com tristeza e enfado, Eça deixou sem sombra de duvida uma obra dum valôr incalculavel. Vestindo às vezes, como o sociologo da Rua de Varennes as mesmas cabaias de seda para cuidar dos males humanos, torturado pela preocupação angustiosa da fórmula e inclinado por um vicio de escola para aquêles obsediantes motivos das Lapidarias e das Prosas Barbaras, que são a causa unica e remota de tôdas as coisas inferiores que os seus livros conservam, o criador de Fradique é, à semelhança dêle próprio, o mesmo problema empolgante dum nucleo são e rijo como as ferragens do velho cofre espanhol que lhe guardava o segrêdo, envolto na quimera enganadora do «mal de siècle».

No estudo de António Sardinha, uma claridade enternecida desce sôbre a daquêlê que parece têr querido ir acabar com Fradique, sob a mesma campa do Père Lachaise, florida todos os anos das violetas de parma que Balzac tanto amava.

Há como que um encontro duma espiritualidade transcendente, o reatamento de laços quebrados e dispersos, a comoção infavel dos versos de Sardinha :

Voz de exilado, pálida, confusa,  
Ó grande avô não penses que te acusa  
Sou eu, descança ! que te vim buscar !

Fradique perde as suas excentricidades de sceptico amavel. Algumas mesmo que lhe restam, não o deformam já nem lhe disfarçam sob a sua casaca fina de diletante do Paris doutro tempo, o pulsar dum coração amigo e nosso. Jacinto, do meio dos seus esplendores do 202, lembra-se de Portugal com ternura. Eça desmancha a mascara cínica e engasga-se na sua emoção fácil e simples de bom rapaz. E todas estas fortes personalidades, tão detalhadas nos seus defeitos e virtudes se transfiguram e fundem numa só, expurgada de todos os vicios estrangeiros, essa suprema figura de Gonçalo Mendes Ramires que é Portugal feito homem.

O espólio de Fradique é a visão da obra de Eça através dum prisma do mais nobre e elevado nacionalismo. A António Sardinha coube ainda essa glória de ter sabido interpretar e exprimir o sentir tantas vezes indefinido e disperso de tódos aquêles que nos melhores livros do criador de Fradique julgaram encontrar motivos de fé e de esperança, o testamento trágico e ansiôso duma geração que perdeu o rumo.

E porque comecei eu por citar S. Paulo nesta vigília do último dia do ano ao lançar ao papel as reflexões que me deixou a leitura de tão belas paginas?

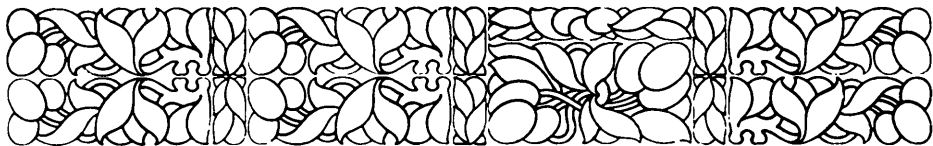
Porque ao espirito me acodem umas palavras quasi proféticas de Eça de Queiroz, que são tódo o resumo luminoso desta corrida para a eternidade em que o facho da verdade passa de geração para geração, ora mortiço e vacilante, ora fulgindo naquêle fogo das revelações divinas de que anda cheio o Velho Testamento.

*«Na invasão asiatica do cristianismo havia a legião dos iconoclastas, para derrubar os idolos e, atraz, a côrte dos apóstolos para fundar a Lei Nova. As Farpas eram iconoclastas: vinham para dismantelar os bustos olimpicos: deviam deixar aos S. Paulos o cuidado de plantar as cruces».*

Viriam depois os S. Paulos para levantar as cruces!

E não sei que mais comovedora e gloriósa consagração que reconhecer que foi António Sardinha quem reergueu mais cruces de fé no pensamento português, charneca desolada por um vento mau, vindo de muito longe...





# A GENEALOGIA DO PENSAMENTO NACIONALISTA

---

Por FERNANDO CAMPOS

## I

**A** GENEALOGIA do Pensamento nacionalista, ou antes, do Pensamento integralista, falando com mais rigor, encontra-se já hoje fixada em termos que não permitem qualquer duvida, quanto á sua raiz bem portuguesa.

Mas, nem por isso deve julgar-se menos necessario e oportuno insistir na demonstração de uma verdade, que nunca poderá ser indifferente a quem pretenda informar com segurança a sua cultura contra-revolucionária.

E, de que assim é, com efeito, vieram persuadir-nos, há pouco mais de um ano, as palavras com que o falecido José Maria de Eça de Queiroz se referia ao *Integralismo Lusitano* e á *Acção Realista Portuguesa*, no prefácio ao último livro póstumo de seu pai, o imortal romancista da *Cidade e as Serras*.

José Mariã de Eça de Queiroz não era um inimigo das ideias que defendemos, transparecendo, até, pelo contrário, em muitos dos seus escritos, a simpatia que professava pelos ideais tradicionalistas das novas gerações. Por isso mesmo, é muito maior a gravidade deste parecer que formulou no referido prefácio ás *Cartas inéditas de Fradique Mendes*:

“Em Portugal, o *Nacionalismo integral* de Maurras inspira o *Integralismo Lusitano*; da *Action Française* fazemos a *Acção Realista*.”

Assim como José Maria de Eça de Queiroz o pensava e o escreveu de boa fé, também outros amigos nossos o poderão pensar, embora o não tenham escrito. E, todavia, nada menos verdadeiro.

Data dos primeiros tempos da propaganda, essa acusação dirigida ao *Integralismo Lusitano*, e depois reeditada contra a *Acção Realista Portuguesa*, e foi ela até uma das armas que os seus adversarios

julgaram brandir com mais eficácia no sentido de aniquilar um movimento doutrinário, cujos princípios se abstinham prudentemente de discutir, embora tantas vezes fossem convidados a fazê-lo. Mas, também, desde a primeira hora, os combatentes do *Integralismo* se empenharam em esclarecer o mal-entendido, provando, com documentos e argumentos irresponsáveis, a origem puramente nacional do seu doutrinário. Assim, logo em Março de 1915, numa carta dirigida ao jornal *O Dia* por Xavier Cordeiro, Alberto Monsaraz, António Sardinha e Hipólito Raposo, declaravam os seus signatários: «As doutrinas do *Integralismo Lusitano* não as inventámos, nem importámos de França, porque elas não se filiam nem precisam inspirar-se nas idéas políticas da *Action Française*, agora muito em voga em bocas de meninos que deram a volta do *boulevard*. São antes um patrimonio historico-politico de bons portuguezes, os grandes tratadistas da primeira metade do seculo passado, que o delirio da vitoria liberalista condenou a um esquecimento ingrato. Quando os pergaminhos da *Monarquia Integralista* não tivessem a consagração tradicional dos juriconsultos de Seiscentos, nas suas formidaveis alegações contra o Castelhanismo opressor, bastaria invocar esse grande livro que é *O Novo Principe*, do Doutor José da Gama e Castro, fisico-mór de El-Rei Dom Miguel I, para nos dispensarmos de recorrer a panaceias exóticas, repetindo, embora com sentido diverso, o erro metafisico dos «regeneradores» de 1820.» (1)

Dois anos depois, ao aparecer o jornal *A Monarquia*, apressava-se o sr. Dr. João do Amaral, que já se ocupara do assunto, anteriormente, (2) a esclarecer quantos se tivessem deixado suggestionar por semelhante acusação, escrevendo no n.º 7 dêsse diario, estas linhas que vou reproduzir, por constituirem um depoimento autorizado :

«O nosso movimento é nacionalista, essencialmente portuguez. Pelo facto de existir em França uma corrente de idéas semelhantes, certos zoilos de botequim nos accusam de francezismo. Note-se que essa gente serve e defende a democracia republicana e constitucional importada de França e de Inglaterra; essa gente não repara que o sufragio, o parlamento e outras guloseimas da sua politica, são instituições sem

---

(1) No jornal *O Dia*, de 23 de Março de 1915.

(2) Num artigo: *Três ideias políticas*, publicado na revista *A Ideia Nacional*, n.º 5 de 31 de Março de 1915, pág. 147 e segs.

patria por isso que não teem patria a liberdade, a egualdade e a fraternidade. As instituições democraticas são carapuças enterradas indistintamente nos mais diversos e antagonicos organismos sociaes.» E terminava os seus comentários, recordando que já António Sardinha afirmára no *Valor da Raça*, que «as instituições dum povo devem ser a criação do seu genio.»

Também por essa época António Sardinha abordava o problema, traçando na Monarquia a *Jornada dum idéa*, (1) com a sua costumada elevação:

«As idéas como os individuos, — dizia o malogrado escritor — têm também a sua genealogia. Não se formam dum jacto, e até que adquiram o amadurecimento completo, são tenteadas e adivinhadas dolorosamente por aqueles que já lhes pressentiam de longe o prestígio dominador. *O Integralismo Lusitano* não é assim um attitude intelectual, decidida numa atmosfera recatada de gabinete. Nós viemos no momento em que as verdades que proclamamos encontraram a sua oportunidade histórica. Essas verdades não as achámos nós, refugiados scismadoramente na torre do Conceito Puro. Essas verdades são dictames positivos, deduzidos com rigôr da observação rigorosa dos factos, e já antes de nós possuíam os seus definidores.» E, depois de ter explanado qual seja o verdadeiro conceito de sciencia política, concluia: «Tais são as bases fundamentais da doutrina integralista. Diz-se *integralista* a nossa doutrina, porque a questão portuguesa se lhe apresenta em conjunto, debaixo de todos os seus aspectos. Não é exclusivamente o aspecto politico que nos preocupa. Preocupam-nos com igual interêsse o aspecto moral, o aspecto económico, o aspecto literario.» E, mais adiante, insistia numa verdade, que, então, ainda poucos conheciam: «Não surgimos, pois, de improviso, desbaratando os dolos com a intrepidez da nossa convicção. Para trás, ao longo das caminhadas ásperas de Portugal, bastantes espíritos nos anunciaram, numa ância dolorida de perscrutarem as incertezas do futuro. Já não falo dos que se mantiveram fiéis aos dogmas de todos os séculos, contra a verdade passageira dum século. Já não falo no marquês de Penalva, em José Acúrsio das Neves, em José Agostinho de Macedo. Falo em Almeida Garrett, amargamente desiludido da ficção por que batalhara. Falo em

---

(1) Artigo mais tarde incluído no volume *Na Feira dos Mitos*, a pág. 27 e segs.

Alexandre Herculano, indicando às gentes vindoiras o Município como o único alicerce a oferecer com segurança para uma sólida reorganização da nacionalidade." E exclamava, ao terminar o seu estudo: "Temos as raízes mergulhadas no coração da Raça!"

Foi isto ao iniciar-se a campanha jornalística da Monarquia, ao organizar-se o *Integralismo* como movimento político, há treze anos bem contados.

Daí para cá, seria difícil e longo enumerar quantos escritos surgiram a refutar essa injusta acusação de plágio, não devendo porém esquecer-se, pelo menos, duas obras de grande alcance doutrinário, nas quais a genealogia do pensamento nacionalista é superiormente delineada. São elas, o *Pensamento Integralista*, do meu camarada Fernão da Vide, e a conferencia do sr. dr. Hipólito Raposo — *Dois Nacionalismos* — recentemente publicada.

Do primeiro desses dois livros, que nenhum nacionalista pôde desconhecer, vou recortar para aqui este passo elucidativo: "Para abonação da legitimidade e rigor com que doutrinariamente deduzimos do interesse nacional a necessidade da Monarquia, basta-nos o depoimento que a favor da boa tradição portuguesa nos deixaram os nossos mestres contra-revolucionários, desde Gama e Castro a Silva Cordeiro, desde Herculano e Oliveira Martins a Gama Barros, Costa Lobo e Alberto Sampaio, — os quais se podem citar como dos melhores entre os primeiros." (1)

Da segunda dessas obras, vou recolher também esta página decisiva para a solução do equívoco:

"Às primeiras infiltrações do veneno revolucionário, logo reagiram a razão e o bom-senso dos mestres portugueses, por todo o século XIX, desde a *Dissertação a favor da Monarquia* (1799) do velho Marquês de Penalva, até ao celebre tratado politico — *O Novo Príncipe*, (1841), do Doutor José da Gama e Castro, que fecha o primeiro ciclo da polémica e doutrinação legitimista. E daqui às primeiras afirmações do *Integralismo Lusitano*, o combate á Democracia e ao Liberalismo não cessou, no pensamento e devoção dos partidários de El-Rei Dom Miguel, escritores e soldados; nas conclusões e depoimentos sinceros dos

---

(1) Fernão da Vide, *O Pensamento Integralista*, Propriedade da Junta Provincial da Estremadura, Lisboa, 1923, pág. 63.

historiadores, como nas críticas e ironias de altos espíritos que, para maior autoridade, se intitulavam e eram os filhos legítimos ou pupilos românticos da Revolução.

“Em Portugal, como em França, nós podemos encontrar e seguir a distância o curso de um pensamento contra-revolucionário, juntando o frade e o livre-pensador em perfeita harmonia de comentário, em flagrantes expressões de justiça política e histórica.

“Aos grandes polemistas e reconstrutores da Legitimidade Dinástica, a Frei Fortunato de S. Boaventurà, a José Agostinho de Macedo, a José Acurcio das Neves, ao Visconde de Santarem, a Ribeiro Saraiva, a Gama e Castro, podemos nós associar Garrett, Herculano, Camilo, Antero, Oliveira Martins, Alberto Sampaio, Gama Barros, Eça de Queiroz, Fialho de Almeida, Ramalho Ortigão e outros, nos seus momentos de protesto e sinceridade.”

“A lição dêsses Mestres prova e esclarece os antecedentes nacionais da reacção intelectual e política que o Integralismo Lusitano se propôs, tendo invocado tão valiosos testemunhos, desde os primeiros passos da sua cruzada.” E o sr. dr. Hipólito Raposo acrescenta o seguinte, que pela sua importancia, se me afigura indispensável arquivar neste ensaio: “Quando em França atribuíram a Charles Maurras a paternidade do ideário político por que lutava, ele declarou lealmente: *«On m'a voulu faire l'honneur d'un système. Je n'ai rien inventé du tout. Mon objet, la Monarchie française, préexistait, puisqu'elle a fait la France, qui nous a faits.»*

“Mas, se não havia nem houve necessidade de importar de fóra o que em nossa casa tínhamos, — declara ainda o autor da citada conferência — ofereceu-nos o grande movimento francês o mais completo documentário que poderíamos desejar para instruir o processo da Democracia, que em toda a parte é o mesmo; o prestígio de nomes literários como Bourget, Lemaître, Bordeaux e outros serviam-nos para apoiar a reabilitação da Realeza num país de monárquicos em que o próprio Rei fôra educado para republicano; e finalmente não considerámos vergonha pessoal nem traição nacional abrir a inteligência à luz de muitas verdades que mestres franceses ou polacos nos ensinassem e que por nós próprios não conseguiríamos descobrir.” Em conclusão: “Sem a *Action Française*, o *Integralismo Lusitano* teria nascido e teria vivido; com a *Action Française*, êle pôde viver e alentar-se por uma nova e poderosa razão de estímulo intelectual, por uma actualização do crédito da Filosofia Política da Monarquia.” — “Para duas nações doentes de Democracia, o remédio evidente era a instauração da verdadeira Realeza. E nessa terapeutica,

os primeiros integralistas procederam com tanto escrúpulo nacional, que chegaram a ser acusados de estar atraíçoando em Portugal o pensamento político de Charles Maurras.» (1)

E o autor dos *Dois Nacionalismos*, recorda seguidamente um texto de António Sardinha, que não pode também ser esquecido nesta recapitulação que estou fazendo de alguns testemunhos dos principais defensores do Pensamento integralista:

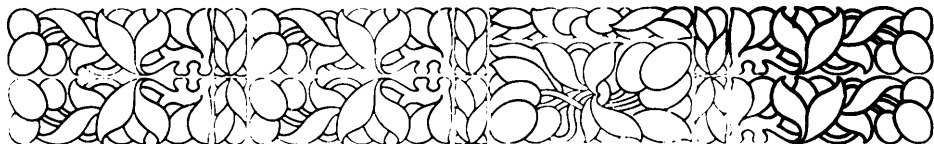
«A superstição da Antiguidade—escrevia o saudoso doutrinador—desvirtua ainda hoje atravez da miragem da Renascença a filosofia que preside em França ao rejuvenescimento conservador. Trata-se dum ponto,—e ponto radical esse—, em que o *Integralismo Lusitano* diverge inteiramente do pensamento brilhantissimo de Charles Maurras. Pela victoria desmedida do romanismo e pelo espirito solto dos humanistas, a Renascença é o mal irreparavel donde deriva a decadencia das nacionalidades christãs. A Revolução já vinha no ventre da Renascença. Jean-Jacques não interpretou senão as idéas correntes nos Legistas sobre a comunidade primitiva e o seu primitivo contracto. A aspiração do dominio universal conduzia logicamente a esse tipo abstracto de humanidade de que resultou a proclamação dos *Direitos do Homem*. Excessivamente linear, ferozmente geométrica, a razão clássica constituia a seu modo um modelo de cidade, em que os condicionalismos historicos desapareciam diante da preocupação greco-romana que trazia enfeitichados os melhores espiritos.» (2)

(Continua no próximo fasciculo).

(1) *Dois Nacionalismos—L'Action Française e o Integralismo Lusitano*, por Hipólito Raposo, Lisboa, Livraria Ferin, 1929, pág. 99 e segs. — Essas acusações a que o auctor se referia, eram formuladas por Mariotte, no n.º 45 de *Os meus cadernos*, de Junho de 1916.

(2) António Sardinha, prefácio á *História e Teoria das Côrtes Geraes*, do 2.º Visconde de Santarém, Lisboa, 1924, pág. xxv.





# Realidades

---

Por DAVID MOREIRA

**N**ÃO sei se os senhores já alguma vez pensaram que o virus da doença que vamos eliminando do organismo nacional também se poderá manifestar dêste lado da trincheira e que, se é intuitivo que o nosso combate se determine pelo conhecimento da localização dêsse virus, é ainda mais racional aceitar a possibilidade de êle contaminar alguns dos operadores que têm de suportar a sua virulência.

Se é princípio assente que, no mundo social e político, nada há que se possa considerar isolado, têmos logicamente de admitir que certos fenómenos, à primeira vista inexplicaveis e absurdos, sejam rigorosamente definidos quando se analisem os factores que os determinaram, classificando a sua identidade e influências íntimas que receberam do meio ambiente com o qual é preciso sempre contar para melhor e mais seguro juízo.

Ao apresentarmos estas duas proposições que servirão para ilucidar o desenvolvimento de certos pontos de vista que não reputamos orientadores mas apenas seqüentes, dentro da lógica mais elementar, dos pontos de partida que essas duas proposições pretendem representar, desejamos apreciar a posição do Integralismo Lusitano, êsse Integralismo que jãmais se rendeu a abstrações obtusas de homens alapardados à sombra do seu espírito prático, perante o facto *conservantismo* e *burguesismo* em que repousa a sociedade portuguesa.

Começêmos pelo princípio para encontrarmos o fio conductor e, dessa inicial, ascendâmos às suas diversas ramificações e, ao fim, talvez seja possível que mais largo campo se ofereça a meditações proveitosas àcêrca da situação que defrontamos. Não estranhem falarmos nós em meditações que êsse estado de espírito também se presta a penitência e todos nós temos muito que nos penitenciar dos erros que entorpeceram a nossa acção e que dificultaram os nossos movimentos.

E começar pelo princípio, é ir às raízes, penetrar até ao âmago

das coisas; é, na frase já consagrada, confessar o verbo ao princípio de tudo quanto dinamiza as sociedades ou as almas para fins superiores, e partir da inteligência e do espírito para o que é bruto e perecedeiro.

Não conhecêmos mais justa aceitação dêste princípio do que admitir o primaciado da regra e da disciplina a orientar seja o que fôr que se tente nos domínios da Inteligência, do que acreditar no imperativo das conseqüências emergentes da franca e incondicional adesão a essa regra pré-estabelecida.

Dispensamo-nos de esmiúçar os antecedentes que permitiram a eclosão do movimento integralista. Essa veleidade não a comporta a escassez das páginas desta revista e levar-nos-ia longe de mais; tódos os leitores que sentem a dôr do seculo XX conhecem de sobêjo os motivos geradores do movimento a que a nossa humildade se orgulha de pertencer.

Esse movimento eclodiu numa sociedade do torpes conselheiros impantes na sua irracionalidade e de bandos políticos espingardeando-se nas ruas e praças de Portugal, qual dêles o mais apostado em exaurir o tesouro nacional, e, muito à parte dêsses bandos acossados pela fome e pela cubiça, vivia a Nação nirvânicamente contemplativa, conformada com a sua sorte, possuída da idéa axiomática que não velaria a pênha lutar, que a apagada e a vil tristeza permaneceria para tódo o sempre sôbre as consciências donde o liberalismo varrêra o ânimo viril e a posse da sua própria personalidade.

Já o 5 de Outubro fôra uma desordem sem outra vantagem do que a de sacudir um regimen alicerçado na cobardia e na traição política, na falta á palavra dada; já então o tédio empolgava os melhores espíritos do país, e como a anarquia era de origem, também se tinha visto há poucos anos uma nação inteira vibrar de alegria com o assassinato dum Rei e dum Príncipe, manifestação demonstrativa duma mentalidade mais bárbara do que a das tribus errante de qualquer região do interior da África.

E o Integralismo, apostolando e combatendo, foi encontrando as primeiras resistências. Os conservadores da nossa terra nunca o compreenderam e abaluartados numa causa que por ironia se dizia monárquica, com um chefe de quadrilha que por afronta se dizia Rei, só o interpretaram até ao ponto em que êle poderia servir aos seus interesses e abrir caminho com os seus sacrifícios para os colocar, a êles, aos foles vasios, nos altos cargos do estado.

Idéas, doutrinas, estudo, nada disso era preciso para triunfar e arremessavam-nos à cara, em gestos demosténicos, com, o seu espírito prático, com o seu conhecimento profundo dos homens e das coisas, com a influência diplomática do seu chefe que ficou altamente comprovada

quando nos salvou duas vezes a independência sem que os 6 milhões do rebanho de Panúrgio lhe podessem agradecer a generosidade...

Foi assim que, ouvindo os cantos de sereia, aquilo que era mais árido que os areais saharianos, mais anti-racional que a quadratura do círculo, mais estúpido mesmo que a mentalidade do útil e sacrificado bicho que nós injustamente apelidamos de burro, revestiu à vista e ao olfacto de tantos que se deixaram iludir sem um prévio exame à razão das suas razões, o aspecto duma planície humosa fecundada pelo sol e pela humidade, dum sistema tão científico como o de Kepler para explicar o movimento dos planetas, duma inteligência e subtilidade tão vivas como as que fundamentam os sistemas de filosofia.

Dêsse estado de espírito que por si só revela a capacidade duma causa de coisa nenhuma, nasceu a ofensiva contra o Integralismo que, coartados os seus meios de defeza, se obrigou a retirar, por força das circunstâncias, da actividade e combate políticos sem nunca se ter que arrepender das acusações que dirigiu nem que quebrantar a conduta que hoje em dia é a mesma e será sempre perante o maior escalracho nacional.

Deixou-se, pois, entregue à indigência duns, à credulidade doutros, e à traição e doblez de certos pássaros bisnaus, o campo para a realização dos seus fins.

Como fins prespõem princípios e meios e como a hilariante história das influências não tinha princípios nem meios, nem pés nem cabeça, claro está que a gangrêna prosseguiu no seu curso, abrindo aqui uma brecha, além derrocando, mais longe minando, até que tôdo o edificio veio abaixo e nós que supunhamos ir encontrar um alfobre de coisas pelo mênos destinadas a figurar nos museus de arqueologia... de arte antiga, nem isso tivemos para alegrar o nosso sentimento artistico e deparamos com teias de aranha, com sombras e com a bicharia que é uso e costume acampar nos edificios abandonados. No meio, a sombra máxima do exilado, o símbolo máximo de tôda a vacuidade e de tôdo o deserto em que os mais longínquos habitantes de Neptuno costumam ainda passear os seus ócios, com uma tal expressão de saúde que nos deixa boquiabertos com a espantosa resistência de certas crendices que vivem e perduram ainda mesmo neste século em que há realidades nuas e cruas.

Eis, meus senhores, porque considerando os factos encadeados e não isolados se poderá chegar a uma conclusão. Eis a posição do Integralismo morto em face da mentira e podridão da sociedade burgueza e conservadora.

Deixa-se agora que no seio da terra, onde as raízes vão buscar as

seivas que se hão-de elaborar para mais intensa e maior vida, se realize o milagre da ressurreição.

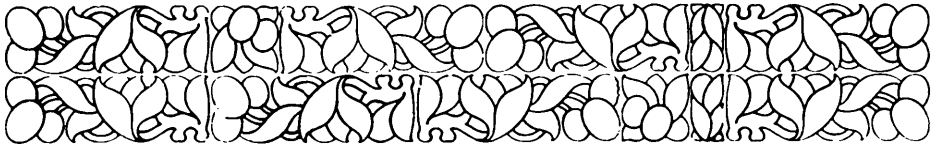
Deixe-se que a chama que voltou à terra se reacenda e anime uma vez mais tudo o que nos envolve; ela surgirá de novo para confusão e vingança dos nossos inimigos, clamando os protestos de inteligência escarnecida, do sentimento pátrio obliterado, da unidade nacional esface-lada; a nossa fé nos diz que a chama virá outra vez calcinar as más vontades, reduzir as traições, dominar, enfim, sôbre a mentira que sôbre nós pesa.

• E o labôr dos combatentes e semeadores do Integralismo, sem o qual nós persistimos considerar Portugal uma nação sem alma, vivendo à mercê da condescendência de estranhos, será ainda então mais benéfico mais largo em extensão, irá mais longe em profundidade.

Esperemos o milagre de Lázaro:

Levanta-te e caminha!





# Ce que la Civilisation doit aux Portugais

---

à M. Paul Courcoural

**L**E royaume de Léon était divisé en provinces, et une de ces provinces fut connue vers le milieu du IX<sup>e</sup> siècle sous le nom de *Portucale*. Pendant le règne de Alphonse VI, roi de Castille et de Léon, probablement vers 1093, un noble Français arriva en Espagne, qui, comme beaucoup d'autres, venaient défendre le christianisme contre les Maures qui infestèrent la Péninsule. C'était Henri, arrière-petit-fils de Robert II roi de France, et petit-fils de Robert Duc de Bourgogne.

Quelque temps après, Henri nous arriva marié avec Dona Thérèse fille de Alphonse VI et seigneur de la région qui s'étend au sud du fleuve Minho, le territoire qui formait le comté de Portucale.

La mort de Alphonse VI donna lieu à de grandes luttes ; le comte Henri en profita, pour commencer la réalisation de son rêve : l'indépendance du comté, comme Navarre et Castille avaient déjà fait.

Mais la mort faucha trop tôt ce héros et il ne put mettre en pratique ses désirs, qui se réalisèrent bien plus tard, mais complètement. Dona Thérèse continua brillamment l'oeuvre initié par son mari. Il était écrit que ce devait être le fils de Don Henri et de Thérèse l'homme qui devait consolider l'indépendance et fonder le Royaume de Portugal. Tous les princes d'Espagne prêtèrent vassalage à Alphonse VII, qui s'intitula Empereur des Espagnes, un excepté, et ce fut Alphonse Henriques, qui prit le titre de Roi de Portugal.

Et ainsi fut fondée une Nation, qui un jour pratiquera les plus extraordinaires prouesses, qui élevèrent le nom de la Latinité si haut, et qui devait rendre de si importants services à la cause de la civilisation.

Toute l'oeuvre de la première dynastie, à partir de Alphonse Henriques jusqu'à D. Fernando, était une oeuvre territoriale, tant en conquêtes comme en développement agricole et commercial.

Alphonse Henriques et son Père surent, aidés par des éléments géographiques et ethnographiques, faire du comté Portucalense une nationalité nettement différenciée. Et il est curieux de voir comme le comte Henri défendit la cause de l'Indépendance.

Il fit venir ses compatriotes, amenant des soldats de France, distribuait des terrains à des familles françaises et éloignait habilement les habitants de Léon.

Ce fut donc un illustre fils de France qui conçut le premier l'idée de la fondation du Portugal. Nun'Alvares, héros portugais — qui joua le même rôle dans son pays, comme Jeanne d'Arc — héros et saint comme cette extraordinaire fille de France, ce fut lui qui dérouta et battit en retraite dans le célèbre bataille d'Aljubarrota, les Espagnols qui avaient envahi Portugal et ainsi fut fortement consolidé le royaume de Portugal sous la dynastie de Avis (1385). En ce moment arriva le Prince Henri le Navigateur.

Dés le VIII siècle se déroulèrent dans la Péninsule ibérique des guerres terribles entre les chrétiens et les infidèles. Les Arabes furent dans la Péninsule à peu près 800 ans. Et quand Grenade fut tombée dans les mains des chrétiens, on aurait pu croire que la domination des Arabes était tombée. Mais erreur, une nouvelle invasion se déclencha comme un funeste tremblement de terre à la fin du XIV siècle dans l'extrême Orient de l'Europe. Rapidement les turcs descendent, en déroutant les Serbes, les Bulgares et les Grecs. La chrétienté était menacée du péril éminent. Chypre et Tripoli tombèrent au pouvoir des Turcs et Constantinople fut sérieusement menacée.

Au commencement du XV Siècle le conflit était toujours terrifiant. En déroutant encore une fois les Hongrois, les turcs arrivèrent sur les rives du Danube.

Nous voilà dans l'année 1415, et, dans la lutte pour le christianisme, on avait le nom de Portugal.

Avec la victoire d'Aljubarrota, Portugal avait consolidé son indépendance; il était donc prêt à entreprendre son rôle grandiose d'initiateur des découvertes.

Et ainsi, en 1415, Ceuta tomba dans les mains des Portugais, et a commencé la série des découvertes et des conquêtes.

Ceuta fut pour Henri le Navigateur (fils de D. Jean I, le premier roi de la deuxième dynastie) pas une fin, ni un but, mais un moyen pour les futurs événements. C'était l'initiative du songe d' Henri qui, à toute force, voulait être mis en pratique : la conquête des Indes, pour écraser les musulmans et sauver l'Europe, qui était si menacée. Le plan était

gigantesque. Une partie était territoriale — conquérir le Maroc pour défendre la péninsule; l'autre partie était sur mer, pour détruire le pouvoir commercial des infidèles dans l'Inde et dans la Mer Rouge. Et ainsi le prince Henri donna au Portugal les Azores, Madère, quelques îles du Cap Vert etc.

En 1478 l'Albanie tomba au pouvoir des Turcs et plus tard Constantinople aussi, et Mahomet II pensa envahir l'Italie. Cette célèbre parole est de lui: «Mon cheval mangera son avoine sur l'autel de St. Pierre de Rome. Vu que dans le ciel il n'y avait qu'un Dieu, sur terre il ne devait régner qu'un prince.» Et dans ce moment grave pour la civilisation, au temps du pape Sixte IV, on préparait en Portugal la défense religieuse et politique. L'Inquisition, l'expulsion des juifs, la fondation de la Compagnie de Jésus sont des moyens de défense. Le pape Innocence VIII monta au pouvoir et prétend organiser une formidable croisade avec la collaboration de tous les pays chrétiens; mais l'Europe centrale se débat dans des luttes sans gloire et le pape meurt sans voir réalisé ce projet. Quelques années après, Vasco de Gama pris le chemin des Indes, pour attaquer les Turcs, et c'est ainsi que le Portugal sauvait l'humanité d'une nouvelle invasion des barbares.

Et ceux qui lisent les *Lusiadas*, un des plus merveilleux poèmes que le génie humain ait produit, verront comme Louis de Camões critiquera violemment les nations européennes, leurs manières d'agir, qui, au lieu de s'unir, se dispersèrent dans des luttes politiques et religieuses, tant internes, qu'entre des nations voisines.

La découverte de l'Inde était le premier coup formidable à la Turquie. Les Portugais furent attaquer les infidèles chez eux-mêmes.

La découverte des Indes est un fait sans égal dans l'histoire du monde et l'Europe assistait étonnée à la décadence de Venise commerciale.

Ce fut alors Lisbonne qui eut la prédominance du commerce européen. L'Atlantique avait dérouté la Méditerranée. En 1500 Pierre Alvares Cabral découvrit le Brésil.

D. Manuel, roi du Portugal et des Algarves d'avant et d'outre-mer, en Afrique Seigneur de Guinée et de la conquête, navigation et commerce de l'Ethiopie, Arabie, Perse et Inde, confia le gouvernement de l'Inde à Alphonse d'Albuquerque, un des plus grands génies militaires que l'Humanité a créés. Et cet extraordinaire foudre de guerre, fondant l'Empire portugais des Indes, sut créer là des positions indispensables stratégiques, Ormuz, Goa et Malaca. Et ce fut ainsi que le péril de l'invasion turque en Europe fut éloigné.

Le Portugal, pays alors minuscule, ainsi collabora à la Renais-

sance : a navigné le premier aux côtes occidentale et orientale d'Afrique, découvrit et conquit l'Inde, découvrit et colonisa le Brésil, sauva la civilisation de l'invasion des musulmans, en les déroutant en Orient. Plus que la moitié du monde fut mise aux yeux de l'Europe par les Portugais. La *caravela* portugaise traversa les mers dans toutes les directions. Les Portugais découvrirent le Canada, le détroit de Magalhães (Magellan), par ou ont passé les Portugais et les Espagnols qui firent les premiers le tour du monde.

Et le Japon et l'Australie?! Ce furent aussi les compatriotes de Vasco da Gama qui y arrivèrent les premiers. Si la France possède aujourd'hui Madagascar et l'Angleterre le Cap de Bonne Espérance, ils ne doivent pas oublier que ce furent les Portugais qui y débarquèrent pour la première fois. Ils découvrirent aussi l'île Ste. Hélène, où mourut Napoléon.

Au XVI siècle, le Portugal donna au monde les génies de Gama, Albuquerque, Camões. Dans ces merveilleux efforts le pays semble s'être épuisé. Pendant quelques siècles, le Portugal resta, en effet, dans une situation effacée. Mais, quand même, ce sont très grandes ses possibilités. Après l'Angleterre et la France, c'est lui qui possède les colonies plus vastes et plus riches.

Angola et Mozambique sont en train de se développer extraordinairement et ces deux pays immenses seront bientôt appelés tout-à-fait à la civilisation, pour la plus grande gloire de la Race Latine.

FERNANDO DE CASTRO PIRES DE LIMA.





# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1829

GUIMARÃES HÁ 100 ANOS

## Julho

**Dia 3**—Deram entrada na cadeia da correição João Teixeira, Manuel Dias Carneiro, Manuel José Rodrigues, Bernardo Leite Peixoto, Manuel Pires Barroca, Antonio José da Silva, Francisco de Abreu e Caitano de Pinho, todos desta vila, presos pelo meirinho e oficiais do corregedor, por ordem do mesmo, por estarem jogando jogos proibidos pela lei. Foram soltos no dia 5 deste mês e ano.

Acordam da Alçada, na relação do Porto, fazendo autos sumarios a 20 reus presos, assinando-lhes 5 dias para dizerem de Facto e de Direito a bem da sua defesa, o qual lhes foi intimado neste mesmo dia, sendo um dos presos José de Souza Bandeira, escrivão proprietário do publico judicial e notas, desta vila, casado com Ana do Couto Gouveia, natural da cidade de Lisboa e residente nesta vila, de 39 anos de idade, filho dos falecidos José de Sousa Bandeira e D. Joaquina Inacia.

**Dia 4**—Em vereação foi deliberado, unanimemente: por ser 3.<sup>a</sup> feira, 7, «o aniversário do Juramento que S. M. o Sr. D. Miguel I.<sup>o</sup> tomou, de ser Nosso Legítimo Soberano destes Reinos e Senhorios de Portugal, que se annunciasse tão glorioso dia» na vespera, por um solene Bando Real, e que no dia houvesse um solene *Te-Deum* na Colegiada e à noite iluminação geral. — Preços da feira, 1\$00, 360, 240 e 260.

Vistosa iluminação no adro de S. Sebastião, à qual assistiu o general da provincia D. Alvaro, que aqui se achava, por ser no dia seguinte a festa do Santissimo na mesma igreja. (P. L.)

Lê-se no «Correio do Porto» dêste dia a noticia seguinte, sem data: — Tendo o coronel comandante do batalhão de voluntarios realistas de Guimarães pedido a S. M. a Graça para todo o batalhão do seu comando poder uzar da medalha com a Sua R. Efigie, para assim fazer sobresair os serviços consideraveis deste Corpo, e ao mesmo tempo gravar nêle e nos vindouros os sagrados caracteres de amôr e adesão ao mesmo Augusto Senhor, S. Mag. se dignou anuir ás suas supplicas, permitindo que todo o Corpo de Voluntarios de Guimarães podesse usar da medalha com a S. R. Efigie, o que o ex.<sup>mo</sup> Duque Coronel General acaba de participar ao coronel comandante do mesmo batalhão.

**Dia 5**—Celebrou-se com grande luzimento na igreja de S. Sebastião a festa do SS.<sup>mo</sup> Sacramento.

**Dia 6**—De tarde: Luzido Bando, por ordem da Câmara, que ordenava houvesse luminarias na noite seguinte por sêr o aniversário em que S. M. o Sr. D. Miguel I.<sup>o</sup> tinha dado o juramento de manter as leis fundamentais da Monarquia

Portuguêsa, e que se adornassem as janelas das ruas por onde passasse o carro com a real effigie do sr. D. Miguel. (P. L.)

**Dia 7** — De tarde houve um solenissimo *Te-Deum* na Colegiada, a que assistiu a maior parte da nobreza, clero, etc. Findo este religioso acto saíu do Terreiro das Claras um «asseiadissimo» carro com a real effigie de S. M. o Sr. D. Miguel 1.º acompanhado e puxado por conegos, frades e outras pessoas de diferentes classes. Não só estavam endamascadas as janelas das ruas por onde passou este carro, mas também quasi todas as ruas e becos da vila. A' noite houve iluminação geral e varios grupos de gente cantando hinos. Os foguetes do ar e os repiques de sino foram imensos. (P. L.)

**Dia 9** — D. Miguel concede o uso da medalha de ouro com a Sua R. Effigie ao P.º Manuel Joaquim Ribeiro Gomes de Abreu, correio assistente em Guimarães, a sua irmã e familia, a Gaspar Ribeiro Gomes de Abreu e Antonio Ribeiro Gomes de Abreu.

Neste dia e nos dias 10 e 15 houve touros e mascaras no Campo da Feira, pela mesma intenção do dia 7. (P. L.)

**Dia 10**—Decreto: nomeando alferes agregado do batalhão de voluntarios realistas de Guimarães o alfares do 1.º batalhão, João Xavier Lopes de Paiva; demittindo, por o requerer, alegando motivos atendiveis, o tenente do mesmo, Manuel Freitas Ribeiro; reformando, na conformidade da lei, o capitão do mesmo batalhão, graduado em major, João António da Silva Ribeiro.

**Dia 11**—El-Rei D. Miguel, em audiencia, deu beija-mão a José Joaquim Soares, criado particular do Visconde de Azenha, concedendo-lhe a graça de usar

da medalha de ouro com a R. Effigie, e igualmente a Fortunato Cardoso de Menezes Barreto, major de voluntarios realistas e a Manuel Carvalho de Vasconcelos.

**Dia 17**—Provisão del-rei D. Miguel nomeando médico do partido das Caldas de Vizela, por despacho de 6 de Abril, vago pela fuga do bacharel Antonio Joaquim Ferreira de Castro, que se havia unido ao partido rebelde do Porto, ao bacharel em medicina, Antonio José de Sousa Basto, para que fôra nomeado interinamente pelo juiso da provedoria de Guimarães.

**Dia 19**—Houve touros no terreiro de Santa Clara com mascaras e um baile. Tudo isto foi continuação das festas que se fizeram pelo aniversário do juramento que S. M. o Sr. D. Miguel I deu de manter as Leis Fundamentais da Monarquia Portuguesa. (P. L.)

**Dia 20**—E' preso pelos voluntarios desta vila o padre Francisco Xavier Pereira dos Guimarães, presbitero, natural e residente na rua de Santa Luzia, de 58 anos de idade, por ter ficado envolvido na devassa eclesiastica que se tinha tirado nesta vila. (P. L.)

**Dia 29**—O D. Prior escreve de Lisboa ao cabido participando-lhe que el-rei D. Miguel, em virtude da exposição que neste dia lhe fez, concedêra aos conegos e mais clero da sua colegiada, aos parocos actuais das igrejas do padroado da mesma e aos procuradores agentes actuais dela, a graça de usarem da medalha de ouro com a sua Real Effigie, atendendo à constante e inalteravel fidelidade que o mesmo cabido lhe consagrava.

\*

Carta régia dirigida ao secretario e confrades da confraria de N. Sr.ª da Oli-

veira da Insigne Colegiada da Vila de Guimarães — «Eu El-Rei (D. Miguel) vos envio muito saudar. Havendo os senhores Reis destes Reinos conservado sempre a Religiosa e Exemplar Devoção de Se nomearem a Si mesmos Juizes dessa Confraria, ou Nomearem na Real Familia Principes e Infantes, que o fossem, Conformando-Me com este virtuoso e hereditario exemplo: Hei por bem, e por Devoção, Nomear-Me a Mim por Juiz da referida Confraria, o qual Me pareceu participar-vos, para que assim o fiqueis entendendo. Escripta no Palacio de Queluz, em 29 de Julho de 1829 Rei.

\*

Em vereação:—Preços da feira 1\$00, 320, 320 e 250. O procurador requereu e foi deferido, fazer-se um livro para a receita do Senado, por estar findo o corrente.

## Agosto

**Dia 1**—Veio um forte destacamento do n.º 12 que estava em Braga. Parte dêle foi para Fafe render outro que lá estava e o resto ficou aqui para render o de milicias que estava ha longos tempos. (P. L.)

- \*

Chega o general da provincia, D. Alvaro, para assistir à feira de S. Gualter. (P. L.)

**Dia 2**—Por acordam desta data, da Alçada do Porto, foi condenada em 5 anos de degredo para as ilhas de Cabo Verde,

em 50 mil reis para as despesas da Relação e nas custas dos autos, Francisca Teresa, padeira em Guimarães, solteira, natural da freguezia de Paradela, couto de Bouro, comarca de Viana.

**Dia 6**—O doutor José Teles da Silva, D. Prior de Guimarães, escreve de Lisboa ao seu cabido, participando-lhe que «seu amo e senhor el-rei D. Miguel» lhe concedera todas as honras, preeminencias, regalias, distincções e prerogativas de seu Capelão-mór.

**Dia 9**—Chega a noticia de o cabido ter sido agraciado com a real effigie do sr. D. Miguel 1.º (P. L.)

El-Rei D. Miguel, atendendo ao que lhe expôs Frei Manuel Luiz da Conceição —o Terra Santa,—permitiu que a D. Abadessa, as religiosas e as educandas do mosteiro de Santa Clara de Guimarães, possam usar a medalha de ouro com a sua real effigie. Tambem concedeu o uso da dita medalha de ouro e da medalha da Fidelidade com a real effigie de D. João VI, a todos os empregados publicos desta vila.

**Dia 22**—Preços da feira: 850, 320, 310 e 260 reis.

**Dia 23**—Chega a noticia de ter falecido em Lisboa a princêsa viuva, Serenissima Senhora D. Maria Francisca Benedita, tia do Senhor D. João VI. (P. L.)

# PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

## DA VIDA : DOS FACTOS : DAS LETRAS

*«Entre nós, no mundo do pensamento, nos intellectuais e nos que estudam, a reacção salutar contra a doutrina revolucionária é admirável.*

*«Só a não vêem os que não querem. Ela está em tudo.*

*Na política, onde a contra-revolução tem por ardidos paladinos alguns dos mais altos e nobres espíritos portuguezes.*

*Não congrega o «Integralismo Lusitano», a única escola de filosofia política que temos, os melhores elementos da nossa vida intellectual?»*

ALBERTO PINHEIRO TORRES.

### Na Cruzada do Resgate

*Mais um ano passado em defeza de Portugal. Mais um ano que se iniciou, na cruzada do Resgate, na defeza daquêles princípios que mais e melhor servem os interesses nacionais.*

*E, cada ano que finda, é mais um grande passo dado no vasto campo onde renhidamente, se levanta a bandeira do Pelicano em investida aos últimos reductos do inimigo.*

*Têmos seguras garantias de vitória. E se de tôdo ainda a não podemos gritar é porque as idéas que combatemos deixaram o campo repleto de ruínas que nós temos de remover, momento a momento, para que não continuem a prejudicar o nosso avanço vitorioso.*

*Unidos no mêsmo pensamento, continuêmos no combate sem tréguas ás doutrinas anti-nacionais do Liberalismo e da sua aliada natural:—a Maçonaria.*

*Os ultimos reductos do inimigo preparam-se para a offensiva. Sentem-se já os alaridos das hordas selvagens em batuques epilêpticos. De fauces escancaradas seus dentes carneiros sentem ganas de combater ás mordedelas.*

*Sejamos firmes e unidos no cambate, para que ninguém nos possa surgir sinistramente na frente a deter a nossa marcha com o agoirento—«Ter! Ter!»—que sepultou os nossos melhores valôres e a doirada esperança de D. Sebastião nos areais de Alcacer.*

*Confessêmos— com António Sardinha— um acto de fé no porvir, porque «o Portugal Maior espera por nós, para romper as pedras do sepulcro e sentir a glória do Terceiro Dia.*

*Cavaleiros da Grey ajuramentai-vos debaixo da invocação de Nun'Alvares! Nun'Alvares pertence-nos, — é o nosso eponimo tutelar.*  
*Ao combate! Ao combate, pois!*

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

## Novos Colaboradores

Nêste fasciculo iniciam a sua colaboração nesta Revista os nossos queridos camaradas, snrs.:

*Fernando Campos*, espírito culto da nova geração, escritor distintissimo e apreciado, autor dos dois belos livros *Os nossos mestres* e *Camilo contra-revolucionário*. O estudo com que abre a sua colaboração é de veras admiravel e cheio de oportunidade.

*David Moreira*, camarada querido e espírito ardente e combativo que tem colocado ao serviço do Integralismo tôdo o seu melhor esforço de lutador.

*Fernando Pires de Lima*, outro novo cheio de valor, que se tem consagrado aos estudos históricos e folclóricos e é um dedicado soldado do nacionalismo.

«*Gil Vicente*» agradece a todos a grande honra que lhe concedem com a sua valiosa colaboração.

## «A Ordem Nova»

Sob a direcção do nosso bom amigo e querido camarada Laurentino Cerdeira, iniciou a sua publicação na risonha vila de Fafe êste denodado semanario nacionalista, que grandes e relevantes serviços vem prestando com a sua propaganda persistente e bem orientada.

Saúdando o nôvo combatente,

abraçamos em Laurentino Cerdeira todos os nossos valorosos camaradas de «A Ordem Nova».

## Os que nos auxiliam

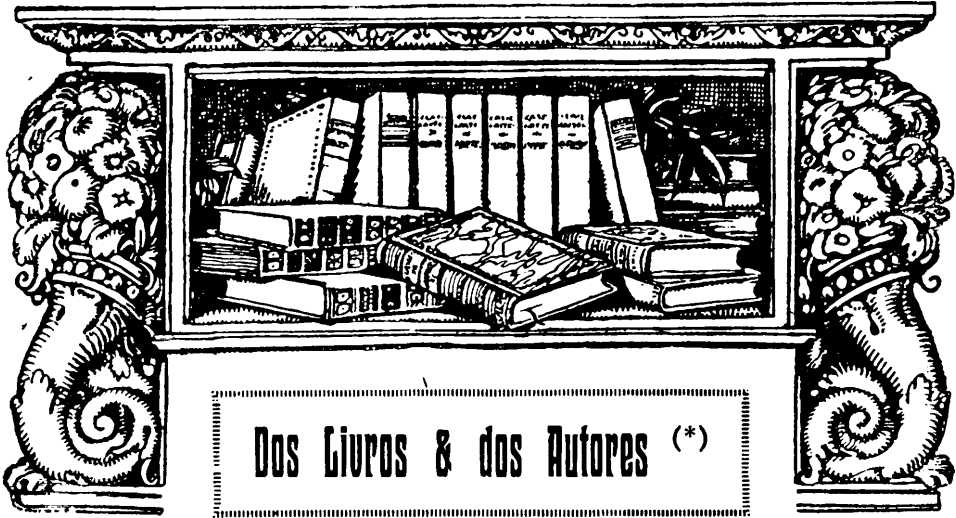
Enviaram-nos listas de novos assinantes os nossos bons amigos snrs. Fernando Campos e Amadeu Esteves Pereira. Agradecendo a êstes queridos amigos o auxilio que nos prestam, daqui incitamos todos os nossos camaradas para que lhes sigam o exemplo. Assim conseguir-se-há, de ano para ano, tornar maior e mais proficua a penetração das doutrinas de salvação nacional que nos orientam. Que todos nos auxiliem a restituir á nossa Pátria a unidade nacional que a democraeia destruiu.

## Serviço de cobrança

Após a distribuição dêste fasciculo, vamos enviar para o correio os recibos referentes aos fasciculos 1 a 6 da série actual.

Esperamos, e antecipadamente agradecemos, que os nossos prezados assinantes lhes dispensem o seu bom acolhimento, afim de nos evitarem novas e honerosas despesas de correio.

Aos assinantes em atrazo de pagamento rogamos o favôr de nos enviarem as importancias em divida, para lhes não ser suspensa a remessa de «*Gil Vicente*».



## Dos Livros & dos Autores (\*)

OS NOSSOS MESTRES, por *Fernando Campos*.—Portugalia—  
Editora.—Rua do Carmo, 75—Lisbôa, 1924.

Nêste livro valiosissimo encerram-se os mais vibrantes depoimentos sobre a Revolução Francêsa, a Democracia, a Liberdade, o Parlamento, a República, o Nacionalismo, a Tradição, a Monarquia, o Rei, a Família e a Organização Económica.

O sr. Fernando Campos, que é um nacionalista fervoroso e consciencioso, prestou um alto serviço reunindo e publicando tão belos depoimentos subscritos pelos mais altos espiritos de escritores portugueses, que pela sua benéfica influencia, lançaram as bases do ressurgimento nacional.

Livro sólido de erudição e doutrina, *Os nossos Mestres* constitue um breviário que nos põe em contacto com as verdades e as directrizes superiores e eternas que hão-de fazer renascer Portugal.

SAUDADE MINIHA, por *Guilherme de Faria*.—Lisboa, 1929.

As faculdades mais salientes do malgrado e infeliz poeta Guilherme de Faria revelam-se nitidamente nêste precioso livro de versos em que se reúnem as mais belas, mais suaves e mais encantadoras poesias.

Sentem-se, nos seus versos, as angustias e desilusões do Poeta, o desejo enorme de sêr util ao seu país, cantando, em ritmos dôces e brandos, toda a esperança e todo o anseio de uma alma fervorosamente nacionalista. Este livro constitue, sem duvida, o testamento poético do Poeta; é êle todo que se abre em desabafos de angustia não lhe faltando até aquêles versos de Bandarra, que tanto se amoldam ao seu destino, sempre dolorôso e sempre incerto:

*Em dois sitios me achareis,  
Por desgraça ou por ventura:  
Os ossos na sepultura  
E a alma nêstes papeis.*

---

(\*) Só daremos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em duplicado, a não ser que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu valor intrinseco.

AS QUATRO ESTAÇÕES, por *Maria de Carvalho*. — Empresa Nacional de Publicidade. — Praça dos Restauradores, 24 — Lisboa, 1929.

E' este livro destinado a recreio espiritual dos pequeninos. D. Maria de Carvalho, escritora de grandes méritos, tratou, com todo o carinho, os quatro contos em que se divide este precioso livrinho: — *A Primavera, O Verão, O Outono e O Inverno*.

O primeiro é um cantico à beleza humilde de Teresinha. No segundo descreve-se, em pinceladas vigorosas, a abnegação e o sacrificio heroico do Tónio. O terceiro é ainda consagrado a um pobre rapaz filho de pescadores, que se lança afoutamente ao mar para salvar a vida de uma pequena com quem costumava brincar. O quarto, *O Inverno*, é a história de Viriato, contada a um pastorzinho por um pobre cego; é a descrição emocionante das nossas glórias passadas.

Por tudo isto, o livro da sr.<sup>a</sup> D. Maria de Carvalho merece sêr divulgado e preferido para se distribuir às crianças. Encerra boas illustrações de Vasco Mendonça.

O ANATEMA DA FLANDRES (vol. I), por *João de Ourique*. — Imprensa Lucas & C.<sup>a</sup>. — Rua do Diario de Noticias, 61 — Lisboa. 1929.

Nêste volume, reüniu o Autor três dos capitulos que constituem uma parte do valioso depoimento sobre a nossa participação na Grande Guerra, cuja publicação foi já concluída na nossa revista.

João de Ourique é o pseudónimo de um bom soldado de Portugal que, tendo-se revoltado contra a forma como os politicos nos conduziram à guerra de França, sofrendo, por isso, prisões e perseguições, sabe bater-se heroicamente, conquistando o primeiro louvor do C. E. P.

Depois, regressado a Portugal, com o peito constelado de medalhas ganhas pelos bons serviços feitos e praticados em campanha, sofre de novo as perseguições injustas dos inimigos do interior.

Em 1921, por ocasião da visita do marechal Joffre, estava João de Ourique preso nos calabouços do governo civil. Este facto motivou um artigo do dr. Pequito Rebelo, publicado no diario *A Monarquia*, de 5 de Abril de 1921, intitulado «O soldado conhecido» que, nêste volume, e com toda a justiça, é publicado em Prefacio.

IMPRESSÕES SOBRE A INSTRUÇÃO NO RIO DE JANEIRO E S. PAULO, por *Antonio Figueirinhas*. — Casa Editora de A. Figueirinhas L.da. — Rua das Oliveiras, 87 — Porto, 1929.

Nêste livro, reúne o sr. António Figueirinhas, distinto pedagogo, as impressões que colheu na sua recente viagem às terras brasileiras.

O Autor, em viagem de propaganda literária procurou, tambem, interessar-se e conhecer de perto os progressos da Instrução no Brasil. Do que lhe foi dado observar dá-nos uma desenvolvida noticia nêste livro que, por certo, está destinado a despertar um merecido interesse entre aquêles que se dedicam ao conhecimento e estudo dos problemas da educação.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.



# A GENEALOGIA DO PENSAMENTO NACIONALISTA

---

Por FERNANDO CAMPOS

11

(CONTINUAÇÃO DA PÁG. 17)

INVESTINDO contra a mesma censura injustificada, tracejou o sr. dr. Ernesto Gonçalves, na revista de que era director, esta enérgica desafronta, em linhas breves mas precisas:

«Certos críticos, cujo scepticismo se confunde com a superficialidade da análise, comentáram com uma ironia caricata que o nacionalismo português era copiado do nacionalismo da *Action Française* — e que nós, defendendo a tradição, adoptávamos a tradição francesa... É uma ironia de frequentador de café, uma vaga pilhéria de cerebros vazios e impotentes... Na nossa doutrina ha que distinguir o seu fundo filosófico, de natureza universal e humana, do revestimento nacional, português, em que êle palpita, quando aplicado à nossa tradição e à nossa história. A ideia da autoridade não é uma ideia particularmente francesa; é humana, universal. A soberania do Principe, chefe duma sociedade que se libertou da confusão politica (do sufragio politico, da opinião publica, do individualismo) não é uma concepção francesa: é humana, universal. Esses críticos sem cultura facilmente saberiam estas verdades superficiais se estudassem alguma cousa — ou soubessem estudar com intelligencia penetrante...» E Ernesto Gonçalves, terminava o seu rápido comentário desta forma: «Essas ideias humanas, essas verdades positivas, que são o tesouro de toda a sciencia social, applicam-se ao nosso país — e tomam o character da nossa tradição, revestem-se de qualidades portuguesas.» (1)

---

(1) Na revista *Ação Realista* n.º 25-26 de 15 de Novembro de 1925, pág. 250.



Ao prefaciá-lo brilhantemente a nova edição da *Realeza de D. Miguel*, também o sr. dr. João Ameal marcava com nitidez a ascendência nacional de que se abona, com justificado orgulho, esta cruzada reaccionária. «Acho indispensável que se saiba — dizia o distinto escritor — quanto devemos à longa e prestigiosa galeria dos precursores, na luta abençoada do Nacionalismo Integral, apoiado na Tradição e buscando nela as lições e os alentos decisivos. É duma rara autoridade essa galeria de videntes e de apóstolos. Já não falando nos nossos Reis nem em certos grandes vultos da Monarquia secular, e indo procurar apênas os que, a partir dos princípios do fatal século XIX, logo iniciaram o protesto e a reacção alarmada da consciência portugêsa, têmos uma vasta série de nomes, colhidos entre a mais alta selecção dos nossos valores intellectuais e morais.» (1)

Proseguindo neste inventário, lembrarei ainda, que, precisamente, a propósito daquelas palavras de José Maria de Eça de Queiroz, já reproduzidas nestas páginas, publicou o sr. dr. Alfredo Pimenta no jornal *A Voz*, dois artigos interessantíssimos para a história do Pensamento integralista.

No primeiro, (2) escrevia aquêlê mestre incontestado das novas gerações o seguinte, que julgo da maior oportunidade lembrar :

«Pelos meus companheiros de então, fala o primeiro numero da *Nação Portuguesa*. Depois do Programa — vem um artigo de António Sardinha, intitulado — *Teofilo, mestre da contra-Revolução*. Esse artigo é nitidamente portugêso, de genese portugêsa. O estudo de José (Pequito) Rebelo, *Pela deducção à Monarquia*, não deve nada ao maurrasismo, em especial, embora abra com uma inscrição de Maurras. Comteano, sim. E se nas publicações aconselhadas, aparecem *Maurras, Valois, Don Besse*, etc., já lá se vêem o Marquez de Penalva, José Agostinho de Macedo, o Visconde de Santarem, Fr. Fortunato de S. Boaventura. Foi, então, absolutamente estranha ao Integralismo, a *Action Française?*» — Perguntava o sr. dr. Alfredo Pimenta. — «Como geradora do seu doutrinarismo, foi. Na parte critica, negativa, do Integralismo, não anda a *Action Française* ;

---

(1) D. Miguel Sotto-Mayor, *A Realeza de D. Miguel*, 2.<sup>a</sup> ed. com um prefácio e notas de João Ameal, Coimbra, 1929, pág. IX.

(2) Publicado no jornal *A Voz* de 24 de Fevereiro de 1929.

anda Eça de Queiroz, desacreditando o Liberalismo Constitucional; anda Oliveira Martins, fazendo no *Portugal Contemporaneo* o libelo do constitucionalismo; anda Teofilo, proclamando a toda a hora o absurdo das monarquias constitucionais, transitorias, por natureza; e anda a paisagem politica contemporanea. Mas, repito, foi absolutamente estranha ao Integralismo, a *Action Française*? Não. Ela chamou a atenção daquela duzia de espiritos, em 1914, para o problema; foi, talvez, se quizerem, o pretexto. Mas a doutrina do Integralismo é portuguesa, portuguesissima, na sua fonte, e no seu desenvolvimento e no seu objectivo." E mais adiante, referindo-se à *Acção Realista Portuguesa*, elucidava: "Quanto à Acção Realista — é um equívoco supo-la emanada da *Action Française*. Gerada por um incidente da politica interna da causa monarchica — a *Action Française* não foi tida nem havida, para o seu aparecimento, constituição, organização e desenvolvimento."

O segundo artigo do sr. dr. Alfredo Pimenta, escrito a mais de um ano de distância do primeiro, (1) foi ainda motivado pelos comentários intempestivos que um jornalista francês, o sr. Pierre Tuc, houve por bem fazer ao aludido prefácio às *Cartas Inéditas de Fradique Mendes*, numa local em que, além de chamar a Eça de Queiroz, *chefe do Nacionalismo português*, se congratulava pelo "rayonnement des idées de l'*Action française* dans le monde latin."

Aí dizia o sr. dr. Alfredo Pimenta, depois de recordar as suas declarações anteriores, que "O movimento contra-revolucionario português não é, como o sr. Pierre Tuc supõe, "un rayonnement des idées de l'*Action Française* dans le monde latin": é, sim, um esforço originariamente português, das gerações contemporâneas do advento da República a quem esta desiludiu, por têr ferido a sua mentalidade realista e a sua sensibilidade incorrupta — no sentido de reconduzirem a Nação aos moldes de que o Liberalismo, êsse, sim de origem exotica, se afastára violentamente. Porque êle viu que a República era a conclusão directa, lógica, da Monarquia Constitucional, êsse movimento enfeixou na mesma condenação, a República parlamentar e a Monarquia Constitucional, e concluiu pelo Rei que foi, através dos séculos, o Rei de Portugal. O estrangeirismo, o galicismo do Integralismo Lusitano é afirmado ou pela má fé dos seus inimigos, acrescida da ignorância que os caracte-

(1) Publicado no jornal *A Voz*, de 26 de Março de 1930

riza, ou pelo desconhecimento não maldoso dos que como o sr. Pierre Tuc, se lhe referem. Se não vale a pena gastar tempo com os primeiros, talvez não venha fóra de propósito endereçar, aos segundos, estas linhas esclarecedoras.”

Pela parte que me toca, como propagandista obscuro das ideias nacionalistas, — seja-me permitido recordá-lo, sem vaidade, mas, com a legítima satisfação que dá o dever cumprido e a própria Religião não condena — tenho consagrado muitas horas da minha vida a refutar a malévola ou errada insinuação, empenhando-me igualmente em divulgar, tanto quanto possível, os textos dos nossos contra-revolucionários, dos precursores do Pensamento integralista, empresa à qual ainda hoje consagro o melhor do meu entusiasmo e do meu esforço.

Das colunas da Monarquia, às numerosas folhas regionais e académicas em que tenho colaborado, nunca descurei êsse aspecto da propaganda. Não visou outro objectivo, a publicação dos meus livros *Os Nossos Mestres, Camilo contra-revolucionário* e *D. Fr. Fortunato de S. Boaventura, mestre da contra-revolução*, (1) sendo êsse ainda o critério a que obedece o ensaio *O Pensamento contra-revolucionário em Portugal (SÉCULO XIX)*, que formará dois volumes arrazoados, e está saindo em folhas apenas à revista *Nação Portuguesa*.

Como vimos, são duma concordância impressionante, os depoimentos aduzidos no sentido de ilibar os *integralistas*, daquela acusação que já alguém um dia lhes moveu, ao afirmar que êles «mandam vir de França, em pacotes postais, o próprio *nacionalismo português*, matca Maurras e Daudet.» (2)

A verdade, que eu pretendo fazer ressaltar destas páginas, e das que se lhes hão-de seguir, é que o nosso nacionalismo não precisa de socorrer-se dos mestres francêses da Contra-Revolução, porquanto graças a Deus os tem de casa, muito seus, os quais nada devem aos estranhos, como facilmente poderá averiguá-lo quem queira dar-se a êsse trabalho, antes de fulminar o apostolado integralista, com críticas, talvez muito espirituosas, mas, sem nenhuma consistência.

---

(1) Os dois primeiros, editados, respectivamente, em 1924 e 1925 pela livraria *Portugalia*, o terceiro, em 1928, pela revista *Nação Portuguesa*, (José Fernandes Junior).

(2) Agostinho de Campos, *Latinos e Germanos*, Lisboa, 1923, pág. 291.

No século passado, ainda a *Action Française* estava na massa dos impossíveis, já nós possuíamos os nossos doutrinadores da Contra-Revolução, em cujos escritos de modo algum se reflectia a influência dos contra-revolucionários francêses dessa época, alguns dos quais surgiram até posteriormente, e revelando-se, nas suas obras, de uma forma incompleta, o que não sucedia aos nossos Gamas e Macedos, que eram declarada e integralmente reaccionários.

Nós podemos-nos orgulhar de têr mestres, e dos melhores, como nos temos esforçado por demonstrar em mais de doze anos de bom combate, e os quais só aguardam sêr conhecidos e meditados, para que a sua superioridade se imponha a quantos de bôa fé queiram formar a sua cultura nacionalista. *Nós temos tudo feito*, como ainda há tempos me dizia o sr. dr. Hipólito Raposo, ao percorrermos em comum algumas páginas da *Dissertação a favor da Monarquia*.

De resto, o que certos pedagogos se obstinam em recusar ao Pensamento nacionalista português, não o recusam estranhos. O próprio Charles Maurras, que êsses críticos de escada abaixo tem querido arvorar em nosso mentor exclusivo, é o primeiro a reconhecer a base tradicional do doutrinário integralista, como tive ensejo de o verificar, quando um dia me recebeu no seu gabinete da *Action Française*, e lhe dei a lêr alguns passos do *Novo Principe* do doutor José da Gama e Castro, um dos quais Maurras classificou de *luminoso*, acrescentando, ao inquirir da sua data, que aquilo se escrevera quando êle não tinha ainda cinco anos.

Charles Maurras reconhece espontâneamente que o movimento de renovação nacionalista que se opéra, em Portugal, na Itália, na Bélgica, na Polónia, na América Latina, na Suíça românica, e até na própria faixa germânica da velha Confederação Helvética, se, de algum modo, reflecte a metodologia ou o doutrinário maurrasiano, naquilo que êle tem de permanente, de humano, de universal, é sobretudo nas tradições obliteradas, nas energias próprias e no génio comum a cada um dêsses países, que encontra o seu melhor fundamento e a sua melhor justificação. E Maurras não só o reconhece, mas até já uma vez, pelo mênos, o escreveu.

Referindo-se ao despertar dêsses nacionalismos, e aos seus doutrinadores nos citados países, prestava êle homenagem, no artigo a que me reporto, à originalidade dos seus esforços e investigações, declarando com lealdade que «Jamais, c'est une justice à leur rendre et nous la rendons volontiers, jamais ils ne sont réellement tombés sous le coup de l'accusation perfide et grossière qui leur est faite: jamais ils n'on appli-

qué servilement aux situations de leur pays le moule et le gaufrier de nos théories.» (1)

Mas a verdadeira demonstração de que o doutrinário integralista não é de origem estrangeira, de que êle entronca nas conclusões dos mais autorizados expositores do Pensamento político português do século passado, é sobre os próprios textos desses autores que ha-de fazer-se.

Nessa experiência elucidativa convido eu o leitor a acompanhar-me, nas páginas que vão seguir-se.

*(Continua no próximo fascículo).*

---

(1) Podem ver-se a êste respeito os artigos — *Uma visita a Charles Maurras e O Nacionalismo francês e o Nacionalismo português* — que publiquei no jornal *A Idéa Nacional*, n.ºs 94 e 95 de 18 e 19 de Julho de 1927.

## No Aqueduto de Elvas

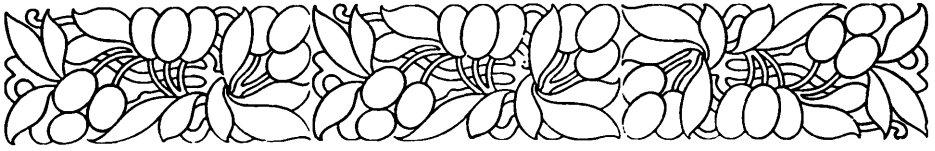
**S**ENHORES, se lá do Além onde a parte divina do seu sêr demora, o espírito de António Sardinha nos pode avistar neste momento, o seu sêr imortal ha-de bem-dizer o instante em que à luz do sol de Portugal o seu nome aparece inscrito sobre as pedras do Aque-



duto. E tal contentamento, se acaso existe, não poderá provir de terrena vaidade, antes dimanará da certeza do amor que todos votamos às verdades que êle próprio defendeu, e às esperanças sem fim que tais verdades nos sugerem. É por isso que de entre nós todos, mesquinhos à sombra de êste Aqueduto, António Sardinha é o mais «vivo», sagrado como se acha pela suprema verdade da morte e ressuscitado à flôr desta aêria e robusta catedral do civismo português.

*Janeiro de 1927.*

Afonso Lopes Vieira.



## O Cruzeiro da Aldeia

---

*Na paz tão tranquila,  
Tão doce dos campos  
Que a noite polvilha  
De mil pirlampos,  
O cruzeiro alveja  
Ao fundo do adro,  
Pértinho da Igreja...  
Que poético quadro!...*

*Ao velho cruzeiro  
Vesti-lo quizerá,  
Mimoso e fagueiro  
O tronco da hera:  
Nesse elo tão doce  
De santa amizade,  
A hera tornou-se  
Em cruz de saudade...*

*Lindas raparigas  
Nos degraus da cruz  
Descansam fadigas  
Quando morre a luz...  
Que canções aladas!...  
Ah! cantai, donzelas,  
À cruz abraçadas,  
Oh ceifeiras belas!...*

*Nas tardes suaves  
De sol e poesia,  
Gorgeiam as aves  
Sobre a cruz esguia!  
Nas noites da aldeia  
Ao luar de Janeiro,  
Anda a lua-cheia  
Beijando o cruzeiro...*

*Í festu na Igreja:  
O cruzeiro antigo  
Floresce, viceja,  
Porque, em gesto amigo,  
Vieram donzelas  
Cobri-lo de rosas...  
Ah! como sois belas,  
Oh mãos carinhosas!...*

*Pela Igreja fora  
A procissão sai...  
A Nossa Senhora  
Que linda que vai,  
Tão cheia de graça,  
No andor allanceiro!...  
A procissão passa  
Por traz do cruzeiro*

*A cruz de granito  
É extase e prece!  
É abraço infinito!  
É benção que desce  
Aos campos e às casas,  
Aos seios do lar!  
Seus braços são asas  
Para agasalhar!*

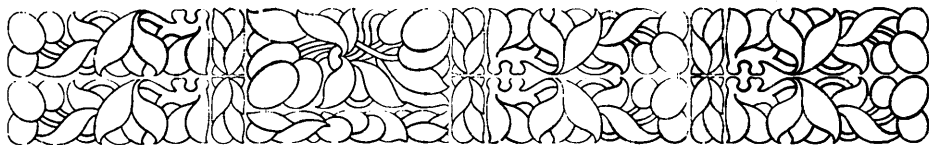
*As flores de festa  
Caíram sem vida,  
Mas a cruz modesta  
Ficou sempre erguida!  
Oh, cruz duradoira,  
Tu ficas, tu vences,  
Porque a fé te doira,  
Porque a Deus pertences!...*

*Gerações despontam,  
E nos braços seus,  
Ei-las que se encontram  
Sob os berços teus!  
Salvé, oh! cruzeiro,  
Sempre antigo e novo,  
Eterno luzeiro  
Da alma do povo!...*

*18 de Setembro de 1928.*

Maria Augusta dos Santos Nogueira.





# Príncipes Portuguezes em viagem por Espanha

PELO CONDE DE GUELL

*O Senhor Conde de Guell, fundador e director do Patronato Nacional de Turismo, uma das mais belas obras da Ditadura Espanhola, e actual alcaide da cidade de Barcelona, onde o illustre fidalgo ocupa uma posição do maior e mais merecido destaque, publicou em La Epoca, de Madrid, uma crónica que aos portuguezes deve interessar, porque nela passam algumas das figuras mais interessantes da Familia Real Portuguesa.*

*Na impossibilidade de a transcrever na íntegra, a seguir publicamos alguns dos seus mais curiosos trechos.*

**E** STAVA na minha casa de Pedralbes e tinha convidado para jantar, como faço frequentemente, a Arquiduqueza Dona Blanca.

A sua resposta foi que viria com gosto e que a acompanhariam os seus dois sobrinhos que acabavam de chegar da Austria.

Esperava na sala os meus comensais.

Sem que isto seja uma observação desagradavel para o serviço da minha casa, devo dizer que se esqueceram de tocar a campainha quando chegaram os meus convidados para que eu descesse a escada a receber a Arquiduqueza, e estava estendido no «fauteuill», lendo o jornal junto à chaminé, quando o criado annunciou que entravam na sala.

Creio que ás vezes se vê através dos corpos opacos, mas como isto não é o habitual não vi êsses senhores enquanto não apareceram no limiar da sala. Sem duvida por isso, por não tê-los visto antes, enganei-me nas suas medidas. Quero dizer que, por serem sobrinhos da Dona Blanca e porque me tinham dito que chegavam de Viena, ao abrir-se a porta, olhei para cima, esperando que aparecessem dois germanos de grande estatura. Não foi o caso. Eram uma rapariga e um rapaz, mais

baixos que altos; ela morena, êle loiro, de figuras agradaveis, mas sem nada da Germania robusta.

Enquanto me levantava para os saudar, pensei, olhando-os : Serão Bourbons ou Parmas?

A Arquiduqueza Dona Blanca, como todas as pessoas attractivas que eu conheço, é muito distraída, de modo que começou a falar comigo, esquecendo-se de qualquer apresentação.

Sucedeu que, apesar dos criados terem trazido já a comida para o salão, junto à chaminé, tinham já servido, e estávamos em pleno jantar e eu continuava sem saber quem eram os meus comensais.

A conversação girou sobre a viagem de Viena a Espanha, que tinham feito em automovel, sobre as belezas da Exposição de Barcelona, o progresso da Espanha e, principalmente, falavam da admiração que lhes produziam o clima, a luz e o sol.

Apesar da comida e dos hinos ao sol e à luz, continuava em jejum e ás escuras, a respeito de quem eram os que estavam comigo à mesa.

Olhava com interesse os meus dois convidados e, se tivesse que descrevê-los, teria dito : «Os dois meridionais, de uns vinte anos, êle de expressão interessante, olhos de olhares sérios e como de espirito limpido e tranquilo ; ás vezes observador e humorista sem pretenções.

Ela de olhos garços, muito tristes ás vezes e ás vezes dum sorriso burlesco, ria-se como uma criança, repentinamente. Quando não sorria, podíamos figurá-la disfarçada de camponeza do Minho cantando uma coisa galega com êsse olhar triste das raparigas das costas galegas que estão separadas do seu amor por todo o mar». — Mas, apesar das minhas observações e de ter terminado o jantar, continuava pensando : «Quem serão?»

Depois de comer, passamos à sala onde tenho a colecção de esculturas policromadas.

Os meus dois amigos desconhecidos gosavam como dois artistas. Passaram muito tempo admirando o S. João Baptista de Montanés, interessaram-se pela evolução da pintura combinada com a escultura na Grécia, em Roma, na Idade Média, e na Renascença.

Admiravam sobretudo o realismo dessa arte unica em que se juntaram a Escultura e a Pintura para reproduzir humanidades que, inspiradas pela Fé, deram forma ao misticismo realista. Faziam as suas observações e os seus elogios da maneira por que parecia que pensavam, comparados um pouco a uns expatriados que na sua viagem se fôsem aproximando duma terra de Promissão.

O jovem desconhecido, em frente a uma escultura, disse-me : «Inte-

ressar-me-hia tanto saber se esta arte foi igual em Portugal, como em Espanha!»

Mostrando-lhe uma das esculturas, disse: «Esta «o menino da concha», é de Pereira, autor português que esculpiu o maravilhoso Cristo de Lozoya.»

Com verdadeira emoção, o meu convidado desconhecido chamou a sua irmã e repetiu-lhe o que eu lhe tinha dito. Eu, estranhando essa efusão, disse-lhes: «Interessa-lhes especialmente a arte portuguesa?»

— Sim, como tudo o que é português, porque somos portugueses, ainda que tivéssemos nascido tão longe de Portugal, e vejamos agora pela primeira vez o sul da Europa.

Terminou a agradável velada, durante a qual eu disse que dali a dois dias ia fazer uma viagem pela Andaluzia, respondendo-me êles:

Como tem sorte! Uma parte da Andaluzia deve sêr como o sul de Portugal, e do sul da Andaluzia deve ver-se o norte de Africa e tôdas as praças fôrtes que foram portuguesas!

Os meus convidados fôrã-se embora, e ao saírem, eu, que não podia mais com a curiosidade, disse: «Senhõra, quer dizer-me o nome dos seus sobrinhos?»

— São os Braganças.

\* \* \*

Já no meu quarto, fui-me ilustrando com as minhas próprias recordações.

O avô dos meus convidados foi D. Miguel, Chefe do ramo de varonia que por motivo das contendas politicas foi expatriado e substituido no trono pelos Coburgo-Gotha. O filho daquêle D. Miguel casou com a Princeza de Loewestein. Dêsse matrimonio eram filhos os meus dois comensais. Estes viveram desde crianças em Bronnbach (Baden), junto a uma abadia gótica em ruínas, rodeada de arvores seculares e de lendas germánicas.

Esta familia, expatriada por três gerações em terras tão longinquas, conservou como numa arca de ouro a língua portugûsa; o idioma, que é o que conserva e defende o âmôr pátrio, como nas joias a montagem defende e sustenta a pedra preciosa.

Lá num rincão da Germânia triste e obscura, naquella familia germanizada, as amas falavam em portugûs ás crianças e Dom Miguel a um velho e inseparavel criado seu de Moçambique, tão dedicado ao seu Amo, que um dia se lançou nos «rails» do caminho de ferro, ante a

máquina, na estação de Bronnbach, porque se atrazava o trem que trazia o seu senhor. Estendido ante a locomotiva, queria que o comboio suspendesse a hora da saída para esperar o seu Rei.

Aquelas crianças, netas do que nasceu em Portugal, fizeram-se homens. A sua vida era a de uns Príncipes germanicos. Viveram entre paisagens sombrias, serras nevadas e bosques escuros; caçando veados erguidos; ouvindo longinúas trompas de caça; correndo em trenós e rodeados de tudescos grandes, correctos, de espirito rectilineo. Mas naquela casa conservava-se a alma portugueza acêsa, qual uma pequena fogueira rodeada de neveiro e frio. Cantavam-se canções, guardavam-se umas garrafas do Porto de duzentos anos; via-se sobre a mesa um exemplar de «Os Lusíadas», falava-se a meia voz dos conquistadores da América, quando os que os rodeavam contavam as lendas do Danubio, e se sentia a saudade do sol e do mar sem nunca o terem visto.

Essa era a história dos dois jovens que acabavam de jantar comigo e que naquela noite recolhiam e contavam as impressões da sua primeira visita à Europa occidental.

Terminado êste resumó de genealogia psicológica, não deu a minha imaginação por terminado o meu trabalho. Tinha-me impressionado a efusão daquêlê jovem, ante a obra de arte do escultor português Pereira e pensei que se eu tivesse que fazer um dicionario um pouco fantasioso, ao pôr a palavra «Desterro», escreveria na epigrafe. «Desterro ou escola de soberanos».

O amôr pátrio e o agradecimento, quando germinam no desterro, têm que têr necessariamente modalidades muito diferentes daquelas que se sentem quando se está no trôno.

O agradecimento vive facilmente nos corações daquêles Príncipes que, separados da sua terra, recebem as pequenas atenções e recordações dos devotos dedicados, que os vão assim exercitando nêsse nobre sentimento da gratidão.

Terminadas e recompiladas na minha imaginação todas estas reflexões, como se tivesse recebido o *encargo* de exercer o *cargo* de director duma escola de Príncipes, dispuz-me a dormir, ficando-me como recordação do dia uma viva simpatia pelos meus dois comensais e o desejo de voltar a vê-los.

\* \* \*

No dia seguinte, antes de empreender a minha viagem a Madrid, donde sairia para a Andaluzia, puz-me em comunicação com os meus

comensais para lhes propôr que se reunissem comigo em Málaga, e fizemos em automovel a viagem pelo sul, para subir pela Estremadura, bordejando Portugal, e terminar na minha quinta dos Montes de Alamin (Toledo). Aceitaram e formamos um grupo de oito para fazermos juntos êsse percurso.

Saí para Madrid. A minha viagem tinha de ser de presidente do Turismo; isto é, em missão de inauguração de exposições e hotéis, restaurações, inspecção de estradas e de guia intrepete, etc., etc.

Cada vez que tenho que dar mais um impulso a tôdos estes aperfeiçoamentos nacionais, me assusto mais com a minha própria obra, e ainda que o faça com o maior cuidado possível, surge-me a duvida sôbre se estou aperfeiçoando ou se estou estropeando a Espanha.

Fazendo recentemente um percurso dêstes, rápido, por diferentes povoações, numa delas recebi carta duma amiga minha que me dizia: «Mas, o que fazes, percorrendo tôda a Espanha?» E, ao responder-lhe disse-lhe: «E' que quero voltar a vêr tudo, antes de o estropear».

Verdadeiramente, dá-me mêdo esta obra de melhoramento, porque a Espanha, tal como está, é uma perfeição, e ás vezes creio que o melhor seria não lhe tocar. No moral, ha de mais e de menos, mas artistica e fisicamente, como natureza, a Espanha é perfeita. Em qualquer direcção que qualquer pessoa passe uma noite dormindo no comboio, ao despertar encontra uma decoração que surpreende pela diferença da que viu no dia anterior. E' como que um concurso de variedade de natureza e de arte. A região cantábrica, as Castelas, a Estremadura, o Levante e a Andaluzia!

Nesta viagem, recebi mais uma vez esta impressão, na minha vida tão repetida, pelo muito que viajo por Espanha.

Em Castela, antes de adormecer, punha-se o sol nas planuras sem fim dessas terras pardas, interminaveis, de pão. Extensões que enchem a vida de terra e formam um quadro, que agrada ou não, mas cuja grandiosidade sempre se impõe. Esta recordação das imensidades monótonas de Castela traz-me à memória que, percorrendo-as uma vez de automovel com um grupo de amigos, Maria Josefa Camarasa (hoje Senhora de Martínez del Rio), fez a seguinte reflexão:

«Sim... Não me desagrada... Dá-me a ideia do primeiro dia da Criação».

Perguntamos-lhe: «Porquê?»

— Pois como no primeiro dia Deus fez a Terra, afigura-se-me que, então, estaria o mundo como isto que vemos agora; só terra, sem nenhuma das outras coisas que se foram criando depois. Parece-me que esta parte do Globo parou no primeiro dia.

E, realmente, ao ouvi-la e ao olhar aquela imensidade parda, parecia que faltava tudo o que se havia de ir pondo depois em cima daquela massa, sem fim, de terra.

Com a vista e a imaginação cheia do grande, do sóbrio, do austero, e o cinzento escuro dum dia triste, adormeci no comboio.

Passada a noite, ao abrir os olhos e ao levantar as cortinas da minha «cabine» estava em frente a uma alegre casa branqueada a cal, de persianas vêrdes, com tumidos geraneos, heras penduradas das janelas como que formando um reposteiro brando e convidativo, que, movido por uma brisa tépida, se mexia junto a uma palmeira.

Tôdas as diferentes côres daquêlo quadro se diferenciavam ainda mais entre si, iluminadas, como que envernizadas, por um sol deslumbrador.

Estava na Andaluzia.

Não tardei em chegar a Granada.

Passei ali sómente um dia, mas é o bastante para admirar uma das coisas mais belas que podem vêr-se, que é Granada, do Albaicim, ao pôr do sol.

Separada Granada do Albaicim por um barranco, por cujo fundo correm as águas do Darro, faz daquêlo ponto o efeito de que a cidade está apresentada num diorama. O seu casario branco, rodeado da muralha vermelha, destaca-se sôbre os ciprestes do Generalife; em baixo a veiga extendida, rica e florida, e no alto os montes da serra, sempre nevados, formam um conjunto fantastico que se comprende que cem anos depois de o ter admirado Washington Irving, continue sendo a admiração de milhares de americanos que, peregrinos da Beleza, vem todos os anos do outro Continente, extasiar-se contemplando aquela maravilha.

À noite, fiz a consabida visita ao bairro cigano, para presenciar um baile. Isto é demasiado conhecido para descrevê-lo. Quando depois de se estar uma hora naquela cova branqueada a cal, sentado num tamborete quasi no solo, vendo bailar aquelas raparigas de bronze, cobertas de brilhantes coloridos, ao compasso estridente das castanholas, a gente se retira e percorre as ruas sombrias de Granada, conserva-se na imaginação a impressão de que um mago nos levou através da escuridão a uma cova misteriosa, onde, no interior duma montanha, se conserva o Génio do Ritmo e da Harmonia.

Sai de Granada ás nove horas da manhã, para almoçar em Málaga. Faz-se todo êste caminho percorrendo o alto dum macisso de montanhas. Este macisso continua até à própria costa, donde repentinamente se vê

o mar e se corta a pico o macisso, descendo a estrada em zig-zag pelo alcantilado, para, já em baixo, se converter numa rua de Málaga.

Pela disposição da altura a que se faz todo este trajecto, e porque repentinamente se desce ao mar, dá-nos a impressão de que se fez o trajecto em avião aterrando-se naquela cidade.

No porto estava já o vapor onde vinha o meu grupo. Passámos juntos, de noite, o Estreito, desembarcamos em Cádiz, e, no dia seguinte, colhíamos os automoveis para fazer a excursão projectada, cujo itinerário era: Algeciras, Sevilha, e, passando pelas províncias de Badajoz e Cáceres, a minha casa de Alamin (Toledo).

Os Braganças pareciam encantados com tudo quanto iam vendo. Seguiam a direcção da nossa viagem como quem se fôsse aproximando duma terra de promessa.

Fazíamos o trajecto de Cádiz a Algeciras. Deixamos atraz Vejer e percorriamos aquela parte em que a estrada vai ao alto, e da qual de vez em quando, como se se corresse e descobrisse um reposteiro, aparece e desaparece a visto do Estreito com as suas aguas dum azul brilhante servindo de alfombra a visão das rochas escarpadas da costa marroquina.

Dali a pouco, estávamos á vista de Tarifa.

De longe, e, estando-se de alto, é singular o efeito que produz Tarifa pelo contraste da severidade da muralha que rodeia a cidade e a alegria do casario da mesma. A muralha negrusca, de enormes bases, parece destinada a rodear um casario escuro que formasse ruas estreitas, tortuosas, sinistras; e pelo contrario, dentro da pulseira tétrica que fórma a muralha, aparece um povo limpo e alegre, de ruas largas e casas baixas, branqueadas, com todas as suas varandas decoradas com cravos e geranios de brilhante colorido.

Não pudemos resistir à tentação de visitar Tarifa. Passamos a porta, de impressionante, solene vetustez, e entramos na cidade. Percorremos as ruas, limpas, floridas e alegres, até à extremidade da povoação que se liga com o mar.

No termo do casario, um pequeno parque de palmeiras une-se com a praia. Ali está o castelo.

A sua vista trouxe-nos a recordação de Gusmão o Bom, e, alguém, assinalando o alto do torreão da fortaleza, recordou a heroica acção daquêlê pai que dali lançou o punhal ao inimigo para que com êle matassem o seu proprio filho, preferindo isso a render-se.

Tôdo o grupo estava ali em pé, em frente àquêlê contraste do torreão negro, lembrança do trágico e do heroico, e rodeado dum sol

scintilante, o mar terso, um ar limpo e uma atmosfera nitida como uma visão de agrado e de vida.

Continuava-se comentando o acto de Gusmão o Bom.

O meu grupo, na duvida de escolher o tragico e o festivo, inclinou-se para o alegre e humoristico.

— Que selvajaria!

— Matar um rapaz nêste scenario!

— Que bruto devia ser Gusmão!

— Podia ter consultado o filho antes de realizar o seu heroico propósito!

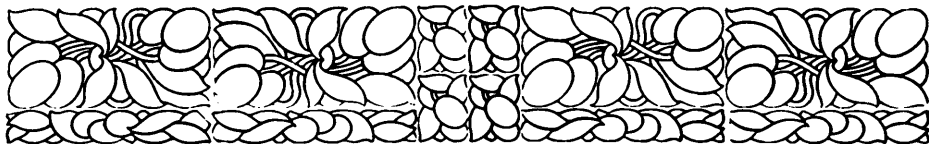
A Infanta portuguesa, que estava um pouco afastada, disse:

— O filho desse pai, se lhe tivessem perguntado, diria o mesmo que êle.

*(Conclue no próximo fascículo).*







# L'Evolution de la Littérature Portugaise, et ses tendances actuelles

---

par FERNANDO DE CASTRO PIRES DE LIMA

**C**'EST rare de trouver à l'étranger quelqu'un qui soit juste et réel envers le Portugal. De notre País on ne connaît en général que le vin de Porto et les mauvaises chansons sorties des quartiers les plus ordinaires de Lisbonne, intitulées «Fado». Cette musique, sans aucune valeur artistique, est très répandue dans le monde entier par les disques de gramophone.

C'est dommage. Un Pays qui a rendu de si nombreux services à l'humanité et qui est aujourd'hui même la troisième puissance coloniale, possédant une langue parlée par cinquante millions de personnes, ne mérite pas être ignoré.

Nous prétendions dans le travail antécédent, intitulé «Ce que la Civilisation doit aux Portugais», montrer le rôle important du Portugal au siècle glorieux des Découvertes et des Conquêtes.

Aujourd'hui nous allons démontrer que la Littérature Portugaise est au niveau des grandes conquêtes et découvertes de ce peuple.

Et c'est justement ce que je vais tâcher de faire connaître.

Il y a sept siècles environ que le Portugal a eu son premier grand écrivain, le roi Don Dinis, dont les chansons produisent encore l'émotion, par leur caractère ingénu et simple.

Puis parut le célèbre roman sur la chevalerie l'Amadis de Gaule, dont l'écrivain Français G. Lanson affirmait :

«L'Amadis n'a pas été seulement le code des bonnes manières et de l'honneur mondain pendant le siècle de François I; mais aussi le

commencement d'une évolution littéraire que conduit les lettres françaises par intermède d'Urfé et de Mademoiselle de Scudéry, jusqu'à George Sand et Feuillet.»

Le Portugal a l'honneur de posséder le chroniqueur le plus fameux de l'Europe, Fernão Lopes, très apprécié par le critique Anglais Aubrey Bell qui dit de lui : «Celui-ci dépasse facilement Froissart et Ayala, car il est beaucoup plus humain qu'eux !»

Aussi le grand critique Portugais Agostinho de Campos le place parmi les plus remarquables écrivains du monde entier.

La valeur de nos contes de chevalerie est si grande que même Cervantes, dans son Don Quichotte, n'épargne que Palmeirim d'Angleterre et Amadis de Gaule, quand un de ses personnages se soulève contre le ridicule de ce genre de littérature.

Quand Cervantes parlait de Palmeirim de Francisco de Morais c'était dans ces termes : «Este libro, señor compadre, tiene autoridad por dos cosas : la una, porque él por si es muy bueno ; y la otra porque es fama que lo compuso un discreto rey de Portugal.»

Et comme a bien démontré M. Agostinho de Campos, Lope de Vega, Cervantes et beaucoup d'autres imitent le conte pastoral Diana, l'oeuvre de Jorge de Montemor.

Même en France on connaît «Diana», qui a servi de modèle à Honoré d'Urfé dans son oeuvre Astrée.

Bernardim Ribeiro, Sá de Miranda, Garcia de Rezende et encore d'autres sont des gloires littéraires nationales.

Je pourrais encore vous parler de Luis de Camões, mais je crois que ce n'est pas nécessaire, car tout le monde connaîtra «Lusiadas» ce chef d'oeuvre, aussi beau que ceux d'Homère, Virgile, Dante et Milton. Il faut bien remarquer la différence entre Luis de Camões et les autres. desquels j'ai parlé plus haut. Pendant que les grands Génies de la poésie chantent des épisodes fantasques, Luis de Camões décrit des sujets tout à fait véritables ; il n'a pas eu besoin d'inventer, puis que l'Histoire glorieuse du Portugal ancien est un thème infini pour créer son travail.

Beaucoup d'évènements dont Camões parle, il les a même vu.

C'est bien un symbole de la race portugaise. Si la France a l'orgueil d'avoir Molière, le Portugal a la gloire d'avoir Gil Vicente, qui a été un critique magnifique et sérieux.

Damião de Gois, le célèbre chroniqueur du roi Manuel et l'ami d'Erasmus, de Luther et de Melancton, nous a laissé une oeuvre vraiment belle et appréciée par son esprit impartial.

Nous avons eu des orateurs sacrés comme Bernardes et Vieira et des mystiques comme par exemple Thomé de Jesus, dont l'oeuvre a en Angleterre plus de vingt éditions, selon l'affirmation du lusophile anglais M. Edgar Prestage.

Au XVIII<sup>e</sup> siècle nous avons Francisco Manuel de Melo.

Sa célèbre comédie «O Fidalgo aprendiz», d'après l'opinion de quelques critiques, doit être considérée une oeuvre précurseure du «Bourgeois Gentilhomme» de Molière; il a été, ainsi que Quevedo, une des personnes les plus remarquables dans la littérature de la péninsule ibérique en ce temps-là. Au XVIII<sup>e</sup> siècle nous ne rapporterons que deux esprits de talent: Bocage et José Agostinho de Macedo. Tous les deux étaient poètes, mais très différents l'un de l'autre; le premier nous a laissé une oeuvre de valeur, mais dissolvante, montrant clairement l'influence maçonnique. Aux derniers moments de sa vie, il s'est repenti, ayant des remords à cause de l'oeuvre immorale qu'il laissa écrite. Le deuxième était un poète érudit, mais sans grande inspiration. Il est apprécié à cause de ses pamphlets contre les fautes du libéralisme, qui a tant troublé le Portugal.

Avec le XIX<sup>e</sup> siècle, notre Pays a vu une renaissance littéraire.

Malheureusement, dans cette époque l'affaissement de patriotisme chez les écrivains caractérise le «stupide XIX<sup>e</sup> siècle», d'après l'affirmation vindicative de Léon Daudet.

En tout cas cet ébranlement n'a pas beaucoup atteint le Portugal.

Malgré la grande influence de Victor Hugo, Michelet, Zola et Flaubert, il faut remarquer que tous les écrivains, empoisonnés par les toxines libérales, ils ont eu le courage de reculer, commençant un nouveau et fécond travail, en s'occupant des glorieuses traditions portugaises.

Dans cette période brillante pour les lettres nationales, nous avons eu Hereulano, le grand historien et romancier, Garrett, notre meilleur poète tragique, Castilho, classique éminent, Oliveira Martins et Gama Barros historiens de beaucoup de mérite, Camilo notre romancier le plus remarquable, Antero de Quental poète philosophe; Ramalho Ortigão, Fialho de Almeida et Eça de Queirós. L'oeuvre de ce dernier est très répandue spécialement dans l'Amérique Latine, où elle est très appréciée.

Finalement la mort nous a ravi Guerra Junqueiro, le dernier grand écrivain du XIX<sup>e</sup> siècle. Il était un grand ennemi de la Réligion et de la Monarchie; en tout cas il a encore pu se repentir de ces erreurs. Il est mort sans illusions, reniant les doctrines qu'il chantait dans ses vers. Nous sommes encore très peu éloignés de l'esprit libe-

ral qui a occasionné tant de malheurs dans le monde entier. C'est très curieux de vérifier le rapide renversement que nos intellectuels ont pris.

Si autrefois le Portugal s'est assimilé aux mauvaises idées de Rousseau et Voltaire celà ne veut pas dire qu'il les suit maintenant avec le même enthousiasme.

Pas du tout. Ceux-là ont eu leur époque. Le temps a beaucoup changé et aujourd'hui les esprits brillants comme Fustel de Coulanges et La Tour du Pin commencent à être lus avec grand intérêt.

Dans la Littérature portugaise actuelle, on remarque facilement le déclin de l'influence de Rousseau et le grand intérêt avec lequel sont suivies les tendances philosophiques de Maurras. Le romantisme maladif et le dégradant royalisme littéraire ont disparu, donnant lieu, au Portugal, à une bonne réaction. Celà a fait que les écrivains actuels M. M. Carlos Malheiro Dias, Vicomte de Vila Moura et Manuel Ribeiro nous présentent des oeuvres absolument nationalistes. Pourtant, ce n'est pas seulement dans le roman qu'on remarque les nouvelles tendances, mais dans toute espèce d'activité humaine, spécialement dans la Science, dans la Poésie et dans l'histoire.

Gomes Teixeira, le grand mathématicien Portugais, il se dédie à l'étude de biographies des héros et des saints.

Joaquim Bensaúde et Gago Coutinho, le premier aviateur qui, avec Sacadura Cabral, traversa l'Atlantique Sud, montrèrent ainsi la Valeur scientifique des découvertes faites par les Portugais.

Nos meilleurs poètes : Eugénio de Castro, Afonso Lopes Vieira, Correia de Oliveira, Campos Monteiro et Mário Beirão sont tout à fait traditionalistes.

Dans les études historiques et littéraires, Lúcio de Azevedo, Agostinho de Campos, Luís Chaves, Fidelino de Figueiredo et Manuel Múrias nous rendent de grands services par la façon noble et consciencieuse qu'ils adoptèrent pour orienter leurs études. Dans les journaux, l'influence nationaliste est énorme.

Nous mentionnons au hasard les noms de Fernando de Sousa, Alfredo Pimenta et João Ameal qui, dans la défense des bonnes idées, emploient leurs meilleurs efforts. Ce serait injuste si nous ne parlions pas de notre regretté écrivain António Sardinha, le grand précurseur du mouvement traditionaliste qui envahi brillamment, en ce moment, tout sorte d'activité portugaise.

C'est à cause de son beau talent qu'on a pu faire le groupement et la coordination des éléments défenseurs de la nouvelle idée, qui a si

bien préparé l'esprit public à recevoir l'évènement de la dictature nationale qui nous gouverne.

Quelles sont les tendances de la nouvelle génération ?

Je me permets de transcrire quelques phrases de notre Ramalho Ortigão : « Nos hérauts, que je vois, avec plaisir, paraître de tous les côtés, disposés à mettre en ordre le chaos mental, prêchent la bonne doctrine et commencent à la pratiquer brillamment.

Ils nous ordonnent l'optimisme, qui est la force et la santé, le culte intelligent de la tradition et de la race ; la révision de notre histoire, souvent écrite avec rancune et interprétée sans attention à la relativité et circonstances du temps, le patriotisme ardent et qu'il soit mystique au lieu de sceptique et ironique, le nationalisme et même le régionalisme dans l'art, dans la politique, dans l'économie, dans la vie juridique, religieuse et sociale ; et finalement l'étude technique, concret, vis-à-vis de la réalité de nos problèmes nommés vitaux. »

Voilà sans détail comme notre littérature est riche sur tous les points de vue.

Réellement, pour bien classer notre littérature il n'y a que les phrases du critique Anglais Aubrey Bell : « La Littérature Portugaise est la plus grande qu'un petit peuple, à l'exception de l'ancienne Grèce, a produit. »

Notre langue merveilleuse à laquelle Bluteau fait de grandes éloges et Cervantes nomme « dulce y agradable » elle n'a pas seulement été employée dans les oeuvres littéraires. Mais c'est une langue parlée par quelques dizaines de millions de personnes, dans l'Europe, l'Asie, l'Afrique et l'Amérique.

L'avenir des langues de la Péninsule Hispanique sera grandiose ; c'est très juste que M. Fidelino de Figueiredo eût réuni les idiomes portugais et espagnol sous le nom de l' « Empire des langues de Cervantes et Camões. »

Montaigne a été élève d'un Portugais, André de Gouveia, du quel il dit : « En quoy Andreas Goveanus, notre principal, comme en toutes autres parties de sa charge, fut sans comparaison le plus grand et le plus noble principal de France. » (Essais, I, XXVI-XXV de l'éd. de 1595).

Le Prêtre António Vieira, comparable à Bossuet, a été tellement apprécié que la Reine Christine de Suède le nomma son confesseur et prédicateur. Ribeiro Sanches, l'auteur des « Lettres sur l'éducation de la jeunesse », était un grand médecin. Il a été nommé médecin chef de l'armée Russe. António Luís, savant et latiniste, publia le célèbre traité « De occultis proprietatibus, libri quinque ».

Ferreira Deusdado, le philosophe portugais qui est mort à la fin du XIX siècle, fut très apprécié par ses tendances thomistes. Le Cardinal Mercier lui fit de grands éloges. L'année 1897 il a reçu de l'Université de Louvain le titre de Docteur honoris causa, en philosophie et lettres.

Avant de terminer, je veux encore vous parler des «Lettres portugaises traduites en français». C'est sous ce titre que les célèbres lettres amoureuses attribuées à Mariana Alcoforado, religieuse du couvent de la Conception de Beja. Il y a plusieurs opinions sur ses fameuses lettres, mais on ne sais pas au juste qui a raison.

Quelques uns, comme Saint-Beuve, Teófilo Braga et Oliveira Martins supposent qu'elles sont véritables; mais Rousseau nous assure qu'elles ont été écrites par un homme, et Camilo est convaincu que l'auteur est un Français. N'importe comment, elles sont un chef d'oeuvre.

Voilà le rôle de la littérature portugaise joué dans le monde.

C'est dommage que les grands écrivains Portugais soient oubliés par les autres peuples latins.

Enfin j'employerai les paroles de Leroy Beaulieu: «On dit, et c'est vrai; que dans le monde entier, aucune nation n'a jamais eu tant d'événements remarquables comme le Portugal, relativement à sa grandeur et population» (1).

---

(1). M. George La Gentil professeur de langue Portugaise à la Sorbonne, a beaucoup travaillé pour renouer les liens littéraires entre nos deux Pays.

# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1829

GUIMARÃES HÁ 100 ANOS

## Setembro

**Dia 5** — Em vereação — Preços da feira: 950, 330, 300 e 270 reis.

**Dia 9** — O D. Prio roficou a El-Rei D. Miguel, juiz perpétuo da real irmandade de Nossa Senhora da Oliveira, declarando-lhe que com grande gosto accitaria a sua nomeação de secretário da mesma corporação e que autorisava o seu lugar tenente, conego tesoureiro-mór, a substituí-lo na assistencia ás missas dos sabados e em todos os mais actos.

A mesa da Misericórdia delibera por unanimidade mandar construir na sua igreja, no sitio da porta falsa, abaixo do altar de S. Bento, um altar e retabulo para nêle colocar a imagem do Senhor da Cana Verde, vulgo Senhor da Pedra Fria, que estava oculta, excepto em quinta feira de Endoenças em que a referida imagem ia na procissão.

NOTA: Em 1926 retiraram dêste altar a imagem do Senhor, que foi transportada para o asilo dos Invalidos, e collocada uma nova imagem de Santa Teresinha do Menino Jesus.

Acordam em Relação os da Alçada: Que julgam applicavel o Régio Indulto concedido no decreto de 18 de Junho de 1828, à culpa do réu Manuel José de Faria (foi

cirurgião do regimento de milicias de Guimarães) preso na cadeia da Portagem de Coimbra. Mandaram que seja solto da prisão em que se acha, e pague as custas.

**Dia 11** — Tomou juramento, na casa da camara, Manuel José de Araujo, da rua de S. Francisco, juiz do officio de surrador, desta vila e termo.

**Dia 12** — Preços da feira: 800, 330, e 280.

Nesta data: Acordam em Relação os da Alçada, que julgam applicavel o Régio Indulto concedido no decreto de 18 de Junho de 1828, à culpa do réu João Ferreira de Sousa Vilas Boas, que foi capitão do regimento de milicias de Guimarães.

**Dia 14** — Logo depois de Trindades, fôram espancadas no campo do Toural e em outras partes da vila, algumas pessoas de bem, entre as quais o bacharel José Ferreira Alves Costa e seu visinho Henrique Navarro. Dai em diante ninguém saía de noite com mêdo de apanhar. (P. L.)

**Dia 17** — Chega a noticia official de ter sido derrotada, no dia 11 de Agosto, a expedição que tinha ido de Portugal para a Ilha Terceira para a tomar aos rebeldes portuguezes que tinham fugido do Porto em 1828 e que estavam senhores dela. O numero dos mortos, feridos e prisioneiros da expedição foi assaz grande e não se sabia ainda, com exactidão, o dos rebeldes. (P. L.)

**Dia 19** — Em vereação — Preços da feira: 850, 320, 330 e 300 reis.

Nomearam almotacés para o trimestre de Outubro a Dezembro, a João Machado de Miranda e ao capitão João de Matos Peixoto, ambos desta vila. — Foi deferido juramento: a Tomaz António Mendes desta vila, para servir de juiz do officio de sapateiro; a José Coelho e António José Francisco e a António de Freitas e João de Abreu, para servirem, respectivamente, de juizes e escrivães dos 2 officios de garfeiros e cutileiros, e tambem aos juizes do officio de alfaiate, José António de Oliveira e José Francisco e ao escrivão do mesmo officio, António Fortunato.

**Dia 23** — Em vereação — A requerimento do procurador do concelho, veio citado o escrivão do officio de serrador desta vila para se vêr condenar, em razão de não querer assinar o juramento. Não compareceu a alegar cousa alguma, pelo que foi condemnado em 18200 reis para as despesas do Senado.

Foi promovido a capitão da 8.<sup>a</sup> companhia do districto de Guimarães, João Baptista de Andrade, alferes da mesma companhia.

Nesta data — «Acordaram em Relação os da Alçada, Que vistos estes autos... se fizeram sumarios o reu Manuel de Freitas Costa, preso nas Cadeias da Relação. Mostra-se que procedendo o juiz de fora de Guimarães a devassa... foi pronunciado o reu na dita devassa pelos depoimentos de algumas testemunhas de ouvido, e de outras presenciais, que disseram sêr o réu um constitucional exaltado, revolucionário, conhecido por desafecto a El-Rei e que cooperava nos ultimos acontecimentos. Atendendo á dilatada prisão que o réu

tem sofrido ha mais de um ano, julgam pulgada com o tempo dela qualquer impugnação que possa resultar-lhe das testemunhas da culpa, da qual o absorvem, e mandam que na mesma se dê baixa e que seja solto da prisão em que se acha, não estando por al preso; e que extraida a sua sentença se apresente com ela ao Corregedor da comarca de Guimarães, para sêr vigiado sobre a sua conducta politica, e pagar as custas.»

**Dia 26** — Em vereação — Nota dos preços da feira: 850, 340, 320 e 300 reis. — Apresentou-se José Moreira, do lugar do Sobrado, da freguezia de Longos, com suas cartas de sangria e cirurgia, e tomou o juramento. — Determinaram que por sêr o dia 29 do corrente o do nome do Santo de El-Rei o sr. D. Miguel 1.<sup>o</sup>, que Deus guarde, se iluminasse à noite nesta vila, fazendo-se publico êste aviso por pregão, para constar.

**Dia 28** — Sai um Bando em que a Câmara manda iluminar na noite do dia seguinte, por ser dia do Santo do nome de S. M. o sr. D. Miguel 1.<sup>o</sup>. Ao meio dia e à noite houve repiques. Iluminaram algumas casas, principalmente no Toural. (P. L.)

Foi promovido a capitão da 6.<sup>a</sup> companhia das Ordenanças do districto de Guimarães, António José Lopes.

**Dia 29** — Os habitantes fecham suas portas por sêr dia do Santo do nome de S. M. o Senhor D. Miguel I. Á noite iluminação geral tendo saído alguns voluntários realistas e paisanos pelas ruas, dando vivas, acompanhados de uma musica a tocar o hino realista.

JOÃO LOPES DE FARIA.



# PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

## DA VIDA : DOS FACTOS : DAS LETRAS

*«Os rapazes das escolas protestando contra os politicos profissionais, contra a Maçonaria e contra a Constituição! Mas isto é soberbo, para quem, como nós, remete as suas melhores esperanças para a acção dos homens do futuro, e para quem acredita que Portugal é, na realidade, um grande império que aguarda quem lhe entenda e sinta a tradição histórica e as suas imensas possibilidades no porvir».*

AFONSO LOPES VIEIRA.

### Mais persistencia

**O**s rapazes das nossas Universidades, e sobretudo, os rapazes dessa Coimbra tão encantadora, teem-se mostrado, nêstes ultimos anos, ardorosos paladinos do Nacionalismo. A despeito das réclamadas victórias dos jacobinos nas eleições da Associação Academica, — eleições estas feitas à moda dos antigos politicos caciqueiros, com dinheiro a rôdos para pagar inscrições e matriculas a troco de votos e com os rapazes dos Liceus a servirem de mulas de reforço — todos nós sabemos que a maioria dos nossos estudantes é integralista.

Ainda ha pouco, numa festa encantadôra e memoravel, tive ensejo de verificar o entusiasmo que as nossas doutrinas teem despertado na geração moça, nessa geração de sacrificio que é contra os politiqueiros e a favor de uma Ordem Nova, que restitua a nossa Patria ao caminho perdido das suas tradições gloriosas.

Mas se por um lado é consolador verificar tanto entusiasmo e fervor nacionalista entre os rapazes das nossas Universidades, por outro lado temos de concordar que não tem sido bem aproveitado êsse entusiasmo.

Geralmente os rapazes ao apanharem-se doutorados esquecem os seus devêres de nacionalistas, esquecem que, com o grau de Doutor, maior se torna, para êles, a responsabilidade de pioneiros de uma idéa consubstanciadora da esperança maior de uma Nação que procura resgatar-se dos erros e vicios do liberalismo. E assim é que nós vêmos desaparecer tantas vezes da acção, rapazes que, nas Universidades, se souberam impôr pelo desassombro das suas convicções e pelo entusiasmo que transmitiam aos seus camaradas de ideal. Ao contrário dos outros que, em qualquer parte, fazem a sementeira perniciososa dos seus erros e dos seus vicios, os nossos, numa grande maioria, isolam-se.

Se êste facto se não desse, se os rapazes nacionalistas ao saírem

das Universidades, se mantivessem ligados à sua antiga organização e aos seus chefes legítimos, o Integralismo seria hoje uma força considerável que se poderia impôr a todos os desmandos e a todas as transigências.

Que os rapazes que actualmente frequentam as nossas Universidades sigam outro rumo em tudo diferente da dos seus antigos camaradas. Divididos, depois, pelas nossas Províncias, pelas nossas cidades, pelas nossas vilas e aldeias, continuem unidos à doutrina nacionalista, à organização, aos seus chefes legítimos. Não se deixem levar por aventuras fantasiosas que terminam desastrosamente. Fiquem sempre com quem, desde a primeira hora, tem sabido orientar a nossa propaganda, tem sabido cumprir os seus deveres, tem sabido resistir a todos os embates e mantido, com apurmo, a sua posição tão eriçada de espinhos e de desilusões.

Estudantes! — depois de doutorados deveis empenhar-vos mais ainda para que da vossa acção generosa advenham novos benefícios à causa nacionalista. Constitui núcleos, sindicatos, juntas municipais; levantai da apatia estéril e perniciosa, as vossas cidades, as vossas províncias, as vossas vilas ou as vossas humildes aldeias. Tudo é Portugal e — oh rapazes de Portugal! procurar salvar a nossa Pátria deve sêr a aspiração e anseios maiores de todos nós.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

### **Dr. Bento Caldas**

Com honrosa classificação terminou o seu curso, formando-se em Direito na Universidade de Coimbra, o nosso querido amigo e conterraneo sr. dr. Bento Caldas.

Inteligencia brilhante e um grande character, Bento Caldas marca, na geração actual, um lugar de inconfundível destaque.

A Bento Caldas, nosso apreciado colaborador, enviamos, num grande abraço, as nossas muito sinceras felicitações.

### **Dr. Guilherme de Vasconcelos**

Concluiu a sua formatura em Direito, na Universidade de Coimbra, o nosso querido camarada e valoroso integralista sr. dr. Guilherme de Barros Vasconcelos.

Por tal motivo enviamos-lhe os nossos cumprimentos.

### **Dr. Carlos Saraiva Brandão**

Com uma honrosíssima distincção concluiu a sua formatura na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, o nosso bom amigo e soldado fiel da causa nacionalista, sr. dr. Carlos Saraiva Brandão, a quem, com um grande abraço, enviamos os nossos parabens.

### **Tenente Morais Sarmiento**

Figura inconfundível de militar e de cavaleiro, duma coragem e lealdade medievais, quiz Deus que Morais Sarmiento vivesse nesta idade de egoísmos, de covardias e de traições e tombasse, barbaramente assassinado pela Maçonaria, em Luanda.

Defeitos — teve os defeitos que constituem a saudade da juventude, esmaltados de valentia e de entusiasmo que apenas faziam sobressair

as qualidades impressionantes de caracter e de espirito que o nobre official do exército possuía e prova-va, generosamente.

Na frase de Filomeno da Cama-ra, era um destes soldados que no tempo do Império seria Marechal de França aos 24 anos.

Morreu quando havia tanto a esperar da sua dedicação, do seu admiravel nacionalismo — e soube fazer-se matar no seu posto!

— “Quero morrer novo — dizia êle a alguém — mas que o meu san-gue marque uma attitude digna.”

E assim foi.

Este testamento dum heroi, des-lumbrado pelos altos exemplos da honra e da bravura, foi trágicamente cumprido.

Que Deus tenha a sua alma em paz.

### Nuno de Montemór

O triunfo do movimento literá-rio católico, em Portugal, é um factó, mercê do impulso valoroso de uma figura já inconfundivel de escritor e de católico que é Nuno de Montemór.

A despeito do péssimismo de uns e da crítica de outros de-fensores da literatura, a verdade é que Nuno de Montemór conquistou já o seu lugar brilhantissimo entre os melhores escritores portuguezes, mercê apênas do seu esforço.

Resumir a vida literária dête notável escritor é historiar a indi-ferença do campo católico por um

movimento literário, é narrar os impecilhos de toda a ordem com que tinha de arrostar, alguns anos atrás, quem se *aventurasse* a escre-ver um livro, um romance católico.

Nuno de Montemór triunfou dos contratempos — triunfou dos *zêlos* defensores do género, da for-ma e das ideias.

Vem comprova-lo o successo obtido pelo seu ultimo livro — *Maria, a pecadora* — a que em breve nos referirêmos na secção respec-tiva.

Este livro está porventura desti-nado a sêr a obra mais querida de Nuno de Montemór, pelo carinho apaixonado com que o escreveu e ainda pela magnitude do assunto que é elevadissimo, delicado, enter-necedor.

“É o meu livro mais suportavel” — diz Nuno de Montemór.

Nêle se reconstitue, em quadros coloridos e animados, tôda a vida, evangélica, movendo-se à roda da figura heroica e formosa de Santa Madalena.

As grandes multidões que se-guiam Jesus, as intrigas do templo, as parabolás e as festas, orações e tumultos, tôda a vida do evangelho, desde o Presépio ao Monte da Assunção, passando, demorada-mente, hora a hora, pela Paixão, com o processo civil e religioso de Jesus, todas as páginas do livro constituem quadros ardentes, movi-mentados, terminando pela morte e exaltação de Santa Madalena em terras da Provença.



## Dos Livros & dos Autores (\*)

ASAS QUEBRADAS, por *Salvador Cristo*, — União Grafica.  
Travessa do Despacho, 16 — Lisboa, 1929.

Que não foi infructifero o esforço generoso de Nuno de Montemor, lançando as bases de renascimento da literatura cristã, no nosso país, prova-o exuberantemente o successo que tem coroadado todas as novelas que vão sendo publicadas sob o patrocínio da «Colectção Veritas».

«Asas Quebradas», constitue já o IV volume da collecção. Conquanto se ressinta daquelas indecisões que são próprias dos principiantes, revela-nos, tambem, que o seu Autor pode vir a sêr um escritor distinto.

Não achamos muito próprio o assunto tratado nesta novela, e sobretudo, o fim, o remate, aquêlê abandono de duas almas que é preciso salvar e resgatar, não é verdadeiramente cristão. O sacrificio de Luis impunha-se, naturalmente, para evitar que Madalena, pelo braço de Gabriela, fosse arrastada para o abismo que Gaspar do Amaral andava, diabólicamente, a preparar.

INDEX CRITICO-LITTERARIUS (1928—III-IV) — S. Pablo  
4 — Tarragona (Espanha).

Este «Index», é muito prático e util aos escritores que precisem possuir desenvolvidas bibliografias, pois torna-se um utilissimo auxiliar de todos os estudiosos.

A classificação dos trabalhos é feita com método e a informação é escolhida e copiosa, distribuindo-se alfabeticamente os titulos dos mais interessantes artigos e monografias.

ANUARIO DE «EUSKO-FOLKLORE». Soc. de Estudios Vascos — Escuela de Artes y Oficios — Vitoria (Espanha), 1928.

Nêste Anuario, copiosamente ilustrado, verifica-se o labor constante da Sociedade de Estudios Vascos. O volume que têmeos presente divide-se em dois valiosos capitulos. No primeiro, encontramos uma desenvolvida noticia sobre *Establecimientos hu-*

---

(\*) Só daremos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em *duplicado*, a não ser que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu valor intrinseco.

*manos y toponimia*. No segundo, *Investigaciones prehistóricas*, fala-se da nova estação prehistorica de Landarbaso.

VIMARANES, por *Luis de Pina*, — Araújo & Sobrinhos, Suc. — 50, Largo de S. Domingos, Porto, 1929.

Eis um livro valiosissimo que muito bem contribuir para a história da medicina portugêsa. O dr. Luis de Pina, um novo cheio de valôr e dotado de vasta cultura, quiz sair fóra das vulgares dissertações de candidatura ao grau de Doutor e, inspirado no valiosissimo trabalho que o falecido dr. João de Meira publicou em 1907, sobre «O Concelho de Guimarães» dá-nos novos subsidios para o estudo da medicina caseira e superstições populares.

«Vimaranes» é um livro que marca e que impõe o seu Autor. Nas suas páginas, que se lêem sem enfado, tam cuidada é a sua prosa e tam corrente e suave a maneira de contar, são tratados assuntos que se prendem com a Arqueologia, a Antropologia e a História, e que veem «trazer novas achegas para a História Médica do velho burgo de Vimaranes».

O livro do dr. Luis de Pina é, por isso, indispensável a tódos os que, movidos por um enternecido amôr à sua terra ou à terra dos seus antepassados, se dediquem ao estudo dos mais interessantes usos e costumes do nosso povo.

A QUESTÃO NACIONAL APOS O 28 DE MAIO, por *Carlos de Amorim*. Atlantida, Coimbra, 1929.

Nêste volume reuniu o sr. dr. Carlos de Amorim alguns dos artigos publicados na *Mocidade Portuguesa*, jornal onde, denodadamente, se combatia a mentira dos partidos e se afirmava a necessidade de criar um Estado Novo orientado pelos principios sãos do nacionalismo. Estes artigos, agora publicados, teem certa oportunidade.

O sr. dr. Carlos de Amorim é ardoroso no combate às mentiras convencionais da Democracia. Os seus escritos são plenos de vida, vibrantes de patriotismo são e desempoeirado. Por isso o seu livro tem valor e interesse e vem contribuir para o estudo de um periodo agitado e dissolvente da politica portugêsa, orientada por politiquieiros falhos de escrupulos e de consciência.

HISTOIRE D'UN DÉFI, por *Chanoine Eug. Duplessy* — P. Téqui, Libraire-Éditeur, — 82 — Rue Bonaparte, Paris, 1929.

A controvérsia jornalística que, nos anos de 1914-18, o Autor sustentou com um professor de liceu sobre uma cura instantanea alcançada por Pedro de Rudder por intercessão de Nossa Senhora de Lourdes, foi agora reunida nêste volume valiosissimo para a história das curas de Lourdes.

CE QUE C'EST QU'UNE EGLISE, por *Chanoine Millot* — P. Téqui, Libraire-Éditeur — 82, Rue Bonaparte, Paris, 1929.

O cônego Millot, que possui já um vasto e util sermonario, consagra êste volume ao conhecimento do que é a casa de Deus. As 28 conferências que encerra, são subordinadas a um alto pensamento filosófico e teológico que muito recomendam êste livro.

MARIE CLOTILDE DE SAVOIE, por *R. P. Fanfani e Marie — Thérèse Porte* — P. Téqui, Libraire-Éditeur, — Rue Bonaparte, Paris, 1929.

Nesta biografia, tão delicada e de tão serena exposição, consagrada à figura admiravel de Maria Clotilde, que, em pleno século XIX surge a enfileirar na galeria

dos santos da casa de Saboia, ha algo que nos prende e encanta, sobretudo pelo exemplo consolador que dela proveitosamente se pode tirar. As suas páginas são uma merecida homenagem ás virtudes da santa Maria Clotilde.

MANUEL D'ADORATION DU TRÈS SAINT SACREMENT,  
por *L. Barret, S. M.* — P. Téqui, Paris, 1929.

É um trabalho util sôbre a verdadeira devoção que deve sêr tributada ao Santissimo Sacramento.

LOURDES. COMMENT INTERPRÊTER SES GUÉRISONS,  
pelo *Dr. Augusto Vallet* — P. Téqui, Libraire - E'diteur,  
82 - Rue Bonaparte, Paris 1929.

Muito se tem já escrito sobre Lourdes. E novos trabalhos surgem, cada dia, sobre as aparições de Massabielle e sobre as manifestações do poder de Deus por intercessão da Imaculada

O Dr. Vallet, ilustre presidente do *bureau* das constestações médicas, faz algumas considerações curiosas sobre os factos e cousas sobrenaturais de Lourdes, estabelecendo a verdade dum modo objectivo e seguro.

L'AMI DES PÊCHEURS, por *A. Galy, S. M.* - P. Téqui-éditeur, Paris, 1929.

O Autor estuda largamente o que deve sêr compreendido pela Misericordia divina, fundamentando-a em factos historicos e focando, admiravelmente, algumas das figuras biblicas, como o filho pródigo, a Samaritana, São Mateus, Santa Maria Madalena, São Pedro, o mais glorioso dos convertidos do Evangelho, etc, concluindo com um admiravel hino de louvor e confiança em Deus e na sua Misericordia.

MÈRE JAVOUHEY APOTRE DES NOIRS, por *Georges Goyau*, Librairie Plon - 8, Rue Garancière, Paris, 1929.

Georges Goyau, da Academia Francêsa, faz a historia de Mère Javouhey da benemérita congregação de Saint-Joseph de Cluny e dedicada missionaria que soube cumprir com extraordinario fervor, o seu ingrato apostolado.

O Autor observa, assim, o edificante exemplo de uma grande figura da Igreja, no momento em que o Santo Padre se prepara para consagrar a glória desta abençada serva de Deus, que levou uma existencia de santidade inteiramente ao serviço da salvação das almas e aos progressos da civilização humana.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.



# Sursum Corda! (\*)

por ALBERTO de MONSARAZ

CAMARADAS E AMIGOS:

**A**s horas desta cruzada nacionalista fôram tôdas horas de fé; mas esta que vivêmos, tão próxima do triunfo, é, mais do que as outras, uma hora de esperança.

Quando, sob a minha direcção, apareceu a "*Nação Portuguesa*", em 8 de Abril de 1914, Mussolini era director do "*Avanti*", órgão socialista de Milão.

Governava a Itália, senão estou em êrro, Giolitti — o Fontes italiano — que desenvolvera, em 60 anos de vida politica, a prosperidade material do seu país, atrofiando-lhe entretanto, mau grado Crispi, as energias patrióticas e o aneio imperialista.

Em França, feitas as eleições contra o vago renascimento nacional que votára a lei de conscrição dos 3 anos, alçára-se ao poder um gabinete radical. Em Inglaterra havia anos que os liberais eram govêrno, com Asquith e Grey.

Por Espanha era presidente do conselho qualquer Romanones ou qualquer Prieto, dêsses cujo nôme figura pela ultima vez no convite do funeral. Nos impérios centrais e na Rússia uma aristocracia emburguezada, católica, protestante ou ortodoxa, dirigia tranquilamente os

---

(\*) Discurso pronunciado no Luso, por ocasião do banquete de homenagem à Junta Central do Integralismo Lusitano, realizado no dia 1 de Dezembro de 1930, por iniciativa das Juntas Escolares de Lisboa, Coimbra e Porto.

imperantes, as assembleias e os povos. A "*Action Française*" tinha 5 anos de existência, como jornal diário, e embora já fôsse considerável o prestígio intelectual de Maurras, a verdade é que a pequena *équipe* do nacionalismo francês, mal ferido na questão Dreyfus, em que se batera galhardamente contra os meios políticos e intelectuais da capital, crescia entre mil dificuldades, no ambiente profundamente maçonizado da época.

A falange italiana da "*Idéa Nazzionale*" adquirira, graças à Monarquia, mais fôrça numérica, levando mêsmo alguns deputados ao parlamento, mas não lograva lançar raízes nas profundas camadas populares, que o partido católico, liberalista impenitente, partilhava com o socialismo revolucionário.

A Europa refastelava-se num fôfo e cómodo burguesismo, digerindo os benefícios e as benesses dum século inteiro de democracia materializante e de materialismo baixamente igualitário.

Guizot bradára à nova casta de parasitas da finança, do comércio e da industria, que um maquinismo satânico multiplicára e que tentavam nivelar-se com os restos duma nobreza decapitada: «Enriquecei-vos, enriquecei-vos...»

E êsse brado foi écoando de geração em geração, sacrificando-se gostósamente a espiritualidade ao bem estar, a alma ao côrpo, a inteligência ao sensualismo, numa palavra a vida à existência.

Foi no meio dêste festim intermaçonico, onde a Seita se proclamava Senhora do mundo, que estalou em pânico, num estrépito estralejante, a primeira granada da Grande Guerra.

A Edade Burgueza suicidava-se...

\*  
\*   \*  
\*

Quatro anos depois o clarim do armistício anunciava a Era-Nova, encerrando o ciclo de desvairamento, sem freios, na ordem política e moral que se iniciára com a primeira machadada na Bastilha.

A Humanidade, sacudida pelo heroísmo da Guerra, a golpes de chicote, a chicotadas de metralha, despertava dêsse beatífico torpôr, em que mergulhara como num sonho.

O sonho tornava-se pezadêlo. Do pezadêlo ia finalmente reacordar tomando consciência de si própria.

Lembro-me dos sorrisos de ironia com que foi recebida a *Nação Portuguesa* nos meios monárquicos e repúblicanos do liberalismo indígena.



Sem a guerra vegetarianamos ainda, como a *Action Française* e a *Idéa Nazzionale* antes de 1914.

Foi o abalo, o estremecimento celular produzido pela metralha no corpo de doutrinas e no ritmo social do Estado Burguês que hoje permite à nossa propaganda actuar, como revulsivo, nêsse velho organismo, mais do que intoxicado, putrefacto.

Por tôda a parte, até nos conselhos do Govêrno, a ideia nova infiltra-se, caminha... Esta hora é de esperança.

Segundo a expressão de Barbey d'Aurevilly a *Democracia não é a lei do mundo moderno: é apenas a sua punição.*

Achamos que o castigo já basta.

A Europa sai das entranhas da Maçonaria, baixamente interesseira e hipócrita, como dum gabinete de torturas. O ultimo tiro da Grande Guerra, no outono de 918, arrombou-lhe a porta, libertou-a. Mas, observareis, e Wilson? e Briand? e Macdonald? — Sombras vagas que se agitam, sobreviventes do naufrágio, que se agarram às ultimas taboas — talvez para têrem ainda a consciência de que morrem impenitentes.

Do outro lado, do nosso, gravam-se perfis de Chefes populares, como medalhões, no friso da História:

É *Mussolini*, o grande, o maior de tôdos, primeiro realizador do Estado - Novo, Bonaparte da Contra - Revolução.

É *Mustafá Kemal*, que fala em democracia como num dissolvente para melhor desfazer, em nôme do jovem nacionalismo turco, êsse velho império teocrático, enfeudado ao maçonismo ocidentalista; — *Mustafá Kemal*, que é chefe do seu govêrno, maioria e opposição da sua assembleia, senhor e tirano dos cidadãos seus vassallos.

É *Alexandre da Jugo-Slavia*, que assumiu o régio podêr pessoal para conseguir federar as várias regiões insubmissas do novo reino que conquistára.

É o *Marechal Pilsudsky*, restaurador da Polónia, que relembrando-se de que as dissensões, as rivalidades da Dieta provocaram no século XVIII o retalhamento da Nação, travou com o parlamento actual uma luta decisiva em que acaba de triunfar.

É *Hittler*, invocador dos deuses do Walhalla, de cujo crepúsculo de derrota pretende que surja e rompa a nova aurora da raça germânica.

É *Staline*, o ditador vermelho, mantenedor do comunismo, consciência negra de crimes — é certo — e mãos ensopados em sangue; mas diante do qual tremem de susto, de pânico, de pavôr os nossos burquezes conservadores da democracia ocidental.

Mussolini e Hittler pôdem falar-lhe, compreendê-lo, porque os

extremos tocam-se. Briand, personificação dum século que agoniza, olha para êle como um algoz. Entre Briand e Staline, se por absurdo tivesse politicamente de optar, num dilema rígido, sem elementos de correcção, a minha escolha estaria logo feita: — preferia Staline não resta duvida.

Adopto o programa sintético do pretendente Grão-Duque Cyrilo — *os soviets com o trôno.*

Porque nós homens novos, se pertencêmos ao passado pelo sentimento, como dizia Bonald, pela intelligencia pertencêmos ao Futuro.

No Presente, nêste presente, ainda eivado de tantos germens pestilenciais, só podêmos vivêr lutando, lutando por destruí-lo, por transforma-lo, por refazê-lo à imagem e semelhança do nosso pensamento criador.

Sômos inovadores, inovadores revolucionários, conservadores isso é que nunca! Do que ha, sob o aspecto político, nada ha que conservar. A dissolução social, a anarquia de sentimentos e ideias, a podridão dos costumes, a liquifacção das consciências, a inconsciência das atitudes e dos processos — tudo isso tem de sêr consumido pela chama da Ideia Nova, rutilante e purificadôra.

Os que se agarram às ruínas duma idade carunchosa é que são os reacionários. É bom que isto se afirme, que isto se repita, que isto se saiba.

Nós outros, homens de Amanhã, sômos avançados por convicção e sentimento das realidades.

Sômos os revolucionários construtores da cidade Futura. Ordem. Disciplina. Hierarquia. Autoridade. Continuidade. Unidade. Trabalho. Organização. Família. Corporação. Descentralização. Antonomia, já são agora lugares comuns na linguagem do poder publico.

Quantos que fôram incrédulos ou irônicos por indiferença ou por hostilidade admiram hoje essas limpidas facêtas do Estado Novo — essas multiplas folhas de acanto, desabrochando em capitel na coluna da verdade política que heroicamente tentamos erguer à glória e para a glória da Pátria.

Alguns escravos — porque tôdos sômos escravos enquanto não libertarmos a Nação — fôram caíndo, em plena luta: uns sacrificando-se voluntáriamente pela causa comum, outros abatidos por um destino adverso antes da hora do triunfo, três dentre êles porventura cançados de tanto vê-la tardar.

Consenti que nesta primeira reunião fraterna em que retómo a palavra, depois de longos anos de silencio forçado, relembre êsses amigos mortos, integralistas filiados ou francos atiradores na ala direita dêste troço de cavaleiros.

Tenho a impressão de que, bradando pelos seus nômes, num chamamento que poderia sêr apêlo guerreiro ou invocação ritual, êles, as suas almas — sentimento, inteligência e vontade libertas — aproximando-se das nossas almas fortes de cruzados, saberão incutir-lhes, talvez melhor do que dantes, tôda a fé e tôdo o entusiasmo que traz a certeza antevista da vitória.

Sentido!:

*Antônio Sardinha*

*Adriano Xavier Cordeiro*

*Homem Christo Filho*

*Manuel Refoios de Menezes*

*Guilherme de Faria*

*Tenente Alexandre Cabeças*

*Tenente Manuel da Costa Alemão*

*Tenente Carlos da Costa Alemão Teixeira*

*Alferes Bernardo de Albuquerque*

*Capitão Anibal de Azevedo*

*Tenente Alfredo de Moraes Sarmiento.*

Peço para êles um minuto de silencio e uma préce mental.

\*  
\*   \*  
\*

Agora olhêmos para Amanhã:

Na visinha Espanha sopra um vendavel de loucura numa floresta expressa de ignorância. Os artigos e discursos, não só dos chefes de partidos — primários por natureza — mas dos intelectuais, personalidades algumas de raro valôr scientifico e literário, deixam-nos atônitos...

Dir-se-hia que a mentalidade dessa gente, desde Valinçlan, o poeta, a Menendez Pidal, o historiador, floresce numa estufa aquécida à temperatura do século XIX.

Esses homens de lêtras e de sciência parece têrem adormecido para a Política ha seis ou sete décadas e acordarem agora com as ideias e sentimentos que tinham quando adormeceram.

A endosmose psiquica, o contágio do pensamento moderno não penetrou, não galvanizou a Espanha, como se tôdo o reino se encontrasse blíndado por um revestimento de chumbo.

E o que é mais grave para êles, espanhois, é que o próprio Rei

não deve perceber mais do que êles, nem mesmo perceber que êles não percebem nada.

Digo para êles, espanhois, pois, quanto ao que nos diz respeito, julgo que nada terêmos a perder com uma desarticulação da Espanha, que não desejamos, mas que é inevitavel, como a Fatalidade, no dia em que os nossos vizinhos suprimirem, com a pessoa do Monarca e com o facto da Dinastia, o princípio federador central.

Afastando, por improvável, a hipótese de que os repúblicanos de Madrid se tornem expansionistas, à semelhança dos jacobinos de 93 — os tempos mudaram — e procuram, na evocação do sonho ibérico, a força centripeta da coesão que aniquilaram — afastada essa hipótese inverosímil, até estou em crêr que a nossa posição de árbitro natural entre as Espanhas, como antes de Tóro, só poderia favorecer essa aliança peninsular visionada por António Sardinha. É com gostosa comoção que, neste dia 1.º de Dezembro, 290 anos depois da Restauração, proclamo aqui a necessidade dum fraterno acôrdo peninsular.

A Aliança Luso - Britânica, pelo que rezam os tratados e, sobretudo, pelo que se acha confirmado na prática — uma prática secular — tornou-se ha muito um axioma diplomático sobre que é ocioso e inutil insistir.

Mas adentro dos quadros da Aliança Inglesa caberá facilmente o acôrdo peninsular, tanto mais facilmente quanto nós, estado forte em face duma Espanha retalhada e enfraquecida, dominarêmos sem duvida na Peninsula, aumentando assim, para os interesses do "Foreign - Office" o valôr e o pezo duma aliança defensiva tanto na guerra como na paz.

Realizado o entendimento entre os diplomatas e os Estados Maiores das duas ou das várias nações ibéricas, poderá a Inglaterra dispôr de bases navais para as suas esquadras em todos os arquipelagos que formam a espinha dorsal do Atlântico, desde as Bermudas a Tristão da Cunha, passando pelos Açores, as Canárias e Cabo - Verde. E já não falo do valôr estratégico da Corunha, da baía de Vigo e do porto de Cadiz, que é uma das portas do Mediterrâneo.

Quando hoje se sabe que uma só peça de 420, colocada na Sierra Carbonera, fóra da zona desmilitarizada, pôde arrazar Gibraltar em poucas horas, ninguém deve pôr em duvida a alta importância que teria para os nossos aliados num futuro, esperêmos que próximo, êsse acôrdo peninsular. Não se trata, permitam-me que insista, de romper a velha aliança com a Inglaterra para selarmos outra com a Espanha; mas sim, tendo-nos entendido préviamente com a Espanha, trazê-la comnôscos para a Aliança Inglesa.

Nada nos impediria então, nesse dia que Deus traga breve, de

voltarmos de novo os olhos para o Oceano e para as civilizações viçosas nossas filhas, que florescem na costa americana. Um acôrdo subsequente ibero-americano fecharia o lago Atlântico, que fômos os primeiros a descobrir e a explorar.

Eis o sonho.

Realizado êle, nós, povo pequeno, que ainda não lográmos obter um lugar temporário em Conselho da Sociedade das Nações, tornaríamos a tomar a palavra nos concilios do Mundo, mas falando então por mais de 80 milhões de bocas. Para que êsse Sonho deixe um dia de sêr sonho o Integralismo Lusitano conta comvosco, Mocidade, com a vossa fé ardentissima de portugêses, com a vossa flama patriótica de integralistas.

Continuai, intensificai a propaganda contra tudo e contra tôdos, retomai o timão da nave académica, que as insidias maçônicas conseguiram arrebatat - vos.

E confiai até à morte, na bôa ou na má fortuna, em vossos chefes como êles confiam em vós, na vossa juventude e na vossa galhardia.

SURSUM CORDA !





# O teu olhar

*Passam no teu olhar nobres cortejos,  
Frotas, pendões ao vento sobranceiros,  
Lindos versos de antigos romanceiros,  
Ceus de Oriente, em braza, como beijos,*

*Mares onde não cabem meus desejos ;  
Passam no teu olhar mundos inteiros,  
Todo um povo de heróis e marinheiros,  
Lanças nuas em rútilos lampejos ,*


*Passam lendas e sonhos e milagres !  
Passa a Índia, a visão do Infante em Sagres,  
Em scentelhas de crença e de certeza !*

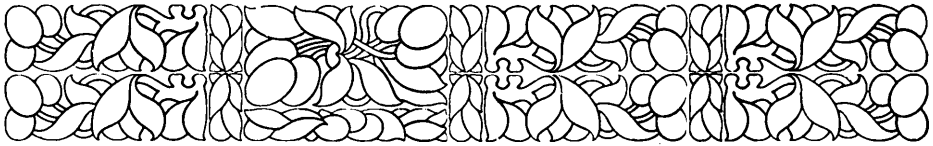
*E ao sentir- te tão grande, ao vêr- te assim,  
Amôr, julgo trazer dentro de mim  
Um pedaço da terra portuguesa !*

Florbela Espanca.

(Inédito)

Do volume a publicar em breve «Reliquiae»





# Príncipes Portugêses em viagem por Espanha

PELO CONDE DE GUELL

(CONTINUAÇÃO DA PÁG. 50 — CONCLUSÃO)

**E**STAVAMOS em Sevilha.

Até agora, para mim, o pavilhão de cada país numa exposição internacional era a coisa mais anti-estética, vulgar e cansada de visitar que podia existir.

Agora vi que isto, como tudo neste mundo, depende de cada caso e da sua aplicação.

Para um expatriado, a visita em terras neutrais a um pavilhão da sua pátria, é algo de fantástico. É para o desterrado algo como para uma criança seria um brinquêdo régio.

O vêr e tocar em pequeno tudo o que constitue o país que se está condenado a não vêr. O vê-lo devêras, com pessôas do seu país, vendendo e anunciando as frutas das árvores, os dôces, os panos e as louças das suas industrias, os quadros e as esculturas dos seus artistas; o vêr ali um quiosque de venda de jornais, tudo sob a bandeira nacional, com guardas nacionais, e pelo princípio de extraterritorialidade sendo aquêlo sólo o do seu país, fez-me o efeito, naquêlo dia, dum brinde preparado por uns Reis Magos para um Soberano expatriado.

E tal era a impressão que causava aos meus amigos. A Infanta portugêsa estava pálida de emoção. Eu dizia-lhe em inglêz que falasse em portugêz aos que vendiam objectos e nos apresentavam catálogos, mas era-lhe impossivel pronunciar palavra.

Houve um momento em que, reflectindo no seu rôsto o desejo de expansão, via-a apróximar-se duma rapariga jovem, da sua idade, vestida de camponesa do Minho, que vendia molduras. Quando as duas jovens estavam quási juntas, frente a frente, apesar do desejo que D. Maria

Antónia sentia de falar à outra rapariga, para que lhe respondesse em português, emudeceu.

Em silêncio, percorriam os Braganças aquela miniatura de Portugal, encantados, olhando fotografias, comprando peças de loiça, e até tocando comovidamente os objectos.

Percorrêmos o grande pátio central, verdadeira perfeição architectonica de Rebelo de Andrade. No fundo, uma escadaria, reprodução da dum palácio real de Portugal, conduzia à parte alta que singularmente parecia feita para surpresa e agrado dum Rei de Portugal exilado.

No alto da escadaria dava entrada para dois salões palacianos um vestibulo, onde um gendarme solenemente levantava o « portière ». Cobriam as paredes os famosos tapêtes de Pastrana, maravilha de mil e quatrocentos que reproduzem as conquistas dos portugueses em Africa, e nas vitrines centrais admiravam-se tôdas as principais joias e recordações dos Braganças; códices, uma custódia esmaltada feita com a primeira prata trazida da India por Vasco da Gama; o celebre Livro de Horas do Rei D. Manuel, exemplar maravilhoso de um livro de luto com emblemas da morte orlando as suas páginas, e, nestas, diferentes scenas dos funerais do Rei, tudo em côres negras, cinzentas e violáceas.

No segundo salão está o retábulo de S. Vicente, obra primâ do mestre Nuno Gonçalves. Numa das suas tabuas, três Duques de Bragança orando, dum colorido brilhante e dum realismo tal, que parecem homens vivos, destacavam-se sôbre o fundo dos tapêtes góticos.

Fazia-se noite, e tivemos que sair do pavilhão. Iamos andando pela semi-obscuridade das ruas de Sevilha; os meus amigos com a imaginação cheia dessa visão de Portugal, e eu interessado vendo a sua emoção.

— Estou encantado! — dizia o Príncipe. É o melhor pavilhão da Exposição! Revela um país próspero e progressivo!

\* \* \*

Faziamos em automóvel o trajecto de Sevilha a Alamin.

Estavamos nos arredores de Mérida.

Os Braganças olhavam as montanhas que apareciam longinquas à esquerda.

— Maria Antónia! Maria Antónia! Olha! Aquilo deve sêr Portugal!

Os dois queriam atrair com os olhos, para a vêr mais perto, aquela linha parda de terra portuguesa.

A estrada dirigiu-se para a direita.



Tinhamos passado já a serra de Guadalupe e a cidade de Trujillos.

Percorriamos aquelas ultimas bases da Carpetobetónica que vão têr à imensa planície que circunda o Tejo e o Tiétar; esplanada cujos limites a vista não alcança e que, cobertos de azinhos, fórma o panorama que Carlos V escolheu para recreio dos seus olhos durante os ultimos dias em que ainda tinha de vêr o mundo.

Começavamos a descer a cordilheira.

Os meus companheiros de viagem disseram-me: « Por aqui deve passar o Tejo ».

Dali a pouco, percebi no fundo da vertente um rió tortuoso e estreito, cruzado por uma pequena ponte.

Precipitando-me, ignorante como geógrafo, sem fazer questão de amor próprio pessoal da largura do Tejo, e, além disso, acostumado às desigualdades dos rios espanhois, disse, apontando :

— Senhor: êsse deve sêr o Tejo.

Os Braganças levantaram-se para olhar, e nas suas caras compreendi que lhes tinha dado um desgosto. Era um rio verdadeiramente inapresentavel.

Ela, ao vê-lo, tinha córado.

Fizemos silêncio sôbre o incidente; fiz vêr que não o notava, e sem mais comentários, continuámos percorrendo quilómetros.

Não tinha passado muito tempo; já quási chegavamos à planície, quando, repentinamente, porque o ocultava o alcantilado, vimos a curta distância um rio solene, caudaloso, que deslisava majestosamente, cruzado em frente a nós por uma ponte monumental de muitos arcos e de perfil elevado, da época de Carlos III.

Isto já era outra coisa.

A Infanta portugûesa então, sem esperar que eu lhe explicasse, disse :

— Este é o Tejo! Estava certa de que não podia sêr aquilo!

. \* .

Tinhamos chegado a Alamin.

Noutro lugar das minhas Memórias, descrevi esta quinta. Como eu não a fiz nem a comprei, creio podêr dizer que realmente a tenho por um dos pedaços de terra mais belos da Província de Toledo.

A serra de Avila por fundo e o Alberche que naquela região é muito largo e cruza a quinta em tôda a sua extensão, destacando-se

sobre a obscuridade dos azinhos que cobrem todo o sólo, dão uma beleza singular a estas terras, sobretudo quando se contempla a vista do alto em que está situada a casa, e mais se isso coincide com o pôr do sol, que dá luz de reflexos avermelhados, ilumina o rio e revela no ultimo plano a silhueta do castelo de Escalona, baluarte de D. Alvaro de Luna.

Esta quinta, como muitas das de Toledo e da Estremadura, tem, além de ser grande, a qualidade de parecer ainda maior.

A semelhança de cultivos e a falta de povoados, dão tal homogeneidade ao que a vista abarca, que parece que os seus termos não têm fim.

O marquez de Carabas estaria muito no seu lugar nestes estados, estendendo a mão para o horizonte, dizendo: «Jesqu'à là nas, là bas».

O nosso grupo ficou muito reduzido; eramos só três: D. Duarte, sua irmã e eu. Os três que, quinze dias antes, ceávamos na minha casa de Pedralbes, quando eu perguntava a mim próprio: «Quem serão estes dois comensais meus?»

Depois de passar o dia agradavelmente, caçando, e de contemplar o pôr do sol, retirámo-nos para os nossos quartos e, já de noite, voltámos a reunir-nos na minha sala, junto à chaminé de campo.

Estas chaminés poderiam chamar-se caninas, pois, pela sua disposição, são de grande comodidade para os cães, que além disso parecem o complemento estético delas.

Quando nos reunimos ali, estavam já os cães instalados, mas deixaram-nos aproximar e começamos, ainda que cada um de livro na mão, a conversar.

Era uma noite tão clara e tão formosa que não podémos resistir à tentação de abrir a varanda.

A lua convertia numa fita de prata rutilante as águas do Alberche, atravez daquela imensa negrura. As águas do rio corriam, tranquilas para o leste, para unir-se às do Tejo e juntas percorrerem Portugal até Lisboa.

Ali, antes de se perdêrem no mar, converter-se-hiam em espelho que reflectisse a vetustez solene da fachada do Palácio Real onde nasceram e foram proclamados Reis de Portugal todos os Braganças.

O duque de Bragança, na varanda da minha casa de guardas, contemplava na obscuridade o caminho que as águas assinalavam.

Dali a pouco, D. Duarte entrou e os três conversámos até muito tarde.

D. Duarte voltou para a varanda e continuava na obscuridade contemplando no meio da imensa negrura o curso que desenhavam as águas do Alberche convertidas em fita de prata que, iluminada pela lua, assinalava o caminho de Portugal.

A noite continuava solene, serêna e quieta.

Já muito tarde, fomos para a cama, cada um com os seus pensamentos.

No dia seguinte despedimo-nos com a efusão natural entre as pessoas em quem nasceu um trato de simpatia que a distância interromperá.

O duque de Bragança ia a Toulouse, para seguir os seus estudos. D. Maria Antónia, depois da sua visita aos países do Sul e à fronteira de Portugal, voltava à região dos bosques obscuros e dos montes nevados de Seebenstein. Eu seguiria a minha viagem.





# A GENEALOGIA DO PENSAMENTO NACIONALISTA

---

Por FERNANDO CAMPOS

III

(CONTINUAÇÃO DA PÁG. 38)

**A**s directrizes do Pensamento nacionalista português acham - se nitidamente definidas no índice de princípios que o *Integralismo Lusitano* publicou logo ao aparecer o primeiro numero da revista *Nação Portuguesa*, em Abril de 1914, e o qual, embora já tenha sido suficientemente divulgado, me pareceu, todavia, indispensável arquivar no termo dêste trabalho.

Os limites impostos pelo carácter dos presentes apontamentos não permitem que analisemos agora, como seria para desejar, êsses princípios e tendências, determinando - lhe as origens e penetrando - lhe as razões, documentadas, com rigôr, pela experiência dos factos e pelos ensinamentos da nossa história.

Em obediência ao propósito enunciado, limitar - me - hei, apenas, a aproximar certos pontos da doutrina e da propaganda integralista, de tantas opiniões e afirmações produzidas por alguns dos melhores espíritos portugueses do século anterior, e no decurso da campanha que empreenderam contra o assalto impetuoso das ideologias estrangeiras, só triunfantes à custa das maiores violências e traições.

Vejamos pois se o Nacionalismo Português, na parte negativa da sua doutrinação, ao arremeter justiceiro contra a mitologia revolucionária, que entronizava as retumbantes mentiras da Irreligião, da Democracia, da Soberania do Povo, da Liberdade, da Igualdade, do Sufrágio, do Parlamento, — toda essa torpe mistificação de que se alimenta e vegeta o regime dos partidos políticos — o faz por mera inspiração ou capricho, ou se antes o executa em cumprimento dos ditâmes positivos, autorizados, dos legítimos representantes do Pensamento político nacional.

Lembremo-nos de que já em 1799, o nobre Marquês de Penalva advertia: «Estava guardado para este seculo de trévas, (digão o que quizerem da sua Illuminação) estava guardado para nossos tristes dias o systema da impiedade, e da Anarquia.» Acrescentando que: «Foi extraordinario apparecer este monstro; mas ainda foi mais extraordinario achar tantos sequazes esta infame doutrina. O mal não se ateava, nem lavrava, se de longo tempo não estivessem invenenadas as fontes, onde sem cautela bebião os innocentes. Começou-se por desprezar as gerações, que nos precedêrão, com o fim de insultar nos Mestres a doutrina; e tirárão, ou arrancárão as profundas raizes, que deixa a educação, a que chamárão preocupações. Com o falso pretexto de evitar a hypocrisia, fizerão que os homens se envergonhassem de mostrar em público ser Christãos, e ao mesmo tempo perdeo-se a saudavel vergonha, que em outros tempos havia de ser máo. Ralhárão de nossos Pais serem peccadores, e passárão a ímpios, não ganhando certamente na troca que fizerão. Facilitou-se o caminho das Sciencias, não para se saber mais, mas para todos julgarem que sabião; e inspirou-se em todos hum desejo de mostrar juizo, ainda que fosse á custa de o perder, e com elle a honra, o dinheiro, e as maiores dignidades. Assim succedeo, e muitos milhões de homens forão sacrificados a huma pequena, e humilde classe dos chamados Filósofos; que logo que vio completa a depravação, para que tinhão concorrido seus escritos, rompeo contra tudo, o que ha de mais sagrado na sociedade. Deos, os seus Santos, Templos, Reis, Sacerdotes, propriedade, segurança, fé pública, nada se respeitou, e muitos dos mesmos seductores pagárão com as vidas huma parte do seu enorme crime. Neste diluvio quasi tão geral, como o primeiro, tem Portugal, graças a Deos, conservado pura a sua fidelidade Religiosa, e Politica; e o Ceo nos tem pago com usura; porque os generos da primeira necessidade não nos tem faltado, as searas são abundantes, o flagello da guerra ouve-se ao longe, e ricos Comboios atravessão os mares com segurança, e vem fazer Lisboa o Emporio de Europa. Com tudo não são para desprezar os riscos, que corre a mocidade indiscreta, e são temiveis os effeitos da lição de perniciosos Escriitores, que com engraçado estilo enganão leitores de pouca capacidade, e mal educados.» (1)

---

(1) *Dissertação a favor da Monarquia*, Lisboa, na Regia Officina Typografica, 1799, pág. 6-9.

E escrevia o Marquês de Penalva numa hora bonançosa, em que Portugal conservava ainda *pura a sua fidelidade Religiosa, e Politica*, em que as utopias liberais não haviam perturbado o raciocínio da *mocidade indiscreta*, que poderia ainda escutar com proveito este conselho perdido nas páginas apologéticas da *Dissertação a favor da Monarquia*: «Aprendão as gerações futuras nos males do presente seculo a respeitar mais o seu Deos, o seu Rei, e os seus costumes.» (1)

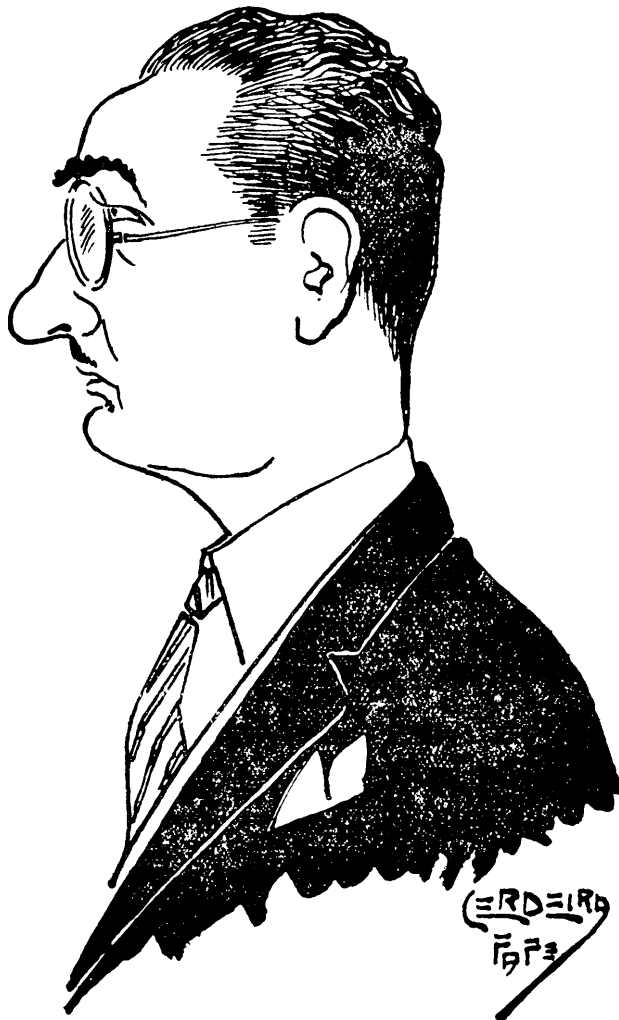
Já suficientemente esclarecido pela experiência *vinista*, explicaria José Agostinho de Macedo, vinte e oito anos depois, que «Apparecem na grande scena do Mundo certos Demagogos, certos Revolucionarios, que no fundo da sua alma não querem nem Rei, nem Roque, nem Constituição, nem Ordenação, nem forma alguma de Governo, que não seja huma tumultuosa, e mal entendida Democracia. Como verdadeiros Camaleões tomão sempre diversas côres, e diferentes aspectos, dão tombos como as enguias; mas quem olha para ellas, e para os tombos sempre descobre o rabinho, que se inclina, e toma a direcção da agua. Inculcão, e assoalhão planos de reformas, procurão embair os incautos com mudanças e melhoramentos, fazem arear as classes, que a soberba julga infimas no Povo com as nivelações e igualdades diante da Lei, detraz da Lei, á ilharga da Lei; chovem as garantias dos direitos de cidadão aos forçados das Galés, e aos lava-peixes; alargão, e profundão todas as vallas, abrem todos os canaes, enchem o Reino de cereaes aqui nascidos, e creados; em cada charco de agua levantão huma fabrica de papel, e outra de chitas; o bicho carpinteiro da industria formiga, e se revolve por toda a parte; em cada Aldêa são logo instaladas as Escolas de Athenas, e o Instituto de Bolonha; a Navegação estende-se tanto, e com tanta actividade, que promettem ir n'hum Bote do Caes de Belem muito para lá das Terras Austraes; promettem tanto ouro, e tanta prata, que, como no Reinado de Salomão, as calçadas das ruas serão de ouro; e a prata será reputada como a lama das mesmas ruas; e fartos em promessas assegurão que só elles descêrão dos Ceos para tirarem o Mundo do abysmo, do servilismo, do despôtismo, do absolutismo, e das fogueiras da Inquisição; e, o que he mais que tudo isto, das fatexas dos Padres da Companhia!»

E o grande panfletário, prosseguindo na livre exposição do seu parecer, afirmava que: «Os Povos, que em fim não são tão tolos como

---

(1) Ibidem, pág. 33.

# FIGURAS DO INTEGRALISMO



O Sr. Dr. HIPOLITO RAPOSO  
visto por Laurentino Cerdeira

(Reportagem do Luso).

elles os querem fazer, ou querem que sejam, começam a desconfiar de tanta manteiga, e de tão palavrosos Impostores; e pelo que elles começam a fazer, e a decretar, conhecem que o fim maximo destes perturbadores do socêgo das Nações he roubar, e dominar; a reacção he igual á compressão, e a elasticidade moral he mais valente que a elasticidade fisica; e por hum impulso natural e unanime recalitra, e diz altamente que não está para aturar huma cambada de Arlequins, e Saltimbancos, huma caterva de Tira-dentes, que inda até agora, por quasi quarenta annos, não dizem senão o mesmo, não tem outras frases, outra linguagem na França, na Hespanha, em Napoles, no Piemonte, e nas margens do Tejo cristalino, imbutindo a mesma descozida arenga, ou nariz de cera de Medico, ao Botecudo n'America, e a este seu Criado no Forno do Tijolo. Universalisa-se, e pronuncia-se esta justissima opposição, porque os Povos em fim antes querem estar pelo que lhes promettia o Homem das Botas, e o Gigante Voraz, do que pelo que promete esta Horda de amotinadores, que arrancão as Nações do seio da tranquillidade, alluindo-lhes os alicerces da ventura social, firmados nos antigos costumes, nas antigas Leis: fossem embora hum jugo de ferro, ninguem se queixava a estes Senhores, e ninguem lhes encommendava tal sermão; e se alguém lho tinha encommendado, que lho pagasse." (1)

Noutra publicação, de éxito assinalado, na sua época, respondia o Padre Macedo, da seguinte forma, a esta pergunta oportuna: *Que cousa he Revolução?* — "A definição do annuciado nesta palavra — *revolução* — basta para dar aos Portuguezes o mais importante desengano em Politica, offerecendo-lhes ao mesmo tempo o mais efficaz antidoto contra o veneno das innovações de que os mesmos Portuguezes tem sido victimas pelo espaço de dez annos.— Revolução he huma mudança desgraçada do bem para o mal, na ordem Politica, de que resulta alguma vantagem para os Scelerados, que a fazem. — Esta definição já mostra aos Portuguezes, que de huma revolução não podem resultar mais que infortunios, e desventuras, e será preciso huma absoluta cegueira de entendimento, huma brutal dureza de coração, e huma criminosissima contumacia de vontade para não conhecer esta verdade, annunciada, e confirmada pela propria, e domestica experiencia. Todo o transtorno da ordem estabelecida he huma

(1) *Cartas de José Agostinho de Macedo a seu amigo J. J. P. L.*, Lisboa, na Imp. Regia, 1827, carta 2<sup>a</sup>, pág. 2-3.



desgraça verdadeira ; toda a mudança repentina he perigosa, e muito mais quando se passa de hum estado para outro estado diametralmente opposto. Se os habitos politicos, e moraes arraigados profundamente pelo lapso dos seculos, se tem convertido em natureza, sem fazer a esta extrema violencia, não se podem mudar, ou destruir, para adquirir outros em todo o sentido contrarios. Eis-aqui o que intentão fazer as revoluções politicas, que se devem considerar como flagellos da Justiça Divina para punir os delictos dos homens. Sempre houverão revoluções em todos os Povos antigos na ordem politica, mas limitavão - se unicamente entre os Romanos á forma do seu governo, e ás pessoas que sustentavão as rédeas destes mesmos governos ; revoluções moraes nunca existirão. Erão immudaveis as Leis, immudavel a Religião, invariaveis os costumes, tudo era Romano até á expulsão dos Tarquinius, tudo foi Romano no Governo Consular, e passando o Governo ao Estado Monarquico, não houve mudança alguma, ou alteração nos Costumes, na Religião, e nas Leis. As revoluções modernas depois da primeira catastrophe da França tiverão outro character, porque com a mudança das Dynastias, e da forma do Governo Politico, veio tambem a mudança na ordem moral. Com o odio aos Monarcas, apparecêo, não só o desprezo, mas odio á Religião, e aos costumes formados pela sua Moral, o odio ás Leis mais Sagradas da humanidade, ás Instituições consagradas pelos seculos em que os Povos tinham conservado a sua felicidade. Estes espantosos fenómenos no seculo presente devem ter huma causa efficiente, ou hum principio donde procedão ;” — e o destemido polemista da Contra-Revolução elucidava, seguidamente : “esta causa, ou principio não he outro, por mais que se esforcem por lhe assignalar diverso, mais que a Seita pertinacissima da Maçonaria. Quer o Imperio universal pelo acabamento, e ruina de todas as Monarquias, retalhar toda a Europa, e convertella em Republicas Federativas, promettendo aos homens huma liberdade, que consiste só no desenfreamento de todas as paixões, na impunidade de todos os crimes quando se considerão no seio da Religião, como effeitos de huma incredulidade absoluta. Com a primeira revolução de 1789 cahio a França neste insondavel abyssmo de males ; porque a Historia desta revolução he a Historia de todos os horrores. Acabárão com a Monarquia, acabárão com a Religião, acabárão com os Costumes : com esta segunda revolução, como os meios são semelhantes, e os instrumentos identicos, os fins, e os resultados serão iguaes ; e eu creio que serão ainda mais funestos, porque a força da resistencia será ainda mais vigorosa da parte dos mesmos Francezes, pois as divergencias das opiniões, ou dos partidos, vão apparecendo muifo mais pronunciados, pois sem errar em meus calculos politicos, o

derramamento de sangue será muito maior, e muito mais deploravel, porque não póde escapar á vigilancia, e perspicacia dos Governos, que se achão nesta ponderosa alternativa, — ou vêr os Thronos em cinzas, ou vêr a força usurpadora aniquilada, — nisto não ha meio. Com a Seita abominavel não se póde transigir, nem convencionar; o resultado sería o triumpho, e a completa victoria da rebellião, e da impiedade. A luta deve terminar pelo exterminio dos monstros. Esta he verdadeiramente a causa, ou a unica questão Européa, não ha outra. Para segurar o andamento da maquina politica, he preciso que se mova, e que trabalhe nos seus antigos eixos. Eis-aqui hum desengano. Chamo antigos eixos aos Governos puramente Monarquicos.”

E o Padre José Agostinho de Macedo, cuja linguagem tão eloquente e portuguesa nos temos esquecido a ouvir, traçava esta exortação, que ainda hoje, à distância de cem anos, não perdeu o sabor nem o valor das verdades incontestáveis:

“Desenganem-se os Reis, desenganem-se os Povos, que o mais sagaz, e artiloso artificio dos malvados, ou da pestífera Seita revolucionaria, he a invenção dos Governos Representativos (Constitucionais); por mais disfarçados que se apresentem com atavios da Realeza, mais suspeitos se nos devem tornar. Hum Governo Representativo á moderna he hum seguro degrão para a Democracia. Parece que hum Governo Representativo contenta os Reis, e enganão-se os Povos. Quando nos vem dizer que assim se coarcta o Poder de hum só, he para darem aos mesmos Povos hum centenar de Tyrannos, O irrisorio Dogma, ou sofisticio principio da Soberania da Nação, que he a primeira das contradicções, ou o primeiro dos absurdos, he tambem a primeira móla das revoluções. Em nome da Nação se commettem todos os attentados pela mesma Nação, e fica escrava dos facciosos, a mesma que se acredita Soberana no Throno. Se a facção revolucionaria em França poz o Pai no cadafalço, como poderá, sendo a mesma, conservar no Diadema o Filho? De todos os meios, e de todos os nomes se serve a málvada caterva para chegar aos fins da insolente dominação Democratica. Estados Geraes, Assembléa Legislativa, Convenção Nacional, Directorio executivo, tudo isto são nomes que enganão os Povos, e o resultado, os Francezes o vírão, o Rei no patibulo, a Nação nos ferros, e na miseria, a Religião proscripta, os costumes estragados, o Mundo inquieto, e em continuados sobresaltos. Não aproveitar a primeira lição, e querer ser mais desgraçado ainda na segunda, he querer dar ao Mundo o espectáculo de hum Povo de mentecaptos, que afia os cutélos, e torce os cordeis com que seus proprios algozes os martyrisão, em quanto estes mesmos verdugos se applaudem na obra da sua

mesma perversidade, e escarnecem, e mofão da simplicidade, e irreflexão dos Povos agrilhoados.” E José Agostinho concluía: “Eis-aqui o que seja — Revolução — E quererá Portugal huma revolução, cousa que nunca teve até ao infausto, e desgraçado anno de 1820! Pois Portugal — inquiria — nunca teve revoluções? Nunca, e foi aquella a primeira. Nunca! E aquella mesma, não era sua, era estranha, e com ella entrava na generalidade da revolução Européa. Era huma porção consumida pelo fluido electrico, que envolvia, e abraçava simultaneamente as outras Nações da Europa.” (1)

A essa mesma revolução desencadeada no Porto, pelos demagogos do *Sinédrio*, em dia de S. Bartolomeu, havia o Bispo de Viseu, o letrado D. Francisco Alexandre Lobo de se referir, como segue, num dos seus escritos mais notáveis:

“Fosse arremedo, fosse, o que tenho por mais provavel, incitamento e colloio com os partidarios Hespanhoes, soltou-se no Porto, em 24 de Agosto de 1820, hum grito sediciozo, que proclamou a Revolução. Homens temerarios, por não os qualificar de outro modo, corrompendo a força militar; com desprezo insolente do legitimo Governo; sem outra missão que o proprio arbitrio coberto com o uzado nome de zelo da Patria; desenrolárão a bandeira da rebelião e arvorárão-se em supremos Reformadores. O estado da Nação, naquelle tempo, — acentuava o cultissimo Prelado — era na verdade critico: resentia-se ainda muito dos estragos de huma guerra de seis para sete annos, e guerra empenhada e acceza; soffria estorvos e graves inconvenientes na publica Administração; não tinha comsigo o Rei, a quem competia curar aquellas feridas, desfazer e arredar os inconvenientes e embaraços. Devia dantes ter dirigido ao Throno, com voz forte de brio respeitozo, as suas justas Representações; e não posso deixar de crer, que do Soberano seria attendida deferida, e que por este modo, tão legal e tão nobre, teria baldado as astucias e maquinações liberaes, e evitado quazi todos, e não duvido dizer todos os incommodos, em que se achou, e acha ainda envolvida. Mas não se determinou a tanto a sua leal moderação, e conteve-se em rezignado silencio; daqui porém, e talvez só daqui, o aumento dos seus males, a multiplicação e gravidade dos seus perigos, e a tardança e incerta effica-

---

(1) *O Desengano, Periodico politico, e moral*, Lisboa, na Imp. Regia, 1830, n.º 2, pág. 1-4.

cia dos remedios." E o escritor comentava judiciosamente: "Quando ouviu o sediciozo grito, que soou desde o Porto, sobresaltou-se hum pouco e ficou inquieta e perplexa; porém muito menos do que pedia o perigo de que era ameaçada. Que podia ella esperar de huma tentativa em todo o rigor anarquica, que reproduzia o motim recente de Madrid, e claramente mostrava querer repetir os dismantellos e atrocidades de França? Não obra assim o zelo verdadeiro e discreto, e não affronta por tal modo as leis existentes, o socego e a boa ordem das Nações. O Governo de Lisboa offereceo a convocação dos Tres Estados, e a offerta foi recuzada. E porque o foi? Porque a convocação contrariava as vistas de hum partido e arriscava as ambições e a segurança de individuos. Mas vistas restrictas de partido são sempre alheas ou avessas aos interesses do todo; e os interesses do todo nunca devem pôr-se em balança com ambições, e muito menos com a segurança de individuos altamente criminozos." Concluindo por reconhecer que "Estas reflexões, aliás tão obvias, parece com tudo que ou não surgirão, ou não fizerão nos Portuguezes a devida impressão; pois que não rezultou a repulsa unanime e energica, que devia conter os amotinados, e provavelmente conduzir ao modo legitimo de melhorar a situação sem convulsões. E a verdade he que os meus compatriotas, com excepções bem raras, concebêrão deste infeliz acontecimento alguma esperança de alivio; esperança que pouco depois, mas sempre tarde, depozerão, não sem incorrer a nota de sobeja credulidade." (1)

*(Continua no próximo fasciculo).*

---

(1) *Obras de D. Francisco Alexandre Lobo, Bispo de Vizeu.* Impresas á custa do Seminario da sua Diocese, Lisboa, na Typ. de José Baptista Morando, 1848 - 1853, tomo II, pág. 376 - 377.

# PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

## DA VIDA : DOS FACTOS : DAS LETRAS

*« O futuro pertenceu sempre às gerações novas e não devêmos nem querêmos enfeuda-las às orientações e às idcias políticas do presente. Basta que sejamos portugueses. É necessário que Portugal seja a nossa Pátria livre, grande e respeitada como foi outróra. Por isso o futuro da Ditadura tem que sêr preparado pelas gerações que nos hão-de suceder. A nossa geração foi de expiação; a geração do futuro será a geração do resgate! »*

CORONEL RAUL ESTEVES.

### No Luso (\*)

**E**M nôme da revista «Gil Vicente» e dos integralistas de Guimarães venho aqui saudar e homenagear a Junta Central do Integralismo Lusitano, a quem se deve tôdo êste esperançoso movimento de reacção e renovação que conduzirá Portugal a destinos melhores.

Sinto-me cheio de fé, reanimado de novos incitamentos, ao verificar, nesta grande reunião, o entusiasmo e a dedicação que avassala todas as almas. Entusiasmo em bem servir o Integralismo; dedicação em cooperar com os legítimos representantes desta forte corrente doutrinária que é já hoje indestructível.

Em Abril, a 7 de Abril de 1915, entre o pasmo imbecil de uns e o sorriso idiota de outros, fôram lançadas em Lisbôa, com as admiráveis conferências realizadas na sala nobre da Liga Naval Portuguêsa, as bases do nacionalismo português.

Depois, na Imprensa, no diário «A Monarquia» e em semanários que fôram surgindo em Lisbôa e na província, em folhetos de propaganda e em conferencias, levou-se a tôdos os recantos de Portugal o grito nôvo de revolta contra os princípios estúpidos de um século também estúpido.

Reagiu-se contra a paz pôdre do conservantismo, dessa massa amorfa, sem princípios e sem finalidade, que não tendo sabido mantêr e prestigiar a Monarquia, não têve, também, o bom senso de aderir à República. Ficou a constituir um pêso môrto que procurava, a tôdo o momento, contrariar e destruir aquêle movimento de resgate e de esperança que se ia iniciar.

---

(\*) Discurso pronunciado no banquête de homenagem à Junta Central do Integralismo Lusitano.

Foi assim, nesta permanente atmosfera de hostilidade que o Integralismo teve de se desenvolver e criar alentos. Só as almas môças o compreenderam, só as almas môças o seguiram, só as almas môças lhe deram consistência.

O movimento nôvo que se esboçava, só com os novos poderia contar. Os outros, os conservadores, continuavam a conservar aquêle ar grave e conselheiral que se desfazia em vespéras de eleições para se tentar o assalto a umas reduzidas e quasi inuteis cadeiras no Circo de S. Bento, que, mais tarde, um jornalista repúblicano-radical veio a chamar — e devêmos concordar que com toda a veracidade — a gruta dos vagabundos.

Foi ao esforço persistente, generoso, desinteressado e intransigente da Junta Central do Integralismo Lusitano que se ficou devendo o exito e o triunfo quasi definitivos dos nossos princípios.

Não o desperdicêmos agóra em questiunculas mesquinhas que só servem para nos desunir. Lembrêmo-nos que todos sômos necessários e não têmos o direito de desertar. E' Portugal que o exige. E' a pureza dos nossos princípios que o impõe. O Integralismo fez-se contra os partidos. Não queiramos agora dividir o Integralismo em tantos grupos quanto o número de despeitados.

Daqui, desta reunião, não deve ficar apênas a satisfação de um banquête bem comido, em boa paz.

E' necessário que fique mais alguma coisa. Que fique assegurada a união de tôdos os integralistas de boa vontade à volta da bandeira do Pelicano confiada à boa guarda da Junta Central.

Só assim poderêmos conseguir que as raizes de Portugal não enfraqueçam e não sejamos roubados ao senso duma força superior que, — como dizia o querido Mestre Dr. António Sardinha, — «vindo de Deus e da História é o motivo mais forte de durar e de vencer.»

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

### Dr. Alberto Monsaraz

Honra-se hoje a nossa revista publicando o admiravel discurso que o sr. dr. Alberto de Monsaraz proferiu no memorável banquête de homenagem à Junta Central do Integralismo Lusitano, realizado no Luso, no dia 1.º de Dezembro de 1930, da iniciativa das Juntas Escolares de Lisboa, Porto e Coimbra.

O sr. Dr. Alberto de Monsaraz foi o primeiro Director da revista integralista «Nação Portuguesa» e já honrou estas páginas com um

precioso artigo consagrado à memória de António Sardinha: — *Um Mestre da História*, — publicado no nosso 1.º volume, (1925), a páginas 42.

O discurso que hoje publicamos é devêras oportuno pela maneira como nêle é encarado o movimento contra-revolucionário no nosso país e pelas declarações desassombradas, cheias de vida e cheias de fé, que nos transmite, confirmando, assim, o justo conceito que o Sr. Dr. Alberto de Monsaraz já de há muito conquistou no meio intelectual português.

# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1829

GUIMARÃES HÁ 100 ANOS

## Outubro

**Dia 1** — Chega a noticia de ter fallecido em S. Domingos de Viana, para onde tinha sido mudado por opiniões politicas, frei Francisco Pontes, religioso do convento desta vila de Guimarães e dela natural. (P. L.)

**Dia 3** — Em vereação: Havendo-se auzentado desta vila o mister Tomaz António, nomcaram para servir no corrente ano a Manuel José da Silva, seleiro, da rua de S. Damaso ou Traz do Muro, de quem recebeu o juramento. — Preços da feira: 900, 320, e 290 reis.

**Dia 8** — Chega a noticia de ter subido ao Oratório da Relação do Porto, por opiniões politicas, José de Sousa Bandeira, escrivão do publico judicial e notas desta vila. Tinha 39 anos de idade e era natural da cidade de Lisboa, casado e residente nesta vila. Foi condenado a degredo por toda a vida para o presidio de Pungo Andongo, ou à pena de morte se voltasse.

**Dia 10** — Em vereação, houve apenas despacho. — Preços da feira: 900, 400, 360 e 310 reis.

Pela ordem do exército é nomeado para ter o exercicio de Ajudante no regimento de milicias de Guimarães, — o alferes do regimento de infantaria n.º 17, com exercicio de ajudante no regimento de milicias de Braga, Francisco António Caldas.

**Dia 11** — Espalha-se o boato de ter morrido Jerónimo Vaz Vieira de Melo Alvim que tinha emigrado para a Ilha Terceira. (P. L.) Era da casa do Toural.

**Dia 13** — Morreu na sua quinta de Gulães o doutor de capêlo Manuel de Freitas Costa, natural desta vila e morador ao Arco (da rua de Santa Maria). Foi sepultado no dia 15 na igreja de Gulães. (P. L.)

Decreto nomeando para provedor desta comarca o bacharel Carlos José da Cruz e Sousa.

**Dia 14** — Aviso régio fazendo saber ao Il.<sup>mo</sup> Gaspar Leite de Azevedo e Araujo que «a Imperatriz e Rainha atendendo ao digno, fiel e honrado comportamento que ele tem sempre tido para com a Augusta Pessoa de Seu Muito Amado Filho, o Senhor D. Miguel I e da justa Causa da Nação,» — concede-lhe, como pediu, a graça de poder usar da Sua Imperial e Real Efigie, em medalha de ouro, pendente de fita com as côres da Casa Real.

**Dia 17** — Em vereação: Preços da feira: 950, 400, 370 e 320 reis. — «Nesta, por os homens que gosam do privilégio do andor da candeia que lhe concede este Senado, serem incapazes, os houveram demitidos dos ditos lugares em razão de serem homens velhos sem forças fisicas, em tanta forma que na procição que este Senado fez no corrente ano deixaram cair o mesmo andor à saída da igreja da Mise-

ricórdia, e à saída da de S. Francisco, em presença deste Senado; e outros indivíduos mandaram homens fracos e assalariados: — mandaram que fôsem os mesmos scientes judicialmente; e nomearam para os ditos lugares a Francisco José de Freitas, barbeiro, a S. Sebastião, António Carneiro, barbeiro, a S. Sebastião, Manuel Mendes, vendeiro, de S. Lazaro, António Mendes, vendeiro, na Cruz da Pedra, Bento José de Passos Lima, albardeiro, a S. Damaso, e João de Freitas, pasteleiro, à praça de S. Thiago.

\*

Chega aqui, depois de *Trindades*, um suplemento ao «Correio do Porto» trazendo a noticia de haver sido reconhecido no dia 14 deste, pelo rei de Espanha, Fernando 7.º, S. Mag. o Sr. D. Miguel. Por tal noticia ha logo muitos foguetes em quasi todas as ruas da vila e repiques em todas as torres. Iluminou-se o Toural tôdo e algumas casas da vila, andando alguns grupos de gente a dar vivas e uma musica a tocar o hino realista. (P. L.)

**Dia 21** — Em vereação: Determinaram que nos anos de El-Rei N. Sr., Sr. D. Miguel I, houvesse 3 dias de luminarias anunciadas por um decente pregão, que terão principio nos dias 24, 25 e 26 do corrente, terminando no 3º dia com um solenne *Tè Deum Laudamus*. Haverá fogo do ar, tanto durante o bando como nos 3 dias e noites successivas.

\*

D. Miguel concedeu o uso da medalha de ouro com a Sua Real Efigie, a fr. José de Braga Lima, procurador da Terra Santa em Guimarães; fr. António do Porto Pereira, prégador e guardião do convento de Santo António dos reformados, em Guimarães; fr. Francisco do Porto Belmonte, confessor; fr. José de S. João de

Lobrigos, ex-reitor da sagrada teologia; fr. Bernardo de Braga, prégador; fr. Francisco da Covilhã, prégador, todos da provincia da Soledade e moradores no dito convento; fr. Bento de Jesus Maria, religioso no convento de S. Francisco, sua irmã Genoveva Rosa de Jesus Maria Pinto; Rita Carolina de Macedo, sobrinha do vigário de S. Paio; D. Maria Joaquina d'Almeida, D. Francisca de Paula Manuel de Vilhena e D. Maria José Leonor de Freitas, religiosas no convento de Santa Rosa, de Guimarães, e fr. João de Jesus Maria José Almeida, superior no Real Mosteiro da Costa.

**Dia 24** — Preços da feira: 950, 380, 360 e 310 reis. Em vereação houve apenas despacho.

\*

«Estando a dizer-se a *Missa da Senhora* na colegiada d'esta vila, saiu o arcebispo da mesma, da igreja para o claustro a fumar em um cigarro.» (P. L.)

\*

Para solemnizar no dia 26, os anos de S. M. o Sr. D. Miguel I, saiu nesta tarde, da casa da Camara um bando que manda pôr luminarias n'esta noite e nas duas seguintes. Este luzido Bando era acompanhado das bandeiras dos officios e uma guarda de honra de voluntarios realistas com uma musica a tocar o hino realista; quando passou pelo Toural os moradores puseram cobertores de damasco, e enquanto andou fóra, não cessaram os foguetes do ar e os repiques. Á noite luminarias e bastante fogo do ar, andando alguma gente a dar vivas. (P. L.)

O «Correio do Porto» diz: «A Camara ordenou e fez sair um Bando Real, em que foram os juises de todos os officios com suas competentes bandeiras. Seguiam-se os Misteres, vestidos de côrte, montados em bons cavalos, com as ban-



deiras da Camara e da Vila despregadas ; após d'estes o Procurador da Camara, ricamente vestido e montado n'um cavallo bem ajaezado ; acompanhava o Bando uma guarda grande de Voluntarios Realistas, ao som de excelente musica tocando o hino real : o séquito era imenso e os vivas a el-rei sem cessar : os foguetes toldavam os ares. Ordenava o Bando aos habitantes da vila que iluminassem suas casas, e que no dia 26, de Grande Gala, haveria *Te Deum* solene na Insigne Colegiada. A iluminação, por tanto, foi geral e com esmero em todas as 3 noites, girando pelas ruas agradáveis musicas. »

**Dia 25** — Á noite luminarias, repiques e bastantes foguetes, uma musica a tocar o hino realista e algum povo a dar vivas. (P. L.)

**Dia 26** — Anos de El-rei — «Ao raiar o dia uma salva real e os repiques dos sinos em todas as tórres, fizeram a mais aprazível comoção em todos os fieis e leais habitantes pelo feliz anuncio de dia tão festivo ; todas as ruas e praças se embaideiraram e se endamascaram as janelas. Ás 11 horas houve o anunciado *Te Deum*, a que assistiram, vestidos de gala, a Camara, todas as auctoridades civis e militares, as corporações religiosas, clero, nobresa e imenso concurso de todas as classes. Findo o *Te Deum*, ao meio dia, se dirigiram todos á Praça do Toural a assistir á Parada do Batalhão dos Voluntarios Realistas e Destacamento de Infantaria n.º 12, que se postaram no maior aceio, e onde, com decidido entusiasmo, se deram os vivas a El-Rei e Real Familia. Finda a Parada, foi administrado um esplendido jantar ao destacamento do n.º 12, em seu quartel, sendo servido pelos officiaes de justiça, auctores d'esta função, e pelos sargentos, officiaes e até pelo coronel dos voluntarios realistas (merecida distincção ao destacamento, não só por pertencer ao regimento que foi fiel e leal

ao melhor dos reis, mas pelo seu honrado comportamento, desde que se acha destacado na vila :) durante o jantar houveram repetidas saúdes e vivas a El-Rei N. S.

As 2 horas da tarde se reuniram nos paços de concelho a Camara, o desembargador corregedor, provedor e juiz de fóra com todos os seus officiaes, vestidos de gala, todas as ordens religiosas, clero, nobresa e povo, para acompanharem um carro triumphal em que se representava o *Monte Parnazo*, e sobre o seu cúme o *Templo da Imortalidade*, em cujo ia collocado o «Retrato do Nosso Idolatrado Rei ; » pelo Monte desciam as nove Musas cantando o hino real, que uma bem concertada musica acompanhava em roda do carro, e era correspondido por 16 camponeses, que iam no carro, e findo o hino executavam um lindo baile. O carro era tirado por dois cordões, a que deitavam mão todas as corporações religiosas, clero, nobresa e povo ; acompanhava o mesmo carro a camara e todas as auctoridades civis, com suas alçadas ; seguia-se-lhe o batalhão dos voluntarios realistas e o destacamento do n.º 12. Na força do maior jubilo e entusiasmo, quando o carro, na rua de Traz-o-Muro, iria em meio giro da vila, quebrou uma das rodas, vendo-se por isso obrigadas a descer d'ele as figuras que n'ele iam : desceu por tanto *Apollo*, acompanhado das Musas, conduzindo o retrato de El-Rei tirado do *Templo da Imortalidade*, que foi entregue aos desembargadores corregedor e provedor, que o conduziram pelas restantes ruas e praças da vila, acompanhando o retrato toda a comitiva, como antes da quebra do carro, até que já de noite se recolheu á casa da Camara. Iluminada a vila continuaram a cantoria, o baile e musica por todas as praças e ruas até ao dia seguinte. »  
Do « Correo do Porto. »

**Dia 29** — Decreto reformando na conformidade da lei, o tenente-coronel do

regimento de milicias de Guimarães, João Francisco Leite de Castro.

estabelecido em Chaves onde o culpavam por constitucional. (P. L.)

\*

\*

Dos réus que foram condenados pela Alçada, a diversos degredos, pelos crimes de rebelião, 13 embarcaram ontem e saíram hoje de manhã do Porto para Lisboa no hiate S Pedro de Alcantara, guardados por uma escolta militar do regimento de infantaria n.º 19, a fim de seguirem d'aquella cidade para os destinos marcados. Entre elles iam: António José Vieira Mendes, de apelido o Tamanqueiro, negociante, casado, natural e morador na vila de Guimarães, — para Bissau por 10 anos. — Ignacio Moniz Coelho da Silva, que foi capitão do regimento de milicias de Guimarães, viuvo, natural da freguesia de S. Miguel de Creixomil e assistente na de Santa Maria de Viade; — para o presidio de Inhambane por toda a vida.

**Dia 31** — Vindo de Braga chega aqui o Príncipe d'Esse, acompanhado de uma guarda de honra de cavalaria, marchando, depois de jantar no convento de S. Domingos, para o Torrão onde foi pernoitar. (P. L.)

## Novembro

**Dia 2** — Vai uma escolta desta vila com officiaes de justiça, à freguesia de Santa Comba de Regilde e prende um rapaz (parente do cônego José Pereira Lopes Lima, nosso cronista), de Posada, que tinha sido denunciado por um visinho Era

Deram alguns foguetes no terreiro de S. Francisco, por se ter acabado a obra de pedra da casa do maior do Arco (no mesmo terreiro )

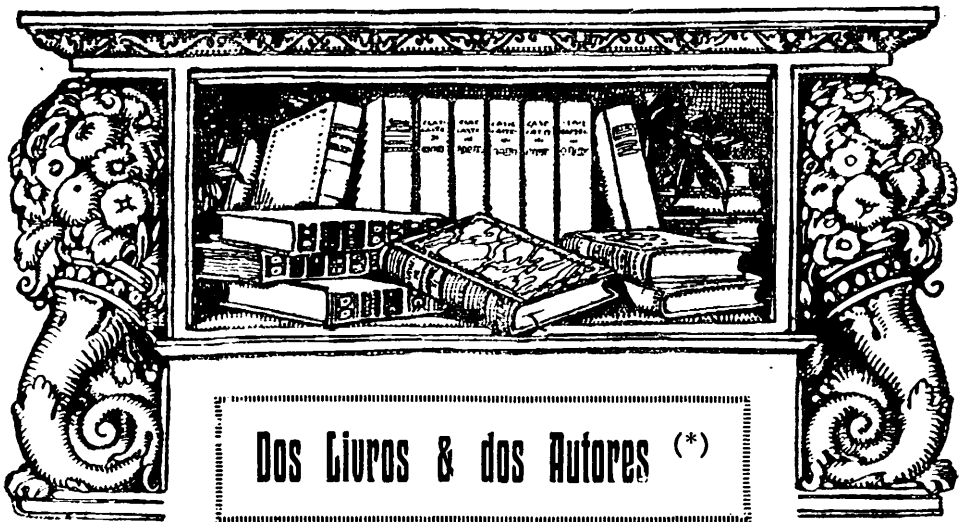
**Dia 4** — Carta concedendo a propriedade do officio de escrivão da câmara, vaga pela naturalisação de brasileiro do ultimo proprietário, Jacinto de Melo Menezes Palhares, a João Xavier Lopes de Paiva, reposteiro honorário da real câmara, alferes da 3.ª companhia dos voluntários realistas do 1.º batalhão, provido por alvará de 11 de Agosto de 1829. Tomou posse a 21 de Janeiro de 1830.

**Dia 5** — Morre a mulher do falecido José de Napoles, da casa do Toural, e é sepultada na capela dos 3.ºs Dominicanos. Veio o destacamento do 12 para dar as descargas, por ser mulher de um capitão reformado, mas não as deu porque quando chegou já se tinha enterrado. (P. L.)

Dois acordãos da Alçada: Que julgam não applicável o Régio Indulto de 18 de Junho de 1828 à culpa do réu Francisco António da Costa, ex-escrivão dos incendios da companhia dos bombeiros, na vila de Guimarães; foi tornada igual a culpa do réu João António do Couto Gouveia, que foi porta-bandeira do regimento de milicias de Guimarães.

JOÃO LOPES DE FARIA.

(Continua).



GENTE DE GUERRA QUE FOI Á INDIA NO SECULO XVI, por — Rogério de Figueirôa Rêgo.—Lisbôa, 1929.

O snr. José de Figueirôa Rêgo, da Associação dos Arqueologos Portuguezes, dá-nos uma desenvolvida noticia, bem coligida, de varios varões portuguezes que foram à India, no seculo XVI.

Este trabalho distribuido por ordem alfabética, constitue um valiosissimo auxiliar do investigador que se dedique aos estudos de natureza histórica.

POBREZINHOS DE CRISTO, por — Nuno de Montemór — Empresa Veritas, Guarda, 1930.

O alto poeta do *Cântico da Dôr* e autor dos belos romances *A Paixão duma Religiosa* e o *Irmão de Lusitânia*, dá-nos agora um outro livro admirável, um livro de contos sádios a que poz o titulo de *Pobrezinhos de Cristo*.

Tôda a obra de Nuno de Montemór — o escritor de grande espirito combativo que abriu novos horizontes à nossa literatura — é formada de páginas de sentimento, vibrateis de fé e de ataque a preconceitos ridiculos.

*Pobrezinhos de Cristo* é um livro bom, um livro que se lê sem enfado, um livro duma simplicidade encantadora.

«A Rosa Riso», por exemplo, é um conto cheio de doçura em que se descreve a vida dos nossos campos, quando «os estampidos surdos dos manguais, sobre as espigas, são apenas o fôgo vivo de uma batalha incruenta».

«Acção de graças» é um conto de sentimento, de elevada confissão de uma Fé vivida, tôdo vibrante de exaltação religiosa.

«O sono da Agua», «A mulher do Bruno» — (dedicado às boas donas de casa As sempre belas que os homens nunca aborrecem), «A Excomungada» — enternecedora história de uma menina vinda «de uma odiada dinastia de corrutas e ladras» sobre quem, depois, veio a assentar «o diadema branco de uma touca de monja», — «O queijo do Paraiso», (conto drolático), e «A milhareira» — historia triste de uma outra criança amiga dos passarinhos, — tornam êste livro digno de resplandecer em todas as estantes.

(\*) Só daremos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em duplicado, a não sêr que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu valor intrinseco.

ANTÓNIO SARDINHA — APOSTOLO CONTRA-REVOLUCIONÁRIO E RECTIFICADOR DA HISTORIA DE PORTUGAL, por — *Antonio Jorge de Almeida Coutinho e Lemos Ferreira*, — Araujo & Sobrinho, Suc., Porto 1930.

Consagrado à geração nova Lusitana, reuniu o Snr. Dr. Lemos Ferreira, em volume, a magistral conferencia que, em 23 de Maio de 1930, pronunciou no Salão Nobre do Centro Commercial do Porto.

Focando a figura admirável do querido Mestre António Sardinha, estuda o conjunto de subversivas doutrinas que quebraram a nossa unidade intelectual, social e económica.

Referindo-se à reacção contra revolucionária e aos precursores da corrente nacionalista que hoje se observa em Portugal, faz a história do movimento integralista que traduz «o sentido scientifico de filosofia social e politica, que não só de sentimento, desta corrente nacional lusitana, nôme incompreensível para muitos e, para muitos outros, motivo de antipatia e de mófa».

Este trabalho do Snr. Dr. Lemos Ferreira é digno de sêr divulgado e conhecido de todos os portugueses, porque, baseado em principios sólidos de filosofia e de verdade politica, sobressai pelo valor excepcional da teze, completamente profunda e essencialmente nacional.

Este trabalho é ainda valorizado pelo prefácio do Snr. Dr. Pinheiro Torres e um estudo do Snr. Dr. Semião Pinto de Mesquita, valiosissimos, tambem, pela boa doutrina que defendem.

Em nota final o Snr. Dr. Lemos Ferreira critica a chamada *ortografia oficial* e o *feminismo*. Discordámos da critica à ortografia e aplaudimos a que se refere ao feminismo.

CERAMICA PORTUENSE, por — *Pedro Vitorino*. — Edições Apolino. Gaia 1930.

Este trabalho é o primeiro de uma série vasta que vai sêr publicada sob a denominação de «Estudos Nacionais», benemérita iniciativa das Edições Apolino.

E devêmos confessar que não podia sêr mais auspicioso o inicio dessa série, pois o primeiro volume é da autoria do snr. dr. Pedro Vitorino, nôme já consagrado de investigador apaixonado e de critico consciencioso.

Como se confessa no Proémio, «o estudo da ceramica portuense está por fazer». E conquanto o A. afirme que «o presente trabalho não aspira a preencher a lacuna», nós entendemos que não será possível ir mais longe nas pesquisas e nas divulgações dos trabalhos saídos das antigas fábricas do Porto e de Gaia. Valiosissimo serviço prestou o sr. dr. Pedro Vitorino com a publicação deste notavel trabalho, que reproduz, em boas illustrações, algumas das peças mais valiosas da cerâmica portuense.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

ALGUNS ASPECTOS DA VIDA PORTUGUESA NO «CANCIONEIRO DE S. SIMÃO DE NOVAIS» — por *Fernando de Castro Pires de Lima*. — Porto 1930.

Em separata dos *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, acaba o snr. Fernando de Castro Pires de Lima de publicar êste seu curioso e interessante estudo etnográfico, apresentado àquela douta Sociedade em sessão de 7 de Fevereiro de 1930.

Fernando Pires de Lima, que já em tempos havia publicado na *Revista de Guimarães* um belo trabalho folclórico — «Cancioneiro de S. Simão de Novais» — extraiu agora dêsse «Cancioneiro» algumas quadras populares, que estuda e inteligentemente ordena por assuntos: politica, serviço militar, guerra, o mar, o Brazil, — formando assim o objecto do livrinho que têmeos presente e que se lê com agrado e interesse.

LEGENDÁRIO DE QUIMERAS, — por *Pedro Veiga*. —  
Coimbra 1930.

Contendo «a Sinfonia das Cinzas, Simbologia do Fôgo, Feéria do Sol, de Coimbra: a Saudade» e ilustrada pelos *artistas-pintores* Dom Diogo Reriz, Manuel Monterroso, Carlos Carneiro, D. Fuas, J. Leitão e Olaio, envia-me o moço escritor Pedro Veiga — quintanista de Direito e Letras na Universidade de Coimbra — uma pequenina e formosa *plaque*, que para a festa da Queima das Fitas escreveu e saudosamente dedica «aos poentes do Mondego e às sombras do Choupal». Confesso que foi para mim uma agradável surpresa o recebimento dêste livrinho encantador. Nas curtas páginas de «De Coimbra: a Saudade e da Feéria do Sol», Pedro Veiga, que eu conheci há anos no Porto — rapazinho do Liceu—revela-se-me um prosador vigoroso e elegante, talhando as frases com aprazível sabor clássico.

Pedro Veiga é irmão do meu antigo camarada de letras, Luis Veiga, nos saudosos tempos da nossa «Labareda» e que hoje o egoísmo árido dos *Códigos* roubou à Arte, afastando para o triunfo dos Tribunais o requintado estéta dos «Bardos e Cavaleiros».

E agradecendo ao esperançoso autor do «Legendário de Quimeras», as palavras amáveis com que me oferta o seu livrinho, eu peço-lhe que continue e que, um dia, entrado na *vida prática*, saiba harmonisar, com as exigências do ofício, os vãos largos do seu talento nesta romágem das letras.

VIDA DE SOMBRAS — Novelas — por *Eduardo de Almeida*  
Famalicão, 1929.

Já há muito que eu devia ao meu ilustre confrade, snr. Dr. Eduardo de Almeida, algumas palavras a propósito do seu último livro: — *Vida de Sombras*, cujo envio amável agradeço. Não me sobra, infelizmente, o espaço, para uma referência longa, como o livro merecia, porque as páginas do «Gil Vicente» são cada vez mais curtas para o número de livros recebidos.

*Vida de Sombras*, onde o Autor enfeixou três novelas: — *Zarinho Papá*, *Samonde, alfarrabista* e *Epigrama*, é um livro merecedor da atenção da critica, porque, se é certo que possui muitos dos vícios e defeitos dos livros maus que se publicam, possui também belas e incontestáveis qualidades, raras hoje em muitos livros dignos das boas estantes...

A primeira coisa que nos choca neste livro é o estilo: vocábulos inusitados, duros; provincianismos difíceis de interpretar, sem dicionário apropriado; monotonia de linguagem, proveniente, em grande parte, dos defeitos a que me refiro. O enredo débil, recortado de lances inverosímeis, envolve os caracteres dos personagens na nebulosidade trágica duma análise racionalista e sarcasta.

A par disto, porém, o snr. Dr. Eduardo de Almeida revela uma grande cultura filosófica; poderosas qualidades analíticas e até mesmo uma excelente erudição linguística.

No seu livro há talento e uma sensibilidade nervosa, vibrátil, que a ironia de algumas frases mal esconde, revelando-nos a predilecção do Autor pela tragédia, profundamente humana, dos seres que a vida engeita e a cada passo cobre de irrisão.

HORÁCIO DE CASTRO GUIMARÃES.



# A verdadeira Idade-Média

por RUY GALVÃO DE CARVALHO

«*Primam esse historiae legem, ne quid falsi dicere audeat; deinde ne quid veri non audeat.*»

CICERO DE ORAT. III 15.

É a Idade-Média talvez a época mais discutida da História. Considerada exageradamente por uns como a mais brilhante idade histórica, atacada rudemente por outros, que julgam vêr nela um periodo de « trevas e obscurantismo » a Idade-Média tem servido de livre têma a muitos espiritos de imaginação viva e ardente. Uns e outros não têm razão; uns e outros não têm o chamado « espírito critico »; são faciosos: « *primaires de gauche, primaires de droite* » — na clara e feliz expressão do eminente critico francês, Pierre Lasserre. <sup>(1)</sup>

Sobretudo os que a atacam não se inspiram em fontes rigorosamente históricas, nem têm a minima noção psicológica dessa época que foi, no dizer de Guizot, a « criadora de todos os elementos-essenciais da civilização europeia ». <sup>(2)</sup>

Até desconhecem a origem da palavra « *Idade-Média* », pensando naturalmente sêr ela o periodo que medeia entre os ultimos clarões da civilização greco-latina e os primeiros alvares da Renascença. Todos os dicionários e todas as enciclopédias, todos os manuais e todos os resumos definem assim a Idade-Média. <sup>(3)</sup>

---

(1) Vid. *Les Nouvelles Littéraires*, de 30 de novembro de 1929 (n.º 372).

(2) *Histoire de la Civilisation en Europe*.

(3) Kurt, *Qu'est — ce que le moyen âge ?*

Será verdade? Não. Não há periodos médios; « todos os periodos são médios »— escreve o sábio D. Manuel Gonçalves Cerejeira, então professor catedrático da Faculdade de Letras de Coimbra, — « todos os periodos são médios quando se consideram entre os que imediatamente os precedem e os seguem ». E conclui em seguida o seu pensamento: « Na história não há inteira solução de continuidade: o presente assenta sobre o passado, e até em certo sentido sai d'êle, e continua-se no futuro. (1)

Também o grande pensador russo N. Berdiaeff considera errada a divisão clássica da história em três periodos: antigo, medieval e moderno. (2) Sômos da mesma opinião; a história não tem divisões: no fundo ela representa uma sucessão de fenómenos repetidos tendentes a uma evolução puramente ideológica.

Por isso muitas vezes, sem querermos, bocejamos quando vemos alguém, falando de questões históricas, chamar « barbaros e grosseiros », etc., aos dez séculos, que se seguiram à queda do Império Romano.

Não se lembram êsses sábios... ignorantes, submissos crentes do evolucionismo, que a história também obedece a um ritmo próprio e que impossivel era o espirito despertar tão activo e rutilante depois de uma longa e sombria noite de mil anos...

Ademais: a história não se baseia em lendas e nos nossos juizos subjectivos e parciais; ela fundamenta-se em factos positivos e já realizados. E porque são já passados, êsses factos devem ser examinados não segundo o nosso critério pessoal, — porque êsse é tendencioso, — mas de harmonia com o ideal da época em que êles tiveram a sua realização histórica.

A história é a narração dos factos passados ou, como alguém definiu, — « o conjunto das manifestações da actividade e do pensamento humano, considerados na sua sucessão, no seu desenvolvimento, e nas suas relações de conexidade ou de dependência, » — logo tem o seu método scientifico, tão scientifico como aquêle que preside a tôdos os outros ramos do conhecimento humano. Numa palavra: « compreender uma época é pensá-la directamente no seu próprio pensamento. Equivale a

---

(1) Vid. *Biblos*, revista da Faculdade de Letras de Coimbra, n.ºs 2 e 3 do vol. III (1927): — *O conceito de « Idade Média »*.

(2) N. Berdiaeff, *Un nouveau moyen age*.

revivê-la dentro de nós mesmos, pelo esforço metódico e porfiado da reconstrução do que ela verdadeiramente foi.

Só quem a compreende a pode julgar. Para a *julgar*, não basta compará-la à época em que vivêmos, tomada como critério (o que seria anti-histórico e equivaleria a condenar todas as mais, no que tenham de diverso). O valor dum periodo histórico só pode ser dado pela relação com alguma coisa de absoluto, que será para nós a *persona humana*. (1)

Vêr pois na Idade-Média um longo e agitado periodo de obscuridade e negrume, um parentesis aberto na história da civilização da humanidade, é elaborar num erro monstruoso, é crêr na intervenção de um milagre extraordinário em que o próprio homem tornado Deus, seria o seu único autor.

... E no entanto o erro ainda persiste ...

Mil anos de ignorância; dez séculos de credence e barbarismo, no meio de duas labaredas fulgentíssimas, a civilização heleno-romana e a Renascença quinhentista, espessa e tenebrosa noite em que o homem deixou de pensar e de criar... — tal o juizo que fazem aquêles que lêem a história às avessas ou que, cheios de preconceitos e inimigos sistemáticos daquela instituição que organizou as sociedades medievais — a Igreja, — teem por costume apregoar (talvez levados pela lei do menor esforço) os mesmos «lugares comuns» de toda a gente... quando se referem à Idade-Média! Não! não pode ser! O homem caminha, principalmente depois do triunfo do Cristianismo, para a conquista de um ideal superior; êle é insaciavel: tudo quer investigar e saber. Não volta nunca; caminha sempre para a frente!

E se êle cai, — quantas vezes o homem cai desgraçadamente! — é para novamente se erguer mais forte e prêso à chama feiticeira que lhe aquece o espirito irriquieto e lhe acarinha o coração enamorado. Mesmo para o seu próprio aniquilamento? Não importa! O homem é um animal que se alimenta de transcendentais (J. Maritain) e facilmente acredita que mais além há novas conquistas e novos ideais...

---

(1) D. Manuel Gonçalves Cerejeira, *A noite de 10 séculos*, revista *Biblos*, vol. III, pag. 448.



O termo « Idade - Média » primitivamente designava uma das três idades porque tinha passado o latim : *idade-clássica* ( desde Constantino ), era a *idade de ouro* da literatura latina ; *idade-média* ou da decadência ( vai até Carlos Magno ), caracterizava - se pela corrupção do latim devido às invasões barbarescas ; e, finalmente, *idade inferior ou infima* ( vai desde o ano de 842, data do juramento de Strasburgo ) : — a partir dêste periodo o latim deixa de ser língua viva para presidir à elaboração das línguas modernas.

Donde se conclúi o seguinte : que a « Idade - Média » assinalava uma fase evolutiva do latim e não uma idade histórica.

Com a Renascença, os humanistas na ânsia louca e apaixonada de imitarem os modêlos clássicos e dizendo - se restauradores da beleza da língua de Horácio e de Virgílio, adulteraram o termo « Idade - Média », considerando - a agora como um periodo estéril e bárbaro na história da Civilização.

E uma falsa e catastrófica Idade - Média foi então imaginada ; contra êsse periodo histórico se forjaram as mais monstruosas lendas : as mulheres não tomaram banho durante mil anos, sendo - lhes até negada a alma num concilio, o de Macon ; por toda a parte imperavam a superstição e o medo de viver ; a instrução, apenas nas mãos da Igreja, quási que desaparece totalmente da face da Europa anarquizada ; na passagem do ano mil houve cataclismos de toda a espécie dizendo - se que o mundo ia acabar nêsse momento aflictivo !

Toda a gente era leprosa e morria de fome !... (1)

Imitando os humanistas, o mesmo juizo errado fizeram da Idade - Média os enciclopedistas e os historiadores. Tanto uns como outros nenhuma importância ligaram ao verdadeiro significado do têrmo.

Com o advento do Romantismo, que se inspirava na fonte copiosa

---

(1) Tal a opinião erradissima e tais os falsos juizos criticos de Michelet e seus discipulos Calvet, Brossolette, Devinat, Ganthier, Deschamps, Guiot, Mane, Devoir, Aulard, Debidour, Rogie, Despiques, etc., etc.

Lêr de Jean Guiraud, os vols I e II da sua notavel *Histoire partial, Histoire vraie*, que são uma magistral refutação aos compendios dos autores acima indicados.

das tradições populares e medievais, a Idade-Média começou a ser «reabilitada».

Porém já antes, no século XVII, os Bolandistas e os monges da Ordem de S. Mauro se puseram em contacto com o mundo medieval. Publicando e depurando os relatos das vidas dos santos de todos os países, « em vista das discrepâncias que se observavam entre as lendas antigas, as compilações existentes e os manuscritos nos seus textos originais », êsses pacientes eruditos tinham por fim, nas suas minuciosas investigações, « buscar e proclamar a verdade histórica ».

Mas, como dissemos, é no século XIX que a Idade-Média começou a sêr melhor compreendida, devendo-se a sua reabilitação histórica a Comte e Littré. (1)

Reconheceu-se então que a Idade-Média longe de ser um periodo de retrocesso, uma época inferior e parasitária, fôra, pelo contrário, uma época evolutiva, marcando « na civilização da humanidade uma elevação de nível, um grau superior ao do mundo grego e latino, tanto na ordem política como na ordem religiosa. (2) Como escreveu Littré, a Idade-Média foi a sucessora da Idade Antiga, como a Idade Moderna foi a continuadora da Idade-Média. Notou-se mais que êsse periodo foi de uma intensa elaboração em todos os campos da actividade humana. As letras e as artes, as sciências especulativas e matemáticas, as sciências físicas e químicas, as sciências naturais e médicas, o conhecimento do Universo através de algumas explorações de ordem missionária, tiveram nessa época pleno desenvolvimento, preparando-se assim a « esplêndida floração da Renascença ».

Viu-se então que a Idade-Média constituiu o periodo orgânico da nossa civilização, porque foi durante ela que se formaram as nações modernas. Nessa época, devido ao Cristianismo, deu-se a separação dos dois poderes: o espiritual separou-se do temporal. O Estado não mais tem competência no dominio íntimo das almas; deixa agora de intervir na consciência de cada pessoa humana, o que não sucedia no mundo

---

(1) A. Comte, *Philosophie positive*, toms. 5.º e 6.º; Littré, *Études sur les Barbares et le moyen âge*.

(2) Cit.º por António Sardinha em a *Teoria das Côrtes Gerais*, prefácio, pags. 115 e seg.

greco-latino, em que o poder espiritual se confundia com o poder temporal, político.

O feudalismo foi um enorme esforço para a reconstrução da Europa social. Comte escreveu: « Le systême féodal est le berceau des sociétés modernes ».

A propósito do feudalismo, o prof. Léon Duguit diz na sua notável obra « *Les transformations du droit public* », — : « Em seguida à subversão do império romano no Ocidente debaixo do choque dos Bárbaros e em seguida à tentativa efémera de Carlos Magno, a sociedade europeia tende a organizar-se em regimen contractual. As diferentes classes sociais são coordenadas e hierarquizadas umas pelas outras por convenções que lhes dão direitos e lhes impõem deveres reciprocos. O senhor feudal não é um príncipe que governe em virtude de um *imperium*; é apenas uma parte contractante que pede a execução dos serviços prometidos em troca dos que êle próprio prometeu. Não se encontram mais os vestígios da palavra *imperium* nos textos da época, mas uma palavra bem característica, a *concordia*, que deve unir todos os homens, os poderosos e os fracos, por um conjunto de direitos e deveres reciprocos. » (1)

Graças a êsse admirável sistema, a escravidão romana converte-se em servidão, depois em propriedade de mão morta, passando em seguida a organização comercial — origem fundamental da liberdade moderna (Littre).

A Igreja desempenha na Idade-Média um papel de capital importância. Sem Ela a civilização antiga teria desaparecido pela ocasião das invasões barbarescas.

Foi a Igreja, auxiliada pelas ordens religiosas (especialmente a dos Beneditinos), que salvou os venerandos códices da sabedoria helenoromana. Ao mêsmo tempo que ia civilizando e convertendo a Cristo os povos nórdicos, a Igreja ia erguendo Catedrais — « verdadeiras enciclopédias do saber humano », — e famosas universidades, « sementeiras fecundas de homens ilustres, vastos laboratórios da sciência moderna », não se esquecendo também de difundir a instrução nas camadas populares. Como diz Littre, é à Igreja medieval que se deve a fundação de uma Europa Nova.

---

(1) Vid. *A Idade-Média na História da Civilização* (Polémica entre Antero de Quental, J. P. Oliveira Martins e Dr. Julio de Vilhena.) Edição de 1925.

Sem a sua intervenção providencial impossível seria a realização da unidade religiosa, política e social nessa época; pois foi a Igreja (— vez única na História! —) que organizou, sob o nome de *Rèpubblica Christiana* ou Crístandade, os « Estados Unidos da Europa ».

Mais ainda: Foi a Igreja que trouxe aos homens o sentimento da solidariedade e deu sentido e valôr à expressão « humanidade », — sentimentos êsses inteiramente desconhecidos do mundo antigo. E a mulher que entre os romanos ocupava, em geral, uma condição baixa, que era considerada como quási uma « coisa », eleva - se na Idade - Média graças também à influência moral da Igreja.

Em suma :

A história crítica e séria, a história imparcial e científica não considera a Idade - Média como um periodo estacionário e inferior à época que viu brilhar o gênio de Platão e de Aristóteles, de Cícero e de Seneca. Comte, Littré, Guiraud, Montalembert, Wulf, Guérard, Gibbon, Lacroix, Thierry, Hurter, Paulsen, Dufourcq, Volpe, Kurth, Duhem, Lavissee, Ramband, Ozanam, Guizot, Chamberlain, Kidd, Carlyle, Mandonnet, Ehrle, Troeltsch, Gilson, Yorga, Zeller, Berdiaeff, Lonsberg, etc. etc., — não hesitam em afirmar que a Idade - Média foi uma das grandes e importantes épocas da história da civilização humana.

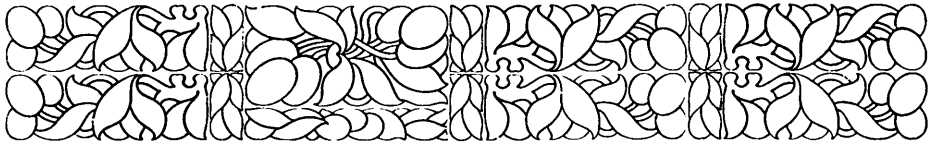
Só os espiritos tacanhos e inimigos da verdade histórica é que poderão negar tudo aquilo que acabamos de dizer àcerca da Igreja e daquela época que ficará sendo sempre, como diz Montalembert na sua monumental *Histoire des Moines d'Occident* — « l'âge héroïque de la société chrétienne ».

Pobres diabos! Ao mênos se lêsem os trabalhos de investigação erudita dos autores que em cima indicamos... talvez que não dissessem mais tolíces sôbre essa época que tem merecido da crítica racionalista os mais rasgados elogios.

Pobres diabos! esquecem - se de que são filhos directos de uma civilização que tem as suas raízes fundas no solo medieval!...

Sejamos coerentes com os princípios que defendemos. Não reneguemos a nossa origem cristã e mediévia.

Podêmos deixar de crêr na existência de um ideal eterno e superior à nossa razão e à nossa inteligência; mas nunca devemos de mentir e de torcer a verdade.



# A Vingança da Rainha

por Carlos de Moraes

Poesia escrita para o Concurso Literário  
das Festas da Rainha Santa em 1926

**C**ONCERTOU-SE El-Rei com a formosa Dona Gracia Froes, e trouxe-a para o termo de Lisboa, entre Odivelas e Alvalade, onde ás ocultas a ia vêr.

.....  
A Rainha D. Izabel, porém, que, embora Santa, não era isenta duma pontinha de ciume, e que, apesar de virtuosa, não resistia ao prazer de uma vingança, tendo farejado a existência de um novo idyllo real, resolveu dar um castigo ao infiel marido.

A corte estava então em Odivelas ...

.....  
Era quasi sempre no fim da tarde, entre lusco e fusco, que o Rei montava prazenteiro no cavallo baio (o bayoninho)...

.....  
De uma vez, a noite escura como breu quasi não permitia ao amoroso cavaleiro destinguir o caminho. O cavallo, porém, o favorito baio, habituado ao atalho e guiado pelo instincto que o levava á abastecida manjadoura, encaminhou-se sem hesitação á morada da formosa dona. Já perto, D. Diniz notou com espanto vultos suspeitos, e ao penetrar, furtivamente embuçado na ampla capa, no pateo da recatada habitação, vê rompêrem subitamente de varias portas das oficinas numerosos creados com a farda da casa da Rainha, que lhe fazem alas empunhando tochas e archotes, com que inundam o pateo e a fachada de luz a jorros.

Ao alto da escadaria de pedra, sob o alpendre, a Rainha Izabel,

hieratica, no seu véo azul, espera o perturbado marido, a quem diz mansamente :

— “Para que não seguisseis caminho errado, fui eu que assim vos mandei alumiar.”

GENTE D'ALGO  
(CONDE DE SABUGOSA)

*Santa Izabel há muito que sabia  
— E essa certêza as máguas lhe acentua!  
Que D. Diniz seus beijos repartia  
Por outra bôca que não era a sua.*

*E nessa tarde, a alma da Rainha,  
Alma feita de luz e de perfume,  
Sentiu que dentro dela se mantinha  
Mais atiçado o fogo do ciume!*

*— Podem dizer-me que Ela, sendo Santa,  
Nem ciumes, nem paixões devia ter,  
Mas que Deus lhe perdoasse não me espanta,  
Que ela antes de sêr Santa, era Mulher!...*

*E enquanto El-Rei espera a alviçareira,  
Risonha hora de ir beijar a amante,  
Santa Izabel medita na maneira  
De lhe impedir o gozo dêsse instante.*

*Às vêzes, da janela do seu quarto,  
Ao lusco-fusco, quasi num desmaio,  
Via partir o Rei, contente e farto,  
Feliz, montado em seu cavalo baio!*

*E quando já o não via, a doce esposa,  
Dilacerada, cheia de tormentos,  
Sentia a sua carne de amorosa  
Vibrar ao som de estranhos sentimentos!...*

*Adivinhava o leito criminoso,  
A penumbra da alcôva, e o alvo leito,  
Em que uma intrusa lhe roubava o esposo,  
Bôcas unidas, peito contra peito!*

*Projectos de vingança então fazia...  
Tinha revoltas intimas de nojo!...  
Mas quando o Rei voltava, Ela sorria,  
— Feliz de sêr calcada como o tôjo!...*

*Todo o azedume a que antes dera azilo  
E que lhe punha na alma um travo a fel,  
Bastava um beijo para destrui-lo  
E o transformar em saboroso mel!*

*Nessa tarde, porém, a sua dôr  
Pungindo-a mais, tornara-a mais humana.  
— E ei-la a urdir a vingança como ardôr  
Com que um lavrante urde uma filigrana!*

*E ali ficou, absorta na paisagem,  
Nas aves que de longe lhe acenavam,  
E nos beijos continuos da folhagem  
Dos velhos troncos que se namoravam.*

*Dos laranjais, — alcôva de noivados  
Onde os affectos não conhecem regras,  
Subiam melodias e trinados  
Dum par de namoradas toutinegras.*

*O Amôr cantava hinos de vitória  
Em derredor de si!... A naturêza  
Seguia, fiel, a sua trajectória,  
Seu triumphal caminho de Belêza!...*

*Só Ela, a pobre, como um trapo velho,  
Não tinha beijos, nem amôr!... Só Ela!...  
— E no entanto, o cristal do seu espelho  
Não se cançava de lhe chamar bela!...*

*Pois bem. Seria nessa mesma tarde  
Que iam pesar-se as forças na balança...  
— E deu principio, calma, sem alarde,  
Aos seus preparativos de vingança.*

.....

*Veio depressa a noite desejada  
Pelo amoroso Rei, mas tam escura,  
Que só o instinto da fiel montada  
Por tal caminho a viagem lhe assegura.*

*Não dá El-Rei por isso, e vai feliz!...  
O amôr que o guia é o seu melhor escudo.  
— Nem há caminhos que, por muito hostis,  
O Amôr não atapete de veludo!*

*A dois passos, porém, do fôfo ninho  
Dos seus amores, o Rei notou, ocultos  
Pelas sombras mais densas do caminho,  
A presença de alguns suspeitos vultos.*

*Podia, se quizesse, como um bloco,  
Esmagá-los com sua mão austera.  
— Mas devia prender-se com tam pouco  
Quem tinha o amôr lá dentro à sua espera?...*

*Embuçando-se na ampla capa, avança,  
Desce do baio, abre o portão chapeado,  
Quando de subito um clarão o alcança  
Deixando todo o pateo iluminado.\**

*Eram homens da casa da Rainha,  
Fardados, cem archotes empunhando!...  
Atônito, El-Rei nem adivinha  
Que era a Rainha o chefe dêsse bando!...*

*Só depois dum minuto, olhando em frente,  
Viu sob o alpendre, na alta escadaria,  
Santa Izabel que o olhava docemente,  
E docemente os braços lhe estendia.*



*Ia, talvez, dar fim àquela scêna,  
Impondo a força de que tinha a posse,  
Mas a Rainha, hierática, serena,  
Falou-lhe assim na sua vóz mais dôce:*

*«Senhor! Ao vêr a noite tam espessa,  
«Receei por vós, de tanto vos amar!...  
«Para que nenhum mal vos aconteça  
«Eu própria aqui vos vim alumiar! — »*

*Ficou o Rei suspenso dos dizeres  
Da esposa fiel, mas muito mais ainda  
De só nessa hora vêr, que entre as mulheres,  
— A sua era de todas a mais linda!...*

*E sem cuidar do povo comovido,  
Formado em alas, como sentinelas,  
Da Santa as mãos oscula, e arrependido,  
— Toma com Ela o rumo de Odivelas!...*

Espinho, em Junho de 1926.





# A GENEALOGIA DO PENSAMENTO NACIONALISTA

---

Por **FERNANDO CAMPOS**

## IV

(CONTINUAÇÃO DA PÁG. 87)

**C**OM profundo conhecimento das suas manhas e artificios, eis como o desembargador José Acursio das Neves desmascarava os ideólogos vintistas, nas Côrtes de 1828: «Proclamadores sempiternos dos direitos do povo, e da representação nacional, logo que o povo manifesta os seus desejos por aclamações espontaneas, tractam de o suffocar, e subjeitar a seus caprichos. Logo que se cogita de reunir a legitima representação nacional, segundo as leis, e usos da Monarchia, não ha meio que não empreguem para obstar a esta reunião, como fizeram em 1820. Invocam hoje a carta, como n'aquelle tempo invocaram as côrtes, e affectaram chorar a perda de nossas antigas instituições, porque lhes serviria de degrau para proclamarem ámanhã a republica, como então proclamaram a soberania do povo.» (1)

E qual foi, durante o seu curto reinado, a obra dêsses *regeneradores*, os antepassados espírituais dos homens de 1910? Seja ainda José Acursio das Neves a dizê-lo, na sua expressão clara e pitoresca:

«Pintaveis a nação reduzida á ultima mizeria, para melhor a subjardes com promessas de grandes felicidades. Ora comparai o estado em que ella se achava, quando fazieis essas declamações, com aquelle em que a deixastes, quando vo-la arrancárão das mãos, morrendo de fome,

---

(1) No *Portugal desde 1828 a 1834*, por Francisco Antonio da Cunha de Pina Manique, Lisboa, 1872, pág. 60.

esgotadas todas as fontes de prosperidade, a divida publica elevada ao duplo, ou triplo, sem commercio, sem industria, dividida em partidos, perdidas quasi todas as possessões ultramarinas, opprimida, e praguejando-vos em altos gritos. Eis a vossa regeneração! Eis o fructo das vossas luzes do seculo: luzes do inferno, em que as furias accendem as suas tochas, para abrasarem o mundo! (¹)

E o destemido panfletario completava, assim, o quadro dessa empreitada liberalista, a que viéra pôr termo em 1823 a heroica intervenção do infante D. Miguel:

« Contemplai os saques, que temos soffrido desde que chegou ao nosso paiz o sopro envenenado da regeneração Franceza, os roubos, as piraterias, as contribuições, os empréstimos forçados, as espoliações dos templos, das casas religiosas, e mesmo dos particulares; e para o dizer em huma palavra, as sangrias que se tem dado no misero Portugal, e fareis huma justa idéa do estado de prosperidade, e de opulencia, a que tinhâmos chegado á sombra do Governo benefico dos nossos Monarcas, que a facção revolucionaria tanto se empenha em desacreditar.» (²)

Não é, de-certo, menos elucidativa, para o nosso ponto de vista, a crítica doutro combatente ardoroso da causa legitimista, a do erudito Arcebispo de Evora, D. Fr. Fortunato de S. Boaventura, que em copiosos panfletos e periódicos, nos deixou subsidios preciosos para o processo do Liberalismo e para a história do Pensamento contra-revolucionário em Portugal.

São extraídos do seu curioso *diccionario das palavras e frases maçonicas, O Mastigoforo*, estes artigos que transcrevo pela flagrante oportunidade dos seus juizos:

— « *Liberdade.* — Estremece-me o coração, e a penna quer fugir-me das mãos, quando eu pondero os estragos que o abuso desta palavra tem feito nas quatro partes do mundo. Liberdade civil he huma cousa boa, que nós gozamos sempre debaixo do paternal governo dos nossos Reis... porém Liberdade, Synonimo de licença, e devassidão!! Liberdade

---

(¹) *Cartas de Hum Portuguez aos seus Concidãos sobre diferentes objectos de utilidade geral, e individual*, por José Accursio das Neves, Lisboa, na Typ. de Simão Thaddeo Ferreira, 1822, pág. 86.

(²) *Ibidem*, pág. 123.

trazida de França sem outro disfarce mais, que o sobrescrito de Constitucional, e mostrando enroscadas ao longo de seu denegrido rosto as medonhas serpes de insolencia, de anarquia, e da mais descarada soltura de costumes; e assim mesmo idolatrada de hum consideravel numero de Portuguezes!! Assim mesmo qualificada de *bem supremo* do homem nas Cadeiras da verdade pelos mesmos, que farião *zumbaias* e elogios á peste, se a peste appresentasse Igrejas, ou dêsse Commendas!! E que farião com a mesma vontade, e frescura o elogio da Servidão, se lhes fora encomendado por seus amos! Ah! que certamente o fizerão, dando louvores, e batendo as palmas ao estado de maior coacção, em que se tem visto os Portuguezes!!” (1)

— “*Republica* = Deve o Mastigoforo dar parabens á sua fortuna, ou antes graças á Providencia, de lhe cahir na mão esta palavra antes de ser vista em Portugal a execução dos tremendos significados, que a Maçonaria inclue debaixo do nome = Republica = He elle a moura encantada dos Pedreiros Livres, he a Dulcinea dos novos, e mais tresloucados Quixotes. Fazer de todá a Europa huma vasta Republica, onde sim as haja pequeninas, porem estreitamente unidas ás maiores, e atirando todas ao fito primordial desta boa gente, que he *arrancar o raio aos Ceos, e o Sceptro aos Reis*, tal he a *nobre* causa, que os faz reunir...” (2)

— “*Soberania do Povo*. = Malfadada Soberania he esta, que não passando nunca de essencial, ou radical, somente romperá em acto para dizer: eu não sou capaz de governar, governem por mim os Senhores Pedreiros, que tem dêdo para essa grande arte, è eu voltarei para a minha primeira nullidade, visto não caber no possivel, que eu use do que sou par essencia!! Fôra graças: a Soberania do povo, que mais de hum Escriptor atilado, e profundo tem arguido de visão, e quimera, pois até o Filosofo *Hume*, que valia muito bem quatro Rousseaus, não se peja de affirmar, *que he hum principio desmentido por todo o pezo da historia, e da experiencia.*”

“Esta maldita Soberania, que vem a parar sempre nas maiores

(1) *O Mastigoforo, periodico mensal, pelo author do Maço ferreo anti-maçonico*, Lisboa, na Typ. Maygrense, 1824, n.º 2.º, pág. 70.

(2) *O Mastigoforo suspenso desde Abril de 1824, e continuado agora por seu auctor Fr. Fortunato de S. Boaventura, Monge de Alcobaça*, Lisboa, na Imp. Regia, 1829, n.º 7, pág. 3.

violencias feitas a esse Rei Povo, que nunca o he menos, que quando obedece aos seus mais enthusiasmados acclamadores; esta Soberania, jogo de palavras, talisman, e varinha de condão dos aventureiros, unico direito daquelles, a quem falta a minima sombra de direito; engodo dos simples, e dos ignorantes, mascara da inveja, que para levar agua ao seu moinho se chama *igualdade*, caminho breve, e compendioso para fazer grandes, os que estalavão por isso, é não lhe sentirão outro geito, senão o de chamarem grande, e Soberano, a quem nunca o poderia ser, para esbulharem destes attributos, quem o era, e devia ser; officina de todos os venenos, e de todos os males, que esparzidos pela França derão mais que fazer á morte no espaço de tres annos, do que poderia succeder durante vinte seculos, em que dominasse a *ignorancia*, e o fanatismo propriamente dicto, e não aquelle, que os Pedreiros fingem, e assoalhão: a Soberania popular em fim he a expressão mais contradictoria, que tem apparecido nas escolas, e Sociedades humanas; pois debaixo de qualquer accepção que se tome a palavra Povo, nunca se mostrará porque guisa se pode ser ao mesmo tempo Rei, e vassallo, e ficará sempre lugar desembaraçado para esta pergunta — Se huma parte do povo he a Soberana, quem a investio em tão eminente prerogativa? E se todo o povo, sem excepção de pessoa, he rigorosamente o Soberano, quem ficará sendo o vassallo, quaes serão os venturosos subditos de tão bem achada Soberania?» (1)

E do *Punhal dos Corcundas*, recolherei ainda, para terminar, os seguintes passos de proveitosa leitura:

« A questão que mais vezes me tem feito dar voltas ao juizo he a da Soberania do povo. Havia sete seculos que se dizia, que a Soberania estava no Rei. Em todo este espaço Portugal formou-se em Reino, ganhou poder, cahio, levantou-se, e sempre se engrandeceo. Quem notando estes acontecimentos não via que a Soberania posta em El Rei está muito bem posta? Todavia depois de 24 de Agosto começou a dizer se que a Soberania residia *essencialmente* na nação, isto he, que a nação não he nação sem ser Soberana! Confesso que ouvindo esta doutrina senti em mim certa commoção estranha, e tal, qual se sente pela apparição de phenomenos, imprevisitos, espantosos, e anteriormente ignorados.» E, mais adiante, confessava: « Mas quando eu vi o Salão das Cortes cheio de bandalhos e petimetres,

---

(1) Ibidem, n.º 9, pág. 19-20.



## UM GRUPO HISTÓRICO

Os realizadores das notáveis conferências  
da Liga Naval, sobre a QUESTÃO IBERICA

Da esquerda para a direita, sentados: Dr. António Sardinha, Tenente Coronel Vasco de Carvalho, Maestro Freitas Branco,  
Dr. Xavier Cordeiro e Dr. Alberto Monsaraz.

Em pé e da esquerda para a direita: Dr. Ruy Ennes Ulrich, Dr. Hipólito Raposo, Dr. Luis de Almeida Braga e Dr. Pequito Rebelo.

tão fofos como hum sapo inchado, vomitando sandices, e minando os alicerces da Religião e da Monarquia, desenganei-me que a tal Soberania era huma farça armada para certos fins. Que diabo de Soberania he esta (dizia eu) que traz inquieta a nação, espalha a impiedade, persegue os bons, desmancha a maquina da Monarquia, excita a guerra civil, provoca as tropas ultramontanas, e prepara a anarquia? He para isto que foi proclamada a Soberania do povo? Para espalhar a discordia em Portugal, no Brazil, em Angola, em Goa, e até em Macáo? Para elevar huns poucos de maniacos aos cargos mais pingues, entregando as pessoas honradas á escuridade e á miseria? Destas e d'outras inferia eu que tal Soberania, ou era nada, ou era Soberania pedanea, e Magestade plebêa. » (1)

Percorridos assim alguns textos, a que propositadamente me abstive de adicionar o mais leve comentário, julgo suficientemente comprovadas as afirmações produzidas no capitulo anterior, para que prolongue uma experiência, que foi meu propósito apenas exemplificar.

\*

Verifiquemos, ainda, como se impõe, se as doutrinas nacionalistas proclamadas pelo *Integralismo Lusitano*, no seu aspecto orgânico, positivo, pódem acaso autorizar-se de igual modo com as opiniões e conclusões de alguns dos autores já citados, e doutros mais cujo testemunho seria imperdoável omitir.

Nas *Instruções de Organização*, diz-se que « *O Integralismo Lusitano* é o sistema de principios filosofico-politicos que se destinam a restaurar a Nação Portuguesa pela autoridade do Rei e pela intervenção nos órgãos do Estado dos legitimos representantes dos Municipios, das Provincias, e das Corporações da Inteligencia e do Trabalho.

Em nome do interesse nacional, proclama a legitimidade historica das instituições monarchicas, e Rei legitimo o Principe que dignamente as servir; defende, contra as ficções liberalistas, a monarchia organica, anti-parlamentar, e descentralizada, reivindicando assim o caracter, historico e scientifico da verdadeira Monarquia.

*O Integralismo Lusitano*, como expressão perfeita das aspirações

(1) *O Punhal dos Corcundas*, Lisboa, na Impr. Regia, 1824, n.º 33, pág. 500-501.

nacionais, é *nacionalista* por principio, *sindicalista* (corporativista) por meio, *monárquico* por conclusão.

Não é um novo partido que se prepara para assumir o poder; pelo contrario, é uma corrente de opinião que procura libertar a Nação das clientelas partidarias, entregando a defesa dos diversos interesses aos seus órgãos proprios: *a Junta da Freguesia, a Camara Municipal, a Junta (ou Assembleia) Provincial, a Assembleia Nacional (Côrtes)*, na ordem administrativa; *o Sindicato Patronal, o Sindicato dos Trabalhadores, o Sindicato Mixto, as Uniões Locais e Regionais de sindicatos, as Federações Nacionais de sindicatos de produção*, na ordem economica; *as Escolas, a Igreja, as Associações profissionais, os Institutos Scientificos*, na ordem espirital. »

Das boas razões com que o Integralismo defende a legitimidade histórica e a superioridade das instituições monárquicas, vai falar - nos novamente, e por ordem de antiguidade, o velho Marquês de Penalva, que na sua já citada *Dissertação*, inscreveu alguns capítulos de leitura sempre oportuna, pela solidez dos argumentos e felicidade de expressão.

Demonstrando que *Os Pais de familias forão os modêlos dos Reis*, escrevia o apologista da Realeza: « Esta representação do Poder, ou estes depositarios da força, (os Juizes) e das vontades da nação, remediarão por hum pouco a desordem da multidão; mas discordando frequentemente entre si, faltou a unidade, levantou-se hum scisma politico, e serião baldados os sacrificios, que os homens tinham feito, se a natureza não dêsse a conhecer o mais feliz de todos os governos, ou para dizer melhor, o unico, que merece este nome; fallo do governo de hum só, da Monarquia. Os Patriarcas da antiga Lei, e os Pais de familia em geral — elucidava — forão os exemplares, e verdadeiros modêlos dos Reis. Affeiçoarão-se os homens da pasmosa regularidade de cada familia, onde a vontade do Chefe era de todos respeitada: invejarão a fortuna de ser filhos; virão o interesse, com que o Pai defende, como seu, o Patrimonio da familia, que se honrava com tudo o que a distinguia, que só exigia dos seus amor, respeito, e as contribuições, que se convertião em seu proprio bem; de sorte que esta alta dignidade pagava largamente a honra da regencia com os beneficios, e socego, que causava. Não pode o genero humano resistir a este terno espectaculo, e formou-se nas sociedades compostas hum arremedo da simples, e pacifica sociedade que o mundo primeiro conheceo. Hoje mesmo, quando as familias experimentão o cruel damno da orfandade, os Reis lembrando - se, póde ser, da sua origem, entrão pelos seus direitos na substituição destes cuidados paternaes. Cedêrão então a este Pai commum todos os Pais de familias



os seus veneráveis direitos, e encarregou - se a hum só o governo de todos. Sentirão - se logo os benignos influxos, que a concordia produz; união de forças, igualdade de subordinação, semelhança de costumes, interesse reciproco; tudo concorreo para fazer nascer o Patriotismo, huma das mais bellas, e necessarias qualidades de Cidadão, e de Vassallo.» (1)

E, ao provar, no capitulo seguinte, que *He a Monarquia o unico governo que tem systema*, dizia, com admirável discernimento:

« Temos pela ordem natural deste discurso chegado ao ponto de reconhecer com evidencia huma verdade, que desagradará a muitos; mas nem por isso deixa de o ser com grande consolação minha; e vem a ser, que a Monarquia he o unico governo, que tenha systema. A natureza, como vimos, o reconheceo no poder Paterno; e as sociedades compostas o adoptarão, chamando, como lemos em Moysés, Homero, e Herodoto, aos Reis Pais, e Pastores dos Povos. Parece pois bem justa a minha consequencia inferir, que os homens estavam em melhores circumstancias para acertar, ou quando seguirão os primeiros impulsos da natureza, obedecendo ao seu Chefe natural; ou quando congregando - se, preferirão por experiencia este modo de ser governados. Ninguem ignora que hum governo sem ordem não póde subsistir por muito tempo; e ninguem hoje póde ignorar, lendo com meditação a Historia do homem, que todas as vezes que a Soberania não reside em huma só pessoa, o Estado se expõe a ser dividido em substancia, como o he nas opiniões dos que o administram. Nem deve enganar - nos a ordem affectada, e virtudes austeras, que por algum tempo admirou a Grecia, e Roma nas suas Republicas. Em quanto durou a frugalidade da vida, e a pobreza de meios, foi facil conservar a ordem, que ninguem intentava perturbar; e deveo - se este systema a huma certa Monarquia, em que vivião sem o saber. Imperava a razão, e o amor da virtude era o Monarca. Esta virtude fez bellicosas e honradas nações, atacarão os que chamavão barbaros, e ficando conquistadores, forão vencidos pelas riquezas que ganhãrão; porque esta he, e será sempre a sorte dos Estados Republicanos, logo que acabe ou o louco entusiasmo, com que começam, ou quando paixão da primeira simplicidade de costumes, que não póde ter longa duração. He por tanto hum dogma Politico, que a Monarquia he o unico governo, que tenha systema; porque onde os principios de julgar tem variedade; onde a

---

(1) *Dissertação a favor da Monarquia*, pág. 17 - 19.

administração das rendas está em mãos ávidas de particulares; onde o poder dividido gera decisões contradictorias; onde a representação da soberania, durando pouco, e estando nos nossos iguaes conserva os odios, ou amizades antigas; onde finalmente todos buscão a desordem para damno alheio, e a ordem por interesse proprio, sem haver hum, que por si só queira, ou possa ter vigor para tomar o leme neste naufragio politico, quem dirá que este Paiz tem systema; e quem duvidará, que o governo Monarquico sabe, e póde evitar estes damnos á sociedade?» (1)

Poucas páginas adiante, ao afirmar que a Monarquia, é o governo « *que tem mais energia, e vigor*, observava judiciosamente que «Os mesmos inimigos da Monarquia reconhecem por factos (2) a certeza deste principio; e ainda não vimos marchar Tropas Republicanas governadas por hum Directorio; tal he o receio de que a pluralidade de Imperantes tire o acerto, e execução das ordens. O mesmo entendêrão sempre todas as Republicas do mundo, recorrendo á unidade de poder, quando vexações externas, ou perturbações domesticas fazião reccar a sua total dissolução.» (3)

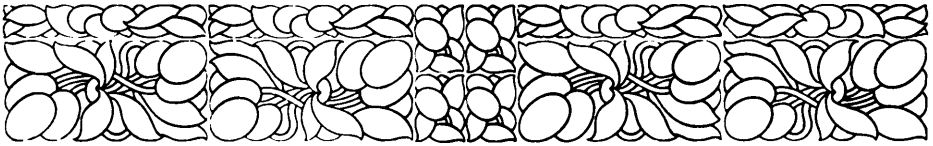
*Continua no proximo fasciculo.*

---

(1) Ibidem, pág. 19 - 21

(2) E por palavras, poderia ter acrescentado, sem errar, o Marquês de Penalva, pois já em 1762, o próprio Jean-Jacques Rousseau era o primeiro a reconhecê-lo, desta maneira explicita: «... parce qu'il (le gouvernement royal) est incontestablement le plus fort et que, pour être aussi le meilleur, il ne lui manque qu'une volonté de corps plus conforme à la volonté générale.» *Du Contrat Social*, Livro III, cap. VI, pág. 287.

(3) Ibidem, pág. 29.



# Portugal Novo

---

Por ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR

**N**o dia 30 de Julho de 1930, na Sala do Conselho de Ministros do Ministério do Interior, foram lançadas as bases do Estado Novo que ha-de seguir-se à actual situação política.

O sr. Ministro das Finanças, dr. António de Oliveira Salazar, fez as desassombradas e patrióticas afirmações que abaixo se transcrevem, porque as queremos arquivadas nas páginas desta revista de cultura nacionalista. A falta de espaço com que tẽmos lutado não nos permitiu que ha mais tempo as tivessesmos arquivado. Mas entendẽmos que é sempre tempo de lhe dar publicidade, havendo, como ha, quem se esforce por as fazer esquecer e inutilizar.

Arquivando as afirmações do Sr. Dr. Oliveira Salazar queremos também, publicar a patriótica nota da Junta Central do Integralismo Lusitano :

## INTEGRALISMO LUSITANO

Tendo considerado atentamente o manifesto do Governo da Ditadura e as declarações complementares do senhor Ministro das Finanças de 30 de Julho ultimo, o Integralismo Lusitano congratula-se com o facto de vêr reconhecidos e proclamados pelo Poder Publico alguns dos princípios em que deve assentar a verdadeira reconstrução nacional.

Tomando as palavras do Govêrno como um apêlo de salvação publica, declara-se decidido, por intermédio dos filiados nas suas organizações que assim o desejem, a cooperar oportunamente com a Ditadura Militar em tudo quanto sirva o bem comum e procure realizar a igualdade dos Portuguezes perante a lei, condição essencial para efectivar o propósito de União Nacional.

Continuando a manter afastada, por superiores razões de interesse colectivo e por obediencia às ordens do Rei, a maxima reivindicação política dos seus princípios, fica na esperança de que os meios de execução, por parte do Governo e seus agentes, correspondam inteiramente ao pensamento salvador de substituir às ruínas do Estado democrático-parlamentar os fundamentos legítimos do Estado-Novo.

Lisboa, 27 de Agosto de 1930.

A JUNTA CENTRAL

\* \* \*

Ouçamos, agora, o Snr. Ministro das Finanças:

Meus senhores:

Promovendo a « união nacional » à volta dos princípios expressos no manifesto que acaba de sêr lido pelo sr. Presidente do Ministério, o governo da Ditadura pratica um acto político da mais alta transcendencia e da maior responsabilidade. Os que pensam a sério nos destinos dêste país é assim que devem considerá-lo — para o apoiar ou para o combater: Eis porque, saindo embora um pouco dos dominios da minha actividade habitual, eu não quereria que faltasse aqui uma palavra minha de comentário ao documento apresentado por vosso intermédio a tôda a Nação Portuguesa.

## I

### A crise politica geral

A evolução económica e social, as revoluções, os sistemas doutrinários, as deficiências, abusos e vícios do parlamentarismo, as influências desastrosas da grande guerra exercidas em todos os dominios do pensamento e da acção, provocaram um pouco por toda a parte, e na Europa sobretudo, situações graves na constituição dos Estados e na vida das nações. Atacados na sua organização, nos seus princípios e tradições, pelas ideias, pelas paixões, pelos interesses anti-sociais ou anti-nacionais, os Estados europeus oferecem na sua vida interna e nas suas relações internacionais aspectos inquietadores de perturbação e de instabilidade. Dir-se-ia que as sociedades, abaladas nos seus alicerces históricos, correm o risco de perder a sua estrutura poderosa e a sua própria natureza antiga: pelo menos verifica-se que a maquina política, que funcionou como pôde! em todo o século XIX e nos princípios dêste, não se adapta, sem transformações profundas, ao ritmo da vida moderna dos Estados.

Sob o império das dificuldades, acções e reacções mutuas fizeram surgir tendências opostas nas correntes políticas e sociais, inevitavelmente portanto, nas próprias formas da governação publica.

Observam-se de um lado as desordens cada vez mais graves do individualismo, do socialismo e do parlamentarismo, laivadas de actuações internacionalistas, e diante de umas e de outras acentua-se a passividade dos Estados e a impotência dos poderes publicos no jogo das funções constitucionais. De outro lado o próprio instinto de conservação desperta esforços no sentido do nacionalismo e do anti-individualismo, mas arrastados, na pendente natural das ideias e dos acontecimentos, para extremismos doutrinários e para ditaduras francas ou disfarçadas que, à parte a sua legitimação pelas necessidades do momento, representam uma anormalidade também.

A razão observadora e desapaixonada prescruta no meio de tantas confusões da época qual o caminho a seguir, e pressente que a salvação estaria em preparar modalidades de vida publica — constituições, digamos — pelas quais possam coexistir em paz e traquillidade todos os elementos políticos e sociais, e sejam chamadas a uma actuação pacifica as diversas manifestações de vida colectiva que o nosso tempo fez surgir, sem que por isso se atinja a força do Estado, o seu poder de coordenação e de mando, a capacidade administrativa necessária ao progresso das nações. O desejo de encontrar as fórmulas do novo equilibrio e de traçar as estradas do futuro domina o espirito dos homens de governo em todos os Estados, seja qual fôr o regime legal ou efectivo sob que estejam trabalhando.

## II

### O caso português

É nesta Europa doente, convulsa, empobrecida, desequilibrada, procurando tateante as soluções políticas do futuro, que é preciso localizar o caso português. Reduzir, como se tem visto, o movimento que implantou a Ditadura, a uma «conspiração de caserna» para que a classe militar viesse a usufruir o poder é desconhecer as razões profundas de um mal estar geral, as tendencias do nosso tempo, todas as fraquezas, abdições, insuficiencias do poder publico, que estão na base daquilo a que pôde chamar-se a «crise do Estado moderno».

Com motivos de ocasião no eclodir, sem duvida; com a côr local que lhe dá a especial gravidade dos nossos problemas, certamente; com

a modalidade que haviam de imprimir-lhe as circunstancias da política portugêsa e a nossa maneira de sêr e de sentir, a Ditadura, ainda que indecisa, titubeante, irregular na marcha e na acção, ela própria no comêço mais sentimento instintivo que ideia clara, é um fenómeno da mesma ordem dos que por êsse mundo, nesta hora, com Parlamntos ou sem êles, se observam, tentando colocar o poder em situação de prestigio e de fôrça contra as arremetidas da desordem, e em condições de trabalhar e de agir pela nação, sobranceiramente às divisões e ódios dos homens e aos interêsses particulares dos grupos. Ir mais longe ou mais perto nesta orientação depende de possibilidades nacionais, sobretudo da preparação do espirito publico, mas não constitue diferença essencial.

Todos sabem donde vimos — duma das maiores desorganizações que em Portugal se devem ter verificado na ecónomia, nas finanças, na política, na administração pública. Divisões intestinas, solidariedades equivocas na política e na administração, erros acumulados, a falta de correcção de vicios da nossa organização social, uma desordem constitucional permanente, sucessivas revoluções que nada remediavam e agravavam todos os males, fizeram perder a fé no Estado como dirigente e coordenador dos esforços individuais, e a intranquilidade existente no espirito publico manifestava mesmo desconfiança na sua fôrça para defender a vida e bens dos cidadãos. Debruçado tristemente sobre o passado glorioso que é a sua história, e sobre as ruínas, as misérias, as desorganizações do presente, desconhecendo as suas enormes possibilidades de grande nação, penhor do futuro, o país caiu na «apagada e vil tristeza» do poeta e parecia ter desistido de viver um grande pensamento de renovação interior e de marcar no mundo, sem afrontar ninguém, a posição que pode e deve marcar.

Todos sabem donde vimos — e todos sabem onde estamos. Os esforços feitos e os resultados obtidos, sejam quais forem as deficiencias impostas pela gravidade dos males existentes, impediram a catastrophe e garantem que se está no caminho da salvação e do ressurgimento. Se descontarmos as arguições feitas pelos que são forçados a recorrer à campanha do boato contra a Ditadura — eu responderei com os numeros em breves dias à nova ofensiva contra as finanças — ; se examinarmos à verdadeira luz os sofrimentos próprios da cura, gerais na Europa, molestada pela guerra; se pensarmos bem a situação em 1926, a que existe hoje e a que está em prespectiva pelo prosseguimento da reorganização nacional, concluiremos que a-pesar dos motivos de insatisfação, comum em diversos graus a todos os povos, escapamos a um despenhadeiro mortal e nos encontramos em terreno seguro, donde podêmos conquistar a prosperidade.

Ha paz; ha ordem; um espírito de nova vida anima o país; ha confiança, ha credito; impõem-se à administração principios de moral que completam, na execução, a justiça da lei; ha um plano de vida para o Estado, formulado sôbre os interêsses gerais da colectividade, e todos sabem que, uma vez assentes, os programas do Governo se cumprem; o país, aliviado da atmosfera de irreductibilidades partidárias, está menos dividido, e não tendo escolhido os seus representantes, sente-se mais perto do poder, sente que o Governo é mais seu, confia mais na sua justiça e na sua acção.

Aqui é que estamos; e, sabendo donde vimos, é necessário ver para onde irêmos agora.

Apesar da agitação revolucionaria que pretende reconstituír o estado anterior e constantemente desmente o que por outro lado se afirma, é certo não haver declarações publicas de políticos responsaveis no sentido da defesa de um passado que para todos parece não dever ter seqüencia nem ser digno de imitação, pois que ha confissões de erros e propósitos de emenda.

A unanimidade de vistas sôbre êste aspecto negativo do problema dispensa-nos de insistir. Demais sabêmos nós e sabem êles que a dar-se o desaparecimento da Ditadura pelo regresso ao regime das facções, toda a obra de restauração, todas as possibilidades existentes seriam substituídas pelas causas anteriores de desorganização e de ruina, agravadas na sua fôrça destrutiva por uma indisciplina maior, por paixões exacerbadas, pelo aniquilamento das ultimas resistências materiais e morais que pudessem opôr-se a todos os desmandos e até mesmo à subversão das condições de existencia da própria sociedade.

Que fazer então? A atitude de aconselhada independencia e neutralidade aguardando que do simples embate das forças politicas surja o Estado futuro, é atitude imprevidente, indigna de governantes, falha de lógica, desconhecêdora das realidades sociais: nunca barco abandonado à furia de ventos contrários demandou porto de abrigo e muitas vezes se despedaçou, ao tocar a terra, contra os rochedos da costa.

Que fazer então? Tomar resolutamente nas mãos as tradições aproveitaveis do passado, as realidades do presente, os frutos da experiencia própria e alheia, a antevisão do futuro, as justas aspirações dos povos, a ansia de autoridade e disciplina que agita as gerações do nosso tempo, e construir a nova ordem de coisas que, sem excluir aquelas verdades substanciais a tôdos os sistêmas políticos, melhor se ajuste ao nosso temperamento e às nossas necessidades.

Vejamos resumidamente os seus principais pontos de apoio.

*(Conclue no próximo fasciculo).*

# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1829

GUIMARÃES HÁ 100 ANOS

## Novembro

**Dia 5** — Acordão da Alçada fazendo autos sumarios a 7 réus e assignando - lhes 5 dias para dizerem de facto e de direito; entre elles: o reverendo José António de Sampaio, por alcunha o padre José Dionisio, presbitero secular, natural da vila de Guimarães, idade 30 anos. — O reverendo José Lopes de Faria, por alcunha o Bicho, coadjutor da freguezia de S. Martinho de Cadoso, termo de Guimarães, natural da comarca de Trancoso, idade 54 anos. — Frei Fortunato de Vasconcelos, religioso dominico, natural de esta vila, idade 37 anos. — Frei Rodrigo Joaquim de Meneses, monge de S. Jerónimo, natural de esta vila, idade de 36 anos. — O reverendo Rodrigo de Sousa\* Machado, abade de Travassos, natural de S. Martinho de Sande, idade de 47 anos.

**Dia 6** — Provisão nomeando por 2 anos, professor substituto, no impedimento por doença do padre José António de Faria, da cadeira de 1.<sup>as</sup> letras de Guimarães, a António Pinto Pereira Cardoso.

**Dia 7** — Em vereação — Determinam que se fizesse publico por pregão, que toda a pessoa que quizer matar porcos para vender ao arratel, o possa fazer, vendendo o arratel de carne a 50 reis e o de lombo a 60 reis; e toda a pessoa que exceder esta taxa, ou haja de vender carne de porcos com moléstia, será condenada em 6\$000 reis para despesas d'este Senado, e 3 dias de cadeia.

**Dia 8** — Morreu no hospital da Misericórdia António Duarte Ferraz, estando preso por constitucional. Foi sepultado no dia seguinte na igreja da Misericórdia. ( P. L. )

**Dia 12** — Carta régia, por decreto de 13 de Outubro ultimo, nomeando provedor desta comarca o bacharel Carlos José da Cruz e Silva.

**Dia 14** — « Entrou o ex - frade Manuel Joaquim da Maia com alguns officiais da justiça de Braga pelo côro dentro da Colegiada desta vila, e deram posse ao supradito Manuel Joaquim da Maia da sobrevivencia da prebenda do cônego demente Joaquim Pereira Gajo. A esta posse não assistiu nenhum cônego, nem ainda mesmo padre algum do côro. Este Manuel Joaquim da Maia, já há tempos que tinha obtido Bula da Santa Sé Apostólica para entrar na sobrevivencia d'este canonicato, porém o Cabido opôs-se á sua execução, e fez - lhe correr demanda na legacia, onde chegou a obter despacho para entrar de posse. Os motivos que fizeram com que o tal Maia obtivesse bula para êste beneficio, fôram os de demencia em que estava à cinco anos o Gajo seu coadjuvado. » ( P. L. )

**Dia 19** — D. Miguel concedeu a graça de usar a medalha de ouro com a S. R. Efigie a frei Caitano de Ruivães, guardião em Santo António de Guimarães.

**Dia 20** — Carta régia nomeando os vereadores para o ano de 1830.



**Dia 21** — Em vereação. — Preços da feira : 900, 400, 370, e 320 reis. — António Pinto Pereira Cardoso apresentou-se com a provisão que o nomeia substituto da cadeira régia de 1.<sup>as</sup> letras desta vila ; foi - lhe dada posse.

## Dezembro

**Dia 2** — O Principe de Esse passa nas imediações desta vila. Vinha do Torrão e ia para Braga. ( P. L. )

**Dia 3** — Por escritura na nota do tabelião Paulo José de Freitas, da rua Nova das Oliveiras, é comprada uma casa a Custódia Luisa Pereira para a construção do edificio hospitalar da Ordem 3.<sup>a</sup> de S. Domingos.

**Dia 5** — Em vereação, houve só despacho. — Preços da feira : 960, 380, 320 e 310 reis.

**Dia 17** — Á uma hora da manhã partem para as freguesias de Gulães e Arões o corregedor da comarca, o visconde da Azenha, Filho, comandante dos voluntarios realistas, o capitão do destacamento do n.º 12 e um troço de tropa, para vêr se prendiam alguns constitucionais, com especialidade um filho do Fontélos. Voltam sem trazer preso algum. ( P. L. )

**Dia 21** — Marcha para Braga, para se reunir ao seu regimento e seguir para o Porto, um destacamento do regimento n.º 12 que aqui estava. ( P. L. )

**Dia 23** — Em vereação houve sómente despacho.

**Dia 24** — Chega um destacamento do regimento n.º 22 para guarnição desta vila. — Foi metade para Fafe. ( P. L. )

Deu entrada na cadeia da correcção, Francisco Joaquim Crespo, soldado veterano da 3.<sup>a</sup> companhia de Valença e natural desta vila de Guimarães, alfaiate, de 48 anos, preso pelo sargento do destacamento desta vila do regimento 22. Foi acompanhado por uma escolta do 22 para Braga e daí para Valença.

**Dia 27** — Nos ultimos dias deste mês e primeiros do seguinte, houve tamanho frio, que chegaram a congelar - se todas as aguas, inclusivé as que estavam em cantaros dentro de casa. Em Lisboa morreram algumas sentinelas que estavam pela cidade. ( P. L. )

JOÃO LOPES DE FARIA.



## Dos Livros & dos Autores (\*)

CORONEL JOÃO DE ALMEIDA — publicação de iniciativa dum grupo de companheiros coloniais e amigos. — Editor, Adriano T. Ferreira — Praça Luis de Camões, 16-I.º Lisboa, 1930.

Em 20 de Fevereiro de 1930, no salão nobre da Sociedade de Geografia, reuniram-se os amigos e admiradores do Coronel João de Almeida, «o militar valoroso, de ânimo temperado em dezenas de combates; o explorador erudito e consciencioso; o administrador prudente e enérgico; o patriota insigne»

Como memória dessa homenagem merecida, reuniram-se, neste volume, a Mensagem que lhe foi entregue e os discursos proferidos nessa memorável sessão patriótica.

Da Mensagem extratamos estas palavras que fazemos nossas, porque são palavras de fé e são, também, palavras de esperança para todos nós que confiamos no patriotismo, na abnegação, na bravura indomável do sr. Coronel João de Almeida: — «Num país que não fosse o nosso, João de Almeida teria hoje um renome mundial e ocupado na sua Pátria as situações a que tem jus!»

Seguem-se, depois, os discursos: — do sr. Contra Almirante José Francisco da Silva, que se refere à expedição de Raçadas, em 1907, e afirma que o sr. Coronel João de Almeida «é um grande português, espelho de virtudes cívicas e militares»; do sr. Coronel de Estado Maior Gaspar do Couto Ribeiro Vilas que declara que aquela festa «é bem sintoma claro de espirito de ressurgimento, em busca de futuro melhor, animando francamente os homens de agora»; do sr. tenente Henrique Galvão que reconhece existir na Obra do antigo Governador de Huila «todos os aspectos brilhantes de Heroísmo, Fé, Perseverança, Inteligência, Audácia, Espirito de Sacrificio, Patriotismo, que são necessários para confirmar no Presente a validade Histórica da Raça»; do sr. dr. Oliveira Santos que diz representar aquela homenagem «um acto de Justiça porque, de facto, João de Almeida realizou em Angola trabalhos de relevo que o impõe à consideração de todos quantos consagram à nossa administração colonial o melhor do

(\*) Só daremos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em duplicado, a não ser que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu valor intrínseco.

seu esforço»; do sr. Coronel de Engenharia Carlos Roma Machado de Faria e Maia que, referindo-se à acção de João de Almeida, a enaltece e pormenorisa; do sr. Coronel de Engenharia João A. Lopes Galvão que fala do génio criador de João de Almeida, da sua acção como Director das obras Publicas de Cabo Verde, mostrando «o que vale um dos filhos mais dilectos que a Pátria tem; soldado valoroso; patriota insigne e grande homem de acção».

O sr. dr. Bento Caldas fôï portador de «calorosas saudações dos estudantes nacionalistas da Universidade de Coimbra». Recorda «toda a inormissima folha de serviços brilhantes prestados à Pátria, que tanto ama, por essa figura valorosa de militar que é o Coronel João de Almeida». Refere-se às «páginas de glória e de apoteose» da *Visão do Crente*, à manifestação Académica que percorreu as ruas de Lisboa gritando «ao país o seu pensamento anti-liberal e anti-maçónico» afirmando que nessa manifestação, «pôde então o *Herói dos Dembos* verificar o apreço em que é tido, a admiração que lhe votamos».

Por tudo quanto deixamos exposto foi util e oportuna a publicação deste volume de homenagem ao Coronel João de Almeida, que — como o afirmou o sr. dr. Bento Caldas — é a «figura simbólica que nobremente encarna as *virtudes da Raça*».

CURIOSIDADES DE GUIMARÃES — MALTA DE SALTEADORES — UMA QUADRILHA DE NOMEADA, — por *Alberto V. Braga*, Tipografia Minerva Vimaranesse, Guimarães, 1930.

Alberto V. Braga continua na sua faina de investigador apaixonado pela história e pelas «velharias» de Guimarães. Tem-nos dado já bastantes e valiosos subsidios para o estudo de uma época distante que, sem o seu esforço infatigavel de trabalhador, ficariam sepultadas em poeira, na paz dos arquivos.

Nem tudo o que é velho é inutil, como afirmam alguns. Alberto V. Braga reage, trabalha, investiga, reúne elementos e dá-nos sempre páginas curiosas, cheias de vida, de scenario, de colorido.

Neste segundo volume das «Curiosidades de Guimarães», descreve-nos os receios, as inquietações, os terrores que foram espalhados por uma quadrilha de nomeada que existiu naquêlê periodo agitado, convulso, das guerras civis «ladroando casais e povoados em arremetidas de má cara».

Este trabalho lê-se com interêsse, pois descreve-nos a vida, os costumes, as lutas frequentes que se travavam não só por desentendimentos da politica como, também, para dar caça às maltas de salteadores, constituídas por desertores, que, aproveitando maré favoravel iam engrossando e criando alentos para novos assaltos, enquanto não calam nas mãos da justiça.

A RECONQUISTA DAS LIBERDADES, por *Hipólito Raposo*. — Edição do « Circulo de Estudos Nacionalistas » — Rua de Sá de Noronha, 24-1.º — Porto, 1930.

O Circulo de Estudos Nacionalistas, do Porto, que tem desenvolvido grande actividade na propaganda dos principios nacionalistas, prestou à boa causa um optimo serviço com a publicação da magnifica conferência do sr. dr. Hipólito Raposo: — «*A Reconquista das Liberdades*».

O sr. dr. Hipólito Raposo é um dos nossos melhores escritores e a sua obra já vasta e deveras valiosa tem contribuido grandemente para criar, entre nós, aquêlê espirito contra-revolucionario que hoje se observa e que, no dia próprio, «será a vitória definitiva de Portugal».

Desde a *Coimbra Doutora*, que em 1910 deu inicio à carreira literária do sr. dr. Hipólito Raposo, até à *A Reconquista das Liberdades*, o esforço inteligente e bem orientado do seu Autor revela-se sempre numa ansia cada vez maior de bem servir o Integralismo e, consequentemente, os interesses sagrados de Portugal.

Nos *Dois Nacionalismos* e rebatendo as afirmações que se fizeram de ser o Integralismo inspirado nas doutrinas de Maurras, o sr. dr. Hipólito Raposo dá-nos

páginas soberbas de boa doutrina, solidamente baseadas nos testemunhos e nos ensinamentos dos nossos mestres da contra-revolução.

Em *A Reconquista das Liberdades* esfacela os mitos da Democracia, do Romantismo, os absurdos do capitalismo, do Ateísmo, do Materialismo e da Anarquia, põe a descoberto a mentira da Liberdade, defende as verdadeiras liberdades, — que nós queremos reconquistar, — as antigas liberdades locais e corporativas, reabilita e vitaliza os « elementos orgânicos, verdadeiramente estruturais da Nação Portuguesa nos períodos de saúde social e moral: A família (agrupada na Freguesia), o Concelho, a Província na ordem politico-administrativa; a Oficina, o Grémio (ou Mester); a União dos Grémios (Casa dos Vinte e Quatro) na ordem económica; a Escola, os Institutos e a Igreja na ordem espiritual; a Realza hereditária, assistida e limitada pela intervenção do Clero, da Nobreza e do Povo, na ordem nacional. »

Por tudo isto, o novo trabalho do Sr. Dr. Hipólito Raposo merece uma larga divulgação para que possa ser conhecido de todos os portugueses de boa-vontade levando-os à « cooperação de esforços que une e fortalece »

FADO CORRIDO, — por *Cesar de Oliveira* — Tipografia Marques — Rua de Camões, 75-Porto, 1930.

Cesar de Oliveira que em todos os seus escritos e na «Marcha do Odio» se tem revelado um escritor vibratil, fecundo e de sensibilidade nervosa, faz, neste opusculo, a condenação do Fado, que alguns querem que seja considerado canção nacional.

O A estuda admiravelmente as diversas modalidades do Fado que « é a cocaina que dinamisa e derranca a alma nacional, que não pode dar a vida porque é a própria morte, mas enche de melancolia estéril o nosso pensamento ».

Quando a chamada « sociedade elegante » se deixa escravizar pelos batuques selvagens que agora fazem as delicias dos « salões » não admira que o Fado rufião e vadio dos bairros da Mouraria se queira guindar a um lugar que lhe não pertence. César de Oliveira, no seu novo trabalho, vem erguer « a flâmula da revolta contra a abjecta tirania » proclamando « as almas que tem sede de beleza e fome de justiça para a grande batalha da alegria saudavel contra a tristeza morrhenta. »

Continue Cesar de Oliveira no combate « a todas as tendências fatalistas que nos rodeiam » e apareça mais vezes a marcar a posição que as suas belas qualidades e indiscutível talento lhe conferem.

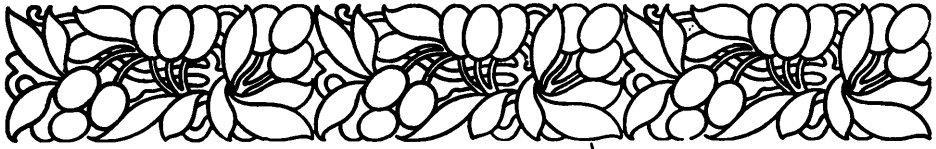
A IGREJA E A POLÍTICA, por *Francisco Galvão*. Edição da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano. Lisboa, 1930.

Este trabalho deveras valioso, que realça a intelligencia e o caracter do seu A, é precedido de um prefácio do Sr. Dr. Hipólito Raposo, salientando o « labor proveitoso e de alto sentido cristão e português » que este estudo representa.

Na verdade, nós hoje assistimos a um renascimento das virtudes cristãs e a gente moça, aquela que se dá ao trabalho de pensar, trilha um novo caminho, abalçando-se ao estudo das verdades religiosas e politicas que ainda são « motivo de apaixonada controvérsia em diferentes estados da tradição católica. »

O sr. Francisco Galvão expõe com muita clareza a sua teze; defende a Igreja dos assaltos que lhe foram feitos pelo liberalismo e afirmando a necessidade de se estabelecer nos « moldes tradicionais » as « relações entre a Igreja e a Nação » conclue por demonstrar que só « pela disciplina cristã do povo Lusitana e pela acção patriótica dos nossos Reis, a grandeza da Patria foi um facto internacional e o prestigio do Reino Português foi universalmente conhecido. »

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA



# Florbela Espanca

---

Por GUIDO BATTELLI

**N**A noite de 7 para 8 de Dezembro do ano de 1930, morreu inesperadamente, na sua casa de Matozinhos, Florbela Espanca. Pouco falaram da sua morte os jornais, porque nesta altura era quasi uma desconhecida. Os dois livros de sonetos que publicou : *Livro de máguas* (1919) e *Soror Saudade* (1923) passaram despercebidos ao público. Contrariada por este insucesso, a poetisa encerrou-se na sombra e no silêncio ; só de quando em quando enviava a algum jornal ou a alguma revista um soneto ou um trecho de prosa. Os criticos, que cada dia descobrem um poeta novo e tributam sem discernimento nenhum os mais altos elogios a quem menos os merece, não tinham tempo de ocupar-se dela. Felizmente, como disse Antonio Patrício, « o successo faz-se nos jornais, mas a glória faz-se no silêncio ». E no silêncio abriu-se a flôr mais fragrante do seu génio, o volume que, intitulado *Charneca em flôr*, saiu póstumo, e do qual a malograda poetisa não chegou a ver senão as provas das duas primeiras folhas.

Ela tinha o conhecimento do seu alto valor. Num soneto intitulado *Versos de orgulho*, falando de si, diz :

*O mundo quer-me mal porque ninguém  
Tem asas como eu tenho! Porque Deus  
Me fez nascer Princesa entre plebeus  
Numa tôrre de orgulho e de desdém.*

*Porque o meu Reino fica para além...  
Porque trago no olhar os vastos céus,  
E os oiros e clarões são todos meus!  
Porque eu sou Eu e porque Eu sou Alguém!*

Ela sabia sêr verdadeiramente Alguém nas letras portuguesas de hoje, e por isso confortava-se do esquecimento e do abandono do momento, na esperança dum reconhecimento futuro do seu alto valor. Ela gostava de repetir o verso famoso de Alfredo de Vigny:

*sur la pierre du tombeau croît l' arbre de la grandeur.*

« *Non omnis moriar* » dizia Horácio, e a obra da desditosa Poetisa alentejana também não morrerá, porque nela encontra-se a elevação de pensamento, a sinceridade de sentimento e a perfeição de forma que tornam a obra de arte imortal.

Se os dois primeiros volumes eram, mais que uma promessa, uma afirmação da sua personalidade artística, este último é uma *verdadeira maravilha*, que põe o nôme de Florbela Espanca, alto, bem alto, na história da literatura portuguesa contemporânea, e coloca a sua obra perto dos grandes Mestres da literatura universal: perto de Keats e de Leopardi, de Verlaine e de Rubens Dario.

Um dia chegará em que Portugal, abrindo finalmente os olhos, deitará fora do templo consagrado à Arte todos os falsos profetas, todos os mercadores que agora o invadem; deitará fora todos os simbolistas vendedores de pérolas falsas que foram buscar a Paris, ao pai dos chinezes que encontramos à esquina da rua; todos os doceiros que cristalizam no assucar uma pinga de groselhe; todos os ourives que cinzelam com grande esforço um botão; todos os fumistas que modelam os seus poêmas no fumo dum cigarro; todos os sacristães que julgam ter feito obra de poesia metendo em verso o catecismo; todos os falsos patriotas que cantam as glórias de Portugal com a voz enroscada dos pregoeiros de leilão; todos os pássaros empalhados que gorgeiam á beira do Mondego e todas as pégas empavonadas que saltitam nos jardins bem arranjadinhos pela Comissão do Turismo.

Nêsse dia, que para a honra das letras portuguesas auguramos próximo, *Charneca em flôr* será colocado perto do *Só* de Antonio Nobre, como a única verdadeirã obra de poesia lírica aparecida depois daquele volume <sup>(1)</sup> e mãos piedosas desfolharão rosas vermelhas sobre o túmulo

---

(1) *Constança* de Eugénio de Castro e *Verbo ser e Verbo amar* de António Corrêa d'Oliveira não pertencem pròpriamente à poesia lírica, mas sim à narrativa e didascálica.

onde repousa a ignorada Poetisa, que tanto sofreu a incompreensão e a ingratidão do mundo.

A vida breve de Florbela Espanca, foi um calvário de desilusões. A natureza tinha-lhe dado tudo o que é necessário para triunfar na vida: formosura, elegância, encanto, e além disso, o génio. Todos estes dotes, que deviam ser as armas da sua vitória, foram, pelo contrário, a causa da sua desgraça. Inexperiente da vida, acreditando, na ingénua bondade do seu espírito, nas palavras vãs de gente indigna dele, perdeu uma a uma todas as ilusões, até chegar, desconfiada e irritada, a escrever: «Detesto a vida porque me mentiu sempre: ninguém passou perto de mim sem fazer-me mal!» Quem não a conhecia, encontrando-a alegre, e alguma vez irónica, julgava-a feliz: porque ela ocultava zelosamente a tragédia íntima da sua alma, a dôr secreta que torturava e amargurava a sua vida. Mas esta dôr, esta tragédia íntima, ecôa no seu canto:

*Passo triste na vida e triste sou,  
Um pobre a quem jámais quizeram bem,  
Um caminhante exausto que passou.  
Que não diz onde vai e donde vem.*

O que mais a torturava era a incompreensão da gente e a impossibilidade de exprimir a ânsia profunda do seu espírito.

*Minha alma ardente é uma fogueira acêsa,  
É um brasido enorme a crepitar!  
Ânsia de procurar sem encontrar  
A chama onde queimar uma incerteza!*

*Tudo é vago e incompleto! E o que mais pesa  
É nada ser perfeito. É deslumbrar  
A noite tormentosa até cegar,  
E tudo ser em vão! Deus que tristeza!...*

*Aos meus irmãos na dôr já disse tudo  
E não me compreenderam!... Vão e mudo  
Foi tudo o que entendi e o que pressinto...*

*Mas se eu pudesse, a mágua que em mim chora  
Cantar, não a chorava como agora,  
Irmãos, não a sentia como a sinto!...*

Estes «irmãos», na altura que ela publicou o seu primeiro livro de versos, o *Livro de Mágoas*, — um livro escrito com as lágrimas dos seus olhos e com o sangue do seu coração, — olharam - na com indiferença irritante, riram - se dela e alfinetaram - na com as mais estupidas insinuações!

«Deus perdôe aos dois ou três homens mesquinhos que tal fizeram!» diz José Agostinho.

Está bem: mas eu peço que para honra de Portugal, para honra da crítica literária portuguesa, êstes homens sejam afastados do seu cargo de criticos officiais. Não deve ser permitido enganar o publico, desprezando os verdadeiros valores, para exaltar os charlatães e os intrujões sempre prontos a récompensar o crítico com as moedas falsas da adulação, quando não lhe passam uma nota de cem escudos.

\* \* \*

*Charneca em flôr* compõe-se de 56 sonetos. Um crítico já disse que temos neste livro a autobiografia da Poetisa, o seu retrato físico e moral.

Aqui, verdadeiramente, Ela aparece-nos com as suas «mãos magritas afiladas» que

*Lembram pálidas rosas entornadas  
Dum regaço da Infanta do Oriente...*

Aqui aparecem os seus «olhos garços, de que um pintor tirou a luz para pintar o vento», a sua «cabeleira desatada, negra como a Noite», os seus nervos exaltados «guisos d'oiro a tilintar», os seus «divinos braços de mulher, onde coube todo o mal da vida.» Mas aqui está também a sua alma, com todas as suas esperanças e as suas illusões, com o seu ardente anseio de Verdade, com a sua sêde de Amor, com a tristeza das suas desilusões e a triste experiência da sua vida torturada e crucificada.

Os últimos dez sonetos, que não têm título, mas vão sob a epigrafe camonianiana «*He hum não querer mais que bem querer*», são um verdadeiro poema de Amôr. É o canto da alma que anela a sua libertação





Florbela Espanca

que julga ter finalmente encontrado o espírito fraternal que a compreenda e que a redima, e no qual põe tôda a sua confiança.

*Gosto de ti apaixonadamente,  
De ti que és a victória, a salvação,  
De ti que me trouxeste pela mão  
Até ao brilho desta chama quente.*

*A tua linda voz de agua corrente  
Ensinou-me a cantar... e essa canção  
Foi no ritmo nos meus versos de paixão,  
Foi graça no meu peito de descrente.*

*Bordão a amparar minha cegueira,  
Da noite negra o mágico farol,  
Cravos rubros a arder numa fogueira!*

*E eu, que era neste mundo uma vencida,  
Ergo a cabeça ao alto, encaro o sol!  
Águia real, apontas-me a subida!*

Esta invocação acaba num grito desesperado, que nos faz lembrar a invocação de Shelley ao vento do Oeste:

*Arranca-me dos pântanos da vida!*

.....

*Embriagada numa estranha lida,  
Trago nas mãos o coração desfeito.  
Mostra-me a luz, ensina-me o preceito  
Que me salve e levante redimida!*

*Nesta negra cisterna em que me afundo,  
Sem quimeras, nem crenças, sem ternura,  
Agonia sem fé dum moribundo,*

*Grito o teu nôme numa sêde estranha  
Como se fôsse, Amor, tôda a frescura  
Das cristalinas águas da montanha!*

E quando julga que o seu apêlo será ouvido e que o libertador desejado lhe estenderá a mão para a salvar, solta um cântico d'amor, que é êxtasis suprêmo da sua alma inebriada :

*És tu ! és tu ! sempre vieste enfim !  
Oíço de nôvo o riso dos teus passos ! . . .*

Vou lutar, vou combater, perto de ti :

*Que importa que nos vençam desenganos,  
Se pudermos contar os nossos anos  
Assim como degraus duma subida ?*

E no seu sonho heroico pede ao Senhor :

*Que Deus faça de mim, quando eu morrer,  
Quando eu partir para o País da Luz  
A sombra calma dum entardecer,*

*Tombando, em dôces prégas de mortalha,  
Sôbre o teu corpo heroico, posto em cruz,  
Na solidão dum campo de batalha !*

Portuguesa, bem portuguesa esta heroica alma de Mulher, que considera a vida um combate, e julga nada ser melhor que cair no campo de batalha, por uma causa sagrada, e ao combatente glorioso oferece o seu amor para viver e para morrer junto com êle !

Mas o sonho, o grande sonho encantador desaparece de repente. Tudo foi uma ilusão . . .

E assim, como nas *Sinfonias* de Beethoven, depois da exaltação da vida, da alegria, do amor, ouve-se, repentinamente, um choro, a desditosa Poetisa, suspira :

*Perdi os meus fantásticos castelos  
Como névoa distante que se esfuma . . .  
Quis vencêr, quis lutar, quis defendê-los,  
Quebrei as minhas lanças uma a uma !*

*Perdi minhas galéras entre os gêlos  
Que se afundaram sobre um mar de brumas  
— Tantos escolhos ! quem podia vê-los ? —  
Deitei-me ao mar e não salvei nenhuma !*

*Perdi a minha taça, o meu anel,  
A minha cota de aço, o meu corcel,  
Perdi meu elmo de ouro e pedrarias...*

*Sobem-me aos lábios súplicas estranhas,  
Sobre o meu coração pesam montanhas...  
Olho assombrada as minhas mãos vazias...*

Á pobre poetisa não resta outro amparo que a Morte. E a Morte não tardou a chegar... Dir-se-ia que Ela tinha o pressentimento do seu próximo fim. Num soneto que enviou a Aurora Jardim, uma semana antes de morrer, dizia :

*Morte, minha Senhora, Dona Morte  
Tão bom que deve ser o teu abraço!  
Lânguido e doce como um doce laço  
E come uma raiz, sereno e forte.*

*Não ha mal que não save ou não conforte  
Tua mão que nos guia passo a passo,  
Em ti, dentro de ti, no teu regaço  
Não ha triste destino nem má sorte:*

*Dona Morte dos dedos de veludo,  
Fecha-me os olhos que já viram tudo,  
Prende-me as azas que voaram tanto!*

*Vim de Moirama, sou filha de rei,  
Má fada me encontrou e aqui fiquei  
À tua espera... quebra-me o encanto!...*

\* \* \*

A Morte chegou ; o encanto está quebrado...

A Poetisa voltou para o reino que sonhara, voltou para este país de lenda «no qual ficaram seus brocados, e suas joias que pelas aias repartiu, como outras rosas da Rainha Santa.»

Voltou para o « país de sonho e de ansiedade » do qual sentia - se Infanta, e talvez encontrasse nêle

*Tanta opala que tinha, tanta, tanta!*

Encontrou seguramente Deus, que tão ansiosamente procurava, « tropeçando na sombra do seu caminho de Damasco », encontrou a divina nascente da verdade, onde matar a sêde que a torturou no seu duro caminho de pedras. Descance na Paz o seu espírito torturado!

Mas quem nos consolará de nos ter abandonado tão cêdo, quando o seu génio, o seu alto génio, nos dava a esperança de ouvir ainda dos seus labios cânticos cheios de beleza imortal?

« Vãs palavras o nosso coração não encontra, quando a dôr o aperta. Saem os versos graves, solenes, como andorinhas que banham as azas no pranto, e buscam, voando, o azul sereno do alto Céu » (*Tennyson*)

**Nota bibliografica.** Os dois livros *Soror Saudade* e *Livro de Mágoas*, foram agora reeditados num só volume. A segunda edição de *Charneca em flôr* tem 28 sonêtos inéditos sob o título de *Reliquiae*, que não apareceram na primeira.



# O POETA

Ao Prof. Guido Battelli Eminente lusófilo  
e alto Poeta Florentino

*Num cortejo de herois do Sonho e Glória  
E' o poeta que sempre vai à frente,  
Entoando a Epopeia da Victória  
Na sua lira d'oiro e omnipotente*

*E' êle quem dirige a transitória  
E louca multidão na luta ingente...  
E' quem, enfim, empresta à vida inglória  
O aroma da Esperança e a fê do Crente!...*

*São os seus versos feitos de beleza  
Uma estrofe de luz ao Creador  
E um hino sempre terno à Natureza!*

*Mesmo até quando o Poeta canta a dôr  
São ainda os seus versos uma reza  
Condensada num cântico de amor!...*

*Ponta Delgada (Açores).*

RUY GALVÃO DE CARVALHO.



# A GENEALOGIA DO PENSAMENTO NACIONALISTA

---

Por FERNANDO CAMPOS

V

(CONTINUAÇÃO DA PÁG. 118 — CONCLUSÃO)

**A**o assentar em que *A unidade de Chefe he sempre necessaria á sociedade*, justificava o Marquês de Penalva esta conclusão perfilhada pelos melhores pensadores de todos os tempos, nos termos seguintes, que transcrevo:

“Se pois as calamidades publicas convidão todas as sociedades a buscar hum Chefe ¿ como ignorão os homens, que a ordem que deve ter qualquer regime, he todos os dias atacada? O contraste das paixões, e a luta contínua dos perversos faz com que a sociedade constantemente necessite da força, e unidade de Poder. O exemplo, que nos dão as familias particulares, he bem applicavel á grande familia do Estado; e a ordem que vemos nellas, quando o senhor da casa mostra verdadeiramente que o he, serve de argumento da necessidade deste governo individuo, e não collectivo. Não se espere paz entre homens sem director; não se espere concordia em Soberania dividida; e se algum tempo vemos durar governos antimonarquicos, ou he porque o mesmo espirito de vertigem ainda não deo lugar á reflexão de cada Cidadão, ou porque o Chefe do partido dominante serve de Monarca o breve espaço, que hum novo usurpador lhe concede. Eis-aqui por tanto, como a experiencia abona as verdades, que huma sã doutrina nos tinha ensinado; de sorte que presentemente ninguem de boa fé duvida da bondade, ou preferencia do Governo Monarquico; porque até os perversos não tem lucrado o que esperavão

nas revoluções que provocarão, tendo grande parte delles pago com a vida o tumultuoso systema que introduzirão.» (1)

E, ao ilustrar a sua *Dissertação a favor da Monarquia* com numerosos exemplos extraídos da nossa história, escrevia ainda estas linhas superiormente meditadas :

« A Monarquia Portugueza desde a sua instituição, quando o nosso primeiro Affonso foi aclamado, até os nossos dias, he huma prova de facto de tudo quanto tenho dito em favor desta casta de governo; e para que as provas ainda favoreçam mais a minha opinião, succede que os nossos Reis são os mais legitimos, e absolutos Senhores de seus Reinos. Espero que o meu Leitor supponha — esclarecia o escritor — qual seja o sentido em que devem tomar - se estas palavras: a legitimidade dos nossos Soberanos consiste na justiça do seu dominio, e o seu absoluto poder, não quer dizer hum poder dispotico, que offende a razão, e que elles mesmos recusarão, entende-se este absoluto poder pela extensão, e independencia da sua jurisdicção verdadeiramente Real.» (2)

Sobradas razões tinha pois, o nobre Marquês de Penalva, quando, ao atentar nos desconcertos do século, comentava : « Póde tanto a dissolução de costumes, leo - se tanto, e tão mal, que se acharão os homens, como sem o saber, conjurados contra si mesmos.» (3)

Passando agora a consultar a obra doutro precursor do Pensamento contra-revolucionário, arranquemos ao esquecimento imerecido em que jaz no volume da *Besta Esfolada*, êste maravilhoso conceito formulado pelo grande José Agostinho de Macedo, e que mais parece traçaduzido de qualquer escrito recente de Maurras ou Benoist:

« Quando entramos bem no conhecimento da Filosofia da Historia só pelos seus testemunhos, e pela observação dos factos em suas paginas consignados, conhecemos, que o Governo mais perfeito, e por isso mesmo o mais duradouro, e consistente, he o Governo de hum só, isto he, de hum Rei, não electivo, mas hereditario; e quanto mais se conservar huma dinastia, mais segura se conservará a felicidade de huma Nação. As Leis, que a constituem, fogem da condição das cousas do Mundo, a quem a

---

(1) Ibidem, pág. 31 - 33.

(2) Ibidem, pág. 90 - 91.

(3) Ibidem, pág. 86.



sua longa duração faz caducar: estas Leis, quanto mais remota he a Epoca da sua origem, mais seguras se tornão em sua existencia.» (1)

Analisando os *Pretextos das Revoluções*, noutro periódico já citado, exclamava o formidável panfletário:

«Desgraçado prestigio, ou desgraçado pretexto he este da Carta! Este invento revolucionario das Cartas, desenganem-se os Povos, he conservar em vida as revoluções. Desenganem-se os Monarcas, se elles querem a conservação do Throno, não queirão Carta, e se querem Carta, não terão segura nem a magestade, nem a existencia do Throno. Carta, nem serve ao Rei, nem serve aos Povos; nem serve ao Rei, porque he fazer de hum Soberano hum Fantasma de poder, coarctando-lhe, ou extinguindo-lhe todos; não serve aos Povos, porque em lugar de extinguir a Tyrannia (como promettem os Revolucionarios) multiplica os Tyrannos. Carta he hum laço da mais refinada perfidia, nelle se colhem os Soberanos, e se colhem as Nações. Camaras, são os theatros da discordia, e os mananciaes da insolencia.» (2)

As revoluções, comparava-as Macedo aos terremotos; mas distinguia que, «Se no commum estrago o terremoto mistura os Monarcas com os Vassallos, sem os confundir, a revolução lhes apaga, e amortece de tal arte a luz da Soberania, e lhe coarcta o poder, que a sublimidade do Diadema do Rei se transforma na vileza do grilhão do escravo, porque hum Rei Constitucional he o mesmo que hum Rei pintado.» E acrescentava: «Ou dê hum Rei a Constituição sem lh'a pedirem, ou assigne a Constituição quando lh'a levão feita, ou, degradando-se a si, vá jurar esta Constituição quando lhe mandão que o faça, entenda que deixou de ser Rei, e que fica subdito dos que até alli se dizião seus vassallos.» (3)

Passando, a seguir, em revista, as revoluções da Roma antiga, as quais, segundo afirmava, jamais atacaram ou destruíram a Soberania, concluía o escritor: «A revolução moderna produz outros effeitos, segue outra marcha, busca outro fim, que he, não só acabar com a existencia, ou vida dos Monarcas: mas dar a morte á Soberania, isto só fez, e intenta fazer a revolução, e as suas armas são as Constituições. Que outra cousa he a divisão dos Poderes, senão o sepulcro da Soberania? E que

(1) *A Besta Esfolada*, Lisboa, na Imp. Regia, 1828-1829, n.º 23, pág. 15.

(2) *O Desengano*, n.º 3, pág. 7.

(3) *Ibidem*, n.º 5, págs. 2-3.

outra cousa he a questão da Soberania do Povo, questão ridicula, senão o acabamento das Monarquias? Quem não governa só, não he Monarca, porque isto só quer dizer esta palavra. Tantas catástrofes devem ter desenganado os Soberanos.» (1)

Mas o seu pensamento melhor ainda se esclarece neste passo recortado do mesmo periódico político:

«Os que julgáão, e até escrevêão, que na Monarquia Constitucional a Soberania era exercitada collectivamente pelo Rei, e pelas Camaras, ou Camara, enganárão-se, e sinceramente se illudirão. A Soberania he huma, e nestes papeis o tenho dito, he huma, e indivisivel, e deve sempre encontrar-se, e existir em hum só ponto. Só o poder, que decide definitivamente huma questão, he o verdadeiro Soberano. No caso de huma opposição entre o Rei, e a Camara dos Deputados, as Fórmulas chamadas Constitucionaes collocão naturalmente a Soberania na Camara, porque a Camara tem o poder legal de regeitar tudo sem appellação. O Rei, que quizer conservar o Poder Soberano, não tem outro recurso mais do que a força, que destrua, ou suspenda a Constituição. Tal foi o estado, em que se vio Carlos x, — exemplificava — quando seu Real Poder expirou. A consequencia natural da sua quêda, devia ser huma Republica; porém a falta de elementos sufficientes para a constituir na França ao mesmo tempo *centralisada, e democratizada*, e o medo da Força da Europa, fizeram preferir huma usurpação, que sirva presentemente de ensaio, e prepare desde já os caminhos ao Despotismo Revolucionario.» (2)

Não se enganava José Agostinho de Macedo, ao formular a sua intelligentissima previsão, pois todos nós sabemos como só viriam a confirmá-la, os acontecimentos políticos de França, a que êle já não pôde assistir.

Dirigindo-se aos *regeneradores* de 1820, escrevia, noutro lugar, o polemista que tomara «a empreza, ou, mais em Portuguez, o *presupposto de desenganar a Nação*, como dizia:

«*Vossas merces*, quizerão, e fizeram huma Constituição; e acaso sabem *Vossas merces*, que coisa seja dar huma Constituição a huma Nação cuja existencia Politica se conta por muitos seculos?» E escl-

---

(1) Ibidem, págs. 3-4.

(2) Ibidem, n.º 14, pág. 10-11.

recia: «A Constituição social não está nos livros, nem em pergaminhos, nem em papeis, he obra de outro dedo, existe na Essencia do homem em primeiro lugar, e em segundo lugar, (isto he difficil de conceber) existe na existencia moral da sociedade civil.» (1) Era o que elle chamava a *Constituição não escrita da Monarquia Portuguesa*.

«Vejam os por esta Constituição que he indestructivel na essencia da nossa Sociedade Civil — prosseguia, mais adiante — o que he, foi, e será o nosso Rei, e quaes suas inditas attribuições. Os nossos Reis tem o poder Legislativo; delles immediatamente emana, e se deriva toda e qualquer jurisdicção. Tiverão sempre o poder de fazer Justiça, e de a mandar fazer por seus Ministros. Tiverão sempre o direito de perdoar, de conceder privilegios, e recompensas, de dispôr dos Officios, de conferir Nobreza, de convocar, e dissolver as Cortes da Nação, conforme seu poder, prudencia, e sabedoria lhes dissessem que hão mister, de fazer a paz, e a guerra, de formar, e de reformar os Exercitos. Os nossos Reis como Legisladores supremos, ainda no meio das Cortes, que elles convocão, e despedem, falarão sempre afirmativamente, quando publicarão as Leis que temos escritas.» (2)

Tendo assim escutado o depoimento destes dois mestres da nossa Contra - Revolução, invoquemos agora o testemunho de mais alguns doutrinários e combatentes do bom combate nacionalista, no século passado, embora a falta de espaço nos não permita já transcrevê-los, com a largueza dos primeiros. Num passo notabilissimo das suas *Cartas*, que eu nunca me canso de divulgar, deixou-nos José Acursio das Neves esta definição de *despotismo*, sempre oportuna de recordar quando se fala de *poder pessoal*, e que poderia ser subscripta sem reservas, por um Charles Maurras ou um marquês de La - Tour - Du - Pin:

«Mas que he o despotismo? Não confundamos idéas, que he necessario distinguir. O despotismo, segundo as noções dos Publicistas, he aquella monstruosa especie de Governo, onde hum só, sem lei, e sem regra move tudo pela sua vontade, e neste sentido as suas raias estão em contacto com as do Governo monarchico absoluto, onde o Principe reúne os tres poderes legislativo, executivo, e judicial. No sentido vulgar

---

(1) *Refutação Methodica das chamadas Bazes da Constituição Politica da Monarquia Portuguesa*, Lisboa, Imp. da Rua Formosa, 1824, pág. 6-8.

(2) *Ibidem*, pág. 9.

porém o Governo despótico ou tyrannico, que se toma pela mesma cousa, he todo aquelle que não reconhece outro principio senão a vontade de quem governa, ou seja hum só, ou sejam muitos, porque o distinctivo consiste na natureza do mesmo Governo, e não no número das pessoas, que o exercitão. A Aristocracia Veneziana não era menos despótica com os seus procedimentos inquisitoriaes, do que qualquer das Monarquias absolutas da Europa; e a Democracia Franceza immolou mais victimas com o apparatus legal, e sempre em nome da liberdade, e dos direitos do homem, do que todos os Tyrannos do Bosforo nos seus frenesis sanguinarios. » (1)

Noutra carta *aos seus concidadãos*, provida, como todas, dos mais salutaes ensinamentos, afirmava José Acurso que: « Quando os povos proclamárão: *Viva o nosso Rei Absoluto*, não quizerão dizer outra cousa, senão hum Rei como os que sempre tivemos, sem restricções que lhe limitassem o uso das suas Faculdades Reaes. » E explicava: « *Absoluto* vem como contraposto de *constitucional*; porém os revolucionarios, que para fazerem os Reis odiosos os confundem sempre com os déspotas, e que na sua terminologia demagogica inventárão tambem a palavra *absolutismo* como hum synonymo de despotismo, interpretão Rei *absoluto*, como se se dissesse Rei *despótico*. » (2)

« Hum Rei constitucional — acentuava — está encurralado em hum pequeno recinto, d'onde não ousa, nem póde sahir, e por isso as suas acções são sempre limitadas; e por maior que seja o seu genio, não póde crear cousas grandes: Não he assim — garantia o panfletário — que hoje o desejo os povos. Querem hum Rei sem *alcunha*, como tenho ouvido a alguns dos nossos rusticos das provincias, designando por *alcunha* o titulo de *constitucional*. Querem hum Rei que tenha huma existencia propria, hum principio activo, que sem dependencia de outrem anime, e vivifique o Estado; que não reparta com outrem os attributos essenciaes da Soberania, nem por outrem possa ser embaraçado de fazer todo o bem possivel aos seus vassallos; hum Rei que seja o órgão da Divindade, e não o das facções. » (3)

---

(1) *Cartas de Hum Portuguez aos seus Concidadãos*, 1822, carta III, pág. 19-20.

(2) *Ibidem*, carta XIII, 1823, pág. 101.

(3) *Ibidem*, pág. 101-102.

E não darei por terminadas as transcrições do nosso José Acursio das Neves, sem relembrar estes periodos, duma das suas cartas, que dir-se-hiam recortadas duma página de *l'Enquête sur la Monarchie*, de Maurras :

«Respeito tanto as luzes do seculo no que toca aos conhecimentos fysicos, quanto as abomino pelo que pertence á Religião, e ao Governo. Neste sentido são ellas mesmas a propria revolução pura, e sem mascara, que na sua marcha, humas vezes rapida, outras vezes lenta, mas sempre progressiva, vai destruindo tudo o que encontra. *O grande número dos chefes he funesto*, dizia *Ulisses* aos Gregos na Iliada, *não tenhamos senão hum chefe, senão hum Rei, aquelle, a quem o prudente filho de Saturno confia o sceptro, e as leis para nos governar a todos*. Esta maxima, que se lê no mais antigo dos livros profanos bem conhecidos, ao menos cá dos da Europa, he a mesma dos *Proverbios de Salomão* : *Por mim governão os Reis.*» (1)

Com igual penetração e abundância de argumentos e exemplos, havia D. Fr. Fortunato de S. Boaventura de clamar, passados alguns anos :

«Desenganem-se por tanto os Povos que não ha outro governo, em que estejam mais isentos das Revoluções, do que em o Governo Paternal de seus Reis : o contraste, que offerece a Europa he visivel, e palpavel : convenção-se os Nobres que os Governos Representativos he huma cilada, que lhes armão os Democratas seus inimigos jurados, para melhor os atraçoarem : conheção por huma vez os Soberanos que dar huma *Carta* he o mesmo que metter em casa hum criado ladrão, e falsario, o qual logo que toma posse da casa abre com toda a facilidade a porta aos seus companheiros, para o roubarem a seu salvo : o mesmo acontece a respeito dos Revolucionarios em hum Governo *Carteiro.*» (2)

Noutra nota à mesma obra donde transcrevi o trecho acima, confessava o monge cisterciense :

«Nós contemplámos o Governo Monarchico como o melhor entre todos ; porque o mais simples, o mais activo, e o que mais tem durado no mundo, em quem tarde, ou cedo vem a refundir-se todos os outros ;

---

(1) Ibidem, pág. 102.

(2) *Novo Vocabulario Filosofico-democratico indispensavel para todos os que desejem entender a nova lingua revolucionaria, escripto em italiano e traduzido em portuguez*, Lisboa, na Imp. Regia, 1831, tomo I, pág. 46.

elles, (os *Liberaes*) a pesar de terem a razão, e a experiencia contra si querem que o Governo Republicano, ou Representativo, (que he o mesmo como já demonstrámos em o N.º 2) seja o unico, que governe os homens: Nós abraçados com os Seculos queremos aquillo, que quizerão nossos Maiores, e com que forão venturosos; elles querem huma ordem de cousas, que só existe na sua imaginação, e que apenas apparece no mundo começa com ella a desordem.» (1)

No seu curiosissimo *Mastigoforo*, trocava ainda estas palavras, no artigo sobre o *Rei* :

«Não sei que raiva he esta contra os Reis, que he o mesmo que dizer contra a unidade, e concentração de todos os poderes em hum sujeito; ao mesmo passo que as lições de experiencia, e de historia depõe altamente contra esta pertença Maçonica de fazer, ou retallar em differentes quinhões o Poder Soberano!» E perguntava: Como se fundaria a Monarchia Portugueza, se os das Côrtes de Lamego fossem todos Soberanos, e só deferissem o poder supremo a ElRei D. Affonso Henriques nos lances de aperto, para lho tirarem, apenas se restabelecesse a boa ordem, e segurança pública? Qual dos Reis desta Monarchia terá sido hum verdadeiro tyranno? Ainda que o fossem; estou pelo dicto judicioso do grande Padre Vieira: antes soffrer hum ladrão, do que hum cento delles; porem a verdade historica nos affiança, que nenhum dos nossos Principes se inclinou para a tyrannia; e se me vierem á mão com ElRei D. Pedro I, então mal poderei conter-me sem gritar: — Prouvera a Deos que todos os Reis o seguissem, e imitassem fielmente.» (2)

Porque a linguagem que ouvimos é apenas a da verdade e da experiéncia, nos convidaria o lúcido tratadista José da Gama e Castro a concluir «que o governo primitivo e natural foi decididamente monarchico; e que as republicas, as democracias, e todas as outras qualidades de governos só apparecêrão pela destruição das monarchias. O primeiro — dizia — foi obra da natureza; os ultimos forão obra do artificio, ou da usurpação.» (3)

---

(1) Ibidem, pág. 104 - 105.

(2) *O Mastigoforo suspenso desde Abril de 1824 e continuado agora pelo seu auctor* Fr. Fortunato de S Boaventura, Monge de Alcobaça, n.º 5, pág. 8-9.

(3) *O Novo Principe, ou o Espirito dos Governos Monarchicos*, Rio de Janeiro, 1841, pág. 52.

E no capítulo consagrado ao *Absolutismo*, ao ilustre preceptor de *O Novo Príncipe*, punha em relêvo, e da seguinte forma, as virtudes próprias da Realeza :

«O soberano que he rei pela graça de Deos, como nunca pôde ter medo de que lhe tirem a corôa, tambem nunca pôde ter motivo sufficiente para resistir aos impulsos beneficos do seu coração, ou para fazer-se surdo ao grito da consciencia. Certo da sua sorte futura, será naturalmente generoso e bem-fazejo, porque nunca pôde ter medo de vir a cahir em miseria : independente de favores alheios, fará sempre justiça direita, porque nunca pôde ter precisão de comprar benevolencias de outrem.» E comparava : «Não he assim o que he rei pela graça do povo A incerteza da sorte que o espera he a espada de Damocles que lhe está sempre pendente sobre a cabeça. Quem sabe se o povo soberano retirará hum dia ao seu Real mandatario a commissão que primeiramente lhe dera de governa-lo ? Em taes circumstancias he força que o principe aguarente, até se fazer miseravel, todas as suas despezas ; que se faça mesquinho, e até mesmo avaro ; que mande para fóra os capitães da nação, afim de segurar para si e para a sua familia hum fundo de que em todo o caso possa dispôr. Se se trata de fazer justiça, quantas vezes lhe não será preciso torce-la, para captar o favor de alguma personagem influente que pôde ser-lhe hostil, quer seja no parlamento, quer seja em assembléas populares !

Como o soberano he o primeiro interessado na prosperidade do reino que lhe pertence, deve suppôr-se que todas as suas leis são dirigidas a fazer a felicidade dos vassallos que governa ; porque he absurdo pensar que aquelle cuja gloria, prosperidade e interesse nasce, prospera e cresce com o interesse, prosperidade e gloria da nação a que preside, trabalhe por arruinar-se a si mesmo, arruinando os interesses do povo de que he rei. Pôde não acontecer a mesma cousa, quando alguma outra autoridade, sem ser a do soberano, tem parte na formação das leis ; porque em se tratando de subditos, não são raros aquelles que procurão fazer a sua fortuna á custa da da nação, cujos interesses administram.» (1)

O *paradoxo de Thiers*, êsse, comentava-o Gama e Castro desta forma inteligente, que o Leitor, de-certo, não desconhece, mas que vem muito a-propósito recordar :

« Quando Thiers apresentou pela primeira vez na tribuna Franceza

---

(1) Ibidem, pág. 92-93.

a sua celebre maxima de que *o rei reina e não governa*, tal profundidade, ou antes tal *sal* achá-rão os philosophantes da época no *dito do dizidor* que, sem mais exame, foi recebido por todos e transformado em aphorismo politico. O principio de Thiers he falso,—proclamava o tratadista—e não póde deixar de ser seguido de pessimas consequencias, ainda nas monarchias representativas para que foi inventado. *Realeza* sem *realidade*, ou poder *regio* sem ser *real*, não vejo para que possa servir. Se se quer dar ao aphorismo do publicista Francez sentido verdadeiro, profundo, e cheio de uteis consequencias praticas, he preciso transforma-lo nest'outro: *o rei governa, mas não administra.* (¹)

Nenhuma das solidas razões expostas pelos autores precedentes escaparia ao corregedor António Joaquim de Gouveia Pinto, que num opúsculo conhecido e valioso, formulava os juizos que recolho nesta breve antologia, por não me ser já possivel transcrever algumas páginas dessa obra:

«Esses Filozofos, e Publicistas modernos, que tanto tem proclamado esses mal entendidos axiomas; = *que a Coroa ha de ser a recompensa da virtude*: = e *que a Soberania reside no Povo*; = e que tem exposto os Povos a caprichos, a erros, e a revoluções, que tem trazido comsigo a desgraça da humanidade, achar-se-hão com Direito para destruir o consentimento dos seculos? Pois que se os Povos desde que se reunirão em Sociedade elegê-rão Reis, como fica dito, que devemos nós deduzir da antiguidade das Monarquias? . . . . . Que este he o Governo, que a mesma natureza assignala ao homem; que este he a imagem da Sociedade commum; pois que desejando os homens erigir huma fórma de governo de Nação, na economia, e ordem de suas familias he que achá-rão as primeiras idéas. E quem governa estas? quem as dirige? quem dá a ordem, e a virtude a esta pequena Sociedade? . . . Hum só chefe, e hum só Rei: *quasi civitas domus est*, disse Plinio.» (²)

E, ao definir o *terceiro character* da Monarquia, a *Unidade*, estabelecia que esta «he o principio da ordem, assim como a divisão o he da debilidadade. Hum todo he mais simples, e se chega mais á perfeição da unidade quanto he mais singelo o numero de partes, que o constituem, Deste modo a unidade, que resulta em huma Monarquia, pela harmonia-

(¹) Ibidem, pág. 158.

(²) *Os Caracteres da Monarquia*, Lisboa, na Imp. Regia, 1824, pág. 8-9.



e concerto dos membros que compõem o Estado, he mais simples. Reside o poder em huma pessoa só, que representa todas as partes do Estado: hum he o Soberano e o Legislador, huma a Lei, e hum o interesse geral. Esta foi a opinião dos antigos sabios; e Homero na sua Illiada já disse:—*Não he bom o Governo de muitos, seja hum o Principe, e hum o Rei.....*” (1)

Eis como outro expositor das doutrinas monárquicas, o audacioso adversário da Maçonaria, Faustino José da Madre de Deus, defendia a mesma idéia no seu opúsculo *Os Povos e os Reis*:

“A Nação he hum ente moral; logo parece mais coherente representalla por hum individuo do que por muitos: sendo a Nação huma, indivisivel por essencia, representalla por muitos essencialmente separados, seria despedaçar a representação! representar *hum* por *muitos* he representar hum, sem unidade! he huma representação paradoxal!” (2)

São ainda dessa obra êstes conceitos profundos, que talvez fizessem sorrir a filosofia absurda do *estupido século XIX*, como Daudet o denominou:

“Os povos que amão e respeitão ao seu Monarca, não fazem mais do que amar e respeitar a Nação que constituem; isto he, amão-se e respeitão-se a si mesmos: porque a Nação he a collecção dos povos, e o Rei he a Nação personificada.” (3)

— “Tão intima, tão ligada he a ventura dos Reis com a prosperidade dos povos, que não póde hum Soberano diligenciar a sua boa reputação, sem trabalhar para o bem commum de seus vassallos; sem alcançar para si boa reputação.” (4)

E a encerrar êstes depoimentos, diremos com o autor dum folheto muito raro, que também combateu com ardor as superstições do seu tempo, “que nenhuma Sociedade Civil ou Corpo Politico póde existir sem huma Authoridade Suprema, que o reja, impere e commande; por-

(1) Ibidem, pág. 12-13.

(2) *Os Povos, e os Reis, opusculo offerecido aos Portuguezes*, por Faustino José da Madre de Deus, Lisboa, na Imp. Regia, 1825, pág. 44 - 45.

(3) Ibidem, pág. 54.

(4) Ibidem, pág. 111

que aliás tudo seria huma anarquia, tudo confusão e huma perfeita desordem. (1)

Tendo em vista o objectivo proposto, seria ocioso, como já disse anteriormente, comentar as transcrições que aí ficam. São elas duma eloquência flagrante, para quantos se empenhem em desvendar a genealogia do Pensamento nacionalista, cujas raizes mergulham, como vimos, na solo fecundo da Inteligência portuguesa.

Ao contrário do que pretendem insinuar os tais críticos apressados, que melhor andariam investigando as origens do doutrinário revolucionário, o Nacionalismo Português, o Nacionalismo Integral, não é obra de importação ou de improviso: ele *« é integral no tempo como na doutrina, servindo-me duma feliz expressão do meu talentoso camarada, dr. João Ameal.*

Dessa verdade, mais facilmente nos persuadimos, se depois de havermos lido os trechos reproduzidos, lembrarmos o enunciado de principios do *Integralismo Lusitano*, que a seguir se publica ao encerrar este ensaio, ou mais propriamente, esta experiência.

## O que nós queremos

As indicações que seguem não pretendem ser um programa, triste vocábulo já agora desacreditado pela falência dos velhos e dos novos partidos.

Nelas vão apenas incluídos determinados pontos de doutrina e anunciadas algumas realizações práticas.

Por uns e outros elementos, a nossa tendência se revela e francamente se define a nossa atitude. Êste indice, embora incompleto, dentro do qual encontram expressão a nossa actividade e propaganda em prol de uma Monarquia tradicional, servirá para reunir á volta de uma aspiração honesta e consciente, a dedicação daqueles que, já descrentes da mentira democrático-parlamentar, ainda confiam no futuro da sua Pátria e na grandeza do seu destino.

Os outros, tímidos, scepticos, comodistas ou indiferentes, todos ligados á numerosa familia dos covardes de intelligência — êsses não têm aqui que fazer, nem devem pertencer á terra em que nasceram. Quando á nossa causa tiver concorrido o esforço de todas as competências que neste país estão connosco, será então oportuno tornar conhecido o plano completo e sistemático de acção e estudo que constituirá toda a razão de ser de uma orientação política nacional que já agora podemos denominar *Integralismo Lusitano*.

---

(1) *Antidoto ou verdadeiro preservativo contra as maximas e doutrina do presente seculo*, etc, por Joaquim Antonio de Lemos Seixas e Castel-Branco, Lisboa, na Imp. Maignense, 1823, pág. 11.

## Monarquia orgânica, tradicionalista, anti-parlamentar

### A) Tendência Concentradora (Nacionalismo). Poder pessoal do Rei: Chefe do Estado.

- 1) Função governativa suprema :
  - por ministros livremente escolhidos, especializados tecnicamente, responsáveis perante o Rei.
  - por conselhos técnicos também especializados (parte dos membros de nomeação régia, parte representando os vários corpos, com função consultiva).
- 2) Função coordenadora, fiscalizadora e supletória das autarquias locais, regionais, profissionais e espirituais; nomeação dos governadores das Províncias e outros fiscais régios da descentralização.
- 3) Funções executivas, fazendo parte da função governativa suprema, que no entanto cumpre sublinhar como sendo a forma de acção mais característica e importante do ofício régio :
  - defesa diplomática.
  - defesa militar.
  - gestão financeira geral.
  - chefia do poder judicial ; função moderadora.

### B) Tendência Descentralizadora :

- 1) Aspecto Económico :
  - *Empresa* : regime e garantia da propriedade, vinculação (*homestead*), cadastro, sub-enfiteuse, sesmarias, propriedade colectiva, legislação social da empresa, etc.
  - *Corporação* : sindicatos operários, patronais e mixtos, sua personalidade jurídica, fiscalização da empresa, fomento dos interesses comuns, arbitragem, etc.
  - *Graus corporativos superiores* : sistematização profissional, colégios técnicos, câmaras de trabalho, etc.
  - *Nação Económica* : Política económica do governo central (Rei, ministros, conselhos técnicos), função supletória de fomento (protecção, tratados de comercio) — função de fiscalização e coordenação dos vários graus da hierarquia económica.
- 2) Aspecto familiar administrativo :
  - *Família* : Unidade (pátrio poder) ; Continuidade (indissolubilidade conjugal; vinculação, luta contra o absentismo ; vinculação propriamente dita : morgadio, (*homestead*).

- *Paróquia*: representação de um conjunto de famílias pelos seus chefes.
- *Município*: representação de um conjunto mais amplo de famílias pelos seus chefes e de quaisquer outros organismos sociais de importância.
- *Provincia*: camara por delegação municipal, sindical, escolar e com a assistência do governador da provincia, função governativa especializada na aristocracia (com carácter rural e regional).
- *Nação Administrativa*: *Orgão* — a Assembleia Nacional, assistida do conselho técnico geral (permanente ou de convocação temporária). *Representação* — delegações provinciais, municipais, escolares, corporativas; delegação eclesiástica, militar, judicial, etc. *Função* — consulta sobre a applicabilidade, na prática, das leis que os ministros e os respectivos conselhos técnicos elaboraram (aprovação de impostos, orçamento, etc.).

### 3) Aspecto Judicial:

Essencialmente organizado sobre estas bases:

- *Julgado municipal* (tribunal singular).
- *Tribunal provincial* (colectivo).
- *Supremo Tribunal de Justiça* (colectivo).
- *Conselho Superior da Magistratura*.

### 4) Aspecto espiritual:

— *Arte*: Desenvolvimento artistico, subsídios pelo município, provincia e govêrno central, restituição ás provincias das obras de arte que lhes pertencem.

— indústrias artisticas locais.

— museus regionais e defesa do património artistico da provincia.

— museus nacionais e defesa do património artistico da nação.

— *Sciência*: Desenvolvimento da instrução e prestação de subsídios e auxilio material pelo município, provincia e govêrno central, a par da autonomia de alguns órgãos de instrução.

— Instrução primária no município.

— Instrução secundária na provincia.

— Universidade autónoma (Coimbra).

— Escolas e Universidades livres.

— Escolas industriais, regionais.

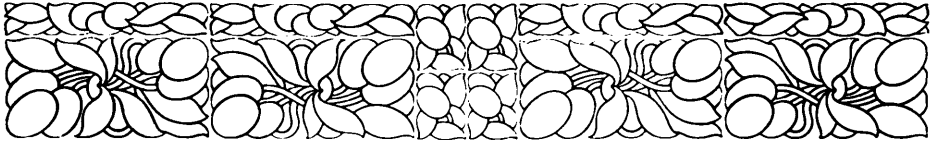
— *Religião*: Liberdade e privilégios da religião tradicional Católica, Apostólica, Romana.

— protecção a esta religião e prestação de auxilio material em regime concordatário.

— liberdade de congregação.

— liberdade de ensino.

— *Nação espiritual*: a alta representação destas três formas do aspecto espiritual nos conselhos de El-Rei e na Assembleia Nacional.



# Portugal Novo

---

Por ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR

(CONTINUAÇÃO DA PAG. 123 — CONCLUSÃO)

## III

### **Os princípios fundamentais da nova ordem de coisas :**

#### **a) A Nação Portuguesa**

Na nossa ordem política a primeira realidade é a existencia independente da Nação Portuguesa, com o direito de possuir fora do continente europeu, acrescentando à sua herança peninsular, por um imperativo categorico de história, pela sua acção ultramarina em descobertas e conquistas, e pela conjugação e harmonia dos esforços civilizadores das raças, o património marítimo, territorial, político e espiritual abrangido na esfera do seu dominio ou influencia.

Desta forte realidade e desta primeira afirmação, outras derivam imediatamente: a primeira é que estão subordinadas aos suprêmos objectivos da Nação, com seus interesses próprios, todas as pessoas singulares e colectivas que são elementos constitutivos do seu organismo; em contra-posição e garantia da eficacia superior dêste sacrificio, afirma-se também que a Nação não se confunde com um partido, um partido não se identifica com o Estado, o Estado não é na vida internacional um subdito mas um colaborador associado. — Em palavras mais simples: têmos obrigação de sacrificar tudo por todos; não devemos sacrificar-nos todos por alguns.

Tão evidentes e naturais são êstes princípios que defini-los pode parecer uma superfluidade. Mas a quem considerar algumas das ideologias

que estão tendo o favor do nosso tempo, tais pontos de partida não-de aparecer como a primeira necessidade do nosso direito publico. São-no na vida interna como princípio informador da nossa actividade e clara afirmação de todo o nosso destino, perante nós próprios, enfraquecidos na unidade nacional pelo espirito de partido, roídos nos interesses materiais pelo espirito de parasitismo e de favor. São-no diante do mundo numa época de intensa vida e colaboração internacional e eivada de vários internacionalismos e cosmopolitismos, e são-no ao menos nos momentos decisivos em que daí possam provir ameaças, restrições, negações dos nossos titulos juridicos.

Formou-se o pais quasi de um jacto, desde que se fez a reconquista dêste canto da Peninsula, e as nossas fronteiras, inalteraveis desde séculos, não foram fixadas a expensas de qualquer outra nação europeia. Subtrai-nos êste facto às competições históricas das conquistas e desferras, permitindo se afirme mais pura a força moral da nossa independencia, e também da nossa expansão desde que, afirmada a base peninsular, passamos os mares para o alargamento do nosso dominio e manifestação mundial do nosso génio civilizador. Está aí a ingénita, natural, a substancia dêste nacionalismo que tem de sêr a alma da conservação, renascimento e progresso de Portugal.

#### IV

##### b) Consolidação do Estado

Atravessa-se na ordem interna e na ordem internacional uma época de verificada fraqueza do Estado; reacções justificaveis e excessivas caminharam aqui e além no sentido da sua omnipotencia e divinização.

Ha que contrapor a um e outro extremo o Estado forte mais limitado pela moral, pelos princípios do direito das gentes, garantias e liberdades individuais que são exigencia superior da solidariedade social. Êste conceito deve informar a organização e movimento do Estado português na realização da sua finalidade histórica.

Portugal é um estado que ama a paz, tem o espirito civilizador, colabora no fortalecimento da ordem universal, estigmatiza a guerra ambiciosa, perfilha a arbitragem para liquidação das questões entre os Estados, íntegra o seu direito publico no quadro dos fins superiores da humanidade; pretende o desenvolvimento harmónico, pacifico, produtivo das faculdades dos cidadãos para o aperfeiçoamento e progresso das relações internas e externas da nação. O seu sistema educativo tem de ser dominado

pelos princípios do dever moral, da liberdade civil e da fraternidade humana.

Mas no campo do direito constitucional, respeitados os limites a que se fez referencia, devem firmar-se as garantias exigidas pela integridade política e jurídica do Estado em face de todas as limitações que pudessem vir-lhe do individualismo e do internacionalismo. A segurança própria é uma necessidade absoluta, para o que se impõe a manutenção das instituições militares. A unidade e indivisibilidade do territorio são condições fundamentais, arredando-se quaisquer hipoteses de excessivo regionalismo ou de confederação política. O Estado tem o direito de promover, harmonizar e fiscalizar todas as actividades nacionais, sem substituir-se-lhes, e o dever de integrar a juventude no amôr da pátria, da disciplina, dos exercicios vigorosos que a preparem e disponham para uma actividade fecunda e para tudo quanto possa exigir dela a honra ou o interesse nacional.

Por sobre as fracções de poder, os serviços, as autarquias, as actividades particulares e publicas, a vida local, os dominios coloniais, as mil manifestações da vida em sociedade, sem contraria-las ou entorpecê-las na sua acção, o Estado estenderá o manto da sua unidade, do seu espirito de coordenação e da sua força: que o Estado seja tão forte que não precise de sêr violento.

## V

### c) Fortalecimento do poder executivo

Não ha Estado forte onde o poder executivo o não é, e o enfraquecimento dêste é a característica geral dos regimes políticos dominados pelo liberalismo individualista ou socialista, pelo espirito partidário e pelos excessos e desordens do parlamentarismo.

O princípio salutar da divisão, harmonia e independencia dos poderes está praticamente desvirtuado pelos costumes parlamentares e até por normas insertas nas Constituições relativas à eleição presidencial e à nomeação e demissão dos ministros. Essas normas vêm sujeitando, de facto, o poder executivo ao legislativo, exercido por maiorias variáveis e ocasionais, e à mercê também de votações de centros partidários estranhos aos poderes públicos. E' uma necessidade fundamental restituir êsse princípio a alguma coisa de real e de efectivo, e, bem observados os acontecimentos políticos da Europa nos ultimos anos, pode afirmar-se que, tendo-se tornado inevitaveis pelas desordens daquelas

engrenagens, tudo aí gira à volta da preocupação dominante de achar o sistema que dê ao poder executivo independência, estabilidade, prestígio e força.

Seja qual fôr a composição e processo de formação das Câmaras, ha - de reconhecer - se - lhes a atribuição exclusiva de fiscalizar a governação pública, de dar a grande orientação à marcha política do Estado e de fazer as leis. Nenhuma dificuldade de princípio se levanta a êste respeito, mas por um lado as necessidades modernas de legislação excepcionalmente abundante e por outro a lentidão de movimentos de um órgão tão complexo como as Câmaras, estou convencido operarão dentro de poucos anos uma grande transformação na sua maneira de trabalhar. Pressinto que os parlamentos, mêsmo que não venham a converter - se, no futuro, em órgãos puramente políticos e estranhos à função legislativa, hão - de vêr - se obrigados a aprovar apênas as grandes bases das grandes leis, deixando ao poder executivo, como responsavel pela administração, faculdades mais latas que as faculdades simplesmente regulamentares que hoje tem.

Trabalhem desta ou doutra forma, o que não pode é reconhecer - se às Câmaras Legislativas o direito de elevar e derrubar Ministros e fazer obstrucionismo à vida pública. E deixando de sêr combinações casuais de grupos para a conquista de outro poder, elas hão - de sêr susceptíveis de disciplina e de bom rendimento dentro da sua função, trabalhando apenas pelo tempo indispensavel para bem a exercerem.

O Poder Executivo exercido pelo Chefe do Estado com os ministros nomeados livremente por êle, sem dependencia de quaisquer indicações parlamentares, tem por missão governar, com o direito, a obrigação e a responsabilidade de manter a existencia e honra da nação, assegurar a ordem e tranquilidade públicas, cumprir e fazer cumprir as leis, provêr a tudo que seja indispensavel para a conservação e funcionamento do Estado. Para isso é forçoso sêr tão independente e tão legitimo representante da Nação como o Poder Legislativo.

Na nossa triste história contemporânea parece que nunca puderam coexistir os dois poderes devidamente equilibrados: ora é o Legislativo que domina, subordinando os governos, ora o Executivo que reage substituindo - se àquele inteiramente. E o que é pior é têr a experiencia demonstrado que para trabalhar no Governo pelo país, é preciso pôr de lado a Constituição.

Pois bem: ha que preparar uma constitucionalidade que possa sêr a vida normal do Estado, e em que a harmonia dos podêres se consiga sem tirar ao Podêr Legislativo competencia e prestígio e ao Executivo estabilidade e fôrça.



## VI

d) **Coordenação social: a Nação no Estado**

Apesar do que tenho dito, nós só transitariamos de um texto para outro texto, e de uma ficção para outra ficção, se não procurássemos coordenar devidamente no Estado todos os elementos políticos da sociedade.

O liberalismo político do século XIX criou-nos o « cidadão », individuo desmembrado da família, da classe, da profissão, do meio cultural, da agremiação económica, e deu-lhe, para que o exercesse facultativamente, o direito de intervir na constituição do Estado. Colocou por isso aí a fonte da soberania nacional.

Vistas bem as coisas, nós estamos em face de uma abstracção — conceito erroneo ou insufficiente, e será caminhando no sentido dos grupos naturais necessários à vida individual e de que se constitue realmente a sociedade política, que mais seguramente se encontrará o ponto de apoio que buscamos.

Eis na base a família — célula social irreductivel, nucleo originário da freguesia, do município e portanto da Nação, é por natureza o primeiro dos elementos políticos orgânicos do Estado constitucional.

Garantida eficazmente na sua formação, conservação e desenvolvimento, a família deve exercer pelo seu chefe o direito de eleger os vogais dos corpos administrativos, pelo menos da freguesia, uma vez que esta não é mais que a expansão natural dos fogos ou casais, com os interesses comuns que lhes respeitam. É aí que de preferencia encontramos o cidadão com fundamento para os direitos políticos.

As corporações morais e económicas, como as Universidades, as academias scientificas, as agremiações literárias, artisticas e técnicas, as associações agricolas, industriais, comerciais, coloniais e operárias, são manifestações que a civilização vai criando, do mesmo instinto ou necessidade social.

Representando interesses legitimos a integrar nos da colectividade, é tendencia do tempo e conveniencia do Estado que se multipliquem e alarguem em federações e confederações para que verdadeiramente constituam factores componentes da Nação organizada. Como tais devem concorrer com o seu voto ou a sua representação para a constituição das Câmaras em que se deseja uma delegação verdadeiramente nacional. — Mais uma vez se abandona uma ficção — o partido, para aproveitar uma realidade — a associação.

Os corpos administrativos não sómente devem tær as prerrogativas

de administração local e regional tão descentralizada quanto o permitam as condições do país, mas devem têr também direitos políticos com influencia na orgânica do Estado. A sua procedência e posição no organismo nacional impõem logicamente que também constituam colégios eleitorais para o efeito de designar os membros das Câmaras Legislativas, em concorrência com a votação das corporações morais e económicas.

Em summa: pretende-se construir o Estado social e corporativo em estreita correspondência com a constituição natural da sociedade. As famílias, as freguesias, os municípios, as corporações onde se encontram todos os cidadãos com suas liberdades jurídicas fundamentais, são os organismos componentes da Nação e devem têr, como tais, intervenção directa na constituição dos corpos superiores do Estado: eis uma expressão mais fiel de que qualquer outra, do sistema representativo.

## VII

### e) Progresso económico e paz social

Não pode aspirar-se a construir um Estado equilibrado e forte, sem a coordenação e desenvolvimento da ecónomia nacional que hoje mais que nunca tem de fazer parte da organização política. Está porventura neste ponto a maior transformação constitucional prática a realizar em todas as nações civilizadas.

É certo que em Portugal a importância e necessidade desta evolução não resulta das escolas, de organizações de trabalho subversivas, como nos países fortemente industrializados ou directamente atingidos pela hecatombe e misérias da guerra. Provém antes do atrazo material que infelizmente caracteriza o nosso país, com certa falta de coordenação, de seqüencia e estabilidade, condições propicias ao desenvolvimento de explorações e parasitismos que determinam perturbações constantes e podem até encontrar-se na base de algumas revoluções.

As mesmas necessidades históricas, os mesmos fins de moderado nacionalismo, devem levar ainda neste campo a substituição do individualismo puro ou mesclado de socialismo, por normas e condições que tendam a orientar e fomentar activamente a produção, a desenvolver a riqueza geral, a estabelecer uma sufficiente harmonia no meio social, sob a protecção do Estado. As doutrinas que dominam estes problemas, ao mênos na sua expressão superior e no seu mais lato enunciado, teem de passar para o plano constitucional, como em parte se fez já nos códigos

fundamentais de algumas nações europeias, promulgados depois da guerra. Devendo todo o organismo económico estar subordinado ao engrandecimento político, moral, social e material do país e ao poderio e força do Estado, têm igualmente de entrar no quadro constitucional garantias gerais respeitantes às grandes obras e melhoramentos, considerados de interesse publico, como os que se referem às comunicações nacionais, as maiores fontes de energia motriz, as rêsdes de transporte e abastecimento da energia electrica cujos planos ao Estado incumbe estabelecer e fazer realizar.

Coordenar as corporações, federações e confederações económicas de caracter patronal ou operário, formadas espontaneamente ou por impulso do Poder, desviando-as das competições e lutas e sujeitando todas as actividades e interesses às necessidades e interesses superiores da Nação — eis o pensamento que por outro lado deve dominar a lei e a administração pública. Mas a par desta ideia ha que assentar outra, segundo a qual se assegurem os direitos e justos interesses morais e materiais das classes trabalhadoras. Reconhecer ao trabalho a qualidade de factor de cooperação da empresa e associá-lo por isso moral e economicamente ao destino da produção, com o devido respeito pelas exigências da propriedade, do rendimento e da técnica, é doutrina que o Estado pode consagrar também como fundamental e de cuja realização dependerá em largas proporções o progresso na paz e na ordem social.

## VIII

### Alguns reparos

Procurei apresentar o mais claramente que me foi possivel, os princípios basilares em que, segundo o manifesto da «União Nacional», deve apoiar-se a nova ordem de coisas; e no entanto, não estranharia que muitas objecções se levantassem em vosso espirito a tudo que acabo de dizer - vos.

Um reparo prevejo eu: em tão longo discurso, exclusivamente sôbre matéria política, pouco se fala de liberdade, de democracia, de soberania do povo, e muito, ao contrário, de ordem, de autoridade, de disciplina, de coordenação social, de Nação e de Estado. É certo, e há-de confessar-se corajosamente, se nos dispômos a fazer alguma coisa de novo, que ha palavras e conceitos gastos sobre os quais nada de sólido se pode edificar já.

Nós aprendêmos pelo raciocínio e vimos pela experiência que não é possível erguer sobre este conceito — a liberdade — um sistema político que efectivamente garanta as legítimas liberdades individuais e colectivas, antes em seu nome se puderam defender — e com alguma lógica Senhores! — todas as opressões e todos os despotismos. Nós temos visto que a adulação das massas pela criação do «povo soberano» não deu ao povo, como agregado nacional, nem influência na marcha dos negócios publicos nem aquilo de que o povo mais precisa — soberano ou não — que é sêr bem governado. Nós temos, visto que tanto se apregoaram as belezas da igualdade e as vantagens da democracia, e tanto se desceu, exaltando-as, que se ia operando o nivelamento em baixo, contra o facto das desigualdades naturais, contra a legítima e necessária hierarquia dos valores numa sociedade bem ordenada.

Ora, nós queremos ser mais positivos — tanto é, mais verdadeiros na nossa política.

Na crise de autoridade que o Estado atravessa, dar-lhe autoridade e força para que mantenha imperturbavel a ordem, sem a qual nenhuma sociedade pode manter-se e prosperar; organizar os poderes e funções do Estado de forma que se exerçam normalmente, sem atropêlos ou sem subversões; não coartar o Estado a livre expansão das actividades que se movem e actuam no seu seio, senão no que seja reclamado pelas necessidades de harmonia e coexistencia social: definir os direitos e garantias dos individuos e das colectividades e estabelecê-los e defendê-los de tal modo que o Estado os não possa desconhecer e os cidadãos os não violem impunemente — isto é liberdade.

Arrancar o poder às clientelas partidárias; sobrepôr a todos os interesses o interesse de todos — o interesse nacional; tornar o Estado inacessível à conquista de minorias audaciosas mas mantê-lo em permanente contacto com as necessidades e aspirações do país; organizar a Nação, de alto a baixo, com as diferentes manifestações de vida colectiva, desde a familia, aos corpos administrativos e às corporações morais e económicas, e integrar êste todo no Estado, que será assim a sua expressão viva — isto é dar realidade à soberania nacional.

Têr bem presente no espirito que os homens vivem em condições diferentes e que êsse facto se opõe por vezes a que seja uma realidade a sua igualdade juridica; protegêr o Estado de preferéncia aos pobres e aos fracos; fomentar a riqueza geral para que a todos caiba ao mênos o necessário; multiplicar as instituições de assistência e de educação que ajudem a elevar as massas populares à cultura, ao bem estar, às altas situações da Nação e do Estado; mantêr não só abertos mas acessiveis todos os

quadros à ascensão livre dos melhores valôres sociais — isto é amar o povo, e se a democracia pode ainda ter um bom sentido, isto é ser pela democracia.

Aí tendes o meu pensamento em face dos vossos reparos.

## IX

### ...e algumas prevenções

Permiti-me agora que por meu lado faça, não bem reparos, mas algumas prevenções. Exponho já a primeira.

As ideias que no modo de vêr do Governo devem constituir as bases do futuro estatuto constitucional, não são só para sêr aceites pela nossa intelligência, mas para sêr sentidas, vividas, executadas. Passadas para uma constituição, não vamos julgar têr encontrado o remédio de tôdos os males políticos. Mortas, enterradas em textos de leis, podem sêr inofensivas — o que é já uma vantagem, porque outras o não são — mas não serão eficazes. As leis verdadeiramente fazem - nas os homens que as executam, e acabam por sêr na pratica, por debaixo do veu da sua pureza abstracta, o espelho dos nossos defeitos de entendimento e dos nossos desvios de vontade.

É êste o motivo porque sempre que olho para o futuro, para a consolidação e prosseguimento do que se ha feito em favôr da ordem, da disciplina, da ecónomia e do progresso do país, eu vejo nitidamente não se estar construindo nada de sólido fora de uma revolução mental e moral nos portuguezes de hoje e de uma cuidadosa preparação das gerações de amanhã. Eu pergunto se na alma dos que dizem acompanhar - nos ha o amor da pátria até o sacrificio do desejo de bem servir, a vontade de obedecer — unica escola para aprender a mandar — a necessidade viva da disciplina, da ordem, da justiça, do trabalho honesto. Vê-se que não é um programa de anjos, êste; são apenas requisitos indispensaveis em homens que, propondo - se salvar o país, não hão de construir um embaraço a que êle se salve.

Têmos tôdos simpatias, antipatias, despeitos, paixões, possivelmente ódios, culturas, mentalidades diversas; e ainda que o Governo, fugindo de extremismos de uma e outra banda, apele para tôdos os portuguezes de são patriotismo, procurando juntá - los à volta de ideias constitucionais razoaveis e justas, é certo que muitos não quererão auxiliar nem a Ditadura nem a sua tentativa de resolvêr o problema político portuguez. Em

qualquer caso, a « União Nacional » — e esta é a segunda prevenção que desejava fazer — não pode abandonar o campo meramente nacional e patriótico para se imbuir do espirito de partido, porque seria criminoso, e, além de criminoso, ridiculo, acrescentar aos que existem, o partido... dos que não querem partidos. Não! Convidados pelo Governo a apoiar a Ditadura, para que esta acabe de lançar as grandes bases de reorganização nacional e prepare o futuro exercício normal dos poderes do Estado, os portuguezes que se aprestem, a oferecer o seu concurso, sabem que cumprem um dever mas não adquirem um direito, e que precisamente com a sua ajuda é que o Estado vai deixar de fazer favores a alguns para poder distribuir justiça a todos.

É talvez dura esta linguagem, mas é preciso que todos a compreendam, porque estamos no momento decisivo em que, vindo para nós tantos homens de boa vontade nos hão de abandonar muitos dos que supunham estar connosco e agora verificam que andavam equivocados.

## X

### Acção necessaria

Meus Senhores :

Peço me desculpeis têr sido hoje excepcionalmente longo nas minhas considerações. Reclamavam - no o assunto, a importância do acto, a gravidade do momento em que as paixões políticas tornam a agitar - se criminosamente à volta de ficções, de vacuidades, de sombras, de nada, quando há realidades tão vivas — os problemas nacionais — que melhor mereciam atenções e esforços de todos os portuguezes.

Não deixemos aviltrar na mesquinhês das lutas intestinas êste povo tão dócil, tão bom, e sempre tão sacrificado às insuficiências e desvarios das suas élites dirigentes !

Não deixemos que um povo com tão grandes possibilidades, com tão largas reservas de energia e de riqueza, com tantas qualidades de sacrificio, dedicação, patriotismo, tenha o aspecto triste dos que assistem às grandes derrocadas históricas e desistem de construir o seu futuro !

Demos à Nação optimismo, alegria, coragem, fé nos seus destinos ; retemperêmos a sua alma forte ao calor das grandes ideias, e tomêmos como lêma esta certeza inabalável : Portugal pode sêr, se nós quisermos, uma grande e próspera Nação.

Sê-lo-ha.

# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1830

GUIMARÃES HÁ 100 ANOS

## Janeiro

**Dia 2** — O escrivão da Camara deferiu o juramento ao almotacé Manuel José Ribeiro de Araujo.

**Dia 7** — É eleito prior do convento de S. Domingos de Guimarães frei José Maria Ayres Bravo, do convento de Vila Real. ( P. L. )

**Dia 8** — Por acordam desta data, da alçada do Porto, é indeferido o requerimento de João Antonio da Silva Guimarães, desta vila, preso nas cadeias da Relação daquela cidade pelo crime de rebelião.

**Dia 14** — Apareceu logo de manhã tudo coberto de neve. ( P. L. )

Chega a noticia oficial de t<sup>er</sup> falecido a 7 deste mês, a imperatriz-rainha sr.<sup>a</sup> D. Carlota Joaquina, pelo que principiaram na torre da Colegiada os sinais funebres, como é costume, quando morre alguma pessoa real. ( P. L. )

**Dia 15** — A ordem do dia, do exército, determina que no batalhão de voluntarios realistas de Guimarães o capitão do regimento de infantaria n.<sup>o</sup> 12 João José de Abreu Machado passe a ter o exercicio de major.

**Dia 16** — Em vereação, houve apenas despacho. — Preços da feira: trigo 509

reis, e os mais cereais como na antecedente.

**Dia 17** — Deram uma grande maçada a um ourives, official do Molarinho, que o puseram em estado de s<sup>er</sup> logo sacramentado e unguido, e logo foi para o hospital da Ordem 3.<sup>a</sup> de S. Francisco até que lá morreu no dia 22 de Maio do corrente ano ; — supoz-se que apanhou por s<sup>er</sup> constitucional. A maçada foi - lhe dada ao arco dos Capuchos.

**Dia 21** — Em vereação: foi apresentada e lidá uma carta do ministro dos Negócios do Reino, de 8 d<sup>este</sup> mês, participando o falecimento da imperatriz rainha D. Carlota Joaquina às 3 horas e 3 quartos de 7 do corrente ; e que El - Rei determina que o luto seja de 6 meses, 3 rigorosos e 3 aliviados, e que as pessoas indigentes ponham apenas um signal d<sup>e</sup>le conforme as suas circunstâncias. — E logo, em harmonia com o Aviso Régio, determinaram 1 pregão, passando - se d<sup>e</sup>le 4 editais para se afixarem, 1 na Praça de Nossa Senhora, 1 na Senhora da Guia e 2 no Toural, depois de s<sup>er</sup> publico nos lugares do costume desta vila, por um pregão decente no dia de amanhã 22 do corrente.

N. B. Segundo se vê das noticias dos dias 22 e 23, de P. L. o Bando teve lugar a 23 e não a 22.

D. Miguel concede a medalha de ouro com a sua real effigie a bastantes pessoas de Guimarães, entre as quais frei José

Bernardino da Mota Cardoso, D. Abade do Real Mosteiro da Costa, João Baptista de Andrade, capitão de ordenanças de Guimarães e José Dias Pereira, da casa da Fonte, das Caldas de Vizela, major de milicias de Guimarães.

**Dia 22** — Às 7 horas da noite, toca a finados na torre da Colegiada e depois em todas as da vila. Era a anunciar o Bando que havia de sair no dia seguinte. (P. L.)

**Dia 23** — Sai o Bando da câmara na forma do costume, levando uma guarda de honra de voluntarios realistas, publicando o luto que se havia de ter pela morte da imperatriz-rainha D. Carlota Joaquina. Enquanto o Bando andou fóra, dobraram os sinos em todas as torres da vila. (P. L.)

Chegou noticia de ter sido nomeado major dos voluntarios desta vila o capitão Abreu do regimento n.º 12. (P. L.)

## Fevereiro

**Dia 5** — Provisão confirmando o estabelecimento da fabrica de cortumes de couros de Manuel José Fernandes da Silva e filho Cristovam José Fernandes da Silva — os Cidades —, privilegiando - a.

**Dia 6** — Morre frei João, franciscano, morador na rua Travessa, parente do cônego P. L. Foi sepultado na igreja de S. Francisco onde era o seu convento. (P. L.)

Faleceu em Guimarães o comendador Lourenço Machado de Gusmão Breia, natural da mesma vila, e foi sepultado no dia seguinte na igreja de S. Francisco (P. L.)

Em vereação: — Foi aberta a carta régia de 20 de Novembro de 1829 que nomeia a vereação para o ano de 1830, a saber — vereadores: Simão de Rochas Barboza do Lago, Antonio Joaquim da Cunha, Manoel Coelho de Vasconcelos da Mota; procurador José Antonio Marques de Macedo e tesoureiro João Ribeiro da Costa Sampaio: deliberaram officiar-lhes para comparecerem na sessão extraordinaria de 8 do corrente para jurar e tomarem posse.

**Dia 8** — Juramento e posse da nova Câmara Municipal, com exceção dos vereadores Manuel Coelho da Mota Preggo e Simão de Rochas Barboza do Lago; este por estar molesto e aquê por pedir escusa por sêr capitão dos voluntarios realistas.

Professa o habito de religiosa de Santa Clara, D. Mariana Augusta das Chagas, filha do Vilela da Praça. Houve exposição, missa cantada e sermão, prégado por um frade beneditino (frei João do Bair-em Santa Eulalia) parente da religiosa. (P. L.)

**Dia 12** — Presta fiança, como Juis dos Orfãos, o bacharel João Teodosio de Araujo Leão.

**Dia 20** — Em vereação, foi deferido juramento a António José da Silva, louvado fazendeiro admitido por despacho dêste Senado. — Preços da feira: — 880 — 380 — 360 — 350 e 480 reis.

**Dia 22** — Aniversario da chegada de S. M. o sr. D. Miguel I.º a Portugal. — Houve *Te-Deum* na Colegiada, e á noite iluminaram algumas casas da vila. (P. L.)



## Março

**Dia 2** — Pela ordem do exército foi determinado que o capitão do regimento de infantaria n.º 11, Luis Leite de Castro, passe a ter o exercício de major no regimento de milícias de Guimarães.

**Dia 3** — Em vereação: Foi deferido o juramento de vereador Simão de Rochas Barboza do Lago.

**Dia 4** — Falece na sua quinta em S. Cristovam de Selho, donde era natural, o bacharel Manuel José Baptista Felgueiras, desembargador da Mesa da Consciencia e Ordens, e eleito deputado às cortes de 1820; era conselheiro de estado honorario. Foi sepultado no dia seguinte na igreja de S. Francisco. (P. L.)

**Dia 7** — Morreu, tendo 20 e tantos de idade, Antonio Sabino de Arrochela, bacharel formado, irmão de Nicolau de Arrochela, morador na quinta do Cavalinho. Foi sepultado no dia seguinte na igreja dos Capuchos. (P. L.)

**Dia 10** — Da coadjutória e futura successão do cónego magistral Manuel Machado Carmona Gusmão da Cunha «o Breia», tomou posse por procurador, Domingos de Sousa Guedes Aguiar, bacharel formado em leis, natural da freguesia de Nossa Senhora da Oliveira, filho do negociante João de Sousa Aguiar e de Maria Joaquina Salgado, ficando a receber do cónego coadjuvado a pensão anual de cem mil reis.

**Dia 13** — Em vereação: Foi aberta e lida uma provisão régia, de 6 do corrente mês, que exonera de vereador Manuel Coelho da Mota Prego e nomeia em lugar dêle a João Pinto de Carvalho Sousa da

Silva. Chamado este, foi-lhe deferido o juramento e dada posse do cargo. — Preços da feira: 960 — 860 — 340 — 350 e 460 reis.

**Dia 16** — Aparece na Ponte de Bouças, perto de Fafe, uma partida de constitucionais fazendo que todos os passageiros dêem vivas ao sr. D. Pedro. (P. L.)

**Dia 21** — Sai de Braga para Lisboa, D. Alvaro, general da provincia, por ter sido nomeado capitão general da Ilha da Madeira. Ficou a governar a provincia o Calheiros governador de Valença. (P. L.)

N. B. Parece adiantamento de dia vendo a noticia seguinte.

**Dia 22** — O governador das armas, D. Alvaro da Costa de Sousa Macedo, officia, do quartel general em Braga, ao corregedor de Guimarães, António Joaquim de Carvalho, louvando-o pelos importantes serviços «a favor dos inauferiveis Direitos de S. M. El-Rei N. Sr. (D. Miguel) e do socêgo publico, a cujos serviços é devida a bôa ordem e socego que tem gosado o districto de sua jurisdicção».

**Dia 25** — Às 6 horas da manhã falece no paço do Priorado o cónego da meia prebenda n.º 6, Luis Pedro Felgueiras, sobrinho do cónego thesoureiro - mor Tomé Luis Felgueiras.

**Dia 27** — Em vereação, houve só despacho. Preços da feira: 960 — 320 — 340 — 300 e 440 reis.

**Dia 31** — Tomou posse da vara de Provedor da comarca, o bacharel Carlos José da Cruz e Sousa.

JOÃO LOPES DE FARIA

# PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

## DA VIDA : DOS FACTOS : DAS LETRAS

*« A maior desgraça dêste país foi o flagelo de D. Pedro IV, o corrupto do Brasil! Foi êle que implantou nêste país o regime da incompetencia e da corrupção! Talhou para Portugal um regime politico que nunca se podia amoldar à mentalidade do povo! »*

JOSÉ CALDAS

(Velho propagandista da república)

### « Vimarani Monumenta Histórica »

**N**UNCA é de mais encarecer a importância que apresenta para os estudiosos a publicação de textos, principalmente de documentos antigos de grande valôr para os trabalhos históricos.

Está nêstes casos a publicação da « Vimarani Monumenta Histórica », obra coligida e coordenada pela Sociedade Martins Sarmiento, a expensas do Municipio de Guimarães, de que saiu ha pouco o II volume.

Deu inicio a êste trabalho, deveras valioso, o falecido Abade de Tágilde, investigador apaixonado que se consagrou aos estudos da história da nobre cidade de Guimarães. São grandes os serviços que se lhe devem e muito principalmente o de têr coligido os documentos que foram tornados publicos e divulgados nos dois volumes já publicadcs da « Vimarani Monumenta Histórica ».

Ha um certo espaço de tempo entre a publicação do I volume e êste, que ha pouco saiu. Infelizmente não se comprende muito, entre nós, o valor e o auxilio que a publicação dos documentos vem prestar aos investigadores da nossa história social e lingüística. Mas lentamente, embora, tem-se procurado dar cumprimento à tarefa canceirosa, mas muito util, que a Sociedade Martins Sarmiento tomou a seu cargo, auxiliada pelo Municipio de Guimarães.

Regosijamo-nos, deveras, com êste facto e aqui manifestamos, tanto à benemérita Sociedade Martins Sarmiento como ao Municipio de Guimarães, a nossa gratidão pelo trabalho realizado.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

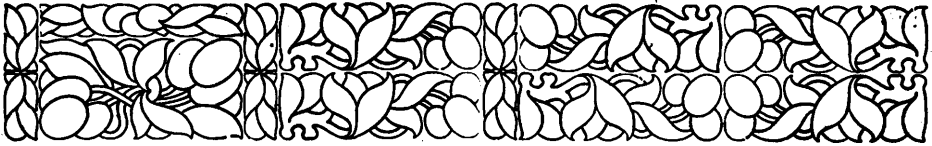
### « A Língua Portuguesa »

Chegou ao fim do 1.º volume, com os numeros 11 e 12, reunidos, a util e benemérita revista « A Língua Portuguesa », publicação mensal para o estudo, divulgação e defesa da língua pátria, dirigida pelo distinto filólogo R. de Sá Nogueira e em que coloboram nomes ilustres como Frederico Laranjo, José Joaquim Nunes, José Maria Rodrigues, José Leite de Vasconcelos, Oliveira Guimarães, Antenor Nascen-tes, Claudio Basto, Rebelo Gonçalves, Guimarães Daupias, João Correia, Luís Chaves, Manuel Mu-

rias, Rodrigues Lapa, Saavedra Machado, Xavier Fernandes, etc.

É de notar, tendo em conta o meio restrito que, em geral, está reservado a publicações dêste género, o facto lisonjeiro de « A Língua Portuguesa » ter atingido ao concluir o seu primeiro volume, um êxito de expansão e de interesse pouco vulgar, o que anima os seus promotores a amplia-la cada vez mais, introduzindo-lhe uma nova secção de « Notas de Divulgação » e a publicar uma colecção de verbetes bibliograficos em condições que serão oportunamente expostas, obedecendo a instantes sugestões dos leitores, assinantes e amigos da notavel revista.





# A Lenda Negra

Por FERNANDO CAMPOS

**N**A verdade, já era tempo de que à figura tão caluniada de El-Rei D. Miguel fossem prestado justiça, quantos se ocupam com seriedade das coisas graves da história.

Não escasseiam os elementos destrutivos da *lenda negra* em que historiógrafos facciosos ou a soldo dos governos liberais tentaram enredar a memória dêsse rei que, na frase tão citada de Oliveira Martins, «*foi o ultimo dos que o povo português compreendeu e amou,*» que no critério autorizado de Oliveira Lima, ascendeu ao trono de seus maiores, «*pelo direito de nascimento, pela razão da legitimidade e pela vontade nacional*».

Mas, infelizmente, não são ainda raros os que parecendo molhar a pênna naquêles *recentibus odies* condenados pelo rigor histórico de Tacito, se obstinam em denegrir a nobre figura de D. Miguel, socorrendo-se, para tal, de factos e testemunhos ha muito desmentidos pelas conclusões dos mais insuspeitos historiadores.

De que assim é, provam - no além de algumas recentes publicações, as seguintes palavras que recorto de um artigo inserto ultimamente num dos órgãos da chamada *grande imprensa*: «D. Miguel, regressando do exilio de Viena de Austria, por cujos caminhos revelára as suas imorais tendências, subira ao trono, que D. Pedro lhe disputava».

Esqueceu-se o articulista de nos dizer quais teriam sido essas *imorais tendencias* reveladas pelo infante, no seu regresso a Portugal, e foi pena que se esquecesse, pois elas viriam decerto acrescentar alguma coisa de inédito às vulgares acusações dirigidas contra a memória caluniada de D. Miguel... E digo-o, porque de semelhantes tendências manifestadas ao longo da sua viagem de Viena de Austria a Lisbôa, não rezam as crónicas dos mais encarniçados adversarios do *miguelismo*.

O que tôdos êles são forçados a confessar é que essa viagem foi triunfal, como pôde certificar-se quem se der ao trabalho de lêr, por exemplo, o relato que dela nos faz Luz Soriano, historiador que ninguém pode acoiimar de reaccionario.

É êle quem nos diz que D. Miguel, logo ao chegar a Munich, três dias depois de ter deixado Viena, aí parou para cumprimentar o rei da Baviera, demorando-se também em Stutgard, com o fim de cumprimentar igualmente o rei do Wutemberg, pormenorizando que: «ambos êstes soberanos o convidaram a jantar, convite que D. Miguel aceitou, recusando, porém, outros mais com que os ditos dois soberanos pretendiam festejar a sua passagem pelos respectivos estados». (1)

Chegando o infante no dia 13 de Dezembro a Carlrhue, aí se viu forçado a permanecer por dois dias, «em consequência dos preparativos que o grão duque de Baden tinha antecipadamente feito, para o receber, querendo-lhe assim dar provas da sua amizade e do interêsse que tomara pela sua pessôa, desde que por ali passára quando em 1824 foi para Viena.» (2)

De Carlrhue, seguiu para Strasburgo, onde, por ordem do govêrno francês, o director geral das postas da côrte, poz à disposição do infante tôdos os cavalos necessários para o prosseguimento da viagem.

A 19 chegava a Meaux, a dez léguas de Paris, entrando na capital da França nessa noite e indo alojar-se, com a sua comitiva, no palácio do Eliseu-Bourbon, que Carlos X mandara preparar, com grande pompa, para êsse efeito. E Luz Soriano conta-nos que «O Barão de Damas, o general conde de Fesenzca, um camarista mandado por aquêle soberano para cumprimentar D. Miguel, e outros grandes officiais da côrte, o estavam esperando no referido palácio, e o cumprimentaram no momento em que desceu da carruagem que o conduzia, rendendo-se-lhe nesta ocasião as honras devidas a pessôa real». No dia immediato, foi D. Miguel às Tulherias visitar o rei de França, voltando ao palacio do Eliseu, onde deu audiencia à legação portugûesa, ao côrpo diplomático, aos ministros de Estado, aos grandes officiais da côrte, aos cardiais Clerment Tonerre e Lafare, e por fim a quantos portugûeses o quizeram cumprimentar.

---

(1) *Hist. da Guerra Civil*, 3.<sup>a</sup> época, tom. II, parte II, pág. 194.

(2) *Ibidem*.

Nêsse mêsmo dia, foi o Delfim visitá-lo, indo o infante jantar ao palácio de Tulherias com Carlos X, êsse rei cujos destinos tanto haviam de assemelhar-se aos do futuro monarca português.

A' noite assistiu a um espectáculo organizado em sua honra no teatro da côrte, tomando lugar ao lado do rei de França, e no dia 21 partiu para uma caçada no parque de Versalhes, para a qual o rei o convidara, voltando, nessa noite, a jantar com o soberano.

Depois de têr presenciado algumas festas com que o quizeram distinguir o duque de Orléans e a duquesa de Berry, e de têr dado outras audiencias à colônia portuguesa e a alguns brasileiros de distinção, saiu no dia 28 para Calais, embarcando a 29 a bordo de um hiate do almirantado inglês para Greenwich, onde já o aguardavam o duque de Clarence, (o futuro Guilherme IV de Inglaterra) e um corpo de infantaria e outro de cavalaria, destinados a acompanhá-lo a Londres, para onde se dirigiu logo, transportado nas próprias carruagens reais. E, escutando de novo o cronista da *História da Guerra Civil*, ficamos sabendo que «O governo inglês, o rei da Gran-Bretanha, George IV, capricharam em tratar D. Miguel com a maior consideração e aprêço, hospedando-o com sumptuosidade e faustoso luxo, coisas próprias daquela rica e opulenta côrte, na fórmula do que já superiôrmente dissemos, tendo talvez em vista fazer-lhe perdêr com isto as infundadas apreensões com que vinha, de sêr naquêle país mal recebido.» (1)

Durante as duas semanas que passou na côrte de Inglaterra, é o mesmo historiador quem nos afirma que não só o soberano distinguiu o infante por tôdas as fórmulas ao seu alcance mas de igual modo procederam as mais ilustres personalidades dêsse reino, incluindo os próprios ministros de Estado, e testemunhando-lhe o povo e a imprensa londrina, «por não equivocadas maneiras as suas simpatias». E Luz Soriano comenta, com louvavel lealdade: — «Todavia é também de justiça dizer-se que o infante se apresentou nesta ocasião com notavel elegancia e nobre aparência exterior, mostrando hurbanidade de maneiras com as quais cativava a benevolência e estima dos que dêle se aproximavam e o tratavam».

Os portugueses residentes em Londres apresentaram também ao infante, por intermédio do Marquês de Palmela, um memorial gratulatório e uma medalha comemorativa da sua passagem por essa cidade.

---

(1) *Ibidem*, pág. 197.

Alonga-se depois o historiador do Liberalismo no relato minucioso dos festejos e homenagens prestadas ao régio visitante, concluindo por afirmar que « a sua recepção em Londres foi esplendida ».

A 13 de Janeiro, cumulado de honras e distinções, dirigiu-se D. Miguel a Plymouth, fazendo escala por Strathfieldsay, onde foi, durante dois dias, hospede de lord Wellington, e donde se transferiu para as propriedades de lord Marley, com quem passou um dia. Chegado a Plymouth, foi o infante cumprimentado pelas autoridades militares de terra e mar, jantou por duas vezes em casa do almirante lord Norris, e uma com o general Cameron.

Na cidade de Plymouth foi forçado a demorar-se cêrca de três semanas, em consequência dos temporais que o impediam de embarcar, o que só veio a fazer no dia 9 a bordo da fragata *Pérola*, com destino à sua pátria, onde chegaria no histórico dia 22 de Fevereiro de 1828, sendo acolhido com o carinhoso entusiasmo que ainda ninguém contestou, e que levou o liberalissimo Pinheiro Chagas a reconhecer que D. Miguel « *nêsse momento, efectivamente, dispunha da maioria da nação* ». (1)

Nem no citado Luz Soriano, nem em qualquer dos historiadores que nos deixaram a descrição da gloriósa jornada do infante, encontramos a menor alusão as tais *imorais tendencias* reveladas por D. Miguel no decurso da viagem, e às quais pretende referir-se o autor do artigo que provocou este breve comentário. A não sêr que considerêmos uma manifestação dessas *tendencias*, o facto de D. Miguel, ao voltar a Portugal, só ter querido fazê-lo num barco do seu país, « *atenta a sua repugnância — como escreveu Luz Soriano — em vir em navio de guerra inglês* ». (2)

Já era tempo, repito, de se arrancar a figura de D. Miguel e a época por ela dominada à *lenda negra* — como António Sardinha lhe chamou — que ambas envolve e calunía.

A reabilitação de El-Rei D. Miguel póde fazer-se até sôbre os textos dos próprios adversários da sua soberania, que, no depoimento insuspeito e tantas vezes lembrado de Oliveira Martins, « *foi a ultima genuinamente histórica* ».

---

(1) *Hist. de Portugal* vol. VIII, pág. 336.

(2) Luz Soriano — *Hist. da Guerra Civil*, 3.<sup>a</sup> época, tomo II, parte II, pag. 193.



# Joana d'Arc

por Alberto Figueirinhas

A Fernando de Castro Pires de Lima  
que na leitura dos Feitos do Passado,  
aprendeu o Culto das Almas heroicas.

«Nous devons obéir à Dieu plutôt qu'aux hommes.»

«D'habitude les Voix disent que je serai délivrée  
par une grande victoire, et elles ajoutent ensuite :

«Prends tout en gré, ne t'inquiète point de ton mar-  
tyre, tu t'en viendras finalement, au Royaume de Paradis.»

«Mes Voix ne m'avaient pas trompée.»

Jeanne d'Arc.

## N A T A L

*Os galos cantam na manhã ridente  
E brilha o claro sol com mais fulgôr...  
O rio corre num rumôr dolente...  
Paira n'aldeia um cântico de amôr!...*

*— Não acham hoje tudo tão dif'rente?...  
— Vai perguntando ao pôvo o bom priôr —  
Parece que do Céu resplandecente  
À terra vai descer Nosso Senhor...*

*Uma pobre casita dessa aldeia,  
Branca de cal e de alegria cheia,  
Albergava a Criança que nascêra...*

*Bercinho humilde... mas que qu'ria mais?...  
Se trazia nos olhos divinais  
O puro azul do Céu donde viera!*



## HEROÍSMO

*Viva Joana d' Arc! — E pelo ar  
Fica vibrando o gloriôso brado!  
Ha súbitos clarões em cada olhar...  
Chamas de Fé em peitos de soldado.*

*No vasto, rumorôso descampado,  
Tudo se cala: a Heroína vai falar:  
" Foi Deus que combateu a nosso lado!...  
Irmãos, ajoelhai! Vamos rezar!*

*E milhar's de homens de joelhos em terra  
Rezam, olhando a ermida lá da serra,  
Que Paz e Amor à sua volta espalha.*

*A tarde morre num silêncio fundo...  
Ao longe o sol, gigante moribundo,  
Inunda de oiro o campo da batalha!...*

## PRISÃO

*Tangem os sinos... ruge a multidão...  
Enquanto no pavôr da sua cela  
Joana d' Arc, a mística Donzela,  
Da morte espera a eterna salvação!*

*Não tem no olhar a mínima parcela  
De desespero atrás, de indignação...  
Dir-se-ia que o seu santo Coração  
Refulge, scintilando, dentro dela.*

*Morrer! — Mas que lhe importa? Se a ventura  
De têr vivido sempre ingénua e pura  
Estanca as lágrimas dos olhos seus?...*

*Duas Aspirações têve na vida:  
O seu Ideal: — salvar a Pátria qu'rida!  
Seu grande " crime " : — conversar com Deus!*

## CALVÁRIO

*Silêncio sepulcral na vasta praça...  
 Avança entre dois frades de capús  
 A Heroína de Orléans... e a população  
 Sem qu'rer recorda o Vulto de Jesús...*

*Seu côrpo virginal respira Graça;  
 Seus olhos vertem transcendente Luz!...  
 Quanta doçura angelical perpassa.  
 Nos lindos braços sôbre o peito, em cruz!*

*A sua loira e farta cabeleira,  
 Qual chuva divinal de aurea poeira,  
 Cai-lhe nas costas em comprida trança...*

*Tremem-lhe os lábios no fervôr da reza,  
 Agradecendo a Deus o ser francêsa  
 E p'la Pátria morrêr na própria França!*

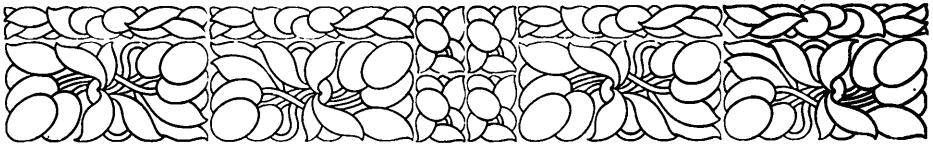
## MORTE

*Solta-se enfim raivosa labarêda  
 Que sobe, desce e aninha-se felina...  
 Por entre o fumo que a Donzela enreda  
 Só se distingue a face alabastrina.*

*« Vai longe a infância tranquila e lêda:  
 Alma de santa em corpo de menina.  
 Abre-se o Céu como um rasgar de sêda...  
 Tomba uma Luz suave e diamantina!... »*

*Desfez-se tudo!... Restam cinzas... pó!...  
 E lá no alto triunfal e só,  
 Ergue-se a Cruz, o símb'lo do Martírio!*

*Como se Deus num gésto de piedade,  
 Abrisse os braços ante a Humanidade,  
 Guardando a Alma dum tombado Lírio!*



# O sentimento da natureza na poesia de Florbela Espanca

---

Por GUIDO BATTELLI

UMA tarde de Setembro do ano findo, encontrava-me perto de Florbela Espanca no seu toldo à beira mar, na praia de Matozinhos.

O dia fôra tempestuoso: grandes nuvens cinzentas, arrastadas pelo vento, passavam no ceu, e o mar, bravo, desenrolava as suas ondas orladas de espuma, que vinham morrer com grande estrondo na areia. As gaivotas esvoaçavam com as azas abertas à flor das ondas e enchiam o ar dos seus gritos lacerantes. Mas, ao morrer do dia, o sol rompeu improvisadamente o veu das nuvens e incendiou o ceu e o mar com os seus raios, lançando feixes de luz vermelha sobre as casitas brancas de Matozinhos. Ficamos ambos encantados desta festa de luz, dêste mólho de rosas que o Sol desfolhava antes de pôr-se no mar. A pobre Florbela olhava o milagre com os seus olhos pensativos, profundos, sem dizer palavra, enquanto eu lhe repetia alguns versos italianos de Manzoni que descrevem maravilhosamente o pôr do sol atrás dos montes da nossa terra.

À noite, Florbela escreveu o soneto *Tarde no mar* que se pôde lêr a pag. 15 do seu volume « Charneca em flor ».

\* \* \*

Eu quiz deixar aqui esta lembrança, para mostrar a rára sensibilidade desta extraordinária poetisa, cuja alma era um espelho límpido onde os aspectos da Natureza se refletiam com pureza cristalina. Porém Ela « não se deixava enredar nas superficiais impressões do mundo

exterior,» mas penetrava na «consciência das coisas, isto é, descobria nas coisas, o segrêdo dos laços obscuros e invisíveis que as prendem à nossa vida humana.» Estas palavras que Luís de Almeida Braga usa para caracterisar a poesia de António Sardinha (1), convêem perfeitamente à Florbela Espanca. Lêde êste admiravel soneto *Noitinha*, que já um critico (2) assinalou como uma das pérolas mais preciosas da «Charneca em flor» :

*A noite sôbre nós se debruçou...  
Minha alma ajoelha, põe as mãos e ora!  
O luar, pelas colinas, nesta hora  
É água dum gomil que se entornou...*

*Não sei quem tanta perola espalhou!  
Murmura alguém pelas quebradas fóra...  
Flores de campo, humildes, mesmo agora.  
A noite, os olhos brandos, lhes fechou...*

*Fumo beijando o colmo dos casais,  
Serenidade idílica de fontes,  
E a voz dos roussinois nos salgueirais...*

*Tranquilidade... calma... anoitecer...  
Num extase, eu escuto pelos montes  
O coração das pedras a bater...*

Ela entendia a voz misteriosa das coisas inanimadas; entendia o mistério da chuva, do vento, da neve.

*Gosto de ti, ó chuva nos beirados,  
Dizendo coisas que ninguém entende!  
Da tua cantilena se desprende  
Um sonho de magia e de pecados.*

---

(1) António Sardinha *O roubo de Europa*, poema, com um estudo de Luis de Almeida Braga, Lisboa 1931.

(2) Joaquim Costa (*Celso*) no *Jornal de Noticias* — 22. II. 1931.

Dirigindo-se ao vento, dizia :

*Vento de voz tristonha, voz plangente,  
Vento que ris do mundo e do amor,  
A tua voz tortura toda a gente!*

*Vale-te mais chorar, meu pobre amigo!  
Desabafa essa dôr a sós comigo,  
E não rias assim! Ó vento, chora!*

*Que eu bem conheço, amigo, êsse fadário  
Do nosso peito ser como um calvário,  
E a gente andar a rir p'la vida fora!...*

E queria que a chuva, o vento, a neve mostrassem a ansia secreta da sua alma :

*Ó chuva, ó vento, ó neve! que tortura!  
Gritem ao mundo inteiro esta amargura,  
Digam isto que sinto, que eu não posso!*

Ela entendia também a voz das árvores :

*Diz-me a tília a cantar: « Eu sou sincera,  
Eu sou isto que vês, o sonho, a graça,  
Deu ao meu corpo, o vento, quando passa  
Este ar escultural de bayadera.*

.....

*E é para mim que em noites de desgraça  
Toca o vento Mozart, triste e solene,  
E à minha alma vibrante, posta a nú,  
Diz a chuva sonetos de Verlaine. »*

*E ao vêr-me triste, a tília murmurou:  
« Já fui um dia poeta como tu...  
Ainda hás-de ser tília como eu sou. »*

Por isso se explica logicamente o seu panteismo :

*Sinto-me luz e côr, ritmo e clarão  
Dum verso triunfal de Anacreonte !*

*Vejo - me asa no ceu, erva no chão,  
Oíço - me gôta de água a rir, na fonte,  
E a curva altiva e dura do Marão  
E' o meu corpo transformado em monte.*

.....

*A minha alma é o tûmulo profundo  
Onde dormem, sorrindo, os deuses mortos !*

Por isso mêsmo Ela queria transformar - se e « voltar à inocência das coisas brutas, sãs, inanimadas, » queria

*Ser nostálgico choupo ao entardecer  
De ramos graves, plácidos, absortos ...  
Ser haste, seiva, ramaria inquieta  
Erguer ao sol o coração dos mortos  
Na urna de oiro duma flor aberta !*

\*

\*            \*

Alguém já chamou a Florbela Espanca «a poetisa do Alentejo». O titulo mêsmo do seu ultimo volume revela o grande amor que Ela tinha pela sua terra natal, por essa «Pobre de Cristo » que Ela cantou num sonêto maravilhoso, que começa :

*O' minha terra na planície rasa,  
Branca de Sol e cal e de luar,  
Minha terra de tardes sem uma asa,  
Sem um bater de folha ... a dormirar ...*

\* \* \*

O Alentejo formou a sua alma pensativa, profunda.

Esta terra; com a sua paisagem triste e sévêra, com a sua vastidão imensa, com a sua luz fulgurante, convida a alma para a concentração, para a meditação; enquanto que o Minho, alegre e risonho, nos convida a gozar a vida e nos distrai pelo espectáculo encantadôr dos seus quintais, dos seus pomares, das suas águas cantantes.

« O rosto duro da charneca » florida de giestais e de rosmaninhos, é a imagem da alma apaixonada e ardente da poetisa alentejana, que gostaria « perder-se na solidão dos ermos matagais, uivando os brados, rouquejando os gritos », a par dos animais bravos que, à noite, saiem da sua cova, em busca de presa ou de amôr.

Num soneto que merecidamente se pode citar junto dos famosos « Ceifeiros » de Fialho, descreve a dura faina dos trabalhadores do campo, queimados pelo sol ardente.

*Cantam as raparigas, brandamente  
Brilham os olhos negros feiticeiros.  
E há perfis delicados e trigueiros  
Entre as altas espigas de oiro ardente.*

.....

*Eu sou uma daquelas raparigas  
E tu passas e dizes: Salve-os Deus!*

E quem poderá esquecer a descrição maravilhosa que nos dá das « horas mortas » da sua terra em braza ?

*Horas mortas... Curvada aos pés do Monte  
A planície é um brasido... e, torturadas,  
As arvores sangrentas, revoltadas  
Gritam a Deus a benção duma fonte!*

*Arvores! não choreis. Olhai e vêde.  
Também ando a gritar, morta de sede,  
Pedindo a Deus a minha gôta de água!*

Porém, o destino da vida conduziu - a a viver longe, muito longe do seu querido Alentejo. Viveu longos anos e morreu à beira do Mar; dêste Mar de que Ela gostava a tal ponto de escrever :

*Eu queria ser o Mar de altivo porte.  
que rí e canta, a vastidão imensa !*

E à beira - mar seguramente, numa destas tardes em que o céu e as ondas são uma festa de luz, um mágico espectáculo que encanta os olhos, Ela pensou e escreveu êste verso admirável, que bastaria para fazer a glória dum poeta :

*Como cai em pó de oiro o ar da tarde !*

Lindo verso, aonde há o trémulo reflexo dos raios dum pôr de sol à flor das águas, e que na sua lenta musicalidade nos dá o sentido melancólico do fim do dia. Pensa - se involuntariamente no famoso terceto de Dante :

*Era già l'ora che volge il desio  
Ai naviganti e intenerisce il cuore  
Lo di ch' han detto ai dolci amici addio . . .*

Mas «o Mar também chora de tristeza» e no Sol que desaparece « como uma urna de oiro à flor das ondas, num lençol d'espuma », Ela via a imagem das suas ilusões perdidas :

*As minhas ilusões ; doce tesoiro,  
Também as vi levar em urna de oiro  
No mar da vida, assim . . . uma por uma.*

Aqui encontra - se novamente aquela compenetração da alma com as coisas da Natureza, de que falamos anteriormente. Compenetração que atinge o maximo neste admirável soneto do « Livro de Soror Saudade » que se intitula *Noturno*.

*Amor ! Anda o luar, todo bondade,  
Beijando a terra, a desfazer - se em luz . . .  
Amor ! São os pés brancos de Jesus  
Que andam pisando as ruas da cidade !*



*E eu ponho-me a pensar... Quanta saudade  
Dás ilusões e risos que em ti puz!  
Traçaste em mim os braços duma cruz,  
Neles pregastes a minha mocidade!*

*Minh'alma, que eu te dei, cheia de máguas,  
É nesta noite o nenufar dum lago  
Estendendo as azas brancas sôbre as águas!*

*Poisa as mãos nos meus olhos, com carinho,  
Fecha-os num beijo dolorido e vago...  
E deixa-me chorar devagarinho...*

E agora, se eu não tivesse medo de abusar das citações, queria reproduzir o lindo soneto no qual canta a *Primavera*:

*É primavera agora, meu Amor!  
O campo despe a veste de estamemha;  
Não há arvore nenhuma que não tenha  
O coração aberto, todo em flôr!*

*Tambem despi meu triste burel pardo,  
E agora cheiro a rosmaninho e a nardo  
E ando agora, tonta, à tua espera...*

*Puz rosas côr de rosa em meus cabelos,  
Parecem um rosal! Vem desprendê-los!  
Meu amor, meu Amor, é Primavera!*

Gostaria de reproduzir *Noite de chuva e Languidez*, onde as tardes de Portugal «duma pureza de azuanas» são representadas duma maneira encantadora, com as suas horas de fumo e de cinzas, e o pálido veludo das suas sombras evanescentes. Gostaria de falar destas *Noites*, nas quais

*As estrelas miudinhas dão no ar  
As voltas dum cordão de margaridas,*

ou parecem «rosas brancas dum rosal do Ceu.»

E queria falar dêste «pátio alucinante de Granada» em que a expectativa do Amôr transforma a alma da Poetisa, reproduzindo

também o soneto de *Toledo*, que acaba mêsmo numa invocação do Amôr.

*Flameja ao longe o esmalte azul do Tejo;  
Uma torre ergue ao ceu um grito agudo:  
Tua bôca desfolha - me num beijo!*

\*

\* \* \*

«Sem alto pensamento nem sentimento verdadeiro não há poesia.»

Estas palavras de Luís de Almeida Braga quero eu deixar aqui como final deste breve estudo (e bem incompleto ainda), para chamar a atenção dos leitores sobre o valôr enorme da obra de Florbela Espanca.

Ela não fez da poesia um passatempo elegante, um jôgo de espírito, um vão exercicio de palavras e de rimas. Ela cantou chorando, como o roussinol da *Alma Perdida* do seu «Livro de Máguas», e derramou cantando o seu sangue para envermelhar a rosa que se abre no místico jardim do sonho, ao luar de estio:—esta rosa da qual fala Oscar Wilde, num conto encantador da sua *Casa das romãs*.

Pode-se dizer de Florbela Espanca o que Albert Samain dizia de Marceline Desbordes Valmore;

*Ivresse ou désespoir, enthousiasme ou langueur,  
Tu jetas tes cris d'or à travers la tourmente.  
Et les vers qui brûlaient sur ta bouche d'amante  
Formaient leur rythme aux seuls battements de ton coeur.*

Florbela Espanca foi uma grande Poetisa porque teve um alto pensamento e um sentimento verdadeiro.

Sobre o mar tempestuoso da sua vida, a sua arte «translúcida e perfeita, o seu verso duma sobriedade diáfana e palpitante, com vibrações profundas e sinceras» (1) foi semelhante a um

*Vôo de gaivotas, leve, imaculado  
Como neve nos pincares nascidos!*

(1) Palavras de José Agostinho no *Libertador*, 8-II-1931.

# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1830

GUIMARÃES HÁ 100 ANOS

## Abril

**Dia 3**—Em vereação: Foi aberto um officio do corregedor, ordenando que se dê principio ao concerto de algumas ruas da vila, com a possível brevidade, principalmente à da esquina da praça de Nossa Senhora da Oliveira, até ao fim da rua da Infesta.

Preços do pão na feira de hoje: 980, 350, 330, 340 e 450 reis.

**Dia 10**—Decreto demittindo Manuel Lopes Martins Brandão, de alferes do regimento de milicias de Guimarães, a seu requerimento, por alegar motivos atendiveis.

Em vereação:—Mandaram passar ordens aos juizes das freguesias do termo, para fazerem notificar todas as mulheres solteiras que se acharem peçadas e as que já estiveram, para darem conta das crianças que houverem parido de ha 2 anos a esta parte. O Rol deve sêr feito na presença do paroco e por êste assignado, sob pena de 6\$000 reis pagos na cadeia.

Principia um recrutamento para o regimento de milicias desta vila. (P. L.)

Preços da feira: 960, 380, 340, 330 e 460 reis.

**Dia 21**—Em vereação: foi posto em praça o corte das carnes de vaca, vitela e carneiro nos açougues publicos da vila. O menor lanço foi de Bernardo de Sousa,

marchante, da mesma, a saber: o arratel de vaca, da trazeira, a 50 reis e da deanteira a 40 reis, e nos 3 meses de Outubro a Dezembro a deanteira a 35 e a trazeira a 45; arratel de vitela, nos 1.ºs 4 meses a 35 reis e nos outros 4 mezes a 40; o de carneiro a 25 reis os 1.ºs 2 meses e os mais seguintes a 30 reis; tudo isto por todo o ano enquanto não houver determinação régia em contrario; para Vizela, foi o lanço menór de António Francisco, de S. Miguel das Caldas, a menos 5 reis do que se vende nesta vila.

Morre frei Manuel, leigo, dispenseiro dos Capuchos. Foi sepultado no seu convento. (P. L.)

**Dia 24**—Em vereação: Foi aberto um officio do dr. Juis de fóra, pedindo se entregue a José da Costa e Silva, escrivão encarregado de escriturar novo Tombo da comenda de Garfe, o que existia no arquivo da Câmara. Foi entregue o dito Tombo ao referido escrivão, que se obrigou a entrega-lo quando o novo se achar feito.

**Dia 25**—Faleceu no convento das dominicas a madre Teresa Porfíria da Madre de Deus. Foi enterrada na sepultura n.º 3 do claustro.

**Dia 28**—Deram entrada na cadeia da correição: João Leite da Silva (o Salpício), e Manuel Rodrigues (o Trólas); o primei-

ro, de 19 anos, solteiro, filho dos estalajadeiros Manuel Francisco Leite (Salpicão) e Quitéria, da praça de Nossa Senhora da Oliveira, preso á ordem do Juís de fóra a requerimento de seu pai. Disse ignorar o motivo. (Tinha fama de salteador); o segundo, casado, de Fafe, 34 anos, lavrador caseiro, vindo do hospital com o meirinho do corregedor para onde tinha ido acompanhado por uma escolta do regimento 22 destacado em Fafe, e foi para a Relação do Porto, por ordem do corregedor a 1 de Maio de 1831. Este Trólas, nos ultimos anos da sua vida fez uma carreira de Guimarães a Fafe, com uns cavalos lazarentos que recolhia num pardieiro da travessa dos Engeitados.

Em vereação: acordaram unanimemente que por não haver dinheiro na tesouraria do Senado para pagar a têrça que se devia, se pagasse o resto da de 1828 e o 1.º quartel da de 1829; e logo que o tesoureiro tenha dinheiro suficiente se pagasse o 2.º quartel do dito ano. Esta falta de dinheiro era motivada por ainda se encontrar por liquidar parte da têrça do ano de 1828.

**Dia 29**—Ao meio dia e á noite deram-se repiques e estoiraram-se morteiros e foguetes do ar, pelo aniversario da aclamação de S. M. o sr. D. Miguel I. Á noite houve iluminação aparecendo alguns grupos a dar vivas e a cantar o hino realista. De tarde foi dada uma escrupulosa busca no Toural para vér se prendiam alguns constitucionais, mas nenhum prendêram. (P. L.)

N. B. O dr. José de Freitas Costa anotou a 2.ª parte desta efeméride no livro de seu tio P. L. com a data de 30, e assim em 30 a publicou no « Vimaranesense ».

**Dia 30**—Por sêr o aniversário em que S. M. o sr. D. Miguel I assumiu os direitos

da corôa de Portugal, ha ao meio dia repiques em todas as torres da vila, á tarde um lauto jantar em casa do visconde de Azenha Filho, oferecido á officialidade dos voluntarios realistas, á noite luminárias, e vivas pelas ruas. (P. L.)

No fim dêste mês houve uma continuada chuva e algum frio. (P. L.)

## Maio

**Dia 1**—Morreu D. Antónia irmã do Ilcitor d'Arrochela. Foi sepultada na igreja dos Capuchos. (P. L.)

**Dia 4**—Morre em Braga o bispo de Charles, que estava servindo de vigário capitular. Chega a Braga o novo general da provincia, visconde de Santa Marta. (P. L.)

**Dia 5**—Próvisão de el-rei D. Miguel, porque: representando-lhe Gaspar Leite de Azevedo e Araujo, fidalgo da Sua Real Casa, não sêr bastante e suficiente, na vila de Guimarães, 1.º berço da monarquia, um açogue onde ha apenas 4 a 5 talhos de carne fresca de vaca e boi, porque consumida a que é precisa para 8 conventos e outros recolhimentos e Santa Casa da Misericórdia, nada ou pouco resta para os habitantes da vila e termo, Lhe pedia a graça de permitir que a venda das carnes frescas fôsse naquela vila livre a todo e qualquer, pelo preço a arbitrio dos vendedores: ha por bem conceder a pretendida liberdade de cada um vender carne fresca na sobredita vila de Guimarães, com a clausula expressa no consentimento do ultimo arrematante, Domingos José Mendes Guimarães, e com a de não cessar a jurisdicção da almotaceria quanto a peso e qualidade de carnes, nem a inspeção de policia municipal, que nisso tem a Câmara, posto que cesse o antigo uso e providencia de arrematação para açogue publico.

**Dia 7** — Na cidade do Porto, largo da Cordoaria, executou-se a sentença de morte do réu João Antonio de Novais, official de serralheiro, casado, natural de Sobreposta, comarca de Braga, sem domicilio certo, idade 32 anos, por culpas de sócio de quadrilha, ladrão sacrilego, salteador, matador, e participante de importantísimos roubos constantes da sentença; depois de morto lhe cortou o algóz as mãos e a cabeça para as trazer até à freguesia de S. Martinho de Gondomar, no termo de Guimarães, a fim de se cravarem ali 2 postes altos, junto ao adro da sobre-dita igreja, onde deviam ficar expostas até o tempo as consumir, segundo ordenava a respectiva sentença. O réu, além da pena que sofreu, foi mais condenado na restituição dos roubos; em 100\$000 reis para as despesas da Relação; nas custas dos autos; e no confisco e perda do remanescente para a Irmandade do Santissimo da dita igreja de Gondomar.

— «Correio do Porto», de 10-5-1830, onde vem mais circunstanciada.

**Dia 10** — Chega aqui o carrasco do Porto trazendo a cabeça e mãos dum padecente que no Porto fôra enforcado no dia 7 d'este (vide supra,) por t'er cometido o desacato de t'er entrado em um roubo que se fez na igreja de S. Martinho de Gondomar. O carrasco vinha no meio duma escolta de cavalaria acompanhado por o meirinho e escrivão das cabeça<sup>s</sup>; vinha a cavalo e trazia diante de si uma bolsa de couro onde vinha a cabeça e as mãos do padecente. Fôram apresentar-se ao corregedor e depois fôram meter o carrasco na cadeia enquanto jantaram. Depois de jantar fôram a S. Martinho de Gondomar, e no adro da igreja pôs o carrasco a cabeça e as mãos do padecente em um poste onde ficaram até se consumirem pelo tempo. De tarde voltaram a esta vila e nela pernoitaram. O carrasco dormiu na cadeia e os soldados e justiças fôram aboletados. No dia seguinte saiu o carrasco pela rua

de Gatos e aí lhe fizeram algum sussurro (ia para o Porto) e lhe disseram chalaças, pelo que o corregedor mandou prender algumas mulheres da dita rua. O carrasco voltou para traz por causa da muita chuva e marchou no dia seguinte. (P. I.)

**Dia 12** — Em vereação: Representou o vereador bacharel António Joaquim da Cunha aos mais vereadores, que em razão da sua impossibilidade de andar de meia e sapato, pedia escusa, e oferecia-se a pedir quem viesse em seu lugar. — Preços da feira de sabado 8: 980, 360, 320, 340 e 480.

**Dia 19** — Por acordam da Alçada do Porto, foram condenados os 5 réus eclesiásticos vimaranenses infra declarados, pelas culpas que lhe resultaram na Devassa de rebelião, na forma seguinte: — José António de S. Paio, por alcunha o Padre José Dionisio, natural desta vila e presbitero secular; em degredo por toda a vida para o presidio de Farim e na perda de todos os seus bens para o Fisco e Câmara Real. — O Padre Frei Fortunato de Santa Rosa de Vasconcelos, da Ordem dos Prégadores, natural da mesma vila, tambem degredado por toda a vida para o presidio das Pedras Negras. -- O Padre Rodrigo Joaquim de Meneses, egresso da congregação de S. Jerónimo, natural da mesma vila; tambem em degredo por toda a vida para um dos presidios de Caconda. — O Padre José Lopes de Farja, «o Bicho», coadjutor da freguezia de S. Martinho de Candoso; em 6 anos de degredo para a Ilha do Principe, e em 100\$000 reis para as despesas da Alçada. — O Padre Rodrigo de Sousa Machado, abade de Travassos, natural de S. Martinho de Sande; em 2 anos de reclusão no convento dos Padres Missionários da vila de Vinhais.

**Dia 21** — E' condenado pela Alçada do Porto, em 5 anos de degredo para as Ilhas de Cabo Verde, e em 200\$000 reis para as despesas da mesma Alçada o penultimo

cónego mestre escola de Guimarães, João Manuel da Guerra. Em atenção, porém, ao seu mau estado de saúde, verificado pelos médicos que lhe reconheceram moléstia crónica incurável, foi-lhe comutada a pena em 5 anos de reclusão no convento de Santo António de S. Pedro do Sul. — « *Vimaranense* ».

**Dia 29** — Decreto nomeando cirurgiãomór do batalhão de voluntarios realistas de Guimarães, José António dos Santos Junior.

**Dia 31** — Por uma provisão que obteve Gaspar Leite de Azevedo, depois de ouvida a nobresa, clero e povo, findou a administração da carne de vaca, ficando a venda livre para quem quizesse vender. (P. L.)

## Junho

**Dia 2** — Acordam da Alçada do Porto, fazendo os autos sumários ao réu José Rodrigues Pita, (mestre) alfaiate desta vila, preso nas cadeias da Relação, assinando-lhe 5 dias para dizer de facto e de direito pelo advogado que escolhesse. Idem ao réu Francisco José Teixeira, sapaiteiro, desta vila, preso nas ditas cadeias.

Foi deferido o juramento a Manuel José Ribeiro, desta vila, que por despacho do Senado estava admitido para louvado fazendeiro.

**Dia 3** — E' reeleito o prebendeiro da Colegiada, Manuel Baptista Sampaio. (P. L.)

**Dia 5** — Em vereação: Preços da feira 980, 340, 280, 315 e 480 reis. — Manuel José do Vale, do Carvalho, de Gondomar, apresentou carta de algebrista e foi-lhe dado o juramento. O escrivão antecessor, Joaquim Cardoso de Freitas, apresentou o Tombo

da comenda de S. Verissimo de Lagares, que estava em seu poder.

**Dia 9** — Principiou a desastrada transformação da igreja da Colegiada. No caderno da despesa da mesma obra encontram-se 490 verbas na importância de 13:718\$230 reis. P. L. diz terem principiado no dia 14.

Em vereação: Nomearam recebedores das Decimas, 1 de cada uma de 12 freguesias da 3.<sup>a</sup> corda, de 12 ditas da 4.<sup>a</sup> corda e de 13 ditas da 6.<sup>a</sup> corda, os quais foram insinuados pelos respectivos juizes e homens de falas.

**Dia 12** — Em vereação: Preços da feira: 980, 350, 280, 310 e 480 reis. — Continuou a nomeação dos recebedores de 19 freguesias da 1.<sup>a</sup> corda e de 15 da 2.<sup>a</sup> corda; e no dia 16 a de 15 da 7.<sup>a</sup> e de 16 da 5.<sup>a</sup>

**Dia 16** — Em vereação: — Foi apresentado um officio do superintendente dos tabacos da provincia, que vem abrir a devassa de correição nesta vila, pedindo lhe mandassem aprontar para o dia 23 do corrente as necessárias aposentadorias para êle ministro, escrivão, meirinho, 2 officiais e porteiro: mandaram officiar aos juizes almotaçes para lhe fazerem a aposentadoria na fórma do estilo. — Nomearam 2'angariadores de esmolas para Nossa Senhora do Amparo, do castelo de S. Jorge, da cidade de Lisboa.

Decreto demittindo alguns dezembargadores da Relação do Porto, entre os quais o dr. Francisco Barroso Pereira.

Morreu na Lixa o Padre Francisco Lixa, tio dos Lixas da Porta da Vila. (F. L.)

**Dia 19** — Em vereação: — Preços da feira: 980, 350, 280, 310 e 500 reis. — O vereador João Pinto de Carvalho Sousa da Silva propôz que atendendo ao estado de finanças em que se acha o concelho, e sendo necessário prover-se sobre vários objectos tendentes a êste mesmo respeito, se convocasse a Gente da Governança desta vila para o dia 28 do corrente, para o que se lhe enviarão os officios competentes, e com especialidade para se taxarem os preços dos assentos dos tendeiros e outros vendedores de diferentes géneros que não sejam de 1.<sup>a</sup> necessidade. Mais requereu, que uma vez que o pão se achava por um preço mui diminuto e governava ainda a estiva feita no tempo dos preços altos, se procedesse sem perda de tempo a nova estiva, obviando assim ao grande prejuizo que está sofrendo o publico.

**Dia 20** — Deu entrada na cadeia da correição D. Anastacio Miguel Gonçalves, natural da cidade de Palma, Espanha, que vindo cumprir uma romaria a este reino o prenderam na vila dos Arcos e o remeteram para aqui. Foi para Braga em 23 dêste mês, por ordem do dr. corregedor.

**Dia 21** — Morre no hospital um rapaz que tinha sido soldado do 15, a quem tinham dado uma grande maçada; depois de morto fez-se-lhe exame judicial. (P. L.) — Do registo hospitalar consta chamar-se Miguel António Portilha, da freguezia de S. Sebastião, solteiro, falecido de febre.

**Dia 23** — A Câmara officiou, em numero de 31, a todas as pessoas que andavam na Governança da vila, sobre o deliberado em vereação de 19 do corrente.

**Dia 26** — Em vereação: — Preços da feira: 980, 360, 270, 320 e 560. Taxas do pão: vintem de pão trigo, 8 onças; — idem de milhão; centeio, e milhão estreme, 35 onças; — idem de milho alvo e centeio, 32 onças.

**Dia 28** — A Câmara reuniu em sessão extraordinária com os da Governança, tendo fixado as novas taxas para os tendeiros, conforme fôra deliberado em sessão de 19.

JOÃO LOPES DE FARIA.

# PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

## DA VIDA : DOS FACTOS : DAS LETRAS

*« A vida constitucional a estabelecer em Portugal será tão sómente a que resulte da transformação que a Ditadura foi chamada a iniciar e por fórma que não se possam repetir as causas políticas dos males contra os quais vinha desenvolver a sua aplicação reparadora. O governo está decidido, também, a vencer todos os obstáculos ou dificuldades que de qualquer modo se oponham a esta necessidade lógicamente determinada pelas desordens antigas, pelo acto militar de 28 de Maio e pela reorganização do País. E' isto o que a Nação em geral espera do governo, com isto pode ela contar, no seu imenso desejo de ordem, de tranqüillidade e de acção reformadora e progressiva. »*

GENERAL DOMINGOS DE OLIVEIRA

( Presidente do Ministério )

### Museu Alberto Sampaio

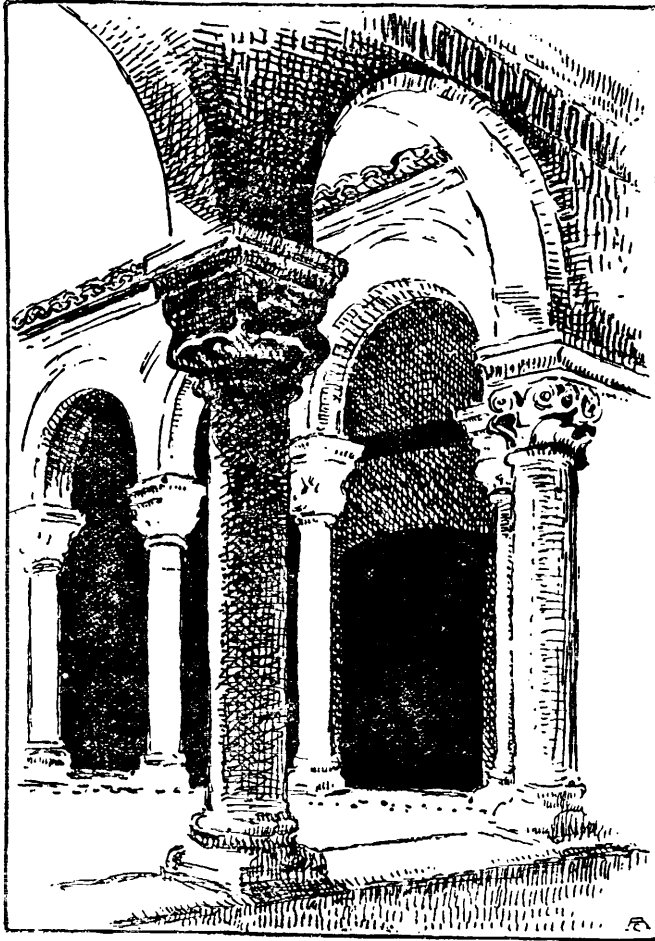
**E** STÃO quasi concluidas as obras de instalação do Museu Alberto Sampaio, criado pelo Governo da Ditadura e destinado a guardar as preciosidades de ourivesaria e paramentaria da antiga Colegiada de Nossa Senhora de Oliveira.

Regosijamo-nos sinceramente com êste facto que marca um grande melhoramento para Guimarães. Na verdade, o valioso tesouro da Colegiada não tinha uma instalação condigna. Arrecadado numa pequena salêta, sem a luz precisa, não podia brilhar em todo o seu esplendor, em toda a sua grandeza.

Quando, por ocasião do memoravel Congresso Eucaristico, se pensou em fazer — como se fez — uma Exposição de Arte Sacra, surgiu, como insolúvel, o problema da instalação. Ali, naquela salêta acanhada, não era possivel organiza-la. Os objectos expostos não sobresaíriam nem se imporiam à atenção dos visitantes, como era necessário.



Tudo requer cenário próprio e para que a Exposição brilhasse foi preciso organiza-la no Salão Nobre da Sociedade Martins Sarmento.



Claustros da Colegiada

(Desenho de António Carneiro)

Agora, com a simpática iniciativa da criação do Museu Alberto Sampaio, o tesouro ficará com uma instalação própria e condigna, mercê dos inteligentes esforços do nosso querido amigo e distinto colaborador snr. Alfredo Guimarães que, pela sua persistência e pela sua dedicação, é crédor da estima e dos agradecimentos de todos os vimaranenses.

\*

\* \*

¿E os claustros? ¡Que sensação agradável se não sente agora ao percorrer os claustros da colegiada!

Em 1925, quando os políticos eram os senhores do Poder, a benemérita Sociedade Martins Sarmento fez incalculáveis esforços para salvar os claustros do abandono criminoso a que estavam votados. Nesta revista também se lançou um apêlo para que se procurasse salvar da ruina certa, — e que se não tentava evitar, — aquela admirável obra de estilo românico que restava do antigo mosteiro de Dona Muma. Em vão, porém, se fizeram êsses apêlos.

Fez-se, é certo, uma tentativa de restauro, mas, pouco tempo depois, abandonavam-se os trabalhos, voltando tudo à primeira situação. E assim se foi arrastando, sem sucesso nem proveito, o apêlo angustioso dos vimaranenses.

Agora, com a Ditadura, a obra de restauração prossegue e, em breve — estamos certos — ficará concluída a pequena parte que ainda falta restaurar.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

### « História »

Apesar de todas as resistências que aos labôres do espírito oferece o nosso meio no momento actual, ha ainda um número razoável de pessôas que investigam e estudam.

Sôbre a direcção do illustre investigador sr. Henrique Ferreira Lima, secretariado pelo sr. dr. Carlos da Silva Lopes, apparecerá em breve uma revista de estudos históricos — « História » — que, pela orientação que lhe é annunciada como pelas colaborações que soube assegurar, deverá preencher uma falha sentida ha muito na imprensa erudita portugêsa.

A revista « História » desdobrar-se ha em duas: a) revista trimestral; b) arquivo, igualmente trimestral, de documentos inéditos ou raros.

A revista publicará estudos de história política, económica, social, científica, diplomática, literária, bem como tôdos os elementos que possam concorrer para o melhor conhecimento da história pátria. Desdenhará, evidentemente, os relatos fantásticos a que modernamente se chama — *história romanceada* — de estilo às vezes brilhante, de leitura por ventura agradável, mas em que a imaginação supre quasi sempre as faltas de informação documental.

Pelo contrário, buscará realizar a síntese crítica dos mais importantes acontecimentos históricos.

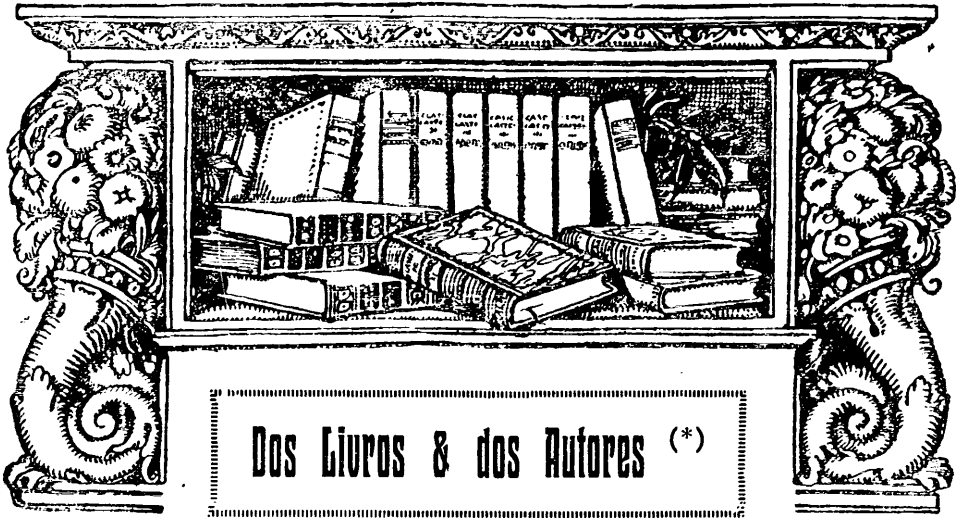
O arquivo publicará documentos inéditos ou raros, fac-similes relativos aos descobrimentos, relações de viagens, relatórios das campanhas coloniais, memórias das guerras liberais, da Guerra Peninsular, da Grande Guerra, — valiosos, só por si, como documentários esclarecedores dos estudos insertos na revista.

A redacção e administração são na Rua das Flores, 11 — 13 e Rua do Ataíde, 2 — Lisboa — e o administrador é o nosso bom amigo sr. José Fernandes Junior, trabalhador infatigável e esclarecido que ha muito se consagra a trabalhos desta ordem.

## A segunda série da COLECCÃO VERITAS

Com a publicação da novela «Senhores de Montalto» de Luís Chaves, fecha-se a primeira série da «Colecção Veritas» dando lugar à segunda, para a qual se abre uma inscrição nas seguintes condições:

- 1.<sup>a</sup> — A *União Gráfica* — Travessa do Despacho, 16, — Lisboa abre inscrição para novelas que serão entregues desde 1 de Janeiro de 1931 a 30 de Junho do mesmo ano, sendo apenas aceites os originais dactilografados ou escritos em letra muito legível.
- 2.<sup>a</sup> — Junto aos originais deve vir o nôme e morada do autor, dispensando-se legendas, pois não se trata de um concurso secreto julgado por juri, o que tornaria os exames dos originais muito morosos, mas de simples apresentação de trabalhos literários que a casa editora pode aceitar ou recusar.
- 3.<sup>a</sup> — A edição de novelas escolhidas será de 2.000 exemplares, sendo tirados mais 100: 25 para o autor e 75 para ofertas, tendo o autor direito a receber 15,01<sup>o</sup> sôbre o preço da capa, mas só quando se venderem os 2.000 exemplares.
- 4.<sup>a</sup> — Não se aceitam trabalhos em verso que serão objecto de concurso, quando êste fôr possível e oportuno.
- 5.<sup>a</sup> — As novelas dos novos autores serão alternadas, em ordem de publicação, com novelas de autores já feitos, estabelecendo-se, assim, um convívio de fraterna mentalidade.
- 6.<sup>a</sup> — São excluidas todas as obras, que, embora revelando valôr literário, atentem contra a ortodoxia da Igreja ou contenham imoralidades claras ou veladas.



**Das Livros & dos Autores (\*)**

A HOMENAGEM DO COLÉGIO DE JOÃO DE DEUS NO  
CENTENARIO DO NASCIMENTO DO SEU PATRONO,  
Porto, 1931.

A direcção do Colégio de João de Deus prestou ao alto Poeta e grande Pedagogo João de Deus, na data do centenário do seu nascimento, uma bela homenagem de que este volume ficará a perpetuar a memória.

Ilustrado com algumas fotografias de aspectos da sessão solene, encerra a brilhante « Alocução de abertura » em que o sr. Padre João de Morais, inteligente Director do Colégio, exalta a obra poética e pedagógica de João de Deus, e a magnifica conferência do sr. Capitão Dr. Eugénio Aresta : — « O intuicionismo de João de Deus e o seu valor social » — de grande valor literário.

Por tudo — pela maneira como foi organizada a festa e pela bela idéa de reunir em elegante volume os dois valiosos trabalhos — merece a Direcção do Colégio de João de Deus as nossas homenagens e as nossas felicitações.

TERRAS DE PORTUGAL, por *Guido Battelli* — Tipografia  
da Gráfica Conimbricense, Lda. — Coimbra, Anno Domini 1930.

O snr. Professor Guido Battelli, delicado poeta florentino e grande amigo de Portugal, — que tanto tem enaltecido, — quiz reunir neste pequenino mas interessante livrinho, alguns dos seus versos dedicados às terras portuguesas que mais o encantaram.

O snr. dr. Battelli, que conhece muito do nosso país, publicou, pois, um livro de versos que o é também de impressões de viagem. Nêle desfilam, pela beleza do seu panorama ou pelo valor das suas tradições gloriosas, Aveiro, Evora, Chaves, Fafe, Guimarães :

*Entre canteiros suaves de verdura,  
nobre e soberba . . . . . ,*

---

(\*) Só daremos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em *duplicado*, a não sêr que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu valor intrinseco.

Braga, Coimbra, Leiria, Viana do Castelo. Canta também, *A neve do Algarve* as «virginais amendoeiras» cobertas de «alvissimas florinhas» e *A morte do pastorinho*, história triste de uma pobre criança de 10 anos de idade, orfã de pai, que morre de fome e de frio quando andava a apascentar o rebanho confiado à sua guarda.

A IMPRENSA AO SERVIÇO DO REINADO SOCIAL DO  
CORACÃO DE JESUS, pelo *Conde d'Aurora* — Tip. Av.  
Guimarães, Ponte de Lima, 1930.

Foi muito discutida na imprensa esta admirável tese apresentada pelo Senhor Conde de Aurora ao Congresso do Apostolado da Oração, realizado em Braga no mês de Julho de 1930.

E' que ninguém, como o Senhor Conde de Aurora, tinha exposto com tanta clareza e com tanta verdade qual a missão que deve ser confiada à imprensa, que — com poucas excepções — se encontra enfeudada às lojas maçónicas.

As verdades são sempre dolorosas de ouvir e a nossa imprensa que estava acostumada a adjectivoslouvaminheiros, não aceitou de bom grado as afirmações desasombradas do Senhor Conde de Aurora. E' certo que não procurou defender-se directamente. Agarrou um pretexto, inventou um ataque à sciência deturpando uma referencia feita aos maleficios que podem advir da T. S. F. «arma poderosa, imprensa falada, de divulgação muito maior que o jornal, por todos os motivos e até porque chega aos ouvidos analfabetos.»

Assim, a tese do Senhor Conde de Aurora, tão cheia de bons conceitos, de clareza e de verdade, marcou um novo triunfo na carreira literária do seu inteligente autor, alma nobre e valorosa de soldado do bom combate. Felicitamo-lo muito sinceramente por este novo triunfo.

REDENÇÃO, por *Alcino Alves*. União Gráfica, — Travessa  
do Despacho, 16 — Lisboa 1930.

E' este romance o V da colecção Vêritas, iniciativa simpática que tem alcançado um merecido êxito.

Nêste trabalho revela o sr. Alcino Alves dotes apreciáveis de escritor. A urdidura sã e moralizadora do romance desenvolve-se com muita leveza e interesse a par de um estilo muito claro, sóbrio e elegante. A paisagem do Douro dezenha-se com encantador colorido e tudo nêste romance, — tão simples e tão belo, — nos prende e encanta.

VIDAS MANCHEGAS, por *Julián Escudero Picazo*. — Indice  
de Libros. Prado, 14 — Madrid, 1930.

E' um pequeno acto em prosa escrito e expressamente representado no « Ideal cinema » de Pedroneras (Espanha). E' prefaciado pelo sr. Asunción de Zea-Zermúdez, que se refere às qualidades literárias do Autor.

LA DOCTRINE DU MARIAGE SELON ST. AUGUSTIN,  
por *Bernard Alves Pereira*. O. F. M. — Gabriel Beauchene  
E'diteur. Rua de Rennes, 117 — Paris, 1930.

Já não é do numero dos vivos o religioso franciscano que escreveu este livro de luz purissima. E' um religioso português que vêmos enfileirar junto dos nomes tão conhecidos nas modernas escolas de teologia, — Frat e d'Alés.

Prefaciado por um outro religioso franciscano ilustre, o sr. dr. Leonardo de Castro, este livro vem reviver o pensamento do grande Bispo de Hipona e o seu valor incomparável impõe-se na profundeza filosófica com que é analisada e demonstrada a origem da santidade do matrimónio.

Modelar de sentimento e sabêr, embora ressentindo-se da monotonia e repe-

tições inevitáveis em trabalhos deste género, tem um valôr extraordinário de téze, analisando, sem possível contradição, as consequências nefastas do divórcio e do onanismo. Trata-se, enfim, de uma obra de muito valôr e, por isso mesmo, muito recomendável.

SANTA TERESITA DEL NIÑO JESÚS, pelo *P. Nicolás M.<sup>a</sup> Buil, S. J.* — Tipografía Católica Casals. Apartado 776 Barcelona, 1930.

Nesta obrasinha resume o seu autor toda a santa vida da Virgem do Carmelo, concluindo com uma novena à Santa de Lisieux.

CINCO MINUTOS CON JESU CRISTO EN LA EUCARISTIA, pelo *P. Olegario Corral, S. J.* — Tipografía Católica Casals. Caspe 108, Barcelona, 1930.

É um valioso manual das visitas ao Santíssimo Sacramento, muito prático e útil que desejaríamos vêr tradusido em língua portugueza.

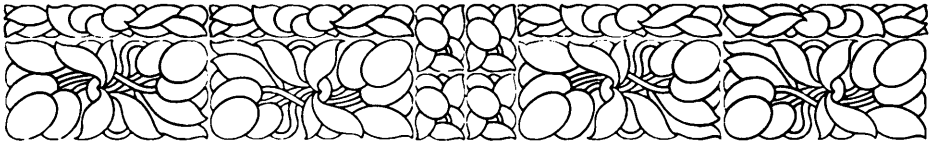
L'ANCIENNE LITURGIE GALLICANE, por *P. J. — B. Thibaut.* Maison de La Bonne Presse, 5 — Rue Bayard, Paris.

Grande serviço vem este livro prestar aos que se interessam pelo desenvolvimento dos estudos liturgicos. Constituindo a liturgia, por assim dizer, uma das funções orgánicas da Igreja é sempre valioso fazer interessar os fieis na assimilação dos seus principios. O trabalho do P. Thibaut, que abre com um belo estudo histórico, é muito util e de muito proveito.

LA MERVEILLEUSE VIE DE BERNARDETTE, pelo *R. P. Xavier Marchet.* Pierre Téqui, Libraire E'diteur — 82, Rue Bonaparte, Paris, 1930.

Neste livro descreve-nos o seu auctor a vida exemplar da vidente de Lourdes, e, sobretudo, a vida quasi ignorada de Bernardette, em Nevers, quando se foi consagrar inteiramente a Deus. Este belo livro é prefaciado por Mgr. de La Villerabel, e é tão atraente que ninguém deixará de encontrar nêle um forte estímulo à formação e perfeição do carácter.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.



# Indice do VI Volume

## TEXTO:

|                                                                  | Págs. |
|------------------------------------------------------------------|-------|
| ALVES DE OLIVEIRA (MANUEL)                                       |       |
| <i>Na Cruzada do Resgate</i> . . . . .                           | 29    |
| <i>Mais Persistencia.</i> . . . . .                              | 59    |
| <i>No Luso</i> . . . . .                                         | 88    |
| <i>« Vimarans Monumenta Histórica »</i> . . . . .                | 167   |
| <i>Museu Alberto Sampaio</i> . . . . .                           | 190   |
| <br>                                                             |       |
| BATTELLI (GUIDO)                                                 |       |
| <i>Florbela Espanca</i> . . . . .                                | 129   |
| <i>O sentimento da natureza na poesia de Florbela Espanca</i> .  | 176   |
| <br>                                                             |       |
| CAMPOS (FERNANDO)                                                |       |
| <i>A Genealogia do pensamento nacionalista</i> 12, 33, 78, 109 e | 140   |
| <i>A Lenda Negra</i> . . . . .                                   | 163   |
| <br>                                                             |       |
| CONDE DE GUELL                                                   |       |
| <i>Príncipes Portugêses em viagem por Espanha</i> . . 44 e       | 74    |
| <br>                                                             |       |
| FIGUEIRINHAS (ALBERTO)                                           |       |
| <i>Joana d'Arc.</i> . . . . .                                    | 173   |
| <br>                                                             |       |
| FLORBELA ESPANCA                                                 |       |
| <i>O teu olhar.</i> . . . . .                                    | 72    |
| <br>                                                             |       |
| GALVÃO DE CARVALHO (RUI)                                         |       |
| <i>A verdadeira Idade Média.</i> . . . . .                       | 97    |
| <i>O Poeta</i> . . . . .                                         | 139   |

|                                                                                                | Págs. |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| LOPES DE FARI (JOÃO)                                                                           |       |
| <i>Velharias Vimaranenses</i> . . . . . 26, 57, 90, 124, 164 e                                 | 184   |
| LOPES VIEIRA (AFONSO)                                                                          |       |
| <i>No Aqueduto de Elvas</i> . . . . .                                                          | 29    |
| MONSARAZ (ALBERTO DE)                                                                          |       |
| <i>Sursum Corda!</i> . . . . .                                                                 | 66    |
| MORAIS (CARLOS DE)                                                                             |       |
| <i>A Vingança da Rainha</i> . . . . .                                                          | 104   |
| MOREIRA (DAVID)                                                                                |       |
| <i>Realidades</i> . . . . .                                                                    | 18    |
| OLIVEIRA SALAZAR (ANTÓNIO DE)                                                                  |       |
| <i>Portugal Novo</i> . . . . . 119 e                                                           | 154   |
| PEREIRA (PEDRO TEOTÓNIO)                                                                       |       |
| <i>O ultimo livro de António Sardinha</i> . . . . .                                            | 7     |
| PIRES DE LIMA (FERNANDO DE CASTRO)                                                             |       |
| <i>Ce que la civilisation doit aux Portugais</i> . . . . .                                     | 22.   |
| <i>L'Evolution de la littérature portugaise et ses tendances</i><br><i>actuelles</i> . . . . . | 51    |
| SANTOS NOGUEIRA (MARIA AUGUSTA)                                                                |       |
| <i>O cruzeiro da aldeia</i> . . . . .                                                          | 41    |

Pensamentos, Palavras & Obras — *Da vida: Dos factos:*  
*Das Letras:*

|                                        |     |
|----------------------------------------|-----|
| Alberto Monsaraz (Dr.) . . . . .       | 89  |
| " A Língua Portuguesa " . . . . .      | 168 |
| " A Ordem Nova " . . . . .             | 30  |
| Bento Caldas (Dr.) . . . . .           | 60  |
| Carlos Saraiva Brandão (Dr.) . . . . . | 60  |



|                                             | Págs. |
|---------------------------------------------|-------|
| Guilherme de Vasconcelos (Dr.) . . . . .    | 60    |
| « História » . . . . .                      | 191   |
| Mais persistência . . . . .                 | 59    |
| Museu Alberto Sampaio . . . . .             | 190   |
| Na Cruzada do Resgate. . . . .              | 29    |
| No Luso. . . . .                            | 89    |
| Novos colaboradôres . . . . .               | 30    |
| Nuno de Montemór . . . . .                  | 61    |
| Os que nos auxiliam. . . . .                | 30    |
| Segunda Série da Colecção Veritas . . . . . | 192   |
| Serviço de cobrança. . . . .                | 30    |
| Tenente Mørais Sarmiento. . . . .           | 60    |
| « Vimarans Monumenta Histórica » . . . . .  | 167   |

## Dos Livros & Dos Autores :

|                                                                                                                                                                                 |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <i>Alguns aspectos da vida portugêsa no « Cancioneiro de S. Simão de Novais, por Fernando de Castro Pires de Lima, (H. C. G.). . . . .</i>                                      | 95  |
| <i>(L') Ami des Pêcheurs, por A. Gali, (M. A. de O.) . . . . .</i>                                                                                                              | 32  |
| <i>(O) Anatema da Flandres, por João de Ourique (M. A. de O.) . . . . .</i>                                                                                                     | 32  |
| <i>(L') Ancienne Liturgie Galicane, por P. J.—B. Thibaut, (M. A. de O.). . . . .</i>                                                                                            | 195 |
| <i>Antônio Sardinha — Apostolo Contra-Revolucionário e Rectificador da História de Portugal, por Antônio Jorge de Almeida Coutinho e Lemos Ferreira, (M. A. de O.). . . . .</i> | 95  |
| <i>Anuario de « Eusko-Folklor? » (M. A. de O.) . . . . .</i>                                                                                                                    | 62  |
| <i>Asas Quebradas, por Salvador Cristo, (M. A. de O.) . . . . .</i>                                                                                                             | 62  |
| <i>Ce que c'est qu'une église, por Chanoine Millot, (M. A. de O.). . . . .</i>                                                                                                  | 63  |
| <i>Cerâmica Portuense, por Pedro Vitorino, (M. A. de O.) . . . . .</i>                                                                                                          | 95  |
| <i>Cinco Minutos com Jesus Cristo en la Eucaristia, pelo P. Olegario Corral, (M. A. de O.) . . . . .</i>                                                                        | 195 |
| <i>Coronel João de Almeida (M. A. de O.) . . . . .</i>                                                                                                                          | 126 |
| <i>Curiosidades de Guimarães, por Alberto V. Braga (M. A. de O.) . . . . .</i>                                                                                                  | 127 |

|                                                                                                                             | Págs.      |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <i>(La) Doctrine du Mariage selon S.to Agustin</i> , por Bernard<br>Alves Pereira, (M. A. de O.) . . . . .                  | 194        |
| <i>Fado Corrido</i> , por Cesar de Oliveira, (M. A. de O.) . . .                                                            | 128        |
| <i>Gente de Guerra que foi à India no século XVI</i> , por Rogério<br>de Figueirôa Rego, (M. A. de O.) . . . . .            | 94         |
| <i>Histoire d'un Défi</i> por Chanoine Eug. Duplessy, (M. A.<br>de O.) . . . . .                                            | 63         |
| <i>(A) Homenagem do Colégio de João de Deus</i> , (M. A. de O.)                                                             | 193        |
| <i>(A) Igreja e a Política</i> , por Francisco Galvão, (M. A. de O.)                                                        | 128        |
| <i>(A) Imprensa ao Serviço do Reinado Social do Coração de<br/>Jesus</i> , pelo Conde de Aurora, (M. A. de O.) . . . . .    | 194        |
| <i>Impressões sobre a instrução no Rio de Janeiro e em<br/>S. Paulo</i> , por António Figueirinhas, (M. A. de O.)           | 32         |
| <i>Index Critico-Litterarius</i> (M. A. de O.) . . . . .                                                                    | 62         |
| <i>Legendário de Quimeras</i> , por Pedro Veiga, (H. C. G.) . .                                                             | 96         |
| <i>Lourdes, Comment interpréter ses guérisons</i> , pelo Dr. Augus-<br>to Vallet, (M. A. de O.) . . . . .                   | 64         |
| <i>Manuel d' Adoration du Très Saint Sacrement</i> , por L. Barret.<br>(M. A. de O.) . . . . .                              | 64         |
| <i>Marie Clotilde de Savoie</i> , por R. P. Fanfani e Maria<br>Thérèse Porte, (M. A. de O.) . . . . .                       | 63         |
| <i>Mère Gavouhey apôtre des noirs</i> , por Georgues Goyau,<br>(M. A. de O.) . . . . .                                      | 64         |
| <i>(La) Merveilheuse vie de Bernardette</i> , por R. P. Xavier<br>Marchet, (M. A. de O.) . . . . .                          | 195        |
| <i>(Os) Nossos Mestres</i> , por Fernando Campos, (M. A.<br>de O.) . . . . .                                                | 31         |
| <i>Pobrezinhos de Cristo</i> , por Nuno de Montemór, (M. A.<br>de O.) . . . . .                                             | 94         |
| <i>(As) Quatro Estações</i> , por Maria de Carvalho, (M. A.<br>de O.) . . . . .                                             | 32         |
| <i>(A) Questão Nacional após o 28 de Maio</i> , por Carlos<br>Amorim, (M. A. de O.) . . . . .                               | 63         |
| <i>(A) Reconquista das Liberdades</i> , por Hipólito Raposo,<br><i>Redenção</i> , por Alcino Alves, (M. A. de O.) . . . . . | 127<br>194 |
| <i>Santa Teresita del Niño Jesus</i> , pelo P. Nicolás M. <sup>a</sup> Buil,<br>(M. A. de O.) . . . . .                     | 195        |
| <i>Saudade Minha</i> , por Guilherme de Faria, (M. A. de O.) .                                                              | 31         |
| <i>Terras de Portugal</i> , por Guido Battelli, (M. A. de O.) .                                                             | 193        |

|                                                                    | Págs. |
|--------------------------------------------------------------------|-------|
| <i>Vidas Manchegas</i> , por Julián Escudero Picazo, (M. A. de O.) | 195   |
| <i>Vida de Sombras</i> , por Eduardo de Almeida, (H. C. G.) .      | 96    |
| <i>Vimaranes</i> , por Luis de Pina, (M. A. de O.) . . . . .       | 63    |


## Gravuras e ilustrações :

### No Texto :

|                                                           |     |
|-----------------------------------------------------------|-----|
| No Aqueduto de Elvas . . . . .                            | 39  |
| Dr. Hipólito Raposo (caricatura de L. Cerdeira) . . . . . | 81  |
| Um grupo histórico . . . . .                              | 113 |
| Florbela Espanca . . . . .                                | 133 |
| Claustros da Colegiada (desenho de António Carneiro) .    | 190 |

### Fora do Texto :

Dr. António Sardinha.

**SOCIEDADE**  
**MARTINS SARMENTO**  
  
**BIBLIOTECA**



## UM GRUPO HISTÓRICO

Os realizadores das notáveis conferências  
da Liga Naval, sobre a QUESTÃO IBERICA

Da esquerda para a direita, sentados: Dr. António Sardinha, Tenente Coronel Vasco de Carvalho, Maestro Freitas Branco,  
Dr. Xavier Cordeiro e Dr. Alberto Monsaraz.

Em pé e da esquerda para a direita: Dr. Ruy Ennes Ulrich, Dr. Hipólito Raposo, Dr. Luis de Almeida Braga e Dr. Pequito Rebelo.